UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Centro de Engenharias

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS

Maiara Moraes Costa

Pelotas, 2023

Maiara Moraes Costa

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, do Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof.ª Drª. Tirzah Moreira Siqueira
Coorientadora: Profª. Drª. Diuliana Leandro

Pelotas, 2023.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C837p Costa, Maiara Moraes

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores : o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS / Maiara Moraes Costa ; Tirzah Moreira Siqueira, orientadora ; Diuliana Leandro, coorientadora. — Pelotas, 2023.

271 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Unidades de conservação. 2. Conflitos socioambientais. 3. Comunidades tradicionais. I. Siqueira, Tirzah Moreira, orient. II. Leandro, Diuliana, coorient. III. Título.

CDD : 363.7

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figas Machado CRB: 10/1612

Maiara Moraes Costa

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Centro de Engenharias, na Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: 27 de setembro de 2023.
Banca Examinadora:

Prof. Drª. Tirzah Moreira Siqueira (Orientadora) – Doutora em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.ª Drª. Diuliana Leandro (Coorientadora) – Doutora em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná.

Prof.ª Drª. Larissa Medianeira Bolzan – Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Drª. Luciara Bilhalva Corrêa – Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande.

Prof. Dr. Rafael Antunes Dias – Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dedico este trabalho aos meus pais, Neri e Lourdes e a minha irmã Luiza, com todo meu amor e gratidão por compartilharmos essa vida.

Agradecimentos

A Deus por me conceder uma existência repleta de momentos de alegria com pessoas especiais. Pelas oportunidades de ser uma pessoa melhor a cada dia. Por me fazer tavarense de coração e poder realizar essa pesquisa.

Aos meus pais, Neri e Lourdes, por todo o amor, carinho e atenção durante toda minha vida. Agradeço pelo incentivo nos estudos, por me ensinarem a acreditar na educação pública, pelo encorajamento nos momentos difíceis e por me fornecerem todas as condições necessárias para alcançar essa conquista. Esse amor foi imprescindível para todas as minhas realizações e para a formação do meu ser.

A minha irmã Luiza, que me acompanhou durante essa trajetória com palavras de incentivo e amor. Pelos momentos de descontração, alegrias e festas, que me forneceram ânimo e alegria para concluir essa etapa. Por ser exemplo de força e determinação que me inspira diariamente.

As minhas afilhadas, Alice e Cecília, que alegram a minha vida e recarregam minhas energias com um abraço. São exemplos de amor puro e genuíno e me fazem acreditar em um mundo melhor

Ao meu dindo Antônio (*in memorian*) que me ensinou o valor do abraço, da importância dos momentos em família e da participação na comunidade. É uma grande referência de ser humano que me inspira nas causas sociais. Agradeço pelos teus ensinamentos, a partir do exemplo, que vivem dentro de mim.

Aos demais familiares que fizeram parte desse processo, que vibraram o meu ingresso no mestrado, ficaram ansiosos pelos resultados da pesquisa e que dividiram inúmeros momentos alegres comigo nesses dois últimos anos. Vocês são pessoas muito especiais na minha vida: Maria, Venina, Alenise, Marilane, Pedro, Cassiano, Maria Luísa, Cristiane, Vânia, Thaison, Sara, Olavo, Kerolain, Thainã, Rafaella, Vinicius e Geane (*in memorian*).

As minhas amigas queridas, Jaqueline, Aline, Josana, Jayne, Tuany, Bruna e Ana, que foram colo para os dias tristes e difíceis, mas que também foram companheiras de infinitos momentos felizes.

A todos os entrevistados, proprietários de terras, pescadores artesanais, seus representantes e ICMBio, que se dispuseram a participar das longas entrevistas, abordando com uma riqueza de detalhes as situações que enfrentaram e ainda enfrentam. Agradeço a confiança em mim e na minha pesquisa para relatarem essas situações pessoais e sensíveis.

A minha querida Universidade Federal de Pelotas, por ser minha casa por mais dois anos de estudo e me contemplar com uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela oportunidade de realização do mestrado, participação em outras pesquisas e em eventos acadêmicos.

Aos meus colegas de laboratório, Larissa, Priscila e Ottoni, meus companheiros da rotina diária de pesquisa e em participação de eventos. Por dividirmos nossos medos e compartilharmos os momentos alegres e descontraídos. Pelo trabalho em equipe e pelo espírito colaborativo. Vocês foram fundamentais para enfrentar esse período com alegria e leveza.

As minhas orientadoras que fizeram a diferença para o planejamento e conclusão desse trabalho. Gratidão por dividir esses dois anos com vocês Tirzah e Diuliana. As palavras de incentivo, os elogios e as celebrações por cada etapa concluída tornaram esse período mais leve e muito feliz. Vocês são exemplos de seres humanos que o mundo acadêmico precisa e são minhas inspirações para a prática docente.

Agradeço a banca pelas colaborações e sugestões que ajudaram na qualidade do trabalho. Obrigada por tornarem o momento da defesa em um dia memorável.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela concessão da bolsa de pesquisa, que possibilitou a concretização dessa pesquisa.

Resumo

COSTA, Maiara Moraes. **Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS**. Orientadora: Tirzah Moreira Siqueira. 2023. 271f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

As atuais formas de produção e consumo provocaram a necessidade da criação de áreas protegidas, para o ecossistema natural não sejam impactadas pelas ações humanas. Dentre as áreas protegidas, encontram-se as Unidades de Conservação (UCs), que são áreas de extrema importância para a conservação da biodiversidade local e podem ser divididas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Unidades de Conservação de Proteção Integral. A categoria de Parque Nacional está inserida no grupo de Proteção Integral, uma vez que não é permitido realizar o uso direto dos recursos naturais disponíveis nesta área, bem como está previsto a indenização das áreas particulares inseridas nestes limites. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi criado em 1986, onde em seus limites habitavam moradores da região, como pescadores artesanais, agricultores e pecuaristas. Na data de criação não havia uma legislação que estabelecesse a obrigatoriedade da consulta pública antes da criação de UCs, por este motivo foram desencadeados conflitos socioambientais entre a comunidade habitante da região e o órgão gestor da UC. O objetivo deste trabalho consiste em compreender os problemas enfrentados pelos atores sociais com relação à criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe no estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados foi utilizada entrevistas semiestruturadas. O tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo. A pesquisa permitiu identificar os principais conflitos socioambientais existentes, como a falta de diálogo, possibilidades de impedimento das atividades, modificações das atividades, ações da fiscalização ambiental, a liberação da pesca e a abertura da barra. A população local desenvolve atividades econômicas, sociais e culturais na área, juntamente com os recursos naturais disponíveis. Com isso, foi possível identificar as principais ações que podem promover a redução dos conflitos na área. Por fim, a pesquisa permitiu a identificação da percepção dos atores sociais, abordando os pontos em comum para a redução ou resolução dos conflitos socioambientais.

Palavras-Chave: Unidades de conservação, conflitos socioambientais, comunidades tradicionais.

Abstract

COSTA, Maiara Moraes. **Perceptions of social actors regarding the process of impositions on the use of the area and expropriation of residents: the case of Lagoa do Peixe National Park, RS**. Advisor: Tirzah Moreira Siqueira. 2023. 271f. Dissertation (Masters in Environmental Sciences) – Engineering Center, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

The current forms of production and consumption caused the need to create protected areas for the natural ecosystem not be impacted by human actions. Protected areas include Protected Areas (UCs), which are areas of extreme importance for the conservation of local biodiversity and can be divided into Protected Areas of Sustainable Use and Protected Areas of Integral Protection. The category of National Park is inserted in the group of Integral Protection, since it is not allowed to perform the direct use of natural resources available in this area, as well as the compensation of the particular areas inserted in these limits is provided. The Lagoa do Peixe National Park was created in 1986, where in its limits dwelled residents of the region, as artisanal fishermen, farmers and ranchers. At the date of creation there was no legislation that established the obligation of public consultation before the creation of UCs, for this reason socio-environmental conflicts were triggered between the inhabiting community of the region and the managing body of the UC. The objective of this work is to understand the problems faced by social actors regarding the creation of the Lagoa do Peixe National Park in the state of Rio Grande do Sul. Semi-structured interviews were used for data collection. Data processing was performed through content analysis. The research allowed to identify the main socio-environmental conflicts, such as the lack of dialogue, possibilities of impediment of activities, modifications of activities, actions of environmental inspection, the release of fishing and the opening of the bar. The local population develops economic, social and cultural activities in the area along with the available natural resources. With this, it was possible to identify the main actions that can promote the reduction of conflicts in the area. Finally, the research allowed the identification of the perception of social actors, addressing the common points for the reduction or resolution of socio-environmental conflicts.

Keywords: Conservation units, socio-environmental conflicts, traditional communities.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de Localização da Área. 39
Figura 2 - Fluxograma dos Atores Sociais da Pesquisa. 40
Figura 3 - Fluxograma das Etapas da Pesquisa. 41
Figura 4 – Fluxograma da Coleta de Dados e Etapas da Pesquisa. 42
Figura 5 - Fluxograma da Técnica Bola de Neve Aplicado à Pesquisa 44
Figura 6 - Fluxograma da Análise de Conteúdo de Bardin 52
Figura 7 - Fluxograma Etapas da Análise de Conteúdo de Bardin. 54
Figura 8 - Fluxograma da Categoria nº 1 com Três Subcategorias. 59
Figura 9 - Fluxograma da Categoria nº 2 com Seis Subcategorias. 94
Figura 10 - Tipos de Modificações no Desenvolvimento das Atividades. 96
Figura 11 - Fluxograma da Categoria nº 3 com Quatro Subcategorias. 138
Figura 12 - Mapa dos Lagamares que Compõe a Lagoa do Peixe. 145
Figura 13 - Fubica na Praia do Farol. 157
Figura 14 - Práticas Sociais dos Pescadores Artesanais. 177
Figura 15 - Práticas Culturais dos Pescadores Artesanais. 179
Figura 16- Práticas Sociais dos Proprietários de Terras. 185
Figura 17- Práticas Culturais dos Proprietários de Terras. 186
Figura 18 - Imagem da Mata Nativa na Área de Entorno do PNLP. 190
Figura 19 - Fluxograma da Categoria nº 4 com Duas Subcategorias. 191
Figura 20 - Relações com os Recursos Naturais Biológicos Animais. 192
Figura 21 - Relações com os Recursos Naturais Biológicos Vegetais. 194
Figura *22* - Relações com os Recursos Naturais Biológicos Animais. 196
Figura 23 - Benefícios da Permanência de Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras no PNLP. 199
Figura 24 - Fluxograma da Categoria nº5 com Nove Subcategorias. 210

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Unidades de Conservação do SNUC e principais objetivos (Continua...)..... 24
Tabela 2 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais *(Continua...)*..... 45
Tabela 2 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais *(...Continuação)*. 46
Tabela 3 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras *(Continua...).* 46
Tabela 3 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras *(...Continuação).* 47
Tabela 4 - Roteiro para Entrevista com o ICMBio. 48
Tabela 5 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais *(Continua...).* 49
Tabela 5 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais *(...Continuação).*..... 50
Tabela 6 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras *(Continua...).* 50
Tabela 6 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras *(...Continuação).*..... 51
Tabela 7 - Tempo de Duração e Data das Entrevistas Realizadas (Continua...). 55
Tabela 7 - Tempo de Duração e Data das Entrevistas Realizadas (...Continuação)...... 56
Tabela 8 - Idade dos Pescadores Artesanais Entrevistados e Tempo de Pesca. 140
Tabela 9 - Idade dos Proprietários de Terras e Forma de Aquisição da Propriedade..... 164
Tabela 10 - Atividades Econômicas Desenvolvidas nas Propriedades. 167

Sumário

1. Introdução 14
1.1. Objetivos 18
1.1.1. Objetivo Geral 18
1.1.2. Objetivos Específicos 18
1.2. Hipótese 19
2. Revisão bibliográfica 20
2.1. Preservação e Conservação Ambiental 20
2.2 Unidades de Conservação 22
2.3 Participação Pública e Populações Tradicionais 28
2.4 O Parque Nacional da Lagoa do Peixe 32
3. Material e Métodos 38
3.1 Área de Estudo 39
3.2 Atores Sociais da Pesquisa 40
3.3 Etapas da Pesquisa 41
3.4 Coleta de Dados e Seleção dos Entrevistados 42
3.5 Os Roteiros das Entrevistas 45
3.5.1 Etapa 1: Entrevistas com os Representantes das Associações 45
3.5.2 Etapa 2: Entrevista com o órgão gestor do PNLP (ICMBio) 48
3.5.3 Etapa 3: Entrevista com os Pescadores Artesanais e com os Proprietários de Terras 49
3.6 Ética da Pesquisa 51
3.7 Tratamento dos dados 52
4. Resultados e Discussão 55
4.1. Panorama do Processo de Criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe através da Percepção dos Atores Sociais 59
4.1.1. Particularidades sobre a Forma de Criação do PNLP 60
4.1.2. O Plano de Manejo do PNLP 75

4.1.3. Benefícios e Prejuízos Decorrentes da Criação do PNLP para os Atores Sociais 86
4.2. As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais como Consequências do Processo de Criação do PNLP. 93
4.2.1. Primeiro fator - A falta de diálogo nas antigas gestões do PNLP 94
4.2.2. Segundo fator - Modificações no Desenvolvimento das Atividades. 96
4.2.3. Terceiro fator – Possibilidade do Impedimento das Atividades Econômicas Através da Proibição da Pesca e Desapropriação 109
4.2.4. Quarto fator – A Fiscalização 120
4.2.5. Quinto fator - Liberação da Pesca 130
4.2.6. Sexto fator - Abertura da Barra 133
4.3. Atividades Desenvolvidas por Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras 137
4.3.1. Atividade Econômica dos Pescadores Artesanais. 138
4.3.2. Atividade Econômica dos Proprietários de Terras 163
4.3.3. Práticas Sociais e Culturais dos Pescadores Artesanais 176
4.3.4. Práticas Sociais e Culturais dos Proprietários de Terras 185
4.4. Relações dos Atores Sociais com o PNLP 191
4.4.1. Relação dos Atores Sociais com os Recursos Naturais do PNLP . 192
4.4.2. Benefícios e Prejuízos da Permanência dos Atores Sociais para o PNLP 198
4.5. Possibilidades Viáveis para Soluções dos Conflitos Socioambientais no PNLP 210
4.5.1. A construção do Diálogo entre os Atores Sociais 211
4.5.2. As Carteiras de Pescador Artesanal 217
4.5.3. O Termo de Compromisso 218
4.5.4. A Câmara Temática como Instrumento de Organização 220
4.5.5. Participação dos Representante no Conselho Consultivo do PNLP 223

4.5.6. O Monitoramento Participativo do Camarão na Lagoa do Peixe. .. 230

4.5.7. Ações de Educação Ambiental 234

4.5.9. A Criação de um Mosaico como Proposta de Recategorização Parcial do PNLP 243

4.5.10. A Desapropriação da Lagoa do Peixe ao Oceano Atlântico 249

5. Considerações Finais 252

6. Referências Bibliográficas 255

1. Introdução

Para Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2012) a preocupação com a conservação da biodiversidade do planeta começou a ser considerada importante, devido a dois fatores descobertos pelos estudos científicos: a identificação da extinção de espécies com taxas elevadas e a descoberta de novos meios para uso e aplicação da diversidade biológica. Ainda, estes autores mencionam que a natureza vem sendo alterada com o passar dos anos, provocando a fragmentação dos habitats e a perda de biodiversidade. Frente a esta problemática, a criação de áreas protegidas é vista como uma forma de enfrentamento deste problema.

No grupo das áreas protegidas, existem diversas categorias que promovem a conservação da natureza, dentre elas estão as Unidades de Conservação (UCs). No Brasil, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que divide as UCs em dois grupos: as Unidades de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção Integral. As Unidades de Uso Sustentável têm o objetivo básico de conciliar o uso sustentável de parte dos recursos naturais com a conservação da natureza. Enquanto as Unidades de Proteção Integral permitem somente o uso indireto dos recursos naturais e tem como objetivo básico a preservação da natureza (BRASIL, 2000).

Inserido nas Unidades de Proteção Integral, está a categoria de Parque Nacional, que possui como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica (BRASIL, 2000). Nesse contexto, insere-se o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP), que foi criado pelo Decreto nº 93.546, de 06 de novembro de 1986, e possui como alguns de seus objetivos a proteção dos ecossistemas litorâneos da região da Lagoa do Peixe, bem como a proteção das aves migratórias, que dependem desta lagoa para o seu ciclo vital (BRASIL, 1986).

O PNLP está localizado na península situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, abrangendo os municípios de Mostardas e Tavares, no estado do Rio Grande do Sul. Possui uma superfície de 34.400 ha e engloba

porções litorâneas dos municípios de Tavares (33,3%) e Mostardas (16,6%). Seu ecossistema é composto por vegetação de restinga e ecossistemas costeiros e marinhos (FURG, 1999).

O SNUC comunica que a implementação de UCs deve ser precedida de consulta pública e não permite o uso direto dos recursos naturais pela população no interior de Parques Nacionais, uma vez que são Unidades de Conservação de Proteção Integral (BRASIL, 2000). O estudo de Benedetti (2018) relata que a criação do PNLP é questionada pela população local, que alega a falta da consulta pública para a implantação do Parque na época, e pelo comportamento do órgão gestor quanto à imposição de restrição no acesso dos recursos naturais disponíveis. Ainda, a autora explica o fato de não ter existido a consulta pública no momento da implantação, visto que a data de criação do Parque foi anterior à aprovação da legislação que estabelece essa forma de participação pública obrigatória para a implementação de Unidades de Conservação (BENEDETTI, 2018).

No ano de 1999 foi criado o Plano de Manejo do PNLP em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental (NEMA) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O documento determina que a população ocupante seja retirada, bem como a percentagem da área total do Parque seja desapropriada (FURG, 1999). Nesse contexto, a criação do PNLP desencadeou uma problemática socioambiental entre a comunidade local e a gestão da UC, visto que nas áreas destinadas à preservação já existiam moradores e pessoas que utilizavam os recursos naturais para subsistência antes mesmo da sua criação.

O estudo de Silveira (2016) faz uma crítica sobre as estratégias de conservação contrárias à presença da comunidade local no PNLP, visto que estas interferem nas práticas culturais do grupo, impondo modificações no seu estilo de vida que se contrapõem a etnobiodiversidade. Essas intervenções comunicam pela força da lei a sua desterritorialização, visto que ao transferi-los de seu lugar de pertencimento, desfazem experiências nos vínculos simbólico-afetivos com o meio.

Uma parte da população diretamente afetada pela implantação do PNLP corresponde aos pescadores artesanais. Eles desenvolvem atividades de pesca no ambiente marítimo, com o auxílio de redes e não fazem uso de embarcações. Na Lagoa do Peixe a atividade mais atrativa é a pesca do camarão rosa, com o uso de caícos de madeira, sem motor.

Uma maneira encontrada para contornar esta situação de conflitos foi através da emissão da Instrução Normativa nº26/2012, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Essa normativa estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão (ICMBIO, 2012).

Nessa conjuntura, estão inseridas as comunidades de pescadores artesanais do Parque da Lagoa do Peixe. Eles habitam a região desde os anos 80 do século XX, onde convivem com essa situação de incerteza quanto à possibilidade de restrição da pesca, que impõe aos pescadores um quadro de constante insegurança quanto à sua permanência e trabalho na Lagoa do Peixe (SILVEIRA, 2016). Em meio às discussões quanto à permanência ou não da população em áreas de parque, a pesquisa de Silva e Brito (2021) expõe a questão do culturalismo, onde manifesta que as experiências e conhecimentos da comunidade local são extremamente importantes para a proteção e para a manutenção da cultura dos povos.

A outra parte da população diretamente afetada pela implementação do PNLP refere-se aos proprietários de terras, cujas propriedades estão inseridas parcialmente na área do Parque e, diante deste panorama, alguns proprietários tentaram vender as terras temendo a desapropriação. No entanto, a grande maioria não aceita sair da área, visto que as terras pertencem às suas famílias por várias gerações. As atividades de agricultura e pecuária realizada no interior da UC também são situações de conflito (FURG, 1999).

O padrão de desenvolvimento da região depende fortemente do meio ambiente, tendo em vista que se trata de um ambiente inóspito, sob o ponto de

vista antrópico, que possui restrições de acesso e uso. Soma-se a isso, o rigor climático típico da latitude, que teve contribuição fundamental para o estágio atual de isolamento cultural e socioeconômico em que se encontram os municípios dessa região, uma das menos desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul (FURG, 1999). Sendo assim, a efetiva e completa implantação da Unidade de Conservação e suas restrições nesta área provocará um forte impacto na economia destes municípios, especialmente em Tavares.

O tema consiste nos conflitos socioambientais no processo de implantação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Este trabalho permitiu a participação de todas as partes interessadas na pesquisa, sendo elas: o órgão gestor, a população diretamente afetada, composta por pescadores artesanais, proprietários de terras e seus representantes, e, assim, manifestaram suas percepções sobre a criação da UC, qual forma se sentiram afetados e quais as possíveis soluções para a resolução dos conflitos.

A criação da UC sem um processo participativo desencadeou inúmeros conflitos existentes entre o órgão gestor e a população tradicional da região. Portanto, esse trabalho foi proposto para entender a percepção de todos os atores sociais envolvidos na criação da UC, permitindo que estes possam expressar seus pontos de vista e opiniões sobre o ocorrido de igual forma. Além disso, a inexistência de trabalhos que abordem a história da criação do parque e a forma que a população foi afetada motivou a elaboração deste projeto de pesquisa.

A contribuição científica da pesquisa concerne em servir como um instrumento norteador para que os processos de criação de UC sejam mais participativos, uma vez que cada população tradicional possui singularidades que devem ser consideradas no processo de implementação de uma UC, possibilitando gerar subsídios para o processo de planejamento e gestão dessa UC.

Além disso, a motivação para este trabalho surge do fato que a autora da pesquisa morou na cidade de Tavares até os 17 anos de idade e experienciou a preocupação de moradores da região sobre o temor da desapropriação das suas terras, do impedimento do veraneio nas praias e da

restrição da pesca artesanal. Frente a essa problemática, essa pesquisa consiste no registro da vivência da comunidade da região que foi diretamente afetada pela criação do PNLP. Ademais, o presente trabalho promove reflexões sobre o modelo de criação de Parques Nacionais adotados no Brasil e o impacto sobre as comunidades locais.

Nesse contexto, estudos como este fornecem visibilidade para a questão social da comunidade que mora nesta área. Além disso, levando em conta que já se passaram mais de 20 anos da data de publicação do plano de manejo do PNLP, o presente estudo poderá verificar se as informações contidas neste documento ainda são representativas da população local e porventura poderá servir como base para propor modificações no plano de manejo.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Compreender os problemas e conflitos socioambientais enfrentados pelos atores sociais relacionados com a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no estado do Rio Grande do Sul.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Compreender a percepção dos atores sociais sobre a criação do Parque;
- Identificar os principais benefícios e prejuízos apontados pelos proprietários de terras e pescadores artesanais que seriam decorrentes da criação do parque;
- Identificar os conflitos socioambientais decorrentes da criação do PNLP e compreender suas consequências sobre os atores sociais;
- Identificar as principais atividades sociais, econômicas e culturais desenvolvidas pela população inserida na área do Parque;

- Identificar como os pescadores artesanais e proprietários de terras se relacionam com os recursos naturais na UC;
- Identificar as possíveis soluções em comum do ponto de vista dos atores sociais para os conflitos socioambientais na UC.

1.2. Hipótese

- Pressupõe-se que as possíveis soluções para os conflitos socioambientais na UC consistem na permanência e o desenvolvimento de novas atividades econômicas da população, bem como na recategorização da UC.

2. Revisão bibliográfica

2.1. Preservação e Conservação Ambiental

As questões ambientais passaram a ser levadas em consideração pelo homem devido ao receio do colapso da civilização, tendo em vista a degradação dos recursos naturais e as implicações sobre a vida humana (BRITO, BRITO, DE SOUZA, 2015). Diante dos danos ambientais causados pelo ser humano à natureza, a preocupação com a preservação e conservação ambiental surgiu com o movimento ambientalista, que buscou resolver os problemas ambientais, através de estudos e denúncias (LOPES; SANTOS; NOGUEIRA. 2021). Como resultado, surgiram duas concepções teóricas e filosóficas sobre a proteção de áreas naturais, que são fundamentadas nas correntes Preservacionistas e Conservacionistas (BRITO; BRITO; DE SOUZA, 2015).

É comum que os conceitos de preservação e conservação ambiental sejam apresentados como sinônimos, no entanto, estes termos possuem significados diferentes, que são fundamentais para a compreensão das diferentes formas de proteção dos recursos naturais existentes, promovendo a permanência e desenvolvimento das sociedades humanas (COSTA, OLIVEIRA, SANTOS 2018). As correntes preservacionista e conservacionista possuem pressupostos distintos no que diz respeito à relação do ser humano com a natureza (BRITO; BRITO; DE SOUZA, 2015).

Estas correntes foram alimentadas por dois homens que passaram pela América em 1900, John Muir e Gifford Pinchot. Na visão preservacionista de John Muir, o homem não se encontra acima da natureza, mas faz parte dela, uma vez que esta fornece o descanso ao ser humano, longe das cidades e das indústrias e, portanto, tem um valor espiritual e de adoração para a humanidade (WHITBECK, 2013). Na visão conservacionista de Gifford Pinchot, mais comercial e desapegada, expressava que a natureza poderia ter seus recursos aproveitados e manejados, garantindo que as gerações futuras pudessem fazer uso destes (WHITBECK, 2013).

Em complemento, a corrente conservacionista preconiza que os recursos naturais disponíveis sejam utilizados de forma sustentável, enquanto

a corrente preservacionista considera que estes recursos devem ser mantidos no estado selvagem, sem acesso do ser humano a estes espaços (BANZHAF, 2019).

Frente às ameaças sobre o meio ambiente, foi criado no Brasil o Plano Nacional de Áreas Protegidas, através do Decreto Federal nº 5.758/2006, onde aborda que as Áreas Protegidas são áreas naturais ou seminaturais que possuem como objetivo a conservação e uso sustentável da biodiversidade, sendo elas: Unidades de Conservação, Áreas Indígenas, Áreas ocupadas por remanescentes Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais (BRASIL, 2006).

Considerando a modificação das formas de produção e consumo e os impactos ambientais causados, os autores Arruda e Fedel (2020) explicam que existe a necessidade da intervenção do Estado para fornecer proteção ao meio ambiente, considerando em conjunto a capacidade das comunidades locais para a preservação da natureza e promover a sustentabilidade. Ainda, nesta conjuntura, foram criadas as UCs, com vistas à conservação e preservação ambiental das áreas definidas através da ação conjunta do Estado e do cidadão.

Nesse contexto, no que se refere à gestão das Unidades de Conservação, a criação do SNUC no Brasil representa um modelo refinado e inovador para a política nacional de conservação da natureza (SOUSA, et al., 2011). O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação (BRASIL, 2000). Este modelo é considerado uma conquista para a legislação brasileira, no âmbito ambiental, e colabora para a gestão das áreas protegidas na esfera federal, estadual e municipal, fornecendo uma perspectiva completa sobre as unidades de conservação brasileiras (SOUSA et al., 2011).

O SNUC aborda em seu corpo a definição para os termos Conservação e Preservação, onde Conservação é definida como:

> O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações

> futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral" (BRASIL, 2000).

Enquanto a Preservação recebe a definição:

> Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (BRASIL, 2000).

Para Aguiar et al. (2021) existe uma aproximação entre a visão antropocêntrica e a conservação ambiental e a visão ecocêntrica e a preservação ambiental. Para a autora, essa relação está atrelada ao significado dos termos Conservação Ambiental e Preservação Ambiental, uma vez que o primeiro serve para designar sobre a utilização racional dos recursos naturais disponíveis, de forma sustentável que ofereça proteção aos recursos, enquanto o segundo termo se refere à proteção integral, onde não são permitidos usos diretos da ação humana.

2.2 Unidades de Conservação

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) define áreas protegidas como um espaço geográfico definido, administrado por meios legais ou meios eficazes para atingir a conservação da natureza juntamente com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados. A IUCN estabelece quatro tipos possíveis de governança dessas áreas: 1) governança pelo governo, 2) governança compartilhada, 3) governança privada e 4) governança por povos indígenas e comunidades locais (DUDLEY, 2008).

As áreas naturais protegidas foram criadas inicialmente nos Estados Unidos da América, no século XIX, para promover a preservação de espaços considerados importantes do ponto de vista ambiental que eram ameaçados pela civilização urbano-industrial (DIEGUES, p.9, 2001). O conceito de UC foi inaugurado em 1872 nos Estados Unidos a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, com a intenção de preservação dos atributos cênicos da área (WWF BRASIL, 2010). A proteção legal destas áreas serve como uma

estratégia de preservação da natureza, no entanto, é causadora de diversos conflitos socioambientais (BRITO; BRITO; DE SOUZA, 2015).

No cenário Brasileiro, as áreas naturais protegidas começaram a ser implantadas a partir de 1930, nos espaços territoriais litorâneos com mata tropical úmida, que já eram habitados pelas populações tradicionais, na sua maioria, encontravam-se bem conservadas (DIEGUES, p.11, 2001). O Parque Nacional de Itatiaia foi a primeira área protegida criada no país, em 1937, com o propósito de fornecer espaço para a pesquisa científica e lazer aos visitantes, representando um marco no que concerne a criação de áreas protegidas (WWF BRASIL, 2010). No período anterior à década de 1970 as áreas protegidas brasileiras eram inspiradas no modelo norte-americano, de natureza utilitarista-científico (WWF BRASIL, 2010). Tendo em vista a data da primeira UC, o aumento do número de áreas destinadas à conservação *in situ* da biodiversidade e de paisagens naturais de beleza cênica ocorreu recentemente, impulsionada e ordenada pela lei que instituiu o SNUC (SOUSA, et al., 2011).

No que tange a legislação brasileira, inserido na Constituição Federal de 1988, o capítulo VI é destinado especificamente ao meio ambiente, onde no seu art. 225 informa que:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Ainda, no mesmo capítulo e artigo, parágrafo 1º e inciso III menciona que para a garantia de tal direito, é determinado ao poder público o poder de:

> Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

A criação de áreas protegidas desencadeou disputas entre os indivíduos que consideram o desenvolvimento econômico e os indivíduos que desejam

manter o meio ambiente preservado (DA SILVA; BRANCHI, 2021). Em vista disso, houve a necessidade de regulamentar estas áreas destinadas à proteção ambiental, sucedido através do SNUC. As Unidades de Conservação são definidas pela legislação como:

> Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Levando em consideração a Constituição Federal de 1988, foi criado o SNUC, onde dividiu as UCs em as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). As Unidades de Proteção Integral são divididas em cinco categorias de UCs: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. As Unidades de Uso Sustentável possuem sete categorias, sendo elas: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000),

Cada uma destas categorias de UC possui objetivos distintos, diferentes tipos de usos da área e orientações para atividades que podem ser desenvolvidas. Os tipos de UC e os seus principais objetivos estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1 - Unidades de Conservação do SNUC e principais objetivos *(Continua...).*

Tipos de UC	Categorias de UC	Principais objetivos
Unidade de Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes, sem interferência humana direta ou modificações ambientais
	Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com a possibilidade de realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.

Tabela 1 - Unidades de Conservação do SNUC e principais objetivos *(...Continuação).*

Tipos de UC	Categorias de UC	Principais objetivos
Unidade de Proteção Integral	Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais que assegura condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manutenção dos ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível das áreas
	Floresta Nacional	Uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações
	Reserva de Fauna	Proteção de espécies animais de espécies nativas
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservação da natureza em conjunto com a garantia de condições para reprodução e melhoria dos modos de vida das populações tradicionais
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica

Fonte: Adaptado da Lei Federal n. 9.985/2000.

O aumento das áreas de proteção ambiental, seja pelo acréscimo do número de UCs ou pela extensão destas áreas protegidas, demonstra um bom indicador, ainda que não comprove a proteção e conservação do meio ambiente. Ainda, os autores ressaltam que para serem UCs eficazes, deve ser indispensável uma boa gestão, planejamento e monitoramento das áreas (DA SILVA, BRANCHI, 2021). Para Dios e Marçal, p.174, (2012) é imprescindível que a lei do SNUC seja monitorada, uma vez que tal legislação aborda instrumentos importantes para a gestão eficiente das UCs, sendo um processo integrado e participativo, que contempla os objetivos das diferentes categorias

de UCs, conciliando a existência da biodiversidade, a sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

A referida legislação conta com o suporte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que foi criado em 2007 e tem como dever a administração no âmbito federal das UCs brasileiras, onde poderá propor, implantar, realizar a gestão, fiscalizar e monitorar as UCs no território brasileiro (WWF BRASIL, 2010, p. 15). As UCs de âmbito estadual e municipal possuem órgãos gestores estaduais e municipais, respectivamente, uma vez que são eles próprios que decretam estas áreas como sendo Unidades de Conservação.

No que concerne às UCs federais, a administração é realizada pelo ICMBio. Neste caso, a gestão das áreas é realizada através dos Conselhos Gestores, que possibilitam a interação entre as UCs e a sociedade, promovendo a gestão compartilhada destas unidades, onde cada UC deve possuir seu Conselho: Consultivo ou Deliberativo, administrado pelo órgão responsável (ICMBIO, 2022). Haja vista a Constituição Federal, onde em seu artigo 1° aborda que: “todo poder emana do povo que os exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a lei garante que o indivíduo tenha o direito de eleger os seus representantes, na qual se incluem as questões de interesse da sociedade nos Conselhos Gestores das UCs.

Este modelo considera o que é disposto no artigo 5º inciso III do SNUC: “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000). Como complemento a referida lei do SNUC, o decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 regulamenta esta lei e dá outras providências, onde em seu artigo 17 aborda que, dependendo da categoria da UC, esta terá conselho consultivo ou conselho deliberativo, presididos pelo chefe da UC, o qual caberá a designação dos demais conselheiros indicados pelos setores para serem representados (BRASIL, 2002).

Suplementarmente, a Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade nº 9, de 5 de dezembro de 2014, dispõe em seu primeiro artigo sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação

e modificação dos Conselhos Gestores das UCs Federais (ICMBio, 2014). Define Conselho de Unidade de Conservação como:

> Instância colegiada formalmente instituída por meio de Portaria do Presidente do Instituto Chico Mendes, cuja função é constituir-se em um fórum democrático de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da Unidade de Conservação, incluída a sua zona de amortecimento e território de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a Unidade de Conservação (ICMBio, 2014).

Ainda, os Conselhos Gestores podem ser divididos em Conselho Consultivo e Conselho Deliberativo. O Conselho Consultivo é definido como:

> Instância colegiada que tem a função de tratar de temas afetos à Unidade de Conservação, subsidiar a tomada de decisão pelo órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber (ICMBio, 2014).

Enquanto Conselho Deliberativo recebe a seguinte definição:

> Instância colegiada que tem a função de tratar e deliberar sobre temas afetos às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, subsidiar a tomada de decisão do órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber (ICMBio, 2014).

O Conselho Consultivo compreende as categorias de UCs: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Florestas Nacionais. O Conselho Deliberativo engloba as categorias de UCs: Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista. As demais categorias de UCs ainda não foram regulamentadas (ICMBIO, 2022).

Existem algumas competências específicas destinadas ao Conselho Deliberativo, como o acompanhamento da elaboração e da implementação do Plano de Manejo Participativo da UC e outros instrumentos que estão relacionados com a gestão da UC, além da aprovação, monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Manejo Participativo (ICMBio, 2014)

O Plano de Manejo é um documento que deverá ser revisado periodicamente, com vistas à adequação da realidade da UC e ao atendimento de novas necessidades. O SNUC define o Plano de Manejo como:

> Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

No entanto, para os autores Silva e Branchi (2021), mesmo com a criação do SNUC que confere a proteção legal das áreas protegidas ambientalmente, tal legislação não garante a preservação e sustentabilidade das áreas, uma vez que estes espaços podem ter problemas de gestão. Bezerra et al. (2018) abordam no seu estudo que, uma vez criadas as UCs, o Estado deve garantir a sua efetiva implementação através da gestão dos governos, que se faz necessária não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para favorecer a redução dos efeitos das mudanças climáticas globais.

2.3 Participação Pública e Populações Tradicionais

Na legislação brasileira, o SNUC deve garantir a efetiva participação das populações locais na criação, implantação e na gestão das UCs (BRASIL, 2000). Através do Decreto Federal nº 4.340 de 2002, foi garantido que o órgão executor competente deve indicar, com linguagem acessível e de forma clara, todas as implicações para a população que reside ou que habita o entorno da UC proposta (BRASIL, 2002). Para que ocorra a gestão participativa destas áreas, o SNUC conta com a formação dos conselhos gestores de UCs, abrangendo membros de distintas esferas governamentais e representantes da sociedade civil (CASTRO JÚNIOR, COUTINHO, FREITAS, 2012, p. 53)

A participação pública ocorre geralmente na forma de consulta pública, onde a autoridade pode tomar a decisão contrária à vontade da maioria. No entanto, essa atitude pode ser inviabilizada, caso ocorra a participação acentuada da população e sejam coletadas suas percepções e pontos de vista

(SÁNCHEZ, 2020). O Poder Público é o responsável pela realização das consultas públicas, que deve informar de maneira apropriada à população e às demais partes interessadas uma proposta técnica para a criação de uma UC (WWF BRASIL, 2010, p.19). A ferramenta mais comum para estruturar a consulta pública é a audiência pública, que consiste em um evento formal sobre o assunto, com convite realizado pelo órgão governamental e aberto à sociedade, onde é explicado o projeto e após são feitas perguntas ao público, realizando esclarecimentos dos assuntos solicitados e debates (SÁNCHEZ, 2020).

A consulta pública deve esclarecer à população residente e do entorno da UC proposta, através do órgão executor, em linguagem acessível e clara, quais são as consequências que o grupo sofrerá com a criação das UCs (WWF BRASIL, 2010, p. 19). No entanto, existem muitos Parques no Brasil que não consideraram a população tradicional no processo de criação, como é abordado no estudo de Dios e Marçal (2012, p. 182) durante a criação do Parque Nacional de Jurubatiba, no estado do Rio de Janeiro, dois anos antes da lei do SNUC, a população local não foi contemplada, inclusive às que dependiam da exploração dos recursos naturais desta área. As autoras complementam que a participação da comunidade é um elo imprescindível para que a UC atinja seus objetivos de preservação.

No entanto, Leuzinger e Silva (2017) mencionam que os mecanismos de participação às populações que são afetadas pela criação das UCs possuem falhas, uma vez que não promovem a efetiva participação destes grupos. Este é o caso em que as consultas públicas possuem cunho educativo ao invés de possibilitar a influência destas populações nas conclusões sobre a implementação ou não da UC ou sobre a categoria de manejo mais adequada para tal situação.

No caso das populações residentes em Parques Nacionais, UC de proteção integral, as consequências estão relacionadas à remoção destas pessoas da área, como é abordado no SNUC, onde informa no seu artigo 42 que as populações tradicionais residentes em UCs que não permitem a presença humana serão indenizadas ou compensadas e realocadas pelo Poder Público (BRASIL, 2000). Semelhantemente, a população residente em Parques

Estaduais também deve ser removida das áreas. No caso do Parque Estadual da Pedra Branca, localizado em área urbana no Rio de Janeiro, essa questão representa um grande desafio para a gestão destes espaços, uma vez que a regularização fundiária é fundamental para a elaboração do plano de manejo, zoneamento e conservação da integridade da biodiversidade, fazendo necessário o investimento de recursos para a desapropriação da comunidade destes espaços (MOURA, COSTA, 2012, p. 259).

Complementarmente, é abordado no estudo de Nascimento (2019) que a regularização fundiária das UCs não ocorre de maneira satisfatória. Este processo ocorre lentamente, uma vez que os proprietários e os posseiros de terras não possuem prioridade na política de regularização fundiária do governo, formando um abismo entre o que está previsto em lei e a situação atual destas pessoas. Frente a esta questão, as comunidades nativas começaram a se posicionar e tornaram-se resistentes aos seus territórios de origem, que contém recursos naturais indispensáveis para a sua subsistência (NASCIMENTO, 2019).

As questões de conflitos não se restringem apenas à categoria de Parques, mas também em Reservas Biológicas, considerada uma categoria de UC de proteção integral. Segundo o estudo de Coelho, Cunha e Monteiro (2012, p. 84) a criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas causou revolta na comunidade local devido às políticas intolerantes do órgão gestor da UC, uma vez que previa a retirada da população local tradicional e o impedimento da exploração de castanha na área. Ainda de acordo com estes autores, o IBAMA, órgão gestor da UC, foi pressionado pela população para permitir a coleta de castanhas, ocasionando em acordo entre o IBAMA e a população tradicional, permitindo a coleta em meses de safra.

Diegues (2019) faz uma crítica à retirada das populações tradicionais das áreas dos Parques Nacionais, que é um modelo de área intocada pelo ser humano, sob uma política conservacionista e equivocada, que remove as populações tradicionais do seu território, transformando os lugares em não lugares. A permanência da população tradicional em áreas de proteção integral evidencia que as questões sociais devem estar atreladas às questões ambientais (NASCIMENTO, 2019). Em complemento, Diegues (2019)

menciona que as comunidades tradicionais possuem conhecimentos relevantes para serem incluídos na gestão dos recursos, que consiste na normatização da conduta humana sobre o uso dos recursos naturais, onde a gestão tradicional dos espaços envolve a eficiência técnica, a qualidade de vida, a sociabilidade, bem como os aspectos simbólicos, no entanto, este conhecimento não pode ser inserido nos sistemas atuais de gestão.

A criação das Áreas Protegidas afeta diretamente a vida e o território das pessoas que habitam dentro ou próximas destes espaços (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). Existem diferentes categorias de Áreas Protegidas, onde existem territorialidades e interesses diferentes, o que causa os conflitos existentes nestas áreas (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). O estudo de Diegues (2001, p.10) relata que a reprodução do modelo de áreas de preservação dos EUA para os demais países de terceiro mundo, como o Brasil, que apresentam situações ecológicas, sociais e culturais distintas, desencadeou problemas éticos, sociais, econômicos, políticos e culturais referentes à retirada dos moradores das áreas de Parques. A visão naturalista se refere à crença de que a única forma de proteção da natureza é o afastamento do ser humano das áreas que devem ser protegidas, onde estas áreas serão lugares paradisíacos para admiração, que o homem poderá ter contato (DIEGUES, 2001, p.10).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, define Povos e Comunidades Tradicionais como:

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O tema biodiversidade é alvo de estudos dos cientistas naturais, um assunto de interesse internacional e que vem conquistando espaço em diversas áreas do conhecimento, como nas ciências sociais, que abordam conceitos de povos e comunidades tradicionais, conhecimento e manejo tradicional, território tradicional e formas de apropriação tradicional (DIEGUES,

2019). Nesse cenário, existem dois conceitos centrais no que se refere aos conflitos socioambientais em algumas UCs: Território e Identidade, onde Nascimento (2019) discorre que:

> Eles estão estreitamente relacionados entre si, uma vez que a identidade é um elemento central na constituição dos territórios, assim como os territórios são constitutivos das identidades, trazendo tanto os conteúdos simbólicos da ação, como os fatores condicionantes da estrutura social (NASCIMENTO, 2019, p. 313).

O isolamento de algumas populações e culturas tradicionais implica no desenvolvimento de um modo de vida particular ao grupo, com dependência dos ciclos naturais, conhecimento sobre os ciclos biológicos e sobre os recursos naturais, simbologias e mitos, bem como o desenvolvimento de uma linguagem específica (DIEGUES, 2001, p.10). Para Coelho, Cunha e Monteiro (2012, p.69) a criação e implementação de UCs implica na transformação das práticas dos grupos sociais, no aspecto mutável, conflituoso e complexo das relações sociais.

2.4 O Parque Nacional da Lagoa do Peixe

Dentre as categorias de áreas de proteção definidas pela IUCN, está o Parque Nacional, que é definido por grandes áreas naturais ou quase naturais, com vistas à proteção de processos ecológicos e ecossistemas característicos, com oportunidades espirituais, científicas e educacionais, dentre outros (DUDLEY, 2008).

Com o crescimento das civilizações urbano-industrial, após a Revolução Industrial, o ser humano foi considerado destruidor da natureza pelos preservacionistas, e por este motivo, passou-se a considerar uma área natural somente quando não há presença humana, ou seja, a população deveria ser retirada das áreas dos parques, e como resultado, a retirada dos seus pensamentos, experiências e conceitos de preservação (SILVA; BRITO, 2021).

A categoria de Parque Nacional está inserida na categoria de Proteção Integral, onde a legislação presume apenas o uso indireto dos recursos naturais no interior da unidade (BRASIL, 2000). A UC classificada como Parque

Nacional possui como objetivo a preservação dos ecossistemas naturais que possuem grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando o desenvolvimento de atividades de educação e realização de pesquisas científicas, de turismo ecológico e recreação em contato com a natureza (BRASIL, 2000).

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) foi instituído pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e seu sucessor IBAMA o implementou. Atualmente, a gestão é realizada pelo ICMBio (PEREIRA; CAPORLINGUA, 2016). A criação do Parque teve como objetivo a proteção de Áreas Úmidas, bem como a proteção de espécies animais, especialmente as aves migratórias, que encontram nesta região as condições ideias para alimentação e repouso (FURG,1999).

Em 1991 o Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi incluído na Rede Hemisférica de Reservas de Aves Limícolas pela *Association of Fish Wildlife Agency* na categoria de Reserva Internacional (FURG,1999). Devido às características dos ecossistemas que compõe a região do PNLP apresentarem especificidades e atributos que lhe concede grande importância a nível mundial, a região onde está inserido o Parque foi tombada pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul em 1992 e o Parque foi inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na categoria de Zona de Núcleo (FURG, 1999).

O nome do Parque foi escolhido devido à importância da Lagoa do Peixe dentro do ecossistema, que na verdade é uma laguna, pois conecta-se ao Oceano Atlântico. É a maior laguna existente na área do Parque, com aproximadamente 35 km de extensão e sua importância está atrelada à procura das aves para alimentação, devido à sua pequena profundidade. Além disso, a Lagoa do Peixe contém uma grande abundância de microrganismos, que ampara uma significativa biomassa de crustáceos e peixes, muitos dos quais utilizam a Lagoa como berçário, onde as larvas e juvenis se desenvolvem (FURG, 1999).

O PNLP acolhe uma grande biodiversidade faunística e forma um dos mais importantes santuários das aves migratórias, que encontram nesta região um local de pouso e alimentos, como: algas, crustáceos, moluscos e o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) (GOMES; PESSETTI, 2020). O

turismo de observação de aves migratórias vem trazendo visibilidade para a região (BENEDETTI, 2018).

As aves migratórias realizam voos anuais, percorrendo distâncias de até 10.000 km, desde as áreas de reprodução, na região ártica da América do Norte, até onde passam o inverno boreal, na Patagônia, como é o caso das Batuíras e Maçaricos. Essa região também abriga espécies de aves que passam vários meses do ano, como os Flamingos e o Maçarico-de-Papo-Vermelho, que se protegem do inverno austral do continente sul-americano (FURG, 1999). Atualmente, são conhecidas 182 espécies de aves residentes ou que visitam anualmente o parque (GOMES; PESSETTI, 2020).

No que se refere ao uso e cobertura da terra no PNLP, o estudo de Lima (2017) realizou um mapeamento, onde foi realizado o cálculo de áreas e constatado a presença das seguintes classes: Areias e Dunas (29%), Água Continental (12%), Água Costeira (11%), Cultivo de Floresta Exótica (2%), Áreas Úmidas (30%), Campo Remanescente (13%), Mata de Restinga (1%) e Área Exposta (2%).

Essa região é composta por comunidades tradicionais, como comunidades quilombolas e açorianas, com a presença de sítios arqueológicos de comunidades indígenas no Parque e seu entorno (PEREIRA, 2013). A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.040 de 2007, que define povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem maneiras próprias de organização social, bem como utilizam os territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa ancestral e econômica, com a utilização dos conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos através da tradição (BRASIL, 2007).

Nesse cenário, estão inseridos os pescadores artesanais, alguns ainda habitam a área do Parque. A pesca artesanal é realizada diretamente pelo pescador profissional, utilizando embarcações de pequeno porte, de forma autônoma ou em regime de economia familiar (BRASIL, 2009). Essa atividade é uma prática repassada de geração em geração e os conhecimentos adquiridos provêm do diálogo nos ambientes de sociabilidade, bem como através da observação aos mais velhos (WAGNER; SILVA, 2021).

Mesmo a categoria de Parque Nacional não permitindo usos diretos em seu território, a pesca na Lagoa do Peixe é permitida para os pescadores cadastrados, orientada através de um termo de compromisso entre o ICMBio e a colônia de pesca de Tavares/RS (Z11), que tem como objetivo estabelecer regras para as condições de acesso, uso e manejo dos recursos naturais, com ênfase nos recursos pesqueiros, pelo pescador artesanal tradicional beneficiário, no interior do PNLP. Dessa forma, são asseguradas as características socioeconômicas e culturais do grupo de pescadores, compatibilizando o acesso, uso e manejo com os objetivos da UC (ICMBIO, 2019).

As regras deste termo de compromisso informam quais são os locais permitidos e proibidos à pesca, orienta como deverá ocorrer a pesca do camarão-rosa, do siri e dos peixes na Lagoa do Peixe, bem como a pesca no ambiente marinho na área do Parque. Também fornece instruções de como deverá ocorrer a comercialização, transporte e beneficiamento dos pescados, dentre outros pontos abordados no documento (ICMBio, 2019).

Todas estas imposições, quanto ao uso dos recursos disponíveis, direcionada à população que já era residente na área, antes da criação do PNLP, são causadoras de conflitos e geram incertezas às famílias que dependem da pesca artesanal para subsistência.

A criação do PNLP não causou incômodo apenas aos pescadores, mas também aos proprietários de terras, visto que a condição das terras no PNLP é de desapropriação. O limite do parque não atinge as propriedades em toda sua área, no entanto, as terras mais férteis, que são utilizadas para agricultura e pecuária, estão dentro da área de UC. A situação implicou na tentativa de venda por alguns proprietários, temendo a desapropriação, no entanto, muitos proprietários não estão dispostos a vender suas propriedades, visto que as terras pertencem à família há várias gerações (FURG, 1999).

Além disso, as faixas de praias marinhas do município de Tavares estão quase em toda sua extensão inseridas na área do Parque. Dessa forma, torna-se necessário encontrar uma solução para que seja garantido o lazer dos munícipes, além de que deve ser considerada a questão do impacto econômico da exploração turística da faixa de praia (FURG, 1999).

Como já foi mencionado anteriormente, na data de criação do PNLP a região já era habitada há anos, além de que não houve consulta popular para a implementação da UC. Com as restrições impostas à população tradicional quanto ao uso dos recursos naturais, problemas de desapropriação, bem como limitações do uso das terras, uma série de conflitos são gerados devido ao estilo de vida da população (SILVA, et.al, 2017). As autoras Rosa e Caporlingua (2017) mencionam em seu trabalho que as políticas públicas devem fornecer tratamento justo e envolvimento dos grupos sociais afetados, auxiliando na tomada de decisão.

O estudo de Scalco e Gontijo (2017) relata uma situação semelhante à enfrentada pela comunidade tradicional afetada pela implementação do PNLP, onde as comunidades rurais de Minas gerais, que habitam o entorno das UCs, localizadas na área do Mosaico do Espinhaço, vem sofrendo restrições das atividades tradicionais que costumavam realizar e que faziam parte da renda familiar com a criação das áreas de proteção, sem haver consulta popular.

A lei federal nº 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, aborda em seu conteúdo dois instrumentos de interlocução comunitária: a consulta pública e a audiência pública. A consulta pública deve acontecer quando a matéria do processo se referir a assunto de interesse geral e não houver prejuízo para a parte interessada. A audiência pública poderá ser realizada, diante da relevância da questão, para debates entre a administração e os administrados sobre a matéria do processo (BRASIL, 1999).

A participação pública pode ocorrer de diversas outras maneiras, como através de enquetes, consultas eletrônicas, debates e outros. Os instrumentos de participação pública conferem a oportunidade da manifestação dos interesses e opiniões da população afetada, bem como fornecem legitimidade e transparência às decisões administrativas. No entanto, a participação pública ainda é irrisória, devido à falta de exploração das normas existentes que conferem este direito (BORGES, 2013).

Em 2008, foi publicada a Instrução Normativa nº 5/08 do ICMBio, informando que a consulta pública consiste em reuniões públicas ou outras formas de ouvir a população local e partes interessadas, comunicado em linguagem acessível, as implicações da criação da UC. Ainda, a normativa

aborda que, para o processo de criação da UC seja efetivado, deve constar documentos que comprovem que houve consulta pública (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

A garantia da construção da participação pública pelos gestores deve seguir os princípios da representatividade, clareza e transmissão de informações, fornecendo referências de equidade, comprometimento e transparência ao processo e seus integrantes (SILVA, et.al, 2017). A inserção das ciências sociais promove um panorama mais completo, através do qual pode auxiliar na tomada de decisões pela gestão. As percepções da população devem ser integradas aos protocolos de monitoramento e avaliação, sendo incluídas nas formulações de políticas deliberativas e ao manejo adaptativo para a conservação do meio ambiente (BENNETT, 2016).

O conhecimento da percepção da população local pode ser empregado no entendimento do motivo pelo qual tal população não apoia determinada iniciativa, de forma que os gestores consigam avaliar o que está inadequado e ajustar da maneira correta (BENNETT, 2016). A busca pelo fortalecimento da população local dentro dos conselhos gestores é imprescindível, legitimando a representatividade e a defesa dos interesses dos grupos sociais envolvidos (SILVA, et.al, 2017).

O estudo de Rosa e Caporlingua (2017) expõe que uma educação ambiental emancipatória, voltada à população tradicional e aos gestores da UC, pode promover o desenvolvimento de diálogo e melhoria da gestão do PNLP. Além do mais, com a implementação da educação ambiental nestes espaços de conflitos, a população local pode ser legitimada e reconhecida como zeladores de áreas preservadas (ROSA; CAPORLINGUA, 2017).

3. Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, que possui a intenção de proporcionar visão geral sobre o fato estudado, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, formulando problemas mais pertinentes e hipóteses pesquisáveis em futuros estudos (GIL, 1987, p. 44 e 45).

As pesquisas exploratórias podem englobar levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL,1987, p.44). Esta pesquisa se enquadra no tipo estudo de caso, definida como uma situação empírica que pesquisa um fenômeno atual inserido no contexto da vida real (YIN, 2001, p. 32).

A técnica de coleta de evidências para a execução do estudo de caso é a entrevista. As entrevistas são compostas por questões formuladas oralmente aos participantes, que também respondem oralmente (GIL, 1987).

As entrevistas semiestruturadas obedecem a um guia que é utilizado pelo pesquisador na interlocução, com uma sequência ordenada, auxilia na obtenção das hipóteses ou pressupostos pelos pesquisadores. No entanto, nesse tipo de entrevista é importante que o pesquisador não apenas obtenha as respostas dos seus questionamentos, mas que também inove e dê margem ao entrevistado para falar de forma livre as relevâncias dos interlocutores em campo (MINAYO; COSTA, 2018). Optou-se por utilizar entrevistas semiestruturadas com todos os atores sociais, uma vez que este tipo de entrevista oferece oportunidade de o entrevistado informar assuntos considerados relevantes sem que seja necessariamente perguntado pelo pesquisador (MINAYO, COSTA, 2018).

Nesse contexto, a amostragem foi delineada pelo critério de saturação da questão investigada na pesquisa, com a ausência de número pré-estabelecido de sujeitos participantes da pesquisa (GASKELL, 2003). No entanto, foi necessário delimitar na Plataforma Brasil o número de sujeitos participantes.

3.1 Área de Estudo

A área de estudo desta pesquisa será o PNLP, que está situado entre o Oceano Atlântico e a Laguna dos Patos, e entre dois municípios pequenos: Tavares, que possui 5.212 habitantes e Mostardas, com 12.090 habitantes, localizados no estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022).

As atividades econômicas desta região consistem basicamente no setor primário da economia, como a agricultura, pecuária e pesca. Atualmente, a atividade turística vem sendo desenvolvida na região devido à criação do PNLP e as belezas naturais existentes são pontos de atração. A Figura 1 mostra o mapa de localização da área de estudo.

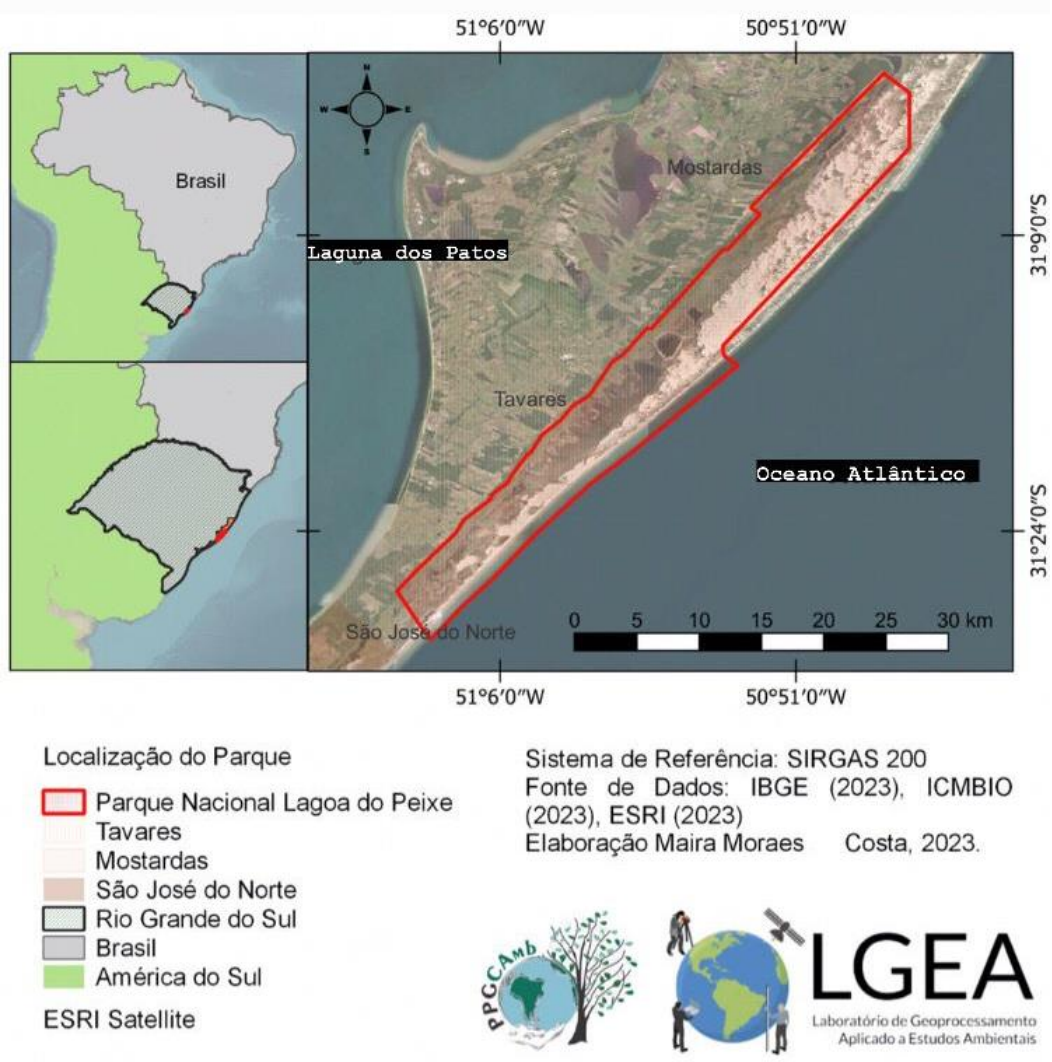

Figura 1 - Mapa de Localização da Área.

Fonte: A autora, 2023.

3.2 Atores Sociais da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com os atores sociais envolvidos no processo de criação da UC: pescadores artesanais, proprietários de terras, representante da associação de pescadores artesanais, representante da associação dos proprietários de terras e com o órgão ambiental responsável pela gestão da UC, ICMBio.

O critério de escolha para os atores sociais participantes da pesquisa consistiu na abrangência dos grupos que foram diretamente afetados pela criação do PNLP e tiveram suas atividades modificadas, pescadores artesanais e proprietários de terras, bem como o ICMBio que realiza a gestão da UC. Outros atores sociais relevantes não foram contemplados na pesquisa, como: prefeitos dos municípios, integrantes do conselho consultivo e trabalhadores da área do turismo, dentre outros. Os atores sociais que participaram das entrevistas estão ilustrados na Figura 2.

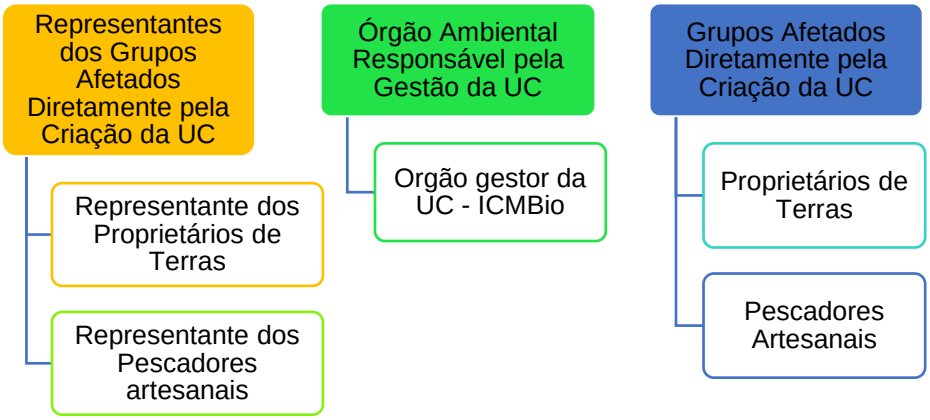

Figura 2 - Fluxograma dos Atores Sociais da Pesquisa.

Fonte: A autora, 2022.

Para início da coleta de dados foi disponibilizado um termo de consentimento para cada participante, onde foi informado sobre a gravação das entrevistas, dentre outros pontos pertinentes, conforme o termo disponibilizado no Apêndice 1 para as pessoas que participaram das entrevistas presenciais e

on-line (caso do órgão gestor apenas, cuja entrevista foi à distância, no formato remoto).

3.3 Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com os atores sociais em três etapas distintas. Essas etapas correspondem à ordem em que foram realizadas as entrevistas semiestruturadas. O esquema pode ser observado na Figura 3.

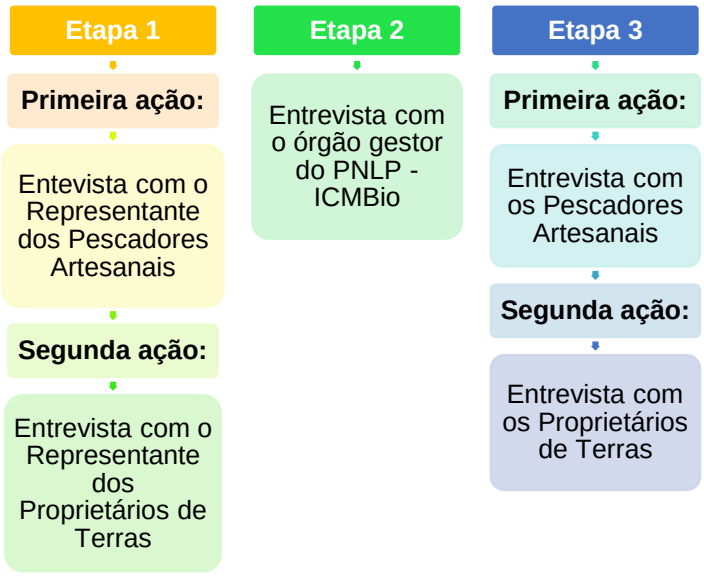

Figura 3 - Fluxograma das Etapas da Pesquisa.

Fonte: A autora, 2022.

A Etapa 1 da pesquisa foi dividida em duas ações, onde cada ação teve um entrevistado que era o representante do grupo de pessoas diretamente afetados pela criação da UC. A Etapa 2 consistiu na entrevista com o representante ou representantes do ICMBio. A Etapa 3 também foi dividida em duas ações, onde cada ação correspondeu a um determinado grupo de pessoas diretamente afetadas pela criação da UC.

3.4 Coleta de Dados e Seleção dos Entrevistados

A coleta de dados da pesquisa ocorreu por meio dos mesmos instrumentos de coleta para todos os atores sociais. Na Etapa 1, foi realizada entrevista semiestruturada de forma presencial com os representantes das associações. Na Etapa 2, foi realizada entrevista semiestruturada através de plataforma *on-line* com o órgão responsável pela gestão do PNLP. A Etapa 3, consistiu em entrevistas semiestruturadas com os grupos diretamente afetados, ou seja, pescadores artesanais e proprietários de terras. As etapas de coletas de dados estão ilustradas na Figura 4.

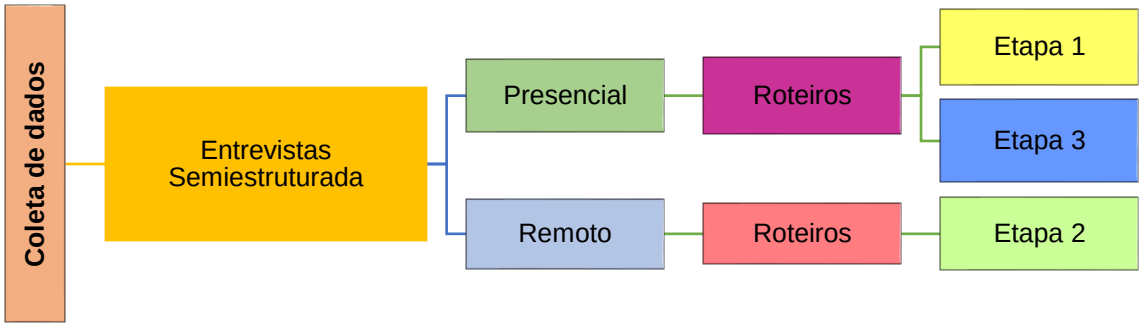

Figura 4 – Fluxograma da Coleta de Dados e Etapas da Pesquisa.

Fonte: A autora, 2022.

No que se refere à escolha das pessoas que foram entrevistadas, na Etapa 1, foram entrevistadas 2 pessoas, que são os representantes das associações. Na Etapa 2, foi entrevistado 1 funcionário do ICMBio. Na Etapa 3, foram entrevistados 10 pescadores artesanais e 8 proprietários de terras. Foi utilizada a técnica *snowball* ou “bola de neve”. Esse método futiliza cadeias de referência, onde os informantes-chaves, chamados de “sementes” localizam as pessoas com o perfil adequado para contribuir com a pesquisa, posteriormente, estas pessoas indicam novos contatos e assim sucessivamente (VINUTO, 2014). Essa técnica emprega uma seleção não probabilística, utilizada em pesquisas sociais, cujos participantes iniciais indicam novos participantes, que, consequentemente, indicarão novos sujeitos e assim sucessivamente, até

chegar ao ponto de saturação da entrevista, quando os novos entrevistados repetirem ideias contidas nos depoimentos anteriores (BALDIN; MUNHOZ, 2014).

Os primeiros participantes da pesquisa são chamados de “sementes”, que devem possuir conhecimento da localidade, do fato ou de pessoas envolvidas na questão investigada, para assim indicarem os próximos participantes, que são chamados de “filhos das sementes”. Essa cadeia de informantes gera heterogeneidade entre as cadeias analisadas, surgindo participantes com diferenças culturais, diferentes atividades praticadas. Ainda, em pesquisa envolvendo questões de educação ambiental se mostrou um método crítico, inovador e importante mecanismo de transformação social (BALDIN; MUNHOZ, 2014)

A justificativa para a adoção desse método consiste na inviabilidade de entrevistar todos os pescadores artesanais (aproximadamente 202) e todos os proprietários de terras (aproximadamente 250 propriedades), por isso considerou-se as pessoas mais relevantes da região para iniciar as entrevistas, inseridos na Etapa 1 e Etapa 2, que indicaram os próximos entrevistados. Sendo assim, os informantes-chave iniciais (sementes), de acordo com o método “bola de neve” foram: o representante dos pescadores artesanais, o representante dos proprietários de terras e o ICMBio. Estes informantes indicaram os demais entrevistados, chamados de “filhos das sementes”. A técnica “bola de neve” utilizada nessa pesquisa está representada no fluxograma abaixo, conforme mostra a Figura 5.

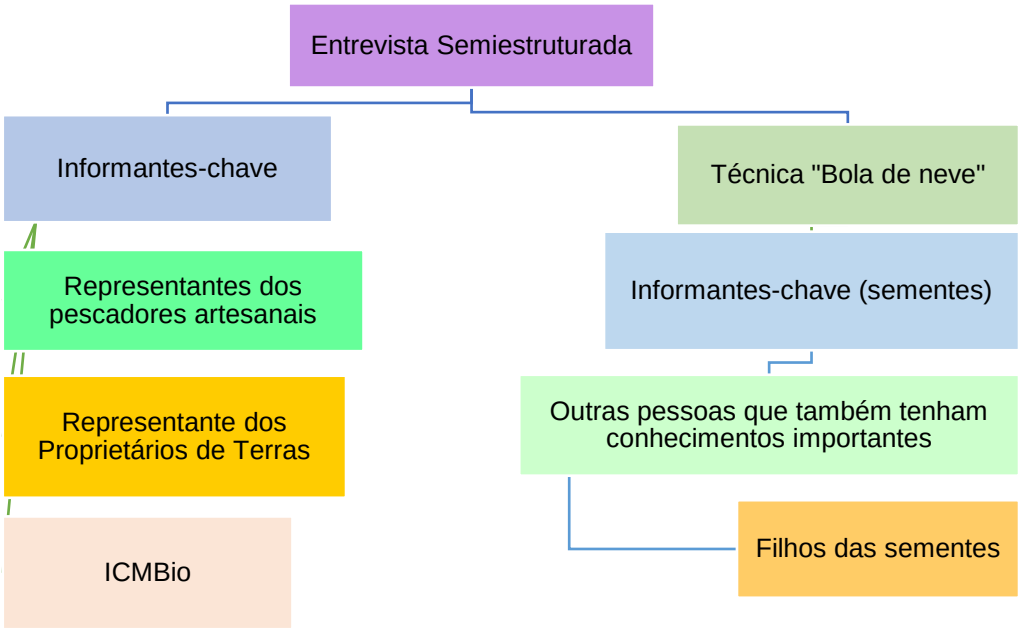

Figura 5 - Fluxograma da Técnica Bola de Neve Aplicado à Pesquisa

Fonte: A autora, 2022.

Outros autores também utilizaram a técnica bola de neve para a seleção de entrevistados no PNLP. As pesquisas de Doebber (2017) e Almudi e Kalikoski (2009) entrevistaram pescadores artesanais e funcionários do ICMBio do PNLP com diferentes temáticas, porém, utilizando a mesma técnica. Além disso, a técnica é utilizada em pesquisas internacionais que estudam populações locais e parques nacionais. Nesse cenário, foi encontrado os estudos de Forje e Tchamba (2022) que estudou o desenvolvimento do ecoturismo em Camarões, no Parque Nacional do Campo-Ma'na e o estudo de Santoso et al. (2023) que utilizou a mesma técnica para a seleção da população local do Parque Nacional Lago Sentarum para observarem uma espécie de primata.

O convite para participar das entrevistas ocorreu presencialmente na Etapa 1. Na Etapa 2, foi enviado uma carta convite ao órgão gestor do PNLP, o ICMBio, para a entrevista, que ocorreu por meio de plataforma *on-line.* Na Etapa 3 o convite também foi realizado presencialmente, após a indicação dos informantes-chave. As entrevistas ocorreram entre 6 de março de 2023 e 21 de abril de 2023.

3.5 Os Roteiros das Entrevistas

3.5.1 Etapa 1: Entrevistas com os Representantes das Associações

A Etapa 1 foi dividida em duas ações, que consistem em uma entrevista presencial com o representante da Colônia dos Pescadores Artesanais e outra com o representante da Associação dos Proprietários de Terras, a fim de identificar como funciona a organização desses grupos, quais medidas já foram tomadas, quais direitos foram conquistados ao longo dos anos após a criação do PNLP e quais as possíveis soluções para os conflitos na área.

Para obter as respostas das questões mencionadas, foi elaborado um roteiro para guiar a entrevista com o representante da Colônia de Pescadores Artesanais, cujo instrumento de coleta de dados está divido assuntos:

Tabela 2 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais *(Continua...)*

Roteiro para entrevista presencial com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Colônia de Pescadores
2) Comente sobre a colônia de pescadores (criação, número de associados e organização). 3) Como ocorre a orientação do ICMBIo para a Colônia dos Pescadores sobre as restrições? Como a Colônia orienta os pescadores? 4) Qual a importância do representante para a gestão dos conflitos?
Sobre a História da Pesca no Parque
5) Comente sobre a história da pesca nessa região antes da criação da UC e após sua criação 6) Quanto às restrições impostas pelo órgão gestor de como a pesca deve ser realizada na Lagoa do Peixe, tipo de rede, período de pesca, dentre outras. Qual a importância destas medidas para a manutenção do ecossistema? Tem condições que considera necessária e/ou desnecessária? Comente sobre elas.
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
7) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC? 8) Como foi o processo participativo dos pescadores na criação da UC? 9) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?

Tabela 3 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais *(...Continuação)*.

Sobre a Criação da Unidade de Conservação
10) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
11) Como os pescadores se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos
12) Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do pescador artesanal.
13) Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?
14) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade de pesca na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
Sobre os Pescadores Artesanais
15) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos pescadores artesanais?
16) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos pescadores artesanais causaria ao parque?
17) Como a incerteza quanto à permanência ou não da pesca impacta na vida dos pescadores artesanais?
18) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os pescadores artesanais?
19) Caso haja o impedimento das atividades de pesca, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
20) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
21) Você já participou de alguma ação envolvendo educação ambiental?
22) Como os Pescadores Artesanais participam do Conselho Consultivo da UC?

Fonte: A autora, 2022.

De maneira semelhante à entrevista com o representante da Colônia dos Pescadores Artesanais, a entrevista com o representante dos Proprietários de Terras foi guiada através de um roteiro cujo instrumento de coleta de dados dividido em assuntos:

Tabela 4 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras *(Continua...).*

Roteiro para entrevista presencial com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Associação dos Proprietários de Terras
2) Comente sobre a da Associação dos Proprietários de Terras (criação, número de associados e organização).
3) Como ocorre a orientação do ICMBIo para a Associação dos Proprietários sobre as restrições? Como a Associação orienta os proprietários?
4) Qual a importância do representante para a gestão dos conflitos?

Tabela 5 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras *(...Continuação).*

Sobre a Região do Litoral Médio
5) Comente sobre colonização na região da Lagoa do Peixe e a história na região.
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
6) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC? 7) Como foi o processo participativo dos proprietários de terras na criação da UC? 8) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque? 9) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam? 10) Como os proprietários de terras se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos
11) Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do proprietário de terra. 12) Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC? 13) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade humana na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
Sobre os Proprietários de Terras
14) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos proprietários de terras? 15) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos proprietários de terras causaria ao parque? 16) Como a incerteza quanto à permanência ou não das atividades impacta na vida dos proprietários de terras? 17) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os proprietários de terras? 18) Caso ocorra a desapropriação, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais. 19) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos? 20) Já participou de alguma ação envolvendo esse assunto? 21) Como os Proprietários de Terras participam do Conselho Consultivo da UC? 22) Qual reação você acredita que os Proprietários de Terras terão ao desapropriar as propriedades do oceano até a margem da lagoa do Peixe?

Fonte: A autora, 2022.

As questões abordadas nas entrevistas foram disponibilizadas anteriormente. Cada entrevista foi gravada, conforme informado no termo de consentimento, com o intuito de evitar interpretações equivocadas e facilitar o tratamento dos resultados.

3.5.2 Etapa 2: Entrevista com o órgão gestor do PNLP (ICMBio)

Na Etapa 2 foi realizada uma entrevista através de uma plataforma *on-line* com funcionários representantes do ICMBio, que é o atual órgão gestor do PNLP. O intuito da entrevista foi verificar qual sua posição com relação aos grupos afetados pela implementação do Parque, quais as formas de participação pública foram concedidas à população habitante da região, quais as preocupações com a UC, a possibilidade de recategorização do PNLP, questões de educação ambiental com a comunidade, a participação destas no conselho gestor e as possíveis soluções para a resolução dos conflitos.

Tabela 6 - Roteiro para Entrevista com o ICMBio.

Questões Orientadoras – Entrevista ICMBio
1) O que motivou a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe?
2) Na época de criação foi cogitada a criação de uma UC que compatibilizasse com a atividade humana?
3) Quais as principais preocupações do ICMBio com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe?
4) Existe a possibilidade de um novo plano de manejo para a UC?
5) Como as situações de conflitos impactam sobre a vida dos pescadores, proprietários e sobre a conservação da UC?
6) Quais medidas o ICMBio considera válida para a resolução dos conflitos? Quais estão sendo adotadas?
7) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos proprietários de terras em suas propriedades causaria ao parque?
8) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos pescadores artesanais causaria ao parque?
9) Existe alguma proposta para a recategorização total ou parcial do Parque?
10) Quais possibilidades para a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade humana na área do parque? Como o ICMBio percebe a criação de um mosaico para a redução dos conflitos?
11) Como funciona o conselho gestor da UC?
12) Como ocorre a participação pública no conselho gestor da UC? (diálogo, ações, etc)
13) Quais os benefícios e prejuízos da retirada do gado em toda a área do Parque?
14) Quais serão as alternativas dadas a população, caso sejam desapropriadas e tenham suas atividades econômicas proibidas no caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe?
15) Como são desenvolvidas atividades de educação ambiental com os moradores? Como é a participação e receptividade dos moradores?
16) Quais as formas de participação pública que foram utilizadas antes da implementação do parque e depois? Você considera que foram suficientes e são suficientes?
17) Como o ICMBio considera importante o licenciamento ambiental para silvicultura na área de amortecimento?
18) Qual a perspectiva que o ICMBio tem para o Parque daqui 5, 10 e 20 anos?

Fonte: A autora, 2022.

As questões abordadas na entrevista foram disponibilizadas presencialmente ao funcionário entrevistado em momento anterior à entrevista. A entrevista foi gravada, conforme informado no termo de consentimento, com o intuito de evitar interpretações equivocadas e facilitar o tratamento dos resultados.

3.5.3 Etapa 3: Entrevista com os Pescadores Artesanais e com os Proprietários de Terras

A Etapa 3 foi realizada em duas ações: a primeira consitiu em entrevistas presenciais e individuais com os pescadores artesanais, e a segunda contemplou entrevistas presenciais e individuais os proprietários de terras. Os participantes das entrevistas foram indicados pelo ICMBio, pelos representantes dos grupos de pescadores artesanais e dos proprietários de terras, que são as “sementes”.

Foi elaborado um roteiro para guiar as entrevistas com os pescadores artesanais do PNLP, cujo instrumento de coleta de dados foi divido em assuntos:

Tabela 7 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais *(Continua...).*

Roteiro para entrevista presencial com os Pescadores Artesanais
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
2) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC?
3) Como foi o processo participativo dos pescadores na criação da UC?
4) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?
5) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
6) Como os pescadores se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos
7) Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do pescador artesanal.
8) Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?

Tabela 8 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais *(...Continuação).*

Situações de Conflitos
9) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade de pesca na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
10) Qual a importância do representante para a gestão de conflitos?
Sobre os Pescadores Artesanais
11) Comente sobre a sua atividade de pesca artesanal.
12) Quanto às restrições impostas pelo órgão gestor de como a pesca deve ser realizada na Lagoa do Peixe, tipo de rede, período de pesca, dentre outras. Qual a importância destas medidas para a manutenção do ecossistema? Tem condições que considera necessária e/ou desnecessária? Comente sobre elas.
13) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos pescadores artesanais?
14) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos pescadores artesanais causaria ao parque?
15) Como a incerteza quanto à permanência ou não da pesca impacta na vida dos pescadores artesanais?
16) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os pescadores artesanais?
17) Caso haja o impedimento das atividades de pesca, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
18) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
19) Você já participou de alguma palestra envolvendo esse assunto?
20) Como os Pescadores Artesanais participam do Conselho Consultivo da UC?

Fonte: A autora, 2022.

Atualmente, estão inseridos 202 pescadores artesanais tradicionais que são beneficiários do termo de compromisso entre o ICMBio e a colônia de pesca de Tavares/RS (Z11), dos quais um percentual será entrevistado (ICMBio, 2019).

Foram entrevistados 8 proprietários de terras de forma individual, através de um roteiro para guiar a entrevista, cujo instrumento de coleta de dados está divido em assuntos.

Tabela 9 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras *(Continua...).*

Roteiro para entrevista presencial com os Proprietários de Terras
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
2) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC?
3) Como foi o processo participativo dos proprietários de terras na criação da UC?
4) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?
5) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?

Tabela 10 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras *(...Continuação).*

Sobre a Criação da Unidade de Conservação
6) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
7) Como os proprietários de terras se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos
8) Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do proprietário de terra.
9) Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?
10) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade humana na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
11) Qual a importância do representante para a gestão de conflitos?
Sobre os Proprietários de Terras
12) Comente sobre a sua atividade na propriedade.
13) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos proprietários de terras?
14) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos proprietários de terras causaria ao parque?
15) Como a incerteza quanto à permanência ou não das atividades impacta na vida dos proprietários de terras?
16) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os proprietários de terras?
17) Caso ocorra a desapropriação, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
18) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
19) Você já participou de alguma palestra envolvendo esse assunto?
20) Como os Proprietários de Terras participam do Conselho Consultivo da UC?
21) Você acredita que os Proprietários de Terras estariam dispostos a desapropriar as propriedades do oceano até a margem da lagoa do Peixe?

Fonte: A autora, 2022.

Atualmente, existem aproximadamente 250 propriedades na área do Parque. Devido às compras e sucessões familiares nas terras ocorrerem com frequência, a obtenção de um número exato de propriedades na área se torna difícil (informação verbal)[1].

3.6 Ética da Pesquisa

Os entrevistados e a autora da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo autorização dos entrevistados para gravação dos seus relatos e posterior transcrição, com a garantia do anonimato. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de

[2] Nota fornecida por funcionário do ICMBio em julho de 2021.

Medicina da Universidade Federal de Pelotas, número do Parecer: 5.889.607, conforme a Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual estabelece as normas éticas em pesquisas com seres humanos.

3.7 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados foi realizado posteriormente a coleta de dados em campo, após a transcrição, mediante as citações diretas das expressões verbais dos participantes, tendo em vista a identificação das principais percepções dos pescadores artesanais e dos proprietários de terras, dos presidentes das associações e do órgão gestor ICMBio.

A análise dos dados foi realizada preliminarmente, a transcrição das entrevistas, com o auxílio de recurso computacional, ferramenta de transcrever do Word, e de forma manual foram realizados os ajustes do material transcrito, o que resultou em um material de 364 páginas, com tempo médio das entrevistas de 60 minutos.

Para o tratamento dos resultados, a análise de conteúdo manual é o meio mais adequado para a pesquisa de dados abertos (BAUER; GASKELL, 2003). A análise de conteúdo é desenvolvida em três etapas, de acordo com a metodologia desenvolvida por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

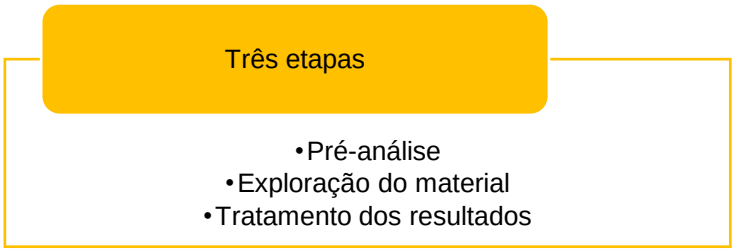

Figura 6 - Fluxograma da Análise de Conteúdo de Bardin

Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

A primeira etapa consiste na pré-análise, que se configura na organização do material, para disposição das ideias preliminares, que orientará os desdobramentos dos procedimentos posteriores. Para isso, deve ser realizada a “leitura flutuante” inicialmente, que deve atender diretrizes de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A autora explica cada diretriz, onde a exaustividade consiste na imprescindibilidade de elementos considerados importantes que compõe o material; a representatividade é o conjunto de elementos estipulados que seja representativo aos dados iniciais; a homogeneidade garante que o material escolhido observe os conteúdos a serem avaliados e a pertinência certifica que os materiais são devidos aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2016).

A segunda etapa diz respeito à exploração do material, onde deverá ser realizada uma codificação do material por meio dos temas, contextos e outros aspectos que possibilitem a transformação dos “dados brutos” em “unidades”, as quais viabilizam na “categorização”. A caracterização dos materiais consiste na identificação de informações que fazem parte de um conjunto de elementos, que recebem o nome de “unidades de registro”, que devem estar previamente organizados (BARDIN, 2016). A codificação do material foi feita através de cores diferentes para as categorias encontradas. Dessa forma, a identificação das categorias no documento foi facilitada, uma vez que as informações das categorias estavam destacadas por cores diferentes. Por último, a terceira etapa, o tratamento e interpretação dos dados consiste na inferência e interpretação dos resultados (BARDIN, 2016).

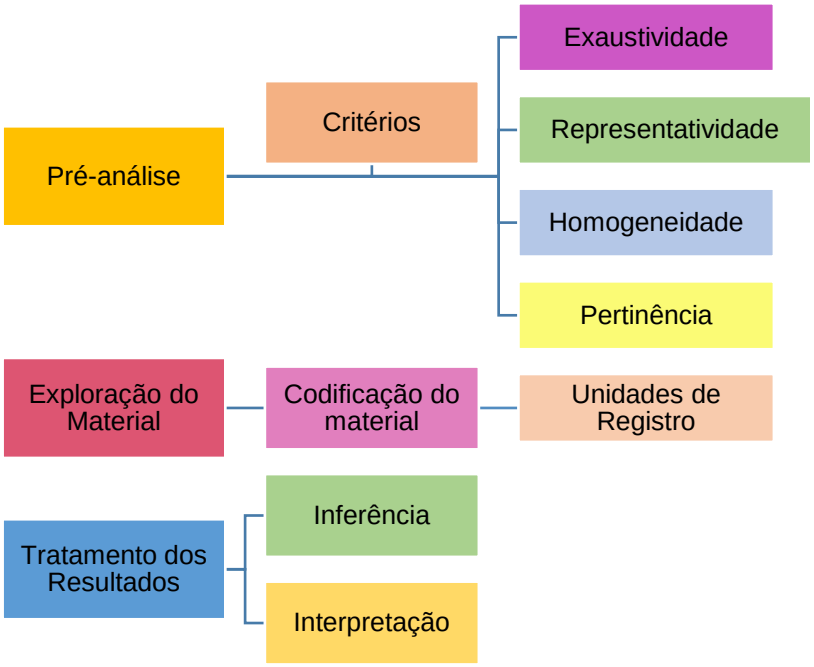

Figura 7 - Fluxograma Etapas da Análise de Conteúdo de Bardin.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

4. Resultados e Discussão

Foram realizadas 21 entrevistas, sendo 8 entrevistas com os Proprietários de Terras, 10 entrevistas com Pescadores Artesanais. Além disso, foi realizada 1 entrevista com o Representante dos Proprietários de Terras, 1 entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais e 1 entrevista com um Funcionário do ICMBio. As entrevistas foram realizadas em Tavares, Mostardas, Praia do Farol e Capão Comprido. A Tabela 7 contém os entrevistados e tempo de duração das entrevistas. A entrevista com o Pescador Artesanal nº 3 foi removida devido à falta de compreensão sobre as questões realizadas, somado ao pouco tempo de duração da entrevista e a demonstração de desconforto do entrevistado.

As entrevistas foram recusadas por três proprietários de terras e por uma pescadora artesanal. Conforme consta no termo de consentimento, não foi solicitada justificativa para os entrevistados que não desejassem participar. No entanto, a pescadora artesanal e um proprietário de terra justificaram o motivo de não participar. O proprietário de terra alegou que não poderia participar tendo em vista a pouca participação em reuniões e o pouco conhecimento a respeito do conselho gestor da UC. A pescadora artesanal justificou que não se sentia segura quanto ao anonimato da entrevista. Dessa forma, considera-se que o roteiro das entrevistas abrange temas que causam insegurança nos entrevistados para manifestarem suas opiniões, que optaram por não participar. Nesse contexto, considera-se que o número de entrevistados, somado ao tempo de duração das entrevistas foi suficiente para atingir os critérios estabelecidos por Gaskel (2003) para a pesquisa qualitativa.

Tabela 11 - Tempo de Duração e Data das Entrevistas Realizadas *(Continua...).*

Data	Entrevistado	Tempo de Duração
08/03/2023	Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais	1 h 41 min e 05 s
06/03/2023	Representante dos Proprietários de Terras	1 h 12 min e 21 s
23/03/2023	Funcionário do ICMBio	1 h 45 min e 13 s

Tabela 12 - Tempo de Duração e Data das Entrevistas Realizadas *(...Continuação).*

Data	Entrevistado	Tempo de Duração
12/03/2023	Pescador Artesanal nº 1	1 h 19 min e 19 s
12/03/2023	Pescador Artesanal nº 2	57 min e 47 s
12/03/2023	Pescador Artesanal nº 3	15 min e 18 s
12/03/2023	Pescador Artesanal nº 4	1 h 5 min e 20 s
13/03/2023	Pescador Artesanal nº 5	22 min e 21 s
28/03/2023	Pescador Artesanal nº 6	51 min e 35 s
28/03/2023	Pescador Artesanal nº 7	55 min e 43 s
29/03/2023	Pescador Artesanal nº 8	47 min e 57 s
09/04/2023	Pescador Artesanal nº 9	54 min e 09 s
11/04/2023	Pescador Artesanal nº 10	36 min e 52 s
10/03/2023	Proprietário de Terra nº 1	48 min e 32 s
20/03/2023	Proprietário de Terra nº 2	56 min e 22 s
23/03/2023	Proprietário de Terra nº 3	49 min e 15 s
27/03/2023	Proprietário de Terra nº 4	28 min e 31 s
27/03/2023	Proprietário de Terra nº 5	55 min e 07 s
28/03/2023	Proprietário de Terra nº 6	1 h 04 min e 16 s
10/04/2023	Proprietário de Terra nº 7	46 min e 01 s
21/04/2023	Proprietário de Terra nº 8	55 min e 48 s

Fonte: A autora, 2023.

Todas as 20 entrevistas utilizadas nos resultados do trabalho resultaram em 19 horas 58 minutos e 02 segundos de gravação. Nessa conjuntura, o tempo médio da duração das entrevistas foi de aproximadamente 60 minutos.

Após realizar a análise de conteúdo de Bardin (2016), os resultados desse trabalho foram organizados em cinco categorias, compostas por subcategorias e as respectivas unidades de contexto. As cinco categorias são: i) Panorama do Processo de Criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe Através da Percepção dos Atores Sociais Envolvidos; ii) As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais Envolvidos como Consequências do Processo de Criação do PNLP; iii) Atividades Desenvolvidas por Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras; iv) Relação dos Atores Sociais com o PNLP; v) Possibilidades Viáveis para Soluções para os Conflitos Socioambientais no PNLP. As cinco categorias estão no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias, Subcategorias e Unidades de Contexto baseados na Análise de Conteúdo de Bardin *(Continua...)*

Nº Categoria	Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto
1	Panorama do Processo de Criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe Através da Percepção dos Atores Sociais Envolvidos	Particularidades sobre a Forma de Criação do PNLP	A maneira problemática de criação do PNLP desconsiderou a população local no momento da sua criação e na elaboração do plano de manejo. Apesar de todas as circunstâncias de exclusão social para a criação do PNLP, alguns atores sociais comentam que conseguem observar benefícios da criação da UC, no entanto, não omitem seus prejuízos.
		O Plano de Manejo do PNLP	
		Benefícios e Prejuízos Decorrentes da Criação do PNLP para os Atores Sociais	
2	As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais como Consequências do Processo de Criação do PNLP	A Falta de Diálogo nas Antigas Gestões do PNLP	As consequências sentidas pelos atores sociais ocorreram devido à maneira problemática que o PNLP foi criado. Dessa forma, foram encontrados fatores que causaram e ainda causam situações de conflitos na gestão do PNLP, bem como a existência de consequências sentidas pelos atores sociais decorrentes das situações de conflitos.
		Possibilidade de Impedimento das Atividades Econômicas	
		Modificações no Desenvolvimento das Atividades	
		A Fiscalização	
		Liberação da pesca	
		Abertura da barra	
3	Atividades Desenvolvidas por Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras	Atividades Econômicas dos Pescadores Artesanais	Conhecer as atividades econômicas, sociais e culturais estão sendo e que já foram desenvolvidas dentro do PNLP pelos pescadores artesanais e proprietários de terras. Adicionalmente, a categoria compreende relatos de como essas atividades foram modificadas com a criação do PNLP.
		Atividades Econômicas dos Proprietários de Terras	
		Práticas Sociais e Culturais dos Pescadores Artesanais	
		Práticas Sociais e Culturais dos Proprietários de Terras	

Quadro 1 – Categorias, Subcategorias e Unidades de Contexto baseados na Análise de Conteúdo de Bardin *(...Continuação)*

4	Relação dos Atores Sociais com o PNLP	Relação dos Atores Sociais com os Recursos Naturais do PNLP	Como as populações locais estão se relacionando com essa área e como percebem os benefícios e prejuízos que suas práticas diárias oferecem ao ecossistema. Nesse contexto, é possível identificar os benefícios, adotar medidas para ampliá-los e desenvolvê-los, bem como identificar os prejuízos e adotar medidas para reduzi-los e eliminá-los.
		Benefícios e Prejuízos da Permanência dos Atores Sociais para o PNLP	
5	Possibilidades Viáveis para Soluções para os Conflitos Socioambientais no PNLP	A Construção do Diálogo Entre os Atores Sociais	A importância da identificação de alternativas viáveis para que ocorram análises e implementação de ações estratégicas podem ampliar resultados positivos para a gestão, resultando em impactos positivos para o PNLP. No entanto, a maioria das ações que visam reduzir conflitos socioambientais é desenvolvida somente com os pescadores artesanais, dado esse grupo foi reconhecido como população tradicional, portanto, ações dessa natureza ainda são escassas ou inexistentes com os proprietários de terras.
		As Carteiras de Pescador Artesanal	
		O Termo de Compromisso	
		A Câmara Temática como Instrumento de Organização	
		Participação dos Representantes no Conselho Consultivo do PNLP	
		O Monitoramento Participativo do Camarão na Lagoa do Peixe	
		Ações de Educação Ambiental	
		A Construção de Alojamentos no PNLP	
		A Criação de um Mosaico como Proposta de Recategorização Parcial do PNLP	
		Proposta de Desapropriação da Lagoa do Peixe ao Oceano Atlântico	

Fonte: A autora, 2023.

4.1. Panorama do Processo de Criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe através da Percepção dos Atores Sociais

A primeira categoria, denominada Panorama do Processo de Criação do PNLP através da Percepção dos Atores Sociais abrange três subcategorias, denominadas: Particularidades sobre a Forma de Criação do PNLP; O Plano de Manejo do PNLP; Benefícios e Prejuízos Decorrentes da Criação do PNLP para os Atores Sociais. A primeira categoria e as respectivas três subcategorias estão organizadas no fluxograma abaixo, conforme a metodologia utilizada.

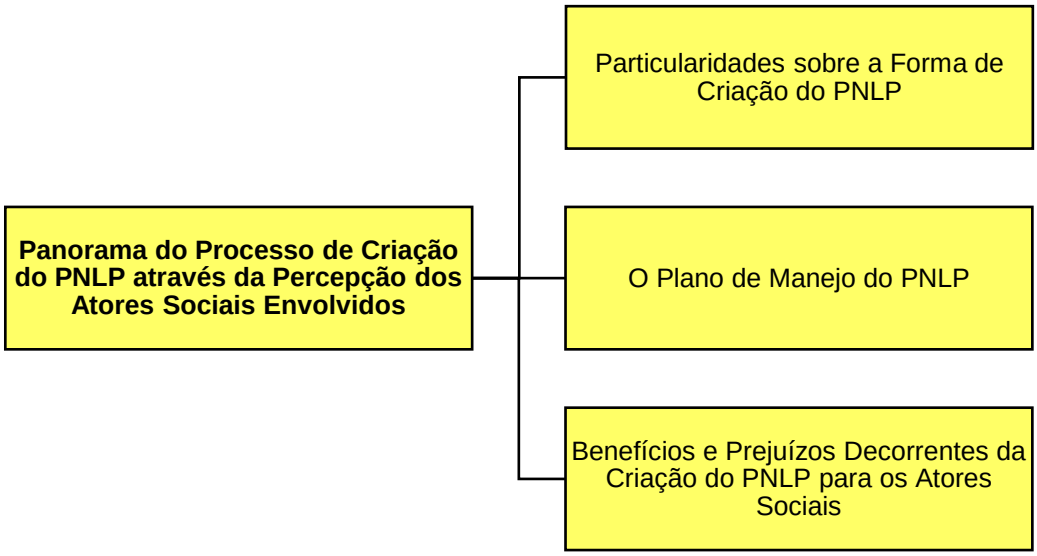

Figura 8 - Fluxograma da Categoria nº 1 com Três Subcategorias.

Fonte: A autora, 2023.

A unidade de contexto da Categoria nº 1 se refere à maneira com que o PNLP foi criado, assim como outros Parques Nacionais no Brasil, que desconsiderou a população local no momento da sua criação e na elaboração do plano de manejo. Apesar de todas as circunstâncias de exclusão social para a criação do PNLP, alguns atores sociais comentam que conseguem observar benefícios da criação da UC, no entanto, não omitem seus prejuízos.

4.1.1. Particularidades sobre a Forma de Criação do PNLP

A primeira subcategoria aborda como ocorreu a criação do PNLP de acordo com a percepção dos atores sociais envolvidos. Contempla as motivações para criação da UC indicadas pelo órgão gestor, assim como a presença de pesquisadores na área antes da criação do PNLP, relatada por pescadores artesanais e proprietários de terras, que pode ter originado o processo de criação, bem como a falta de consulta pública durante esse processo. Do mesmo modo, abrange relatos que envolvem o momento pós-decreto, no que tange o processo de medição das propriedades para a delimitação da área do PNLP.

De acordo com a entrevista realizada com o Funcionário do ICMBio, as motivações para a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe ocorreram a partir do conhecimento da relevância ecológica que existe em todo o seu ecossistema, composto por vegetações de restinga, dunas, área de marinha e a Lagoa do Peixe com 35 km de extensão. Esse ecossistema fornece condições ambientais propícias para abrigar diversas espécies, inclusive espécies ameaçadas de extinção, que já habitavam a área na data de criação da UC. Entre as espécies estão o Maçarico de Peito Vermelho (*Calidris canutus*), o Maçarico Acanelado (*Calidris subruficollis*), o tuco-tuco-das-dunas (*Ctenomys flamarioni*) e a Lagartixa-das-dunas (*Liolaemus arambarensis*).

O PNLP é reconhecido internacionalmente e é de extrema importância ecológica, possui como objetivo a proteção dos ecossistemas litorâneos do estado do Rio Grande do Sul e a proteção das aves migratórias, de acordo com o entrevistado:

> [...] o objetivo da criação da Unidade da Lagoa Peixe, né, é foi em cima da proteção das amostras dos ecossistemas, né, do litoral, do litoral do Rio Grande do Sul e da nossa região aqui da Lagoa do Peixe, particularmente envol... em cima da da do envolvimento das aves migratórias, que dela depende do seu ciclo, ciclo vital, então é, teve vários fatores ali, né [...]. (Funcionário do ICMBio).

Apesar da importância ecológica da área, a forma como ocorreu o processo de criação do PNLP foi um motivo para o surgimento de diversos

problemas para a população local e entre a população local e os órgãos ambientais que fizeram parte da sua gestão. Tal fato pode ser justificado pela época da criação da UC, cuja legislação existente não abordava sobre a necessidade de participação da população local para a criação e gestão de UCs, uma vez que essa questão começou a ser exigida com a publicação do SNUC em 2000, após quase 14 anos da data da sua criação.

A população local, em seus diversos relatos, afirma não ser contrária à proteção do meio ambiente, e inclusive considera importante que todas as formas de vida sejam consideradas dentro dos limites da UC, inclusive a população local, e por isso acredita deveria ter sido ouvida no momento da criação da UC. Essa conjuntura fornece subsídios para o questionamento se a categoria de Parque Nacional, tipo de UC de proteção integral, escolhida no momento da criação é a mais adequada à realidade local da região. Dessa forma, existem diversas percepções, opiniões e possíveis motivações para a criação do PNLP a partir da perspectiva dos pescadores artesanais, proprietários de terras e seus representantes.

Para alguns entrevistados o PNLP surgiu a partir de pesquisas científicas, onde pescadores e proprietários relatam ter conhecido um casal de pesquisadores que passaram uns dias na Praia da Barra realizando estudos. Eles acreditam que esse casal percebeu a importância dos ecossistemas da região e levaram informações sobre a região para as autoridades e a partir de então foi criado o PNLP.

> Eu lembro que na época veio uma moça Susana Lara Resende e um namorado norte-americano, e fizeram um trabalho de mestrado, acho que na barra da Lagoa do Peixe e dali foi criado o parque nacional, talvez influenciado por ela. Não sei, não posso afirmar. (Proprietário de Terra nº 3).
>
> A... era um casal, eu me lembro no começo era um casal, né? Que vieram eles pararam lá na barra, e e vieram pela praia toda fazendo as pesquisas. E e colhendo informações, né? E vendo talvez, é levando imagens, fotos, né, daqui da área aqui e daí veio, veio, veio se formando e formou o parque. (Pescador Artesanal nº 4).

De fato, foi encontrada na internet a dissertação de mestrado da pesquisadora citada pelo proprietário de Terra nº 3, publicada no ano de 1988 sobre aves migratórias no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A pesquisa

“Nonbreeding strategies of migratory Birds at Lagoa do Peixe, Rio Grande do Sul, Brazil” pode ter influenciado a criação da área de proteção integral para a preservação das espécies de aves migratórias que utilizam a área.

Nessa época, o casal de pesquisadores foi hospedado na casa do Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais na Praia da Barra, que era habitada por poucas famílias, o que evidencia a principal característica do povo tavarense, a hospitalidade, uma vez que acolheram o casal de pesquisadores. Para o Representante, esse casal motivou a criação do PNLP e relata que o casal que visitou o parque não voltou mais na região, provavelmente, devido a todos os conflitos que foram desencadeados na área.

> [...] uma brasileira e um francês. Ficava na casa da gente, comendo e bebendo 15, 20 dias. [...] eles criaram o parque, eles criaram o parque, que não tinha o parque. Aí eles saíram, foram embora. [...] Era um casal, nunca mais apareceram aí, nunca mais apareceram. [...] mas ele tava ali, aquele cara que tava fazendo o esquema do parque, ele fez o parque, tenho certeza disso. Ele parava ali na barra, bem foco ali, bem no foco e ele andava com a ia lá pra lá para baixo de a pé, andava por tudo, só olhando, só observando, mas eles eram pesquisadores na época, eles eram mesmo, a gente sabia que eles eram, mas eles eram mas diz ele que ia tirar foto de passarinho, que nada, nada, uma vez eles tavam lá no meio do combro lá, não tinha passarinho, não tinha nada, aqueles cara viam tudo isso aí. Na época, eles eram uns cara grande da do governo deles lá. Para criar aí tudo que criaram foi aquele cara. E para ti ver que foi que eles nunca mais apareceram. Os que criaram o parque, nunca mais apareceram (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Devido o desconhecimento por parte da população local das raízes da criação do PNLP muitos acreditam que os estudos realizados por esse casal motivaram a criação do PNLP. Apesar de vários relatos mencionarem a mesma história, não é possível afirmar que esse casal influenciou a criação do PNLP.

Devido à existência de uma incompatibilidade teórica no que envolve a legislação de parques nacionais, com a permanência dos pescadores artesanais na Lagoa do Peixe e da propriedade privada, um entrevistado demonstra não compreender se o PNLP de fato foi implementado, uma vez que os pescadores artesanais não foram indenizados e os proprietários de terra não foram desapropriados.

> Falar nesse parque até hoje eu não sei. Porque não sei se foi fundado esse parque ou não, porque não não fizeram não

> indenizaram ninguém, não não desapropriaram ninguém, sai um parque, né? Diz que é um parque. (Pescador Artesanal nº 7).

O PNLP foi criado por meio do decreto lei nº 93.543, de 6 de novembro de 1986. A população local do PNLP foi surpreendida com o acontecimento, principalmente os proprietários de terras e pescadores artesanais, que mencionam não terem participado de nenhum tipo de consulta pública em momento anterior da criação da UC e vivenciam modificações nas suas atividades de subsistência desde então. Essa forma de criação de Parques Nacionais em momento anterior à criação do SNUC desencadeou muitas situações de conflitos nas regiões onde as UCs se instalaram.

Outros Parques Nacionais foram criados de maneira semelhante ao PNLP, na mesma década, e ocasionaram consequências similares para a população local. Citando um caso análogo, o Parque Nacional do Cabo Orange, no município de Oiapoque, no estado do Amapá, foi criado por meio do decreto federal nº 84.913 em 15 de agosto de 1980, e a falta de consideração adequada da população durante o processo da criação da UC também desencadeou diversos conflitos na região presente até os dias atuais (RAVENA-CAÑETE; RAVENA-CAÑETE; MAGALHÃES, 2015).

O Proprietário de Terra nº 2 comenta que a criação do PNLP ocorreu sem o conhecimento dos proprietários de terras, ou seja, os proprietários de terras ficaram sabendo do ocorrido somente após a publicação do decreto. O entrevistado relata que ficou sabendo da criação da UC através de um ex-prefeito de São José do Norte, que alertou alguns proprietários sobre as possíveis mudanças derivadas da criação do PNLP, que poderiam ocorrer na área, de acordo com o extrato da fala abaixo.

> Foi de surpresa, ficou-se sabendo, através do [...] foi prefeito aqui em São José do Norte e Mostardas e ele nos trouxe em torno de dez, na primeira semana que foi assinado o decreto ele trouxe aqui a informação da criação do Parque, dos problemas que poderiam ocorrer com a criação do Parque, foi dessa maneira que a gente ficou sabendo (Proprietário de Terra nº 2).

Na data de criação do PNLP o município de Tavares era recém-emancipado, anteriormente pertencia ao município de São José do Norte. A

cidade de Tavares foi emancipada em 1982, cujo primeiro censo realizado após sua emancipação informava que existia 5.075 habitantes no município (IBGE, 1991, p. 68). Frente às dificuldades impostas sobre um município recém-emancipado, recebeu ajuda dos municípios vizinhos para tentar compreender a situação e os possíveis impactos decorrentes da implementação do PNLP. De acordo com o Proprietário de Terra nº 2, os proprietários ficaram sabendo da criação da UC através de um ex-prefeito do município de São José do Norte, que realizou reuniões com alguns proprietários para informar sobre a criação do PNLP. No entanto, o mesmo entrevistado destaca que havia poucos proprietários da área da UC, dado que a maior parte eram pessoas de Mostardas que tinham propriedade fora da área da UC, conforme o trecho abaixo.

> [...]Ele ficou sabendo dessa situação e veio até a gente, me solicitou uma reunião em uma feira em Mostardas, então foi através disso que a gente ficou, que nós tivemos conhecimento [...] Não muitos, foi uma feira normal, eram mais proprietários de Mostardas, né, estão fora da UC. De Tavares mesmo eram dois ou três só. (Proprietário de Terra nº2).

Alguns entrevistados mencionaram que tinham a percepção de que o Parque Nacional estava relacionado com o cuidado do meio ambiente, como uma área de lazer e que fosse trazer melhorias para a comunidade juntamente com o meio ambiente. No entanto, não existiam esclarecimentos suficientes que preocupassem a população logo que o PNLP foi criado. É possível observar o desconhecimento sobre parques nacionais para diversos entrevistados, conforme as falas abaixo:

> É, e na e na e quando começou a gente não imaginava o que seria, né? O que que era, né? (Pescador Artesanal nº4).

> É na criação, foi foi meio assim, empurrada “a goela abaixo” porque a gente na verdade nem sabia o que que significava parque, né, nem nem sabia, né? (Proprietário de Terra nº1).

> Pra nós até foi uma surpresa, que ninguém sabia, quando viu o parque estava instalado, né. Nem o Pescador não ficou sabendo de nada, foi ficou sabendo depois que já tava decretado (Pescador Artesanal nº7).

> Quando eles, quando eles falavam em parque, essas coisas, a gente achava que era parque, um parque, que não ia, uma coisa simples aqui na comunidade, ninguém entendeu [...]. (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

> Ninguém sabia e nem tinha ideia o que significava, o que que viria. Sabia-se que era preservar o meio ambiente, mas de que forma e como funcionava, não (Proprietário de Terra nº2).

Uma situação semelhante foi relatada através do estudo de Anaya e Souza (2014), que comenta sobre o processo de criação do Parque Nacional da Serra do Cipó e a incompreensão da população local sobre UCs. Além disso, foi relatado nesse estudo que a população também desconhecia as possíveis consequências que atingiriam seu modo de vida e sua territorialidade (ANAYA; SOUZA, 2014).

Para o Proprietário de Terra nº 6 a criação do PNLP utilizou do desconhecimento da população de Tavares e Mostardas sobre assuntos que envolvem legislação de parques nacionais para facilitar a sua implementação. Ainda, menciona que somente após bastante tempo da sua criação que a população local soube qual era a função de um parque nacional, questão também ressaltada pelo Proprietário de Terra nº 5.

> O parque foi criado em cima da ignorância do povo, tanto de Tavares como de Mostardas, nós aqui ninguém sabia o que que era um parque, né? Após bastante tempo, que foi foi esclarecido qual era a função do... porque aqui na nossa, na nossa região nem existia parque, né? Foi uma coisa que existia lá nos Estados Unidos, e aí depois... Então ele foi criado em cima da ignorância do povo, porque o povo não sabia o que era um parque, né? (Proprietário de Terra nº6).

> [...] principalmente os proprietários que pagaram imposto a vida toda da terra, nem foram vistos. Nós descobrimos depois de 2, 3 anos que já tava criado o parque. (Proprietário de Terra nº5).

O estudo de Souza e Milanez (2019) faz uma crítica sobre a forma que as UCs de Proteção Integral foram criadas no Brasil, uma vez que a criação dessas áreas contribuiu para a produção de injustiças ambientais. Os autores explicam que alguns grupos são forçados a deixar seus territórios ou recebem restrições do uso de recursos naturais, onde a população local é prejudicada em detrimento do benefício a outros grupos, que terão acesso a estes territórios e aos recursos existentes (SOUZA; MILANEZ, 2019).

Nesse contexto, a criação de áreas protegidas em territórios ocupados por populações tradicionais ocorre com a justificativa da necessidade de criação de espaços públicos em benefício da nação (DIEGUES, 2008, p. 67).

No entanto, para esse estudioso, apenas as populações urbano-industriais se beneficiam, posto que as populações tradicionais percebem a criação dessas áreas como uma usurpação dos seus direitos sagrados à terra que viveram seus antepassados, como um roubo desse território.

Os entrevistados comentaram que não possuíam conhecimento da legislação e regras que abrangiam os Parques Nacionais na data de criação e buscaram se inteirarem sobre tal legislação a partir da ação da fiscalização. Além disso, alguns pescadores comentam que a baixa escolaridade foi um fator que colaborou para que não tivessem conhecimento sobre parques nacionais no momento da sua criação.

> Não, não sabia nada, porque uma que a gente não não estuda, né, lê muito pouco. Não, não sabia. Fui entender de parque, começar me informar mais sobre parque, depois que criaram esse parque aí, depois de... que quando eles criaram assim, no começo não coisaram muito e depois começa a fiscalização bater muito aí que a gente começou a... (Pescador Artesanal nº 9).

> Ah no começo acho que foi normal, depois é que foi caindo a ficha, eu acho, né? E o que que seria um parque nacional [...] Acho que no começo não. Como a pessoa antigamente tinha pouco estudo quando ele foi criado, não tinha. Acho que ninguém tinha muita noção não do que que era um parque. Depois que ele foi criado, que foi começado a implantar as regras, o pessoal viu como como que era, o que que é dar de de danos a ao pessoal daqui. De todas as restrições, no caso (Pescador Artesanal nº 5).

A busca pela compreensão das legislações de parques nacionais surgiu a partir do momento em que a população local ficou ciente da possibilidade do impedimento das atividades desenvolvidas dentro dos limites da área do PNLP e através das ações de fiscalização. Nesse contexto, proprietários de terras, pescadores artesanais e o órgão gestor buscam ainda possibilidades para a minimização dos conflitos existentes decorrentes da criação do PNLP.

> Hoje a gente tá na questão do parque, ele foi criado, na realidade depois de ele vir, os assuntos profundo era retirada do pescador do parque, né. Que até bem pouco tempo a gente tava nessa intriga da retirada dos pescadores do parque e cada ano as leis foram mudando, os governos foram mudando e hoje ainda a gente tá nessa luta, a gente tá nessa peleia mas nada ainda esclarecido, não [...] Só que a gente sabe pelas leis que ele é um regime forte, né. Que um Parque Nacional é Parque Nacional, né. Isso é um decreto, isso não tem mais como revogar (Pescador Artesanal nº 1).

> Sempre que tem essas coisas aí que vem a desapropriação nunca é bom, né. Porque na verdade não era para ser criado um parque.

> Podia sim ter a preservação, mas com outro... com outra maneira (Proprietário de Terra nº 5).

A população local considera que deveria ter sido convidada para participar de alguma forma de participação pública anterior à criação do PNLP, de forma que pudessem ter sido inseridas nesse contexto de preservação da natureza e poder colaborar com suas opiniões a respeito da criação de uma UC. O governo federal é criticado, pelo Proprietário de Terra nº 6, por ter criado um parque nacional sem ouvir as pessoas que ali habitavam durante gerações. Além disso, outros entrevistados comentam que se sentem traídos, uma vez que a audiência pública para a criação do parque foi realizada no município de Tapes, conforme os trechos abaixo:

> É, de uma forma digamos assim, vertical veio de Brasília essa esse, essa criação sem consulta popular, sem nada, a gente ... nos pegou de surpresa (Proprietário de Terra nº 3).

> Mas não teve discussão, não teve uma audiência pública para a criação do Parque no município. Uma, nenhuma. Então, eu volto a repetir, acho que não tem como tu implantar algo dentro da tua casa, sem te escutar. Foi isso que o governo federal fez, ele implantou algo e não escutou as pessoas. Resolveu fazer fora, em outro município (Proprietário de Terra nº 7).

> Eles fizeram um parque pelas costas da população da comunidade, nas costas da comunidade. Não foi na frete da comunidade, foi nas costas. Que eles criaram um parque lá em Tapes, então não é justo, entendeu, teria que ser feito aqui. Mesmo que né, com a comunidade, convida a comunidade para ver o que que a comunidade ia achar, entendeu? (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Apesar de atualmente ser estabelecido por lei a consulta pública para criação de UCs, a criação do Parque Nacional Pontões Capixabas, no Espírito Santo, teve consulta pública, no entanto, é um exemplo de que a forma como foi divulgada a sua criação não foi apropriada. O processo de criação da UC em 2002 foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU) e realizado através da internet no prazo de 15 dias, ou seja, a participação da comunidade rural foi inviabilizada nesse processo, dado que não possuíam acesso à internet e nem mesmo cobertura de telefonia móvel (SPAMER; SILVA, 2019).

Assim, a partir da análise de informações é possível considerar que não basta a adoção da consulta pública, é necessário que seja viável para que a

população participe. Nesse contexto, em cidades pequenas existe uma facilidade para a disseminação de informações, ou seja, não existe justificativa para que a população local não tenha participado da audiência pública que ocorreu em Tapes. Essa audiência pública culminou na exclusão na participação da população mais afetada e carente em um processo democrático. Apesar de muitos entrevistados mencionarem esse município, ninguém soube informar se existe algum documento relatando quem foram as pessoas que participaram dessa audiência pública. No entanto, eles afirmam que a população local não participou e se sentem injustiçados por serem excluídos do processo de criação do PNLP.

Os órgãos públicos devem promover um cenário que facilite o deslocamento das populações locais até o local da audiência pública, de modo que seja possível a participação da comunidade. Além disso, a comunicação com uso da linguagem acessível e com o mínimo de termos técnicos possível é importante, para que exista a compreensão dos assuntos abordados e que promova a efetiva participação da comunidade local.

O Proprietário de Terra nº 3 considera que os habitantes da região são pessoas conhecedoras do ecossistema. Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 3 alega que os estudos que motivaram a criação do PNLP foram baseados apenas na beleza do local, sem levar em consideração a população que habitava a região.

> É, eu acho que deveria ter tido uma consulta popular, né? Uma consulta entre os moradores, principalmente da região, que são os que conhecem. E não simplesmente fazer um decreto lá em Brasília, baseado às vezes em estudos de alguém que nem grandes conhecimento tem, que veio para cá e achou lindo lugar e resolveu fazer um parque nacional (Proprietário de Terra nº 3).

De fato, a criação dos Parques Nacionais no cenário brasileiro era fundamentada pela beleza cênica das áreas escolhidas, assim como em outros países da América Latina, tal cenário perdurou até a década de 60 com essa metodologia precária para definição de áreas de ecossistemas protegidos. Devido à abundância de ecossistemas brasileiros, o IBDF elaborou o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, cuja recomendação das áreas protegidas deveria ser precedida de critérios técnicos e científicos

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1982). Portanto, considerando a data de criação do PNLP, pode-se considerar que a sua criação foi pautada por critérios técnicos e científicos e não apenas somente pela beleza do lugar.

No caso do Parque Nacional Pontões Capixabas, a resposta para a sua criação, considerando a consulta pública realizada, se constituiu em e-mails de entidades e de pessoas físicas apoiadoras da preservação da Mata Atlântica, moradores de outras regiões do Brasil, que se manifestaram favoravelmente para a criação da UC, no entanto, nenhum indivíduo da população diretamente afetada pela criação da UC participou (SPAMER; SILVA, 2019). Ainda, os autores ressaltam que no texto que divulgou a consulta pública mencionava somente os benefícios ambientais da criação da UC, desconsiderando as mais de 500 famílias que habitavam a região (SPAMER; SILVA, 2019).

A manifestação do sentimento de injustiça pelos entrevistados, somado ao fato de se considerarem conhecedores do ecossistema local, contribui para que a população local poderia ter ajudado a escolher uma categoria de UC compatível com a realidade da região, de modo a promover a conservação do ecossistema em conjunto com as atividades tradicionais desenvolvidas. No entanto, a forma como o processo de criação ocorreu resultou na necessidade de adoção de medidas para a redução dos problemas gerados.

Na tentativa de redução desses problemas e inserção da população, é importante destacar que foi relatado sobre processos de participação pública após a criação do PNLP no município de Tavares, porém, tais medidas apresentaram dificuldade de chegar a um consenso entre órgão gestor e população local. Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 3 comenta sobre o despreparo de alguns gestores do PNLP no início da sua criação, conforme exposto abaixo:

> [...] muito deles, na verdade, eram pessoas com formação universitária e colocados por cargo público e sem conhecimento, sem conhecimento da área, né, da da da verdade, como que eu vou te dizer assim, da da nossa área, da nossa, do nosso conhecimento, da nossa região (Proprietário de Terra nº 3).

A criação do Parque Nacional de Jurubatiba foi semelhante com a criação do PNLP, uma vez que a população local, que utilizava os recursos

naturais daquela área não foi contemplada satisfatoriamente durante o processo de criação da UC (DIOS; MARÇAL, 2012, p. 182). No entanto, o que difere a criação do PNLP para a criação do Parque Nacional de Jurubatiba é que a comunidade local ficou sabendo sobre a ideia da criação de uma UC antes do decreto, o que permitiu a tomada de algumas medidas em benefício da população. Dessa forma, a área do parque foi reduzida de 14 mil hectares para 12 mil hectares, com o objetivo de remover fazendas de coco e cana-de-açúcar e núcleos urbanos do limite da UC (DIOS; MARÇAL, 2012, p. 182). Se, porventura, a população local do PNLP soubesse da criação antes da publicação do decreto poderia ter favorecido o estabelecimento de medidas que reduzissem os conflitos que atingem a área até hoje.

No entanto, o Proprietário de Terra nº 2 expõe que a criação do PNLP foi antidemocrática, chamada de “canetaço” pelo entrevistado, pois não teve o consentimento da população local e foi imposta “de cima para baixo”, na época do presidente José Sarney. Além disso, o proprietário compara a criação do PNLP com os regimes militares, que na percepção dele, o mesmo não foi tão severo para a população local quanto a criação do PNLP, conforme o trecho da entrevista:

> Nem nos próprios regimes militares, que não eram democráticos, não se teve uma imposição tão severa quanto essa para nós aqui, né. A gente ficou sabendo das leis mesmo, das leis de unidades de conservação e de parques, nos trouxe um verdadeiro pavor, né (Proprietário de Terra nº 2).

Para Diegues (2000, p. 16), o longo período que compreendeu os anos de ditadura militar, entre 1964 e 1984, forneceu condições para que as práticas autoritárias fossem fortalecidas, anulando as normas democráticas do país. Durante esse período, as áreas protegidas e as políticas públicas sobre o meio ambiente eram decididas e impostas sobre a população, sem qualquer tipo de consulta pública. Desse modo, os parques nacionais foram delimitados para integrarem grandes áreas sobrepondo-se à presença de populações tradicionais (DIEGUES, 2000, p. 16). O parque foi criado em 1986, influenciado pelos 20 anos de ditadura, já que a redemocratização ocorreu, de fato, em 1988 com a promulgação da Constituição Cidadã, assim denominada por

elencar, dentre outros direitos fundamentais, o do meio ambiente, direito de todos e dever do Estado.

Para Bernini (2019), a emergência das questões ambientais na sociedade moderna implicou na elaboração de políticas públicas que visam a redução dos impactos ambientais no meio ambiente. Nesse contexto, foram implementadas essas ações, principalmente, em territórios ocupados por populações camponesas, modificando sua relação com o meio ambiente para serem adequados à conservação da natureza, ou seja, trata-se de um esforço da sociedade capitalista para este modo de produção da natureza (BERNINI, 2019).

Nessa conjuntura, a criação dessas áreas sem o planejamento adequado provocou a baixa participação da comunidade local nesse processo. No que tange a percepção dos representantes sobre o processo de criação do PNLP, estes expuseram que a população local deveria ter participado para se configurar num processo justo e democrático. Para o Representante dos Proprietários de Terras, a criação do PNLP sem a participação pública da população local vai além da injustiça, ele considera que a maneira que a UC foi implementada se configurou numa agressão social e cultural aos que habitam e habitaram a área, devido à região ter importância histórica, cujos descendentes dos primeiros colonizadores do estado deveriam ter sido considerados nesse processo.

> Não achei justo, porque eu acho que quando cria uma unidade de conservação, parque nacional, ela tem que ser dividida opiniões por moradores do parque nacional, moradores do parque e com moradores da localidade da cidade Tavares no caso, aonde é atingido pelo parque. E nada disso aí foi ouvido! (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).
>
> Imagina, então é a gente se sente agredido culturalmente, socialmente, né. É uma agressão à história do Rio Grande do Sul. Não é só agressão à história do litoral (Representante dos Proprietários de Terras).

Alguns entrevistados, quando questionados como foi a criação da UC, recordaram sobre o sentimento de quando ficaram sabendo da criação do PNLP e das possíveis mudanças decorrentes. Além disso, também

comentaram sobre a insegurança e medo de novas mudanças na área que envolvessem restrições que afetassem sua subsistência.

> Depois sim a gente foi sempre com aquele... com aquele rumor de que o troço a sabe né, ah vai isso, ah vai aquilo, vai acontece isso, vai acontece aquilo, então a gente já ficou (Pescador Artesanal nº 2).
>
> Na verdade, eles querio correr a gente dali, meio na marra, né? (Pescador Artesanal nº 7).
>
> Sim, acho que foi muito conflitante assim, entre pescadores e pecuarista, né, todo mundo, ficou apreensivo, bah, a primeira coisa "eu vou tirar todo mundo". E agora que que vai ser de nós, né? A minha esposa tava grávida na época, pensava, né? (Pescador Artesanal nº 8).
>
> Foi uma coisa assim bem complicada, difícil de aceitar. Principalmente da forma que foi imposta (Proprietário de Terra nº 3).
>
> Na época, todo mundo se sentiu traído, né? Todo mundo se sentiu traído, todo mundo (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Soma-se a isso a percepção do Proprietário de Terra nº 8, que expõe as marcas deixadas pela criação do PNLP aos que ainda não eram nascidos na data de criação, mas que sentiram seus efeitos durante a infância e juventude. O entrevistado explicou que cresceu em um momento de conflito mais intenso entre a população local e órgãos gestores. Na época em que estudava na escola ele concebeu a presença do PNLP como um assunto de conflito e que não trazia nenhum benefício para a localidade.

> Só me lembro assim dessa questão que era que era ruim. Nunca... que era ruim, que era que era conflito (Proprietário de Terra nº 8).

A educação ambiental em ambientes escolares nos municípios de Tavares e Mostardas deveria ter sido desenvolvida desde o momento da publicação do decreto, dado que não foi possível a criação do PNLP mediante participação pública, uma vez que tal direito não era garantido por lei na época de criação. Portanto, medidas mitigadoras deveriam ter sido adotadas como uma forma de reduzir os problemas ocasionados e promover a compreensão da importância da conservação da área. No entanto, o ambiente escolar, composto pelos filhos da população diretamente afetada, e desprovido de educação ambiental voltada para a proteção do meio que ali coexistia pode ter provocado nos jovens um sentimento de ilegalidade e desconforto aos

assuntos que envolvem a UC, bem como a incompreensão da relevância daquela área, uma vez que as circunstâncias não promoveram a reflexão da importância ecológica para a população local.

Após a publicação do decreto, foram realizadas as medições para delimitar a área do PNLP. O Proprietário de Terra nº 2 explicou que o processo de medição das propriedades teve início dois anos após a publicação do decreto que criou o PNLP. Adicionalmente, relata que o processo de medição das propriedades ocorreu de maneira repressiva, em virtude da não aceitação da população, de acordo com o trecho abaixo:

> E o pós-decreto, isso a dois anos após que eles começaram a querer medir, fazer medições, né. Querer não, eles mediram. Eles fizeram essas medições no parque aí com bastante repressão [...] eles entraram e cortaram as correntes das porteiras, entraram e simplesmente mediram na marra. Não foi uma coisa, assim, consensual (Proprietário de Terras nº 2)

Ademais, não foi comunicado aos proprietários que as propriedades iriam ser medidas previamente. O IBAMA teve apoio da Polícia Federal para realizar as medições, dado que reconhecem que houve resistência dos proprietários de terras, pois não queriam que suas terras se transformassem em parque nacional, temendo a desapropriação.

> O IBAMA com poder de polícia, né, e a federal junto. E ai eles obrigaram a ceder, deixar os proprietários medir na marra. Dessa forma foi medido (Proprietário de Terra nº 2)”

Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 5 também relata como foi a primeira vez que a polícia federal realizou a medição da área, contrária à vontade do entrevistado, que ressalta a aversão da transformação da área em parque.

> Que nem a primeira vez que eles foram lá medir. Nós levantamos de manhã, tinha uma camionete da polícia federal, os caras cheio de metralhadora. Teve uns cara lá tentando medir. Daí a gente perguntou, para que que eles iam medir. “Ah porque tá sendo criado um parque”. Mas não queremo parque. Não queremo vender, não queremos dar. Para que medir? (Proprietário de Terra nº 5).

A implementação dos parques nacionais no Brasil ocorreu de forma autoritária pelas instituições governamentais, cujas práticas conservacionistas desrespeitam os direitos civis das populações locais, causando o deslocamento forçado dessas populações (DIEGUES, 2000, p.16). Sendo assim, a resistência dos proprietários sobre serem desapropriados manifesta o desejo de continuarem desenvolvendo suas atividades dentro das propriedades, como sempre desenvolveram, ou no mínimo, o desejo de dialogarem sobre os conflitos. Eles defendem a conservação do meio ambiente e questionam se existe alguma forma de permanecerem nas propriedades. Além disso, consideram que se a região tem uma biodiversidade conservada e bela é em virtude dos proprietários e seus antepassados, que promoveram a conservação.

> Porque eu, o proprietário vai conseguir cons... com... continuar sendo um guardião da área. Porque aquilo ali existe, não é dos ambientalista que protegeram. Quem protegeu é o proprietário até hoje (Proprietário de Terra nº 5).

Os parques nacionais foram criados em todo o mundo para serem os “guardiões de uma vida selvagem”. No entanto, quando implantados no Brasil, essas áreas se sobrepuseram aos territórios ocupados por populações tradicionais. Como consequência, surgiu o questionamento da possibilidade da convivência entre os seres humanos com a natureza em uma relação harmoniosa (BERNINI, 2019).

Ainda não foram adotadas medidas para extinguir a incompatibilidade teórica, como a desapropriação e a indenização dos proprietários de terras e pescadores artesanais ou a recategorização da UC. Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 5 comenta sobre a má gestão do PNLP, que foi criado há 36 anos e a população local ainda permanece em dúvida sobre o rumo das suas vidas.

> Que o parque é intocável, né, a lei do parque. Não pode permanecer ninguém ali dento. Tá esses trinta e poucos anos permanecendo, porque não sei, é má administração, né. Se fosse bem administrado já tinha acontecido uma coisa ou outra, né. Ou tinha terminado o parque ou tinha indenizado todo mundo tirado de lá. Então, eu acho que má gestão dos órgão (Proprietário de Terra nº 5).

A falta da regularização fundiária no momento da criação é uma realidade em muitos parques nacionais brasileiros, não é um entrave exclusivo do PNLP. Para Leuzinger e Klaym (2012, p. 50), a falta de regularização fundiária no PNLP é um dos principais empecilhos para que essa UC atinja os objetivos propostos pela lei que institui o SNUC. Até mesmo o primeiro Parque Nacional brasileiro sente os impactos da falta da regularização fundiária. De acordo com o estudo de Andrade et al. (2023), o Parque Nacional de Itatiaia, não possui regularização fundiária desde quando foi criado, cujo fato acarreta consequências atuais para a gestão da UC.

4.1.2. O Plano de Manejo do PNLP

Após a criação do PNLP, foi necessário organizar informações referentes à UC em um documento para auxiliar as tomadas de decisão a respeito da gestão no PNLP. Para isso, a elaboração do Plano de Manejo da UC é uma etapa imprescindível no que se refere ao sucesso da sua gestão. No entanto, foi somente após 13 anos da criação do PNLP, após uma série de conflitos, muitos dos quais permanecem até os dias atuais, que o documento foi finalizado, em 1999, um ano antes da publicação do SNUC. Tal legislação estabelece que a elaboração do Plano de Manejo é obrigatória para todas as UCs e que deve ser elaborado em até 5 anos a partir da data da sua criação (BRASIL, 2000).

O Plano de Manejo do PNLP foi elaborado conforme as orientações contidas no Decreto Federal nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, dado que na data da criação do PNLP ainda não havia sido publicado o SNUC. No decreto estão contidas orientações para o estabelecimento de sete zonas: zona intangível, zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo, zona histórico-cultural, zona de recuperação e zona de uso espacial (BRASIL, 1979). Não existe uma versão mais recente do documento, que possui 24 anos de publicação e que possivelmente não representa de forma satisfatória a realidade atual da região.

Atualmente, a legislação dispõe que o documento deve englobar a área da UC, a Zona de Amortecimento (ZA) e os corredores ecológicos presentes na área (BRASIL, 2000). No que se refere à ZA do PNLP, foi observado que essa questão desperta preocupação na população local, em virtude de a UC estar inserida em uma área de restinga, com estreita faixa de terra entre Oceano Atlântico e Laguna dos Patos. O Representante dos Pescadores Artesanais comenta ter conhecimento de uma lei que delimitava a ZA em 10 km no entorno da UC e ressalta a sua preocupação com a população afetada inserida nos municípios, conforme o trecho:

> Porque na época tinha uma lei, não sei se agora já mudou, que diziam que eles, eles tinham os campos, tinham as terras deles, aí cria um parque, que era em torno de não sei como é que é agora, ou se mudou a lei, mas é em torno de 5 a 10 km de área de entorno. Então, pô, aí vai acabar com as chácara dos cara tudo. É uma península, um risco, cria um parque pega da beira-mar, vem até ali, depois bota mais 5, 6 km, passa de Tavares. (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Cumpre mencionar que 4 anos após a criação do PNLP foi publicada a Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990, que dispõe sobre normatização das atividades desenvolvidas no entorno das UCs. O art. 2º da norma aborda que “Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente” (CONAMA, 1990). Sendo assim, ao conhecer a referida legislação, despertou no Representante dos Pescadores Artesanais um receio do que poderia ocorrer com toda a população local dos municípios de Tavares e Mostardas, especialmente as pessoas que tinham propriedades nesse raio de 10 km, que seriam atingidos pela ZA. No entanto, de acordo com o Plano de Manejo do PNLP, pode-se observar que houve a consideração sobre as peculiaridades da região, uma vez que os 10 km de extensão da ZA foram considerados nos limites sul, norte e leste da UC, enquanto para o limite oeste foi definido uma largura de aproximadamente 3 km, até a estrada federal (BR – 101), que funciona como um divisor de águas do sistema e é o agente potencial mais impactante para a UC (FURG,1999).

Para o Proprietário de Terra nº 3, o Plano de Manejo do PNLP foi inspirado em modelos de Parques Nacionais de outras regiões, que não se aplica às particularidades da região da Lagoa do Peixe, principalmente pela delimitação da ZA. No entanto, afirma não possuir esclarecimentos sobre o documento, conforme o extrato da fala abaixo:

> [...] esse plano foi criado meio baseado pelos planos lá de, digamos assim, da Amazônia de umas coisas, às vezes até meio sem fundamento, em relação ao tamanho da área, tipo zonas de entorno. Se a nossa zona de entorno fosse baseada como seria, ela ia parar lá dentro da Lagoa dos Patos. Então, aí depois esse plano foi sendo, é, digamos assim, foi sendo.... é reduzido, né. De acordo com o tamanho da área, mas mesmo assim ficou meio... Não ficou muito claro isso, não (Proprietário de Terra nº 3).

Para a pesquisadora, foi possível observar que a atual legislação de Parques Nacionais e a forma que ocorreu a criação do PNLP propagou no Proprietário de Terra nº 3 uma visão dualística entre meio ambiente e social, uma vez que ele considera que os funcionários da área ambiental enxergam somente o viés ambiental sem considerar o viés da população local. Tal fato é sustentado pela categoria Parque Nacional não ser compatível com a presença de seres humanos somado à desconsideração da população no Plano de Manejo.

> Mas o plano de manejo é, ele tem que beneficiar a nós os moradores, os produtores, né. Ele não pode ser visto de uma única forma somente pelos...é... ambientalistas e ecologistas que sempre vem o lado deles, né? (Proprietário de Terra nº 3).

Os autores Gómez-Pompa e Kaus (2000, p. 127) abordam que as crenças clássicas de conservação da natureza estabelecem uma relação inversa entre a saúde do meio ambiente com as ações antrópicas. O meio ambiente e o mundo urbano são dois lados opostos nessa perspectiva, onde as ações humanas que afetam negativamente a qualidade de vida são vistas sob as lentes dos padrões urbanos (GÓMEZ-POMPA; KAUS, 2000, p. 127).

De maneira geral, muitos entrevistados demonstraram não possuir um conhecimento profundo sobre o Plano de Manejo, cujo fato pode ser justificado pelo tamanho do documento, que possui mais de 400 páginas. No entanto,

esse é um documento que está disponível impresso para a consulta local na sede do PNLP, conforme posto na lei que estabelece o SNUC (BRASIL, 2000). O Proprietário de Terra nº 6 comenta que conhece o Plano de Manejo e já consultou o documento, bem como considera que a população local deveria ter participado na elaboração desse documento.

> Olha, o plano de manejo é um livro. Eu até tenho, né? [...] Eu, quando eu fiz um trabalho, eu dei uma olhada nele. Então aí tu vai lá, pega um tópico, tu vê isso, tu vê aquilo, né. Mas a opinião das pessoas que moram ali, que deveriam ser consultadas, não foi, né? Foi uma coisa "de cima para baixo", né. Não teve uma formação do da das pessoas do local, dos, realmente, dos conhecedores, né, daqueles que sabem onde é que tem uma água, daqueles que sabem onde é que tem um pé de árvore x, né? Um pé de árvore Y né [...] (Proprietário de Terra nº 6).

Novamente o município de Tapes foi mencionado nas entrevistas, onde alguns entrevistados afirmam que o Plano de Manejo foi elaborado nesse município. Para a pesquisadora, existe uma falta de clareza sobre o que de fato ocorreu nesse município, dado que alguns entrevistados informam que foi a própria criação do PNLP, outros relatam ser as audiências públicas e alguns acreditam ser a elaboração do Plano de Manejo. Essa situação indica a desconsideração da população local, que não tem conhecimento suficiente para relatar o que de fato ocorreu, sendo desconsiderados antes da criação do PNLP e 13 anos após com a publicação do Plano de Manejo. Abaixo estão alguns extratos das falas que exprimem a ideia de desconsideração da população para a elaboração do Plano de Manejo.

> Não foi consultada, né. Foi feito isso no município de Tapes, que fica do outro lado da lagoa. Então assim, eu acho que a sociedade, a nossa sociedade, foi extremamente ignorada pelos órgãos gestores aí (Proprietário de Terra nº 6).

> Lá, lá foi aonde eles formaram Parque no caso, né, que eles criaram o Parque, o Plano de Manejo, essas coisas de Parque. O Plano de Manejo foi aonde começou, foi lá, Tapes, lá em Tapes. FURG, na época IBAMA, não sei se é fu... um monte de coisa. [...] Eu acho que, por obrigação, teria que ser feito, quando fizero a reunião ou Plano de Manejo, teria que ser feito na localidade de Tavares, aonde é onde o Parque foi criado, né (Representante dos Pescadores Artesanais).

> Ah, aquele que foi feito.... agora tô me recordando, é um que foi feito em Tapes? (Proprietário de Terra nº 2).

> Ah é o tal que foi criado lá em Camaquã, será? [...] Eu vejo falar. Mas eu nunca tive acesso a esse documento. Teve um desses que foi

> feito, não sei se é o plano de manejo que foi feito lá. Para... porque essas coisas tudo é votação, né. Claro que vale ter muito mais quantidade de ambientalista do que de proprietário, né. O pessoal de Tavares vai lá em Camaquã, não vai. Então, puxaram pra lá, se o parque é aqui. Não tem explicação, né? No meu ponto de vista não (Proprietário de Terra nº 5).

Nessa conjuntura, o estudo de Bernadetti (2018) também identificou críticas sobre o modelo de elaboração do Plano de Manejo do PNLP, cujos atores sociais alegam terem sido excluídos do local de realização do documento, indicando que foi elaborado fora da região. No entanto, a autora não mencionou onde ocorreu a elaboração do documento.

Ainda, o Pescador Artesanal nº 2 considera que deveria ter havido uma consulta individual com os pescadores artesanais durante a elaboração do documento, o que ele comenta que não ocorreu, dado que houve a participação apenas de autoridades. Para ele, os responsáveis pela elaboração do Plano de Manejo deveriam ter ouvido individualmente os afetados. O entrevistado destacou a importância desse trabalho, através de entrevistas para ouvir os relatos dos pescadores artesanais, como um modelo ideal para participação pública na elaboração do Plano de Manejo.

> Foi discutido em autoridades né, não foi, tipo assim a vamo... Fizemo um documento aqui e tal dia nós vamo esse esse documento vai entrar em acordo lá com eles, né entre a gente, que nem tu tá fazendo o teu trabalho aqui, eles não vinhero aqui, né que teria que ser um trabalho um trabalho individual perguntar pra depois fazer a... Não! Eles não fizero nada disso, né, pelo menos comigo e com algumas pessoa que eu conheço aí eles não fizeram nada disso, então foi um troço meio que que... (Pescador Artesanal nº 2)

No que se refere à maneira que o plano de manejo foi elaborado, o Proprietário de Terra nº7 pondera que foi além da desconsideração da população local e se configurou como desvalorização dessa população, que deveria ter sido ouvida e considerada no documento, dado que não lhes foi dada a oportunidade de participar da elaboração do documento.

> Sem nenhum valor. Desconsiderando total as pessoas. Primeiro que o Plano de Manejo não foi construído junto com as pessoas. Não tem como construir isso se tu não envolver essas pessoas. As pessoas precisam ser escutadas. As pessoas que moram aqui não foram escutadas. Não foram! Então as pessoas precisam... Não construíram dessa forma, junto com as pessoas (Proprietário de Terra nº 7).

A falha na falta da participação pública é reconhecida pelo Funcionário do ICMBio, que informa que houve a participação de diferentes atores no Plano de Manejo. No entanto, não existem relatos da contemplação da população local. A fala do entrevistado é condizente com o SNUC, que aborda que a população local deveria ter sido consultada, porém não havia legislação que estabelecesse isso.

> Teve, né, teve teve foram teve vários instituições que foram né, que foram que, que trabalharam na época, né, da construção da unidade, relacionado ao plano de manejo, teve várias instituições aqui, né, então são dezenas de instituições envolvidas. Mas como participação pública local, né isso é questionável até hoje a gente ouve relatos, né, que não teve o envolvimento da participação pública local, né? Então é a... de certa forma, também até não tenho muito conhecimento sobre essa questão, se a mas pelo o que a gente, vê, é que os municípios não tiveram muita muito envolvimento nessa questão aí, né? [...] É bem provável, deveria ser com certeza certamente mais trabalhado a, né, na questão local. (Funcionário do ICMBio).

Outrossim, alguns entrevistados desconhecem completamente o Plano de Manejo do PNLP. O Pescador Artesanal nº 7 confundiu o Plano de Manejo com o Termo de Compromisso, que comenta diretamente sobre as regras para realizar a pesca na Lagoa no Peixe e no Oceano Atlântico. A confusão foi observada em outros momentos da pesquisa com outros entrevistados também, cujo fato pode ser justificado pelo amplo conhecimento dos pescadores artesanais do Termo de Compromisso, uma vez que esse documento foi elaborado em conjunto com a comunidade de pescadores artesanais. Portanto, trata-se de um documento conhecido, enquanto o Plano de Manejo, ainda que mais antigo, teve uma forma de criação e divulgação que não colaborou para que os entrevistados obtivessem conhecimento suficiente sobre o documento. Além disso, as dificuldades que conferem o desconhecimento do documento vão para além do acesso ao documento, uma vez que o Pescador Artesanal nº 9 aborda a dificuldade de leitura, cujo fato dificulta o conhecimento de todos os documentos que envolvem o PNLP.

> Ah, isso aí eu não lembro (Proprietário de Terra nº 1).
>
> É, muito pouco, porque eu leio pouco, né? Leio muito pouco. Eu estudei só até a quarta série, mas já hoje em dia não sei coisas da da

> segunda, pra ler mesmo é uma dificuldade. Então, eu leio pouco (Pescador Artesanal nº 9).
>
> É nós aqui só vem essas coisas assim, né? O que vai mudar? O que, o que é assim é quantia de rede, malha de rede, essas coisas. Para nós, só vem essas coisa assim. E em outras coisas por trás disso que a gente não sabe (Pescador Artesanal nº 7).
>
> Ah pra te falar bem a verdade, o não exatamente... Conheço alguma alguma coisa da pesca que foi entregue alguma coisa, mas mas o plano de manejo mesmo do parque não conheço (Pescador Artesanal nº 8).

A validade do Plano de Manejo também é questionada por alguns entrevistados devido a diversos fatores, tais como: a permanência das atividades dentro da UC, a criação do plano em outro município e a data do plano. Dessa forma, acreditam que o documento não possui validade devido ao tempo de publicação ou também pelo fato da permanência das atividades dentro da UC.

> Mas eu acredito que certas coisas foi revogado nesse plano. Acho que não tá mais não tá mais naquela, .mas há muitos anos eles disseram que era tanto para retirada do Pescador como do proprietário. Mas até hoje não saiu indenização, não compraram terra de ninguém, não (Pescador Artesanal nº 1).
>
> [...] esse plano teria que ter feito ele em 5 anos, teria que ter liquidado ele, né, tinha que ter... renovado ele. E nunca mais, isso, não fizeram isso. Então eles não tem o direito também de...não tem muito direito (Representante dos Pescadores Artesanais).
>
> O plano de manejo, é como a gente tá falando, ele foi criado em Tapes, ele não foi criado junto com a comunidade. Isso deixa ele [...] deixa ele praticamente sem validade, entendeu, que ele, ele não foi criado com a comunidade. Isso é o que diz a lei, agora, o que que eles vão fazer, a gente não sabe [...] (Representante dos Pescadores Artesanais).

Para Barros e Leuzinger (2018) a criação de UCs por si só não assegura a sua efetividade, para isso, é necessário desenvolver o planejamento e a gestão da área. Nesse contexto, as autoras explicam que o Plano de Manejo das UCs é o documento que possui importância reconhecida pelo legislador, com missão de concretizar o regime jurídico estabelecido no SNUC, aproximando a lei da realidade, evitando que as UCs sejam de papel (BARROS; LEUZINGER, 2018).

Foi reconhecido pelo entrevistado Funcionário do ICMBio que existe a necessidade de atualização do Plano de Manejo, uma vez que já tem aproximadamente 24 anos desde a data da sua publicação e até o momento não existe uma versão mais recente. O Funcionário do ICMBio relatou que no ano de 2015 já haviam sido realizadas revisões pontuais no documento, no entanto, não houve continuidade desde então nas revisões. Porém, comenta que é importante que a revisão do Plano de Manejo tenha andamento.

> [...] ele precisa de de de uma revisão pontual nesse plano manejo, né? Então é, mas ainda é o plano que a gente usa, né? Então, mas a a gente entende já, então esse ano a gente vai ser, vai trabalhar já justamente isso para que seja feita uma revisão pontual nesse plano de manejo, né, porque até no caso de muitas coisas que que que poderiam ser desenvolvida a dentro da unidade de conservação, né, ficam meio que travado ali no no plano de manejo e aí hoje a gente já se entende, né, que isso teria que ser mudado, porque não geraria impacto nenhum na unidade de conservação de certo modo, então. É o Plano de Manejo, apesar de que a gente tá usando ele, mas ele precisa ser feito uma revisão pontual. (Funcionário do ICMBio).

A elaboração do Plano de Manejo é um ofício desafiador para o órgão gestor ambiental, uma vez que aborda conteúdos técnicos em profundidade. Nesse contexto, é necessário que seja realizada uma série de pesquisas e estudos técnicos, com elevado custo financeiro e velocidade de elaboração mais lenta que o estipulado em lei (BARROS; LEUZINGER, 2018).

Foi questionado ao ICMBio se será contemplado no novo Plano de Manejo questões que envolvem a categoria escolhida para a UC e as atividades que ainda são desenvolvidas na área. Posto que existem atividades que não condizem com a categoria de Parque Nacional e que a rigor não poderiam ser desenvolvidas, se haverá modificações nesse sentido para reduzir conflitos com relação a essa incompatibilidade teórica. O Funcionário do ICMBio explica que a criação do Termo de Compromisso é um instrumento legal que permite a permanência de pescadores dentro da área, sendo assim, no que envolve a consideração dos pescadores artesanais apresenta mais avanço quando comparado aos proprietários de terras.

> A, isso vai ser discutido e certamente agora na nessa revisão que que terá, né? Ainda não temos data, ainda, isso a gente vai trabalhar para que isso aconteça o mais breve possível, né? Então, a certamente esses assuntos vai ser vai ser ouvido e vai ser discutido, né, tá junto, já dentro da dessa revisão pontual do plano de manejo, né. Então é a

> gente, já temos até podemos falar depois do problema da parte dos pescadores, né. Isso já avançou na questão dos pescadores, já temos construído um já foi construído um termo de compromisso em 2019. Então é isso, vai estar dentro da revisão do Plano de Manejo automaticamente e outras demandas que que sejam caminhos certamente estarão nessa revisão pontual (Funcionário do ICMBio).

A revisão do plano de manejo consiste em um procedimento técnico-administrativo, que promove alteração, supressão ou inclusão, geral ou pontual, de um ou mais elementos nesse documento. Nesse contexto estão inseridos normas, zoneamento, programas de manejo e outros (MINSTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

No que se refere às propostas de modificações no Plano de Manejo do PNLP, quando questionado o que os pescadores artesanais e proprietários de terras gostariam de sugerir, eles mencionaram alguns pontos, como: a permanência dos pescadores artesanais e dos proprietários de terras, elaboração de um plano de manejo com a participação da sociedade, educação ambiental para a população local e a recategorização da UC.

> Olha, o que eu poderia propor é que a continuação dos proprietários de terras e pescadores porque e... um pouco mais educar, né, educar um com conhecimento ambiental, né (Pescador Artesanal nº 2).

> Penso que o homem tinha que ser mais bem pensado, sabe? [...] o homem, né, este animalzinho que somos nós aí, né. Nós deveríamos ter alguma consideração. Sabe, para tu poder exercer o poder de de proprietário, né, respeitando a...as regras de preservação, né. Então eu acho que nós... os homens foram excluídos, né [...] Então a raça humana, eu acho que ela foi exclusa [...] Só se preocupam com as aves, com os répteis lá, com com a mata e tal (Proprietário de Terra nº 6).

> [...] eu acho que o ideal, até pra pra ficar bom pros dois. Parque, pelas restrições de Parque, seria acho que uma APA. É... outra. Porque parque, a restrição dele só se ser melhorado, entendeu? Ser mudado. Mas Parques Nacionais, o que diz pra gente lá, não pode ter morador em Parques Nacionais, não pode ter pesca em Parques Nacionais (Representante dos Pescadores Artesanais).

Uma outra sugestão de melhoria no documento é apontada pelo Representante dos Proprietários de Terras, que menciona a área entre Lagoa do Peixe e Oceano Atlântico deveria permanecer de Proteção Integral, com a categoria de Parque Nacional e o restante da área deveria se tornar Uso Sustentável, e sugere a categoria de Área de Proteção Ambiental. Ele explica

que dessa forma poderia compatibilizar a atividade de pecuária dentro das propriedades, na área que hoje é o PNLP.

> [...] a nossa é que no plano de manejo é que é é que a que o parque ficasse da Lagoa pro lado do mar, que é grande ali, né, as dunas, a... tem campo ali, né, e...e que... em que os campos da Lagoa, uma pecuária que se é importante pra, só pecuária, só pecuária sustentável, como ela é importante para os maçaricos. Esse aí o estudo foi feito, né. Que ficasse Área de Proteção Ambiental, entendesse? Área de Proteção. Para não tirar essa terra desse, desse proprietário. Não precisa tirar a terra a... a Lagoa do Peixe. A...a Lagoa do Peixe, a....a...a.... aquele trecho que tem entre a Lagoa e o mar ali, né, é grande [...]. (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 7 sugere que a sociedade deve estar inserida na discussão de um novo Plano de Manejo para o PNLP e, a partir do resultado das reuniões, será possível a elaboração de um documento representativo da realidade local. Como forma de organização da sociedade para que todos participem, o entrevistado orienta que sejam realizadas reuniões em setores, nas localidades do município de Tavares, como Capão Comprido, Campo da Honra, Costa de Cima, dentre outras que estão inseridas nos limites do PNLP.

> A, teria que estudar. Esse plano é um plano grande... plano. Teria que pegar ele inteiro e discutir junto com a sociedade. Eu acho que essa discussão ela precisa ser aberta, não tem como construir sem as pessoas, porque todo mundo vai ter uma opinião para dar no plano de manejo e aí desta todo mundo falando [...] Cada situação é uma realidade. Vai ter uma opinião para.... E é dessa forma que constrói isso que tu ta escutando as pessoas que estão envolvidas no processo (Proprietário de Terra nº 7).

A participação da população residente é assegurada por lei para a elaboração, atualização e implementação do plano de manejo é exigida para as categorias de Reserva Extrativista, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental, e quando couber, Florestas Nacionais e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (BRASIL, 2000). No entanto, a IN nº 7 de 21 de dezembro de 2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão dos planos de manejo de UCs federais, considera que a participação das comunidades tradicionais e grupos sociais que estão relacionados à UC deve ser assegurada, com vistas à valorização do conhecimento tradicional, harmonização aos interesses socioculturais e conservação da natureza (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Ainda, o mesmo proprietário comenta sobre a possibilidade de inserir no Plano de Manejo um sistema de compensação ambiental para que o proprietário de terra seja o guardião dessa área, protegendo o meio ambiente e recebendo um valor do governo para promover a preservação dessa área.

> Essa é manter o proprietário ali e valorizar, não só deixar ele ali, mas valorizar. Porque não o governo federal ter uma compensação ambiental para manter essa pessoa, ser um guardião? Ele pode ganhar por isso. Ele tá cuidando, tá protegendo o meio ambiente, tá salvando? Flora, fauna, tá salvando tudo ali. Está cuidando disso (Proprietário de Terra nº 7).

Nessa circunstância, o estudo de Barros e Leuzinger (2018) aborda que o Plano de Manejo deve conter medidas que promovam a integração da UC com a vida econômica e social das comunidades vizinhas. Para as autoras, tal premissa é válida dado que a criação de uma UC deve ser acompanhada da consideração do contexto social do entorno. Para este propósito, orientam que sejam estabelecidas políticas públicas que beneficie e integre a comunidade, com participação dos processos socioeconômicos, incentivo ao desenvolvimento de alternativas de renda e subsistência, colaborando para que o ônus da criação da UC seja reduzido sobre a vida das comunidades. Como consequência, a valorização da comunidade local implica diretamente no fortalecimento da relação da comunidade com o órgão gestor ambiental, bem como na conservação da biodiversidade (BARROS; LEUZINGER, 2018).

Por fim, o Proprietário de Terra nº 7 comenta sobre a retirada das restrições na área da praia, no que se refere à ausência de rede de energia elétrica e o impedimento da reforma de benfeitorias. Para o entrevistado, esses assuntos devem estar contidos na modificação do Plano de Manejo.

> Talvez isso seria uma... um proprietário, pescador. Mas não excluir as pessoas, não deixar as pessoas não liga a luz. Não deixar as pessoas não reformar suas casas. Então ter esse início... é esse incentivo. É a valorização. Tanto do Pescador. Nós tínhamos tudo, a barra tinha hotel, tinha restaurante, é... casa. Hoje, tu não pode reformar a casa que se não o Ministério público vem cá e te multa, meio ambiente (Proprietário de Terra nº 7).

O próprio Plano de Manejo do PNLP reconhece que existe uma preocupação com os pescadores artesanais e proprietários de terras no que tange uma solução alternativa para essas pessoas, uma vez que não aborda

alternativas de fonte de renda para a população local e reconhece que serão fortemente impactadas com a efetiva implementação da UC.

4.1.3. Benefícios e Prejuízos Decorrentes da Criação do PNLP para os Atores Sociais

Apesar das inúmeras restrições que existem na UC, os pescadores artesanais e proprietários de terras reconhecem a importância de algumas medidas utilizadas para a manutenção do ecossistema no que tange a quantidade do pescado. Além disso, acreditam que a criação do PNLP protegeu a região da vinda de pescadores de outras regiões, em razão do órgão gestor conceder a permissão da atividade de pesca apenas para os habitantes da região, fiscalizando e punindo os pescadores chamados "clandestinos", que não possuem licença para realizar a atividade de pesca dentro dos limites do PNLP.

> Se não tivesse regras, o troço era feio. Era terrível, as pessoas de fora invadem, assim mesmo é parque e hoje a gente vê caminhonetes e caminhonetes ainda fazendo o arrastão e vão ali para dentro e fazem (Pescador Artesanal nº 1).
>
> É, vamos supor pra nós, pra nós, foi porque porque se já imaginou se o camarão tá pouco, tu já imaginou se todo mundo pudesse pescar? Né? Se todo mundo de fora pudesse vir e pescar na Lagoa do Peixe. Então, aí ia diminuir mais o pescado ainda, né? Se já está pouco (Pescador Artesanal nº 4).
>
> Trancou essa gente de fora de entrar no parque. Foi um benefício pra pra quem mora aqui, né? (Pescador Artesanal nº 8).
>
> É, é, foi positivo. Só nesse lá nesse lado, nesse lado aí de de de fiscalização, né? Porque a...a fiscalização da pesca né, só só desse lado aí, [...] que essas pessoas que vêm de fora, ele não respeita, né. Eles não quere nem saber se tu vai ter amanhã no caso, né. A... vem aí é no mar, no oceano, é tudo eles só querem destruir, né. Aí, aí nós é diferente, nós pensamos diferente já, né? A gente não pode querer pegar tudo numa hora só, né. Tem que deixar sair um pouco também, né. Vai... E querer pegar o camarão miudinho ou peixe miudinho? Não, não pode também, né, porque tem que ter consciência, né? (Proprietário de Terra nº 1).

O Pescador Artesanal nº 4 também comentou sobre a vinda de pescadores de outras cidades, como São José do Norte e Tramandaí e do estado de Santa Catarina. Ele comenta que antes da criação do parque existia

apenas uma carteira de pescador, que permitia a pesca em todo o território brasileiro, de forma que pescadores de outras regiões podiam pescar nos arredores da Lagoa no Peixe. Somente após a criação da UC que foi concedida uma licença para a pesca dentro dos limites da UC, intitulado como Pescador Provisório do PNLP, o que impediu o desenvolvimento da pesca por pescadores de outras regiões, que ficaram conhecidos na região como pescadores “clandestinos”. O Pescador Artesanal nº 4 comentou sobre um episódio que o IBAMA solicitou para os pescadores clandestinos a licença de Pescador do Parque, como não tinham, o órgão ambiental solicitou que estes se retirassem da área.

> Ó, veio carreta de pescadô, descarregaram aí e tiveram que ir embora. O cara trouxe uma carreta cheia de de pescadô é e canoa e as canoa que eles diz, os caíco, né? E aí foram tudo embora. O IBAMA chegou ali e pediu a licença deles. “Não, nós temos lá, temo a licença lá de Santa Catarina.” Não, mas. Aí, recolher levantar todos eles, então... (Pescador Artesanal nº 4).

O Representante dos Pescadores Artesanais também reconhece o benefício da criação do PNLP no que tange o impedimento do desenvolvimento da atividade de pesca por outros pescadores que não sejam da região. Além do mais, se não fosse criado o PNLP, presume que os pescadores das outras regiões iriam ocupar o parque, provocando uma pressão para que os pescadores artesanais da região abandonassem a atividade, uma vez que eles tinham melhores equipamentos de pesca.

> Não ia ter peixe, não ia ter nada, eles iam acabar com tudo, os cara de fora. [...] Ah os pescador tudo de fora, vem, os caras são mais equipado, aparelho é grande (Representante dos Pescadores Artesanais).

O Pescador Artesanal nº 9 comenta que a criação do PNLP foi benéfica para a preservação da atividade de pesca artesanal dentro dos limites da UC, em virtude de que anteriormente à criação da UC não havia limites estabelecidos e orientações para a pesca do camarão e do peixe. O entrevistado comenta que a fiscalização contribui para a manutenção das espécies que são fonte de renda para muitas famílias da região.

> Porque... em si a pesca já tá mais diminuída, né? Tá mais muito defasado. E eu acho que se não tivesse a a fiscalização seria pior, então tudo eu acho que.... tudo no mundo o cara tem que preservar. Porque se não vai para um ponto, termina. Só tem a terminar né, porque a gente só tira, né, e eu acho que agora o hoje no hoje tá muito bom (Pescador Artesanal nº 9).

Além disso, o Pescador Artesanal nº 9 menciona sobre o tamanho do camarão que podia pegar antes da criação do PNLP. No entanto, reconhece que após a criação do PNLP compreendeu que o camarão com o tamanho maior beneficia a procriação da espécie e o valor econômico.

> Que antigamente o Pescador não.... se tivesse comércio, tava pescando, matava camarão de 6, de 7. E hoje não, o cara espera chegar os 9 cm aí aí já tem mais valor né, e se matar ele com 12, 10, 13 cm, mais valor tem aí, aí depende o tamanho né. (Pescador Artesanal nº 9).

Dentre outros benefícios, o Pescador Artesanal nº 2 comentou sobre a conscientização e reflexões sobre as suas ações, que foram desenvolvidas após a criação da UC, com as ações do órgão gestor, que possibilitou a correção de algumas ações do pescador. O entrevistado comentou que ele tinha algumas atitudes que não eram adequadas, no entanto, na época ele não tinha essa consciência e afirmava que não fazia por maldade e explica que atualmente reconhece a importância de conservar e proteger o lugar que ele reconhece como “nossa casa”, o PNLP.

> Mas em parte, uma parte é bom, protege né porque, ã.... Mas eles queriam trazer mais um pouco mais de educação, porque a gente não tinha na época, agora a gente já tá mais atualizado, assim, já sabe mais alguma coisa. (Pescador Artesanal nº 2).

Além disso, o Pescador Artesanal nº 2 citou o exemplo da caça, que antigamente ele pegava marreca, ovo de marreca ou pato para comer. Após a criação do PNLP, comenta que passou a refletir sobre a sua ação e afirma que hoje ele não caça mais, uma vez que tem consciência de que ao pegar o ovo da marreca vai impedir que ela tenha filhotes. Ademais, ele afirma que a maioria dos pescadores artesanais do parque também não caça. Além disso, ele comenta que ensina os seus filhos a não caçarem também.

> Mas hoje eu sei que não pode. Eu passo para os meus filhos e digo ”ó, né" então tem toda essa... né eu eu eu me eduquei um pouco e tento educar alguém que me escuta, porque se não me escutar não posso fazer nada né... (Pescador Artesanal nº 2).

O benefício da preservação das espécies também foi mencionado pelo Proprietário de Terra nº 6, dado que considera que antes a caça era realizada culturalmente para o consumo.

> [...] a preservação de algumas espécies, né. Que antigamente se... se abatia muito, marreca, marrecão essas coisas assim. O homem vivia muito da caça, mas isso não era maldoso, era cultural, sabe? (Proprietário de Terra nº 6).

O Pescador Artesanal nº 7 também comentou sobre os benefícios da criação do PNLP para a proteção do meio ambiente e para a redução da caça. Ele afirma que hoje não escuta mais nenhum tiro de caçadores caçando no banhado, o que acontecia antes da criação do PNLP com frequência.

> Só pra proteção foi bom, né, proteção de muitas coisas aí que acontecia que hoje não acontece mais né, nesse banhado mesmo aí era um campo de guerra [...] Da clareava o dia e a noite só ouvia tiro nesse banhado. Hoje não ouve mais nenhum tiro! (Pescador Artesanal nº 7).

O Pescador Artesanal nº 6 pressupõe que se o PNLP não fosse criado iria haver uma expansão significativa na área das praias devido à chegada de novos moradores, e consequentemente, a ocorrência de impactos na área.

> Pra mim eu acho que não foi, não foi nada mal, porque... É, se não tivesse o parque, bah hoje é... a cidade na beira dessa Lagoa. Porque do jeito que veio gente fora aí. Vou te falar uma coisa, tinha moradores aí de fora de montão. Ainda bem que eles vieram e correram todo mundo, né? (Pescador Artesanal nº 6).

O Pescador Artesanal nº 8 reconhece que a criação do PNLP foi benéfica para os pescadores artesanais da região, pois a atividade de pesca ficou exclusiva desse grupo. Não obstante, reconhece que persiste uma incerteza quanto à situação de uso das terras pelos proprietários, dado que o

entrevistado demonstra se preocupar com a permanência do gado na propriedade privada.

> [...] O Pescador tem sido beneficiado, né, não sei o que que vai acontece com os pecuaristas, né, se vão proibir o gado lá dentro, se vão tirar os campos (Pescador Artesanal nº 8).

Além dos pescadores artesanais do parque se sentirem incomodados com a presença de pescadores clandestinos, o mesmo incômodo é sentido pelos proprietários de terras. Alguns proprietários explicam por que consideram que a criação no parque foi benéfica para o desenvolvimento das suas atividades dentro da propriedade, no que envolve o impedimento da atividade de pesca artesanal clandestina, conforme os extratos abaixo:

> [...] a não vinda de pescadores de fora trouxe benefícios para os proprietários. Porque eles vinham aí, estragavam cercas, acabavam com tudo, faziam uma anarquia, né, sujavam, colocavam sujeira e porcaria, isso aí.... contaminação, poluição... Então isso aí nos trouxe benefício, também beneficiou os proprietários (Proprietário de Terra nº 2).

> Primeiro porque eles não respeitavam nada. Derrubava a cerca da gente. E não se tinha campo fechado na época da da pesca do camarão. Eles invadiam tudo. [...] Derrubavam, deixava as porteira aberta. E era tudo gente estranha, né. Então, a única coisa que melhorou que eu vejo (Proprietário de Terra nº 5).

No entanto, a percepção do Proprietário de Terra nº 4 é diferente, onde menciona que o benefício da criação do PNLP talvez seja sentido somente pelo município e afirma que os proprietários não tiveram nenhum tipo de benefício, em virtude da redução dos valores das terras.

> Eu acho que para o município talvez tenha, né? Mas para nós, proprietários, não. Não, porque teve um prejuízo, né, no valor das terra (Proprietário de Terra nº 4).

No que se refere ao setor turístico, foi mencionado pelo Proprietário de Terra nº 6 a divulgação dos locais como um benefício e comenta que os municípios de Tavares e Mostardas são conhecidos mundialmente nas instituições naturais de preservação. Nesse mesmo contexto, o Proprietário de Terra nº 7 comenta, se referindo aos prejuízos sobre a população local e benefícios no que tange o cenário mundial.

> A divulgação dos locais [...] A... hoje Mostardas e Tavares são conhecidos no mundo todo nessas Instituições de... Naturais aí de preservação de de são mais... A... positivo o que mais? Não, eu acho que é isso aí, né. Turismo, isso aí que eu te falei (Proprietário de Terra nº 6).
>
> [...] Ela só foi negativa, talvez positiva, a mundialmente (Proprietário de Terra nº 7).

No que concerne os prejuízos decorrentes da criação da UC aos pescadores artesanais mencionaram sobre a insegurança da permanência das atividades desenvolvidas, que apesar de possuírem a autorização da pesca, ela é provisória.

> Um impacto negativo é essa questão que tá em dúvida, né, a gente não sabe se permanece, se vai ser as pessoas também, os proprietários, proprietários a gente tem os dois lados, a gente trabalha unidos tanto pescador como proprietário (Pescador Artesanal nº 1).
>
> [...] eles ficam aí ah fica tanto tempo e tem que sair, daqui a pouco a gente, né conversa aí fica mais um pouco, então ninguém tem aquela garantia, né, tu não tem aquela garantia de que tu que tu vai dizer ah que o teu fim vai ser aqui é e ninguém tem isso então né (Pescador Artesanal nº 2).

Além da incerteza da continuidade das atividades de pesca artesanal, o Pescador Artesanal nº 9 comenta sobre a proibição da reforma das benfeitorias e da multa que recebeu por ter uma casa dentro da área do PNLP.

> Mais e de ruim que eu acho, é isso aí, é eles querer tirar o cara de lá, que nem eu ser multado por causa de uma casa, porque tá tá velha caindo por causa que eles nunca deixaram arrumar. Eu acho que que o de ruim é isso (Pescador Artesanal nº 9).

Para o Pescador Artesanal nº 8 o prejuízo da criação do PNLP se refere à demora da liberação da pesca do camarão, onde alguns gestores anteriores não liberavam ou demoravam para autorizar. O Pescador Artesanal nº 5 também relata ter tido problemas com antigos gestores da UC.

> [...] A coisa que já passou, né? O tempo dos outros gestores antigos aí que viram que talvez o camarão tava pronto pra ser, pra ser pescado e um gestor não liberava a pesca, né? Eu acho que era um juiz, né? Hoje de uns 3, 4 gestores para cá melhorou muito. Tá bem light, tá (Pescador Artesanal nº 8).
>
> [...] teve uns chefe que prejudicaram bastante o Pescador, não todos, mas teve alguns que foram muito cruéis com Pescador (Pescador Artesanal nº 5).

Para os proprietários de terras os maiores prejuízos se devem às restrições impostas pela legislação ambiental do PNLP.

> Negativo é a falta de autonomia sobre o que é teu, é ter que se submeter as leis que tu não pode fazer o que tu quer (Proprietário de Terra nº 2).
>
> Tudo, né. Porque se tu vai perguntar hoje pra.... Nada, tu pode fazer. Se tu ir lá perguntar, tu não pode. Fazer uma cerca reforma uma cerca. Ah, não pode. É só não pode. Eu nem vou lá perguntar muita coisa. Mas é o que eu vejo falar por aí. Que tudo que eu vou pedir não pode (Proprietário de Terra nº 5).
>
> A comunidade de Tavares e de Mostardas que tem áreas aqui estão deixando as áreas se degradarem porque a legislação não permite, por exemplo, que faça uma limpeza dos córregos de água, né? (Proprietário de Terra nº 6).
>
> Negativa para quem vive no município. Porque tu tem, não tem, não tem lógica, não tem dentro do parque, não pode, não pode, não pode, não pode, não pode (Proprietário de Terra nº 7).

O Proprietário de Terra nº 3 mencionou sobre a tentativa de desapropriação como um prejuízo da criação do parque, tendo em vista que não gostaria de ser desapropriado e relatou uma ligação que recebeu, em tom intimidatório, para que aceitasse a desapropriação.

> [...] um dos gestores também me ligou e disse que estava com a documentação da minha terra e ele marcou preço. Um preço irrisório, e um absurdo, assim, bem tipo ditador: “Tu queres é esse o valor, se não tu vai, vai ser pago na justiça” (Proprietário de Terra nº 3).

Em consonância com Diegues (2000, p. 16), a questão fundiária dos parques nacionais brasileiros ocasiona uma enorme dívida pública no que envolve a desapropriação das terras para implementação de UCs. Ainda, de acordo com esse autor, essa dívida exorbitante ainda não foi paga pelo governo e ocorrerá mediante ações judiciais, com recursos retirados de áreas prioritárias como saúde, educação e combate à miséria.

Para o Proprietário de Terra nº 4 o principal prejuízo da criação do PNLP foi a desvalorização das terras e a dificuldade de vender, uma vez que ainda não existe um posicionamento do governo se vai desapropriar ou não os proprietários.

> Não, o que teve de ruim foi que as terra desvalorizaro, né? Não tinha mais para quem vende a terra. Se eu necessitasse vender aquela Terra para ti, para outra pessoa. Como é que eu ia vender? Entendi, não tinha, não vendia. Não tinha para quem vende. A entrada do parque foi isso aí, né. Hoje a Terra que faria 30 será que eu pego 10 hoje? Esse que é o problema (Proprietário de Terra nº 4).

Como mencionado por Silva Pimentel e Ribeiro (2016), a criação de áreas protegidas, através dos territórios de preservação e conservação da natureza, apresenta um cenário favorável e desfavorável para as populações locais, que habitam no interior ou no entorno dessas áreas.

O estudo de Silva Pimentel e Ribeiro (2016) elencou uma série de estudos de caso que constroem uma tese da análise multidimensional dos conflitos desencadeados pela criação de UCs e populações locais. Os autores consideram que as políticas de criação de UCs são decididas em escala global para serem aplicadas em territórios em escala local. Nessa política estão contidos diferentes graus de exclusão das populações locais dos seus territórios, apresentam lacunas na participação na gestão, controlada pelo Estado, até mesmo a eliminação dos seus meios de reprodução social, econômico e cultural (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016).

4.2. As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais como Consequências do Processo de Criação do PNLP.

A segunda categoria, denominada As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais como Consequências do Processo de Criação do PNLP abrange cinco subcategorias, denominadas: Modificações no Desenvolvimento das Atividades; Possibilidade de Impedimento das Atividades Econômicas; A Falta de Diálogo nas Antigas Gestões do PNLP; Liberação da Pesca; Abertura da Barra. A segunda categoria e as respectivas cinco subcategorias estão organizadas no fluxograma abaixo, conforme a metodologia utilizada.

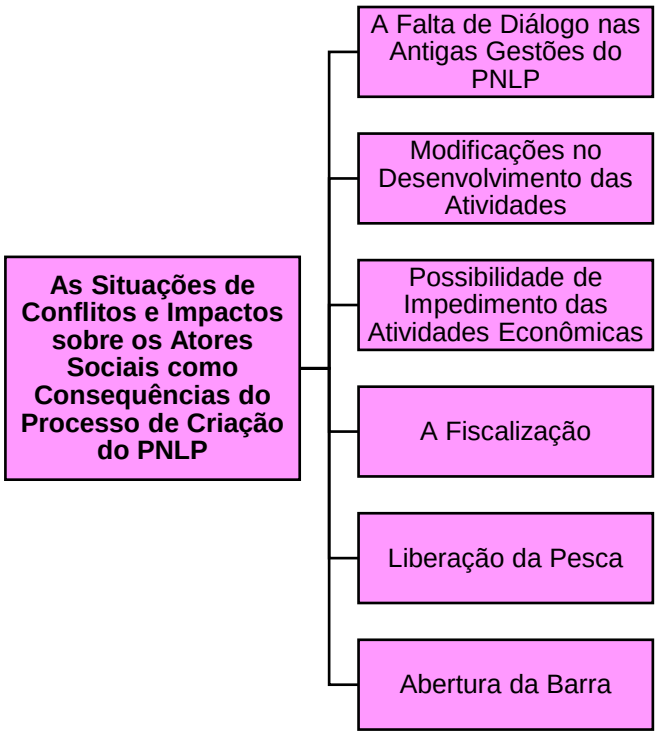

Figura 9 - Fluxograma da Categoria nº 2 com Seis Subcategorias.

Fonte: A autora, 2023.

A unidade de contexto da Categoria nº 2 se refere às consequências sentidas pelos atores sociais devido à maneira problemática que o PNLP foi criado. Dessa forma, foram encontrados fatores que causaram e ainda causam situações de conflitos na gestão do PNLP, bem como descobrir as consequências sentidas pelos atores sociais das situações de conflitos.

4.2.1. Primeiro fator - A falta de diálogo nas antigas gestões do PNLP

A falta de diálogo entre o órgão ambiental com os pescadores artesanais e proprietários de terras foi um fator que dificultou que o PNLP atingisse seus objetivos de preservação e a colaboração da população local na conservação da área. A falta de comunicação entre a população local com os órgãos gestores anteriores do PNLP não promoveu a gestão participativa da UC, cujo assunto tem sua importância reconhecida atualmente pelo ICMBio. Sendo assim, a falta de aliança entre o órgão gestor do PNLP com a população local diretamente afetada foi o fator base para despertar conflitos na região.

Dessa forma, surgiram outros fatores que desencadearam conflitos na região, elencados nas próximas subcategorias. Para Diegues (2000, p.16) os funcionários e administradores dos parques nacionais brasileiros se comportaram como “senhores feudais”, uma vez que possuem o poder de decidir arbitrariamente sobre a vida das populações que habitavam nessa área durante gerações.

Nesse contexto, no que concerne às tentativas de estabelecer diálogo entre o órgão gestor e a população local, foram realizadas reuniões na Câmara de Vereadores no município de Tavares, extremamente problemáticas, dado que os funcionários do órgão ambiental da época, IBAMA, não conseguiram minimizar as situações de conflitos e, por isso, foi necessária a presença de policiamento. Além disso, a forma autoritária das medições das propriedades sem o devido diálogo com os moradores causou revolta nos proprietários de terra, manifestando insatisfação com a criação da UC. O trecho abaixo aborda um relato da situação.

> [...] nas reuniões era com o policiamento na porta da Câmara De Vereadores, que era um conflito de guerra. Não tinha condição. As pessoas que são preparadas para lidar com aquilo, eles lidavam como, entrando nas propriedades, quebrando as porteiras de camionete, do Governo federal, quando estava chaveada, metia a camionete, quebrava. Eles vinham para a reunião e dizio que tu não era dono, então não tinha como dar certo. As pessoas que se prepararam e estudaram para aquilo ali, para em área, porque é um conflito isso. Tu não conseguia lidar com o conflito, tu vinha conflitar mais ainda (Proprietário de Terra nº7).

Para Diegues (2000, p. 17), os cargos de direção dos órgãos ambientais são compostos por indivíduos com formação acadêmica que não possuem treinamento para a resolução dos conflitos socioambientais entre políticas conservacionistas e populações locais.

Os demais fatores que causam conflitos tiveram como base a falta de diálogo das antigas gestões do PNLP, listados nessa categoria, uma vez que visavam impor as regras sem considerar a percepção da população local. Nesse contexto, os demais fatores que ocasionaram os conflitos estão listados nas subcategorias que compõe a Categoria nº 2.

4.2.2. Segundo fator - Modificações no Desenvolvimento das Atividades

Após a criação do PNLP várias atividades, sejam elas econômicas ou não, que eram desenvolvidas pelos proprietários de terras e pescadores artesanais sofreram modificações. Dentre as modificações, estão incluídos casos de restrições, que apesar de não terem sido desapropriados ou recebido algum tipo de indenização tiveram suas atividades modificadas. Nesse contexto, no decorrer das entrevistas foram encontrados alguns tipos de modificações no desenvolvimento das atividades dentro dos limites da UC, ilustradas na Figura 10.

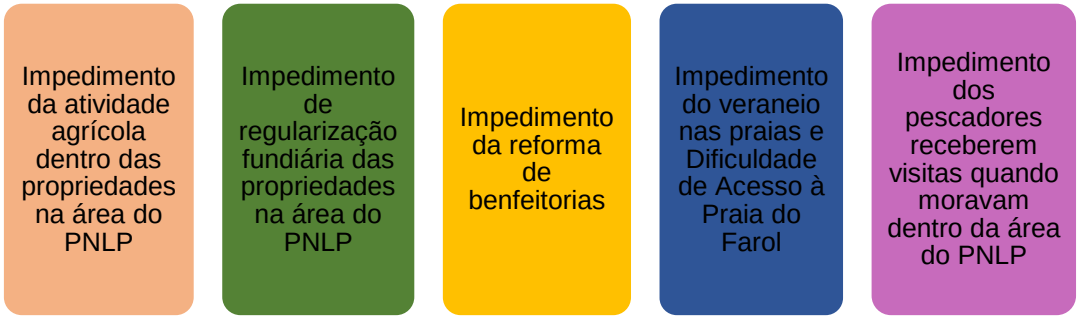

Figura 10 - Tipos de Modificações no Desenvolvimento das Atividades.

Fonte: A autora, 2023.

4.2.2.1. Impedimento da Atividade Agrícola dentro das Propriedades na Área do PNLP

A atividade agrícola foi proibida de ser desenvolvida dentro da área que o PNLP está delimitado. No entanto, a agricultura pode ser desenvolvida na zona de entorno, ou seja, na área mais alta do campo, fora dos limites do PNLP. Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 1 comenta sobre o prejuízo financeiro que os proprietários de terra tiveram com a proibição da plantação nessa área, chamada de banhado pelos entrevistados. Além disso, relatou a resistência de outro proprietário para encerrar a atividade agrícola na área de banhado, dado que foi orientado pelo órgão fiscalizador para encerrar a atividade agrícola na área ou iria ser penalizado com as medidas cabíveis, conforme o trecho:

> [...] Ai, ai, na no na descida e no banhado, ali, tu não pode plantar. Porque plantar, seja lá o que for, cebola ali, tu não pode plantar. Tu não pode usar nada ali, né, o último que tinha a plantação de cebola ali é o [...] eles proibiro, mas ele teimo teimo, eles foram lá e dissero pra ele: “oh, tamo te avisando a última vez, eu vou te dar o aviso, se não vamos te multar (Proprietário de Terra nº 1).

Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 5 recebeu um aviso do ICMBio para que ele não plantasse mais na área do PNLP, ele relembra com melancolia, com expressão facial triste e tom de voz baixo, as outras culturas que plantava para subsistência e ressalta que o campo possui qualidade para garantir uma boa produção de cebola. Além disso, comenta do prejuízo financeiro que a proibição dessa atividade há anos vem gerando para os proprietários que pagam os impostos em dia.

> Plantava cebola, milho, arroz, eles plantavam arroz do seco, numa época. Não podemos plantar mais.[...] Eles dissero, o ICMBio. Foro lá no campo do meu irmão, tinha um cercado de milho, eles disse: oh, tu só colhe esse milho e não planta mais. Nós temos uma das melhores terras do município, né, para produzir. Temos com as mão amarrada há 30 anos. A gente é proprietário, mas não pode usar. Aí imagina o prejuízo que dá, né. Para a gente que paga os impostos, que que vive daquilo alí que não sabe fazer outra coisa, mas... (Proprietário de Terra nº 5).

As restrições modificaram a forma com que a atividade agrícola poderia se desenvolver pelas próximas gerações, como uma continuidade das práticas econômicas e culturais da região, como a plantação de cebola. Além disso, as gerações descendentes precisam buscar caminhos alternativos para continuar desenvolvendo as atividades agrícolas, como o arrendamento de terras em outros municípios. O Proprietário de Terra nº 5 destaca que as terras que foram impedidas de dar continuidade ao desenvolvimento da atividade são de maior qualidade do que as terras arrendadas pelo seu filho.

> Filhos e netos. Hoje não tão por causa dessas proibição, né? Se não a gente tava tudo lá, que nem era antes.[...] o meu filho tá plantando numas Terras arrendada do norte, porque ali não pode plantar. Lá nas terra do.... do pontal, né, nas terras arrendada.[...] terra muito melhor que aquelas que ele tá usando, nós temos ali (Proprietário de Terra nº 5).

As atividades econômicas não podem mais ser realizadas na área do parque, consequentemente, não puderam ser perpetuados pelas gerações subsequentes, as quais se viram compelidas a buscar oportunidades em outros locais para a realização desta ou de outras ocupações. Apesar disso, não receberam nenhum tipo de indenização do governo federal durante esses anos pelo impedimento do desenvolvimento das atividades. O estudo de Arruda (1999) menciona que os objetivos de conservação das UCs não são cumpridos e ao mesmo tempo as populações locais são criminalizadas e proibidas de utilizar os recursos naturais sustentavelmente, garantindo sua reprodução sociocultural.

Um cenário parcialmente distinto é apresentado pelos autores Miranda, Santos e Santos (2017) no Parque Nacional Cabo Orange, onde a população local pode realizar a produção de culturas para a subsistência dentro dos limites da UC. No entanto, é impedido o comércio da produção, cuja agricultura de subsistência desenvolvida pela população local deve ser realizada na mesma área para produção de frutas, hortaliças, raízes e leguminosas (MIRANDA; SANTOS; SANTOS, 2017).

Sob outra perspectiva, o Proprietário de Terra nº 1 fala que as situações de conflito não influenciaram na permanência dos seus filhos na propriedade. Ele acredita que atualmente não existe mais interesse dos seus descentes de permanecerem na área rural, uma vez que possuem outra carreira.

> [...] por causa dos filhos não é que aí eles têm outra carreira, tem bastante coisa e tem o estudo, né, não vão. Mas eu acho que eles deviam permanecer no caso, né pegar uma uma profissão assim que que que dependesse no caso que tinha haver alguma coisa com com a com a aqui, com o município da gente, no caso, né que se interessasse mais, né, da... Sei lá, pecuária, eu sei lá o que for, no caso né ou biólogo ou sei lá [...] (Proprietário de Terra nº 1).

4.2.2.2. Regularização Fundiária

Assim como em muitos Parques Nacionais brasileiros, no PNLP ainda não foi realizada a regularização fundiária de toda a sua área, apenas uma parte mínima é regularizada. Essa situação gera uma expectativa na população local que sejam reconhecidos e que possam permanecer na área

desenvolvendo suas atividades. Entretanto, a mesma situação mantém a população local em situação de insegurança e tensão.

A situação da regularização fundiária não está em andamento, no atual momento, de acordo com o comunicado pelo Funcionário do ICMBio. Além disso, foi relatado que a Coordenação Geral de Consolidação Territorial (CGTer) já realizou tentativas de realizar a regularização fundiária. No entanto, não foi efetivada.

> [...]E sobre a questão da da parte de fundiária, a, por enquanto né, ainda não andou, né. Teve, se iniciou alguma coisa, né, teve algumas discussões, né, mas a, que nem eu falei, essa parte que se encontra hoje estável dentro do ICMBio, né? E e a tendência é que no momento isso pode estar com a nossa coordenação da CGTer, que é coordenação que cuida da parte fundiária, né, dentro da instituição, né? E aí depende deles, né, como eles vão agir, né, e o que fazer daqui pra frente, então até esse momento, eu falei, se encontra estável, né? (Funcionário do ICMBio).

Os problemas de origem fundiária afetam os herdeiros das propriedades dentro dos limites do PNLP. O Proprietário de Terra nº 7 comenta sobre a impossibilidade dos herdeiros de regularizarem as propriedades, uma vez que as áreas dentro dos limites do PNLP não podem ser regularizadas, permanecendo registradas em nome dos seus predecessores. O extrato abaixo mostra a fala do entrevistado:

> Tem legislação diferente, mudando e que nós temos uma situação complicadíssima, entendeu? Que tem as pessoas aqui no parque desmotivadas e acabando o maior patrimônio que eles têm a chega em pensar que não vale nada porque não tem valor comercial. Dificuldade, tu não consegue regularizar. O pai morreu, o vô morreu, o tio morreu, não consegue ficar ali. A união interfere. Descampado. [...] Não consegue, não consegue. Consegue fora do parque. [...] Mas, dentro do parque. Não consegue. Aliás, o parque está dentro da propriedade, a propriedade já estava ali. Que tinha dono de tudo, tinha. Isso. As pessoas não conseguem regularizar (Proprietário de Terra nº 7).

Ainda, o entrevistado critica o governo federal que extinguiu a profissão de uma comunidade, considerando que esta se compõe de indivíduos que passaram a vida se dedicando às atividades relacionadas a propriedade e de repente, se viram confrontados com legislações que impuseram transformações abruptas em sua forma de subsistência. Nessa conjuntura, o

entrevistado demonstra preocupação com o futuro dos proprietários de terras que moram nessa área e que dedicaram toda a sua vida para o desenvolvimento das atividades que tradicionalmente eram desenvolvidas na região. Ainda, salienta sobre os desafios que esses proprietários passarão com a mudança da área que habitam, caso sejam desapropriados, conforme o extrato da fala abaixo.

> Está sendo um... um caos assim por aí, uma para ter muitas pessoas sabem que vivem dali, o que sabem fazer, acabam. Não é como que está, tu está te formando ali. É exatamente isso, tu te forma e daqui a 6 meses, o governo federal edita uma lei, a tua formatura foi extinta. Não precisa mais dela. Sim, o que que faz? Tu ficou anos da tua vida estudando, te privando de tudo, deixando de fazer outro, qualquer outro negócio, te formo para ter uma profissão. Aí o governo extinguiu, não existe mais essa profissão. Tu tem que te reinventar com 60 anos. É impossível. É isso que o governo federal fez com as pessoas, né. Querendo que as pessoas assim, se reinvente. Então a pessoa que que se passou a vida inteira, passou a vida inteira a... na agricultura familiar, plantando, criando. De uma hora para outra, ele tem que ser quase que um investidor de bolsa. Bolsa de valor, valores de ações. Não existe. Isso não tem uma pessoa se reinventar disso não. Agora eu pego o dinheiro, ela pega o dinheiro e compra noutro lugar, noutro lugar aonde? E outra coisa, se valor que vai ser desapropriado, que vai comprar aonde? Com esse valor não compra. Se tu tem 10 hectares tu vai comprar 3, 2? Tá, e aonde tu vai comprar fora? Fora do teu reduto, fora de tudo, então? Então, são várias situações. Ou se não muito que nem viram que está na realidade. Hoje é um grossão do cinturão da cidade de miséria e questão social, drogadição, prostituição, é isso. Nós temos vários casos aí hoje, pessoas que eram aqui da área do parque se desmotivarem, acabaram saindo pessoas (Proprietário de Terra nº 7).

Essas situações de incerteza causam inúmeros transtornos para as famílias que são herdeiras nessa área. Muitos herdeiros nasceram em meio a essas situações e precisaram modificar algumas atividades desenvolvidas na área. Além disso, essa situação impacta diretamente sobre os objetivos dos parques nacionais, uma vez que a presença de populações locais nessa área indica que é um “parque de papel”.

4.2.2.3. O Impedimento da Reforma das Benfeitorias

O impedimento da reforma de benfeitorias que estão situadas dentro dos limites do PNLP representa um obstáculo significativo para a continuidade das

atividades dos pescadores artesanais e dos detentores de propriedades, uma vez que se fazem necessários reparos frequentes devido à simplicidade das construções. A situação de impedimento de reformas e consertos pode colocar em risco a segurança dos que necessitam habitar nessas construções.

O Proprietário de Terra nº 5 comenta que a casa e galpão na sua propriedade ficaram dentro do limite do PNLP, ou seja, não pode realizar nenhum tipo de reparo nas estruturas. No entanto, ele confessa que desafia as regras e realiza alguns tipos de reparos, uma vez que alega que não foi indenizado e considera injusto não ser permitido realizar reparos nas construções.

> [...] E ainda disseram que não era pra pegar nenhum prego, pra deixa cair. Mas alguma coisa andei arrumando. Não reformei tudo, mas alguma coisa arrumei. Se não já tinha caído tudo, né? Mas disseram que não podia (Proprietário de Terra nº 5).

O Pescador Artesanal nº 10 comenta que foi multado em R$ 1700,00 por ter uma casa na praia, dentro do limite do PNLP, sem nenhum tipo de aviso prévio. Ele alega que foi chamado de invasor do PNLP. No entanto, ele não se considera invasor, pois já estava na região antes da criação do PNLP.

> [...] tão aí com as murta das casas, nós temo umas casa antiga lá eles querem dizer que nós semo [...] Agora nós semo os invasor, eles que chegaram lá, que invadiram, nós semo invasor. Quando eles entraram, quando criaram o parque nóis já tava lá dentro (Pescador Artesanal nº 10).

O Pescador Artesanal nº 9 informou que também recebeu uma multa por ter uma casa na praia do Talha-mar, que utiliza durante a atividade de pesca artesanal, mais de 6 meses no ano. No entanto, mora na cidade de Tavares. Vale ressaltar que a praia do Talha-mar não possui energia elétrica e as casas são estruturas simples de madeira, muitas vezes sem banheiro sanitário. Inclusive, o entrevistado comentou que sua residência foi danificada por um fenômeno climático severo, porém as normas ocasionam impedimentos para a realização das devidas reparações. No entanto, mesmo diante desse cenário, ele empreendeu algumas ações para corrigir os danos.

> No Talha-Mar, eu tenho uma casa lá, porque, na verdade, mais da metade do ano eu paro lá, né. Porque quando eu trabalho é lá que eu paro. [...]minha casa lá já caiu já a metade, deu um temporal caiu uma metade. Aí eu tirei aquelas partes que caiu tudo e e dei uma arrumada para pra ficar, no caso, a minha casa era o era 12, era 12 por 6. Hoje, ela tá 5 por 5. Tá 5 por 4 hoje porque caiu, né? [...] É, fizemos umas enjambra lá. Porque se não cai, né? Tá caindo mesmo (Pescador Artesanal nº 9).

Além da inconveniência de não poder reformar a casa, o Pescador Artesanal nº 9 comenta que esse foi um dos motivos pelo qual ele não manifestou desejo de que seus filhos seguissem a profissão de pescadores artesanais. Essas situações que geram conflito modificaram a forma com que os pescadores artesanais repassam seus conhecimentos culturais de geração em geração.

> Nem incentivei por causa disso. O guri mesmo, tem paixão pra pescar, pescou toda a vida comigo, mas mas não adianta né, não tem futuro. Porque temos numa que o cara não pode nem fazer uma casa para morar, não, não podemo reformar (Pescador Artesanal nº 9).

O Proprietário de Terra nº 7 menciona que tem conhecimento que muitos pescadores artesanais estão sendo multados e notificados para realizarem a demolição das casas. Ainda, acrescenta que são multados caso realizem algum reparo.

> Tem vários pescadores sendo multados e notificados a demolição. E ou se não multa, porque reformou a casa, trocou uma telha, trocou uma janela, trocou uma parede. São casas simples, humildes de madeira (Proprietário de Terra nº 7).

O impedimento da reforma das benfeitorias dentro do PNLP é mais um tipo de modificação das atividades que eram desenvolvidas pela população local. Os reparos nas residências são ações necessárias para a manutenção da segurança e condições de habitação. No entanto, esse direito é negado pela legislação ambiental imposta sobre a população local, que não recebeu nenhum tipo de indenização e precisa de adaptar frequentemente às novas restrições impostas.

4.2.2.4. Impedimento do Veraneio nas Praias e Dificuldade de Acesso à Praia do Farol

O veraneio nas praias do Talha-Mar e Lagarmarzinho eram atividades de lazer comuns aos munícipes da região. No entanto, com a criação da UC, essa atividade foi dificultada devido a inexistência de energia elétrica nas praias, dificuldade de acesso e restrições do órgão ambiental. No Brasil, a permissão para infraestrutura de saneamento e energia elétrica dentro de parques nacionais é regulamentada pelo SNUC e pelo Decreto nº 4.340/2002, que estabelecem diretrizes para a gestão de parques nacionais.

Em geral, a instalação de infraestrutura como saneamento e energia elétrica dentro de parques nacionais no Brasil é restrita e sujeita a rigorosas avaliações de impacto ambiental e considerações de conservação. Conforme consta no Art. 46 do SNUC.

> Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais (BRASIL, 2000).

O Proprietário de Terra nº 8 comenta sobre as praias da região que o veraneio foi impedido para os moradores da cidade de Tavares depois da criação do PNLP. Dentre as praias, ele cita a Praia da Barra, a Praia do Paiva, a Praia do Lagamarzinho e por último, a Praia do Talha-Mar.

> [...] eu cheguei a veranear no Talha-Mar, que é uma das praias, mas antes, quando eu era menor, eu tinha o Lagamarzinho, que tem carcaça de de casas ainda lá mais pra cá o Paiva. A Barra ali se a gente for visitar, ainda tem alguma coisa ali. Essas praias são tudo literalmente dentro do parque. Nunca deixaram chegar a infraestrutura nenhuma nessas praia, então as pessoas migravam para o lazer delas, que é normal, as pessoas vivem nessa região aqui e não tinha, não tinha infraestrutura nenhuma. Desde rede elétrica, rede esgoto, água com a qualidade mínima, isso nunca teve. No Talha-Mar, por exemplo, a gente migrou pro Farol daí, no caso, que tava no entorno, né[...] (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 8 comenta sobre o impedimento de ter energia elétrica na praia do Talha-Mar, onde ele costumava veranear quando criança e da esperança que tinha de um dia ter energia elétrica na praia, uma vez que comenta que os postes de energia passavam bem próximos da praia.

> [...] eu me lembro bem da época do Talha-Mar, que a gente, até foi um dos últimos a sair do Talha-Mar, que que ainda se se nutria uma esperança [...] De de que tivesse uma rede de luz que chegasse até ali, né. Porque praticamente enxerga a rede de luz passando ali. Depois ela sai sentido da Praia do Farol e nunca, nunca, nunca se conseguiu isso porque o... claro IBAMA não não liberava porque ia aumentar a infraestrutura daquilo ali. E e acabou acabou não dando, acabou não dando, acabou ficando aqueles esqueletos de casa lá e tudo mais (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 8 relembra o sentimento de expectativa que tinha para a chegada de energia elétrica na praia do Talha-Mar, que nunca ocorreu. A energia elétrica não foi permitida pelo órgão gestor do parque da época dentro das praias e atualmente a atividade de lazer dos munícipes migrou para a Praia do Farol, que está fora dos limites do PNLP.

> Então isso para nós foi foi meio que revoltante até quando, criança ia pro Talha-Mar, por exemplo, e não tinha luz, entendeu? Aqui na cidade nós tinha. Só que isso vai olhar e...e...e... o que que a legislação federal, no caso o IBAMA em si, vem e bate muito forte, assim fazendo o trabalho dele em fiscalização, mas em educação, não, não, não, não se se associou com o estado não se associou com o município, não se associou com nada (Proprietário de Terra nº 8).

Grande parte dos veranistas da praia do Talha-Mar migraram para a Praia do Farol, localizada mais ao norte e fora dos limites do PNLP, portanto, possui energia elétrica. No entanto, o Proprietário de Terra nº 8 manifesta receio no que tange à estrada que fornece acesso à Praia do Farol, que passa por dentro dos limites do PNLP, e, portanto, é suscetível às legislações ambientais que pode impedir o tráfego de veículos nessa área.

> [...] porque nós estamos até para ir para a praia ali, que é o lazer das pessoas é obrigado no nosso caso, atravessar por dentro do parque. Há poucos anos atrás, não podia nem ter uma estrada decente [...] (Proprietário de Terra nº 8).

Além disso, o Proprietário de Terra nº 8 comenta que percebeu que o lazer da comunidade foi dificultado com a necessidade de migrar de praia, em virtude da necessidade de percorrer um trecho beira-mar, que em alguns casos se tornava impossível, devido à cheia do mar.

> Foi muito ruim, porque o que acontece, o Talha-Mar era a única praia que não precisava pegar a beira do mar pra tu chegar até lá. Então, independente do mar tá alto, ou não tá, que tem a maré alta, maré baixa ali, a a gente poderia ir para a praia sempre ali, né. Não importava o período. E aí quando começou a ter que ir para o Farol tinha que pegar a beira do na beira mar ali e obrigatoriamente tem aqueles 5km ali de beira mar e aí dificultou, não foi... já aconteceu algumas vezes chegar e não consegui passar (Proprietário de Terra nº 8).

Atualmente, existe uma outra estrada dentro do PNLP que dá acesso à Praia do Farol sem precisar passar pela beira-mar. No entanto, o Proprietário de Terra nº 8 comenta que essa situação ainda gera um impasse no que se refere à dificuldade de investimentos realizados na Praia do Farol, em virtude da estrada que possui difícil acesso, quando comparada à infraestrutura do Balneário Mostardense, também chamada de Praia Nova.

> [...] Agora, depois de muitos anos, criaram uma estrada ali também, bem, bem frágil ali, consegue ir por dentro das dunas. Mas mesmo assim, é um, é um impasse, é um impasse. E tirando que, por exemplo, nem tem como investir muito lá, porque se tu pegar no inverno por exemplo, não tem acesso, né. Na Lagoa vai subir, vai entrar na trilha que que dá acesso, e aí o teu único acesso vai ser pela Praia Nova, lá pelo Balneário Mostardense. Então, aqui é muito difícil, é muito difícil, é muito difícil mesmo. E [e claro, eu eu vejo [...] o Balneário Mostardense é fácil acesso, é muito, muito mais vantagem tu ter casa no Balneário Mostardense do que ter ali, sabe? Então isso aqui nem todo mundo vai ter condições de fazer isso [...] ninguém tem condição financeira de.. né, se deslocar 50, 60 km para ir para a praia sempre que, né? Nossos balneários sempre foram aqui e tudo mais, vem de pai pra filho, de vô, de bisavô, né. Então foi foi na época, foi muito ruim, claro (Proprietário de Terra nº8).

Ainda, o Proprietário de Terra nº 8 comenta que a atividade de pesca dos veranistas é restringida para fora dos limites do PNLP. A área que inicia o limite norte do PNLP possui uma demarcação para orientar até qual área os veranistas podem pescar.

> [...] Se olhar a localização ali, tanto que tem a demarcação ali na beira da praia ali, né, não pode pescar daquela área pra cá, não pode

> nada e da área pra lá que é área de marinha pode (Proprietário de Terra nº 8).

A propagação da atividade turística no ambiente dos parques nacionais parece uma opção factível por englobar a participação democrática de todos os envolvidos na matéria (setores público e privado, sociedade civil, por exemplo) na justa medida dos seus papeis e interesses (SANTOS; CARVALHO, 2015). Acredita-se que a atividade turística, quando bem planejada, pode auxiliar na minimização dos problemas ambientais e sociais decorrentes da atividade, gerando impactos econômicos positivos (ARAÚJO, et al., 2017).

Brumatti et al. (2021) ressaltam que a adoção dos modelos estadunidenses pelos primeiros Parques Nacionais no Brasil, trouxe consigo uma série de conflitos políticos, econômicos e sociais, devido a ideologia preservacionista, que sustentava o "mito da natureza intocada", que permitiu ao Estado desapropriar terras sem considerar as comunidades tradicionais que viviam nelas, desvalorizando seus modos de vida.

Outro ponto de destaque é que os Parques Nacionais representam a única categoria de unidades de conservação onde o turismo é explicitamente reconhecido como atividade principal, tornando-os áreas de destaque para o fomento do ecoturismo (FONTOURA; MEDEIROS; ADAMS, 2016).

4.2.2.5. Impedimento dos Pescadores Receberem Visitas Dentro da Área do PNLP

Outro tipo de restrição se refere ao impedimento de receber visitas, onde os pescadores artesanais não podiam receber visitas em determinado horário dentro dos limites do PNLP. Considerando que alguns pescadores artesanais habitavam as praias que estão inseridas no PNLP, foi identificado nos relatos o sentimento de falta de compreensão e tristeza por serem impedidos de receberem seus amigos e familiares nas suas casas.

O Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais explica que logo que o PNLP foi criado o regime de fiscalização era muito forte e ele não compreendia algumas restrições que eram impostas na época em que residia

na Praia da Barra, dentro dos limites do PNLP, juntamente com a sua família. Ele relata que era impedido de receber visitas após determinado horário, e caso estivesse com visitas, a fiscalização solicitava para que fossem embora.

> Mas no início, quando iniciou o parque, o regime deles era muito duro, muito duro. [...] Ah... na época, na, na época, a gente sentia tipo, como é que vou te explicar, né...eles não tinha uma pessoa... Se tu morava lá e morava com os filho pequeno tudo lá. Se uma pessoa... Isso. Na barra, lá na Barra, se uma pessoa, fosse na tua casa, encostasse o carro lá fosse te visitar, eles queriam obriga que a pessoa fosse embora, né? Eles queriam que a pessoa fosse embora. E a gente se sentia mal com aquilo, entendeu? [...] Claro, se o pessoal assim, a gente, um amigo da gente vai na minha casa eu não posso receber porquê? [...] Não, não, eu tinha medo. Tinha e o pessoal ia, mas aí a fiscalização, quando via uma pessoa na casa do cara, um carro estranho parado ali, eles iam lá e queria que o cara fosse embora. Ele queria que o cara fosse embora. [...] Fizeram uma lei ali na época e que até 6 horas da tarde de ficar, das 6 horas em diante tinha que ir embora, não poderia permanecer lá, no caso (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Ainda, o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais relata que se sentia aborrecido com a situação, uma vez que seus amigos queriam visitá-lo e conhecer o PNLP, no entanto, eram impedidos. Ele considera que por ser um Parque Nacional deveria incentivar o turismo e não impedir que as pessoas frequentem o lugar.

> Ah... Se é um parque nacional ele tem que chamar o turismo dentro do parque. Não expulsar. Eles tinham que chamar o pessoal, não expulsar. Na época, eles expulsavam os caras, todo mundo. Vinham de Porto Alegre. Vinha lá e vinha só visitar, mas não vinham pescar, eles vinham conhecer na casa do cara, que era conhecido. Até hoje aqui vem gente aqui em casa, no caso, gente que conhece o cara, gosta da gente ou vem conversar. E é.... eles não podia ir lá, não podiam. Isso depois que criaram o parque, só que isso que a gente acha que ficou ruim por causa disso, por uma coisa meia... É se a pessoa tá ali, não tá pescando, ela tá ali, foi ali visitar, o que. Não tá caçando, não tá pescando? Né? É uma. É um regime muito forte, muito, não tem cabimento (Representante da Colônia de Pescadores Artesanais).

O Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais comenta que essa situação gerou um sentimento de tristeza por não poder receber visitas na praia em que morava desde que nasceu. Dessa forma, ele relatou que essa situação contribuiu para que ele deixasse de morar na praia.

> É triste, né? E é triste porque a gente, tu tá na tua casa dentro, né, do da tua casa, da tua propriedade, chega um amigo teu, pra conversar contigo, pra almoçar contigo, alguma coisa. E aí o IBAMA vem, e quer correr que a pessoa vai embora. A gente se sente triste, né, mas aqui não tem que. É brabo, né? Isso aí, mais eu desgostei mais, até a casa tá lá, tem a maior, deixei a casa, deixei uma camionete, cheia de madeira de usar pra pescar na praia, e ela tá lá, até hoje ta dentro, deixei tudo lá, desgostei por causa disso, entendeu? Como é que vai morar num lugar em que não pode chegar uma visita na tua casa. Então, e a gente poderia. Eu poderia morar lá. Eu eu tinha motor um gerador é que usava, né? (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

O Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais comenta que os seus filhos necessitavam do acesso à escola, e, portanto, esse foi o motivo da saída da Praia da Barra para morar na cidade de Tavares. No entanto, ele reafirma que essa situação de restrições de visitas originou um descontentamento de permanecer na Praia da Barra.

> Mas a gente saiu mesmo assim de de lá, de de por causa dos filhos, filhos vieram estudar. Não que o IBAMA fizesse eu correr, no caso nós, a gente, o IBAMA não fez a gente correr é que com esse tipo de coisa que eles fizeram, que ele foi correndo os amigo do cara, eles foram garrando da gente foi abuso, entendeu, nojo daquilo. Pô, um amigo não pode vir na minha casa? Quer dizer que um amigo não pode lá posar comigo, não vai pescar, tá dentro da minha casa, por que não pode ir pra lá? (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

O Pescador Artesanal nº 9 também relatou que foi impedido de receber visitas de amigos quando estava dentro da área do PNLP, nos acampamentos, fora do horário permitido, que é das 6 horas até as 18 horas. Ele não compreende o motivo pelo qual não pode receber amigos para jantar nos barracos.

> Lá dentro do Parque, no Talha Mar, nos acampamento [...] Tem horário, tu não pode, ser tiver acampado tu não pode tá lá depois das 6h da tarde [...] porque não pode é, eu acho que é um troço errado, isso ai. Porque, por exemplo, assim tu vai.. um dia eu tô acampado lá, lá tu vai lá me fazer uma visita “Ah eu vou jantar hoje contigo”. Não, não pode, se é só das 6 da manhã às 6, né? Eu acho que é. E eu acho assim, coisa que até mesmo por ser um parque, todo mundo se interessa de ir lá ver, fica curioso, né? Que vem muita gente. E o povo de fora fica louco, chega ali um quer ver bater rede, o outro quer vê baixar a rede (Pescador Artesanal nº 9).

Para Adomilli (2006), o isolamento entre amigos e parentes, que eram impedidos de permanecerem na área, criou uma situação de dificuldades aos pescadores artesanais, que eram habituados com relações de reciprocidade. Nesse contexto, a política de gestão ambiental em prática se configurou na extinção do modo de vida desses grupos e na sua relação com o meio ambiente, dado que os pescadores artesanais sofreram intervenções, como o isolamento, restrições de atividades e o medo do impedimento das atividades (ADOMILLI, 2006).

Rever o processo de criação e implantação dos parques nacionais, construir um espaço de governança transparente e equilibrado, minimizar conflitos fundiários, econômicos e sociais e analisar de forma mais apurada as implicações do processo de concessão dos serviços turísticos é essencial para uma análise crítica sobre o desenvolvimento sustentável do turismo em áreas protegidas e a conservação do patrimônio público ambiental (BRUMATTI et al., 2021). Ressalta-se que apesar do aumento na abrangência da proteção legal e do avanço na conscientização dos participantes envolvidos na preservação ambiental, o desenvolvimento socioeconômico e sustentável nessas áreas protegidas permanece vulnerável (SANTOS; CARVALHO, 2015). Por exemplo, Botelho (2018) em seu estudo apontou os pescadores da Lagoa de Carapebus como possíveis condutores de visitantes as atrações turísticas do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no Rio de Janeiro; como uma solução a criação de fonte de renda e de trabalho em substituição à pesca num futuro próximo.

4.2.3. Terceiro fator – Possibilidade do Impedimento das Atividades Econômicas Através da Proibição da Pesca e Desapropriação

A possibilidade do impedimento de desenvolvimento das atividades econômicas dentro da área do PNLP se deve ao fato da categoria Parque Nacional não ser compatível com atividades humanas, de acordo com a legislação que estabelece o SNUC. Sendo assim, pescadores artesanais e proprietários de terras convivem com a insegurança de terem suas atividades econômicas, sociais e culturais impedidas de serem desenvolvidas. Para

Almudi e Kalikoski (2009), essa situação desencadeou uma situação de impasse entre o órgão gestor ambiental e a população local, onde o primeiro deve cumprir atribuições de fiscalização e desapropriação, enquanto o segundo depende da utilização dos recursos naturais para subsistência.

4.2.3.1. Possibilidade de Impedimento da Pesca Artesanal na Lagoa do Peixe

A pesca artesanal é uma atividade econômica liberada no PNLP para pescadores artesanais autorizados, desde que obedeçam às regras e utilizem os equipamentos de pesca estabelecidos no Termo de Compromisso entre ICMBio e a Colônia de Pescadores Z11. Portanto, neste momento não existe a possibilidade de impedimento da atividade de pesca, em razão do documento estar vigente até o ano de 2025. Não obstante, após esse período, não existe garantia sobre a permanência da pesca.

No entanto, esse cenário de redução de conflitos é recente, dado que a incompatibilidade da atividade de pesca com a categoria da UC contribuiu para um contexto de tensão social, conforme identificado nos estudos de Adomilli (2006), quando ainda não havia o termo de compromisso. Além de que está contido no Plano de Manejo do PNLP que a pesca desenvolvida dentro dos limites do PNLP é de caráter excepcional e restrita ao número determinado de pescadores que são autorizados pelo órgão gestor do PNLP (FURG, 1999).

Os pescadores artesanais possuem discernimento de que a atividade de pesca artesanal é provisória, logo, pode ser cessada caso o Termo de Compromisso não seja renovado. O Pescador Artesanal nº 5 ressalta que na carteira de pescador do parque está escrito “Pescador Provisório”, e, portanto, o entrevistado externa a incerteza de quanto tempo a atividade de pesca vai permanecer no PNLP.

> É, a gente já tem na nossa carteirinha, a gente tem pra ta no parque, ela já diz pesca... Pescador Provisório, né? Uma carteira provisória, então a gente não sabe até quando que vai. Pode ser até quando a gente desistir, pode ser amanhã chegar e retirar a gente. A gente não tem noção de quanto tempo pode ficar na área (Pescador Artesanal nº 5).

A maioria dos pescadores artesanais entrevistados acreditam que não haverá o impedimento da pesca, tendo em vista que foram reconhecidos como população tradicional pelo ICMBio, cuja conquista transmite segurança aos pescadores no que se refere aos direitos garantidos em legislação para esse grupo. No entanto, de acordo com o SNUC, não é permitida a presença de populações tradicionais em parques nacionais. Nessa conjuntura, o Pescador Artesanal nº 2 se intitula como “filho da terra”, em virtude das suas raízes estarem contidas nesse território. No entanto, para o Pescador Artesanal nº 1, caso ocorra o impedimento da pesca após o fim do termo de compromisso, ocorrerão mais situações de conflitos.

> [...] que se tiver essa lábia de novo da retirada é conflito na certa, né. A gente vai dá pulo para tudo que é lado. E eu acho que o governo não quer esse tipo de coisa, né, porque acho que conflito é a pior coisa que os governantes, né. É conflito (Pescador Artesanal nº 1).

> [...] nós não aprendemo faze outra coisa, nós viemos de gerações né, viemos nossos avós pais tudo pescaro aqui. Tudo era o daqui da da da da filho aqui da da Terra, aqui dentro do parque né, tudo era daqui. Então a gente aprendeu a pescar com eles e o que a gente fez foi tudo aqui [...] (Pescador Artesanal nº 2).

Sob hipótese de um cenário de impedimento da pesca artesanal, os pescadores artesanais destacam a dificuldade de aprendizado de outras atividades, uma vez que o grupo de pescadores artesanais desenvolvem a atividade há muitos anos. O Pescador Artesanal nº 4 alega que a maioria dos pescadores artesanais não sabe desenvolver outras atividades, enquanto o Pescador Artesanal nº 2 estima que haverá consideráveis consequências sobre o grupo caso haja o impedimento das atividades, conforme os trechos abaixo.

> [...] se tirar da pesca e dizer assim, ó, tu vai ter que fazer outra coisa, porque se tem que ter que sair do parque, ou vai ter que fazer outra coisa. A maioria não sabe (Pescador Artesanal nº 4).

> [...] as consequências vão ser grande, porque eu acredito que todos nós não temos hábito para outras coisas, não temo preparado. A gente, que nem eu tinha falado antes, a gente se preparou só pra isso aqui né (Pescador Artesanal nº 2).

Outrossim, para alguns pescadores, caso haja o impedimento da pesca, os principais impactos serão sentidos no âmbito econômico. O Pescador Artesanal nº 1 destaca a falta de renda proveniente do impedimento da atividade, ao passo que o Pescador Artesanal nº 2 vislumbra a pesca na Lagoa dos Patos como uma alternativa possível para subsistência, porém, aponta que não é tão atrativa quanto a Lagoa do Peixe, conforme os extratos abaixo.

> [...] tu vai tirar o teu sustento da onde? É daqui que nós tiremo né. Não temo outra outra renda fora ou... e outra atividade de pesca fora, hoje seria a Lagoa dos Patos, também é uma coisa que não tem mais nada lá também né (Pescador Artesanal nº 2).
>
> Mas como eu te falei não tem segurança nenhuma dizer que não pode acontecer, pode, o lado social o lado da gente ficar sem a renda e aí a gente fica a mercê sem saber o que que vai ser feito (Pescador Artesanal nº 1).

Alguns pescadores não conseguem mensurar a dimensão dos impactos que a proibição da pesca na Lagoa o Peixe poderá ocasionar. No âmbito econômico, o Pescador Artesanal nº 5 presume que o impacto poderá atingir toda a estrutura familiar, enquanto o Pescador Artesanal nº 7 comenta sobre a dificuldade que seria de encontrar um outro emprego com a idade avançada.

> Ele não sabe fazer outra coisa a não ser pescar. Eu acho que seria um impacto muito grande na vida do de cada família (Pescador Artesanal nº 5).
>
> Na nossa idade, não temos que pegar um serviço de outra... assim, trabalhar de empregado [...] Aí nem fala, óia, não é nem de pensar nisso (Pescador Artesanal nº 7).
>
> É eu, eu acho o seguinte, que no primeiro lugar que não vai dar, né? Pra gente vai sobreviver do quê? (Pescador Artesanal nº 9).

Os Pescadores Artesanais nº 6 e nº 8 comentam sobre a atividade que desenvolve na Lagoa do Peixe e não conseguem imaginar o seu futuro sem a atividade. Foi possível observar a manifestação de sentimento de tristeza e medo, baseado nas suas expressões faciais de confusão e olhar para baixo.

> Bah! Se eu não permanecer no parque e não pescar, eu não sei o que que vai ser ne tchê, porque minha vida foi essa (Pescador Artesanal nº 6).
>
> Tirar o Pescador de onde do hábitat, né? Que nem tira um passarinho e bota na gaiola, né? [..] Que nem eu, já faz o que... 50 anos que eu pesco na Lagoa, né, de repente assim “Bah. Não pode pescar mais”

> Não vai ser, eu já to já, como se diz assim mais consciente, assim, que a idade vai chegando, to perto para pescar mesmo assim, mas... Mas a uns anos atrás, se fosse aí, eu ia sentir muito. Agora não fico muito preocupado com isso. Se tiverem que não pescar mais. O que vou fazer? Mas acredite que não, não quero parar agora ainda. Quero pescar mais uns anos, tô com saúde, graças a Deus (Pescador Artesanal nº 8).

Os Pescadores Artesanais nº 7 e nº 9 reconhecem que a proibição da pesca artesanal vai afetar diretamente as práticas culturais deles, que estão relacionadas com a atividade econômica.

> É, eu acho que pela nossa cultura que é criado ali dentro também é prejudicava um cado, né? (Pescador Artesanal nº 7).

> E e outro lugar eu acho que o ruim é que termina uma uma... como é que eu vou te dizer isso aí, é um troço que vem de gerações para gerações, isso é quase que um... como é que eu vou te dizer [...] é, é tradicional, é uma cultura, né? (Pescador Artesanal nº 9).

O Pescador Artesanal nº 2 comenta que essa incerteza da continuidade da atividade de pesca impacta psicologicamente os afetados, em virtude de estarem sempre com receio de terem a atividade impedida.

> Ah, impacta muito até, até psicologicamente né, por que tu fica, tu fica ali, que nem tu tem o teu emprego aí o teu patrão diz ó fica atento que talvez amanhã ou depois eu vou te despedir né, então tu já fica assim bah, mas eu num tô apto para aquele outro serviço, né então tem toda... (Pescador Artesanal nº 2).

O Pescador Artesanal nº 4 relatara que a situação de incerteza da permanência da pesca impediu que o seu filho se tornasse pescador artesanal, como uma forma de repassar a cultura, por próprio incentivo do pai. O Pescador Artesanal nº 4 comenta que não incentivou o filho continuar nessa profissão por medo da incerteza do futuro. Enquanto o Pescador nº 9 comenta que o impedimento da reforma das benfeitorias também colaborou.

> [...]Porque, vamo supor, se eu não tenho certeza se eu se eu vou continuar, como é que eu vou, eu vou dizer “a meu filho não, vamos pescar e a hora que o pai não poder pescar vocês vão pescar”. Mas se eu não tenho certeza se eu vou conseguir a ... né até o fim da minha vida pescar, eu vou... eles que tão com 20 anos. Aí nessa incerteza e a Lagoa cada ano que passa parece que o troço, né. Parece que diminui, não sei se diminui o pescado ou diminui a água. Eu sei que é cada cada, cada ano que passa complica mais, né? (Pescador Artesanal nº 4).

Para Adomilli (2006), as comunidades foram consideradas como agressores da natureza de maneira injusta, impedidas de desenvolver suas atividades ou expulsas dessas áreas. Apesar dessas situações de conflito terem maior ênfase no período de ditadura militar, o atual cenário democrático do país ainda identifica os mesmos conflitos. Nesse ínterim, o quadro institucional democrático permite a organização política das comunidades locais pela luta dos direitos (ADOMILLI, 2006).

Esse cenário que promove problemas de caráter socioambiental sugestiona à necessidade de transcender a visão dual entre homem e natureza em direção a um enfoque que integre a bio e etnobiodiversidade, com o resgate de práticas sociais e culturais como resistência ao processo de exclusão social (ADOMILLI, 2006).

4.2.3.2 Possibilidade de Desapropriação

A desmotivação da permanência nas propriedades devido às imposições ocasionou impactos sociais graves. Apesar do êxodo rural já ser uma tendência natural, a forma como o PNLP foi implementada acelerou esse processo, expondo as pessoas a cenários distintos dos quais estavam habituadas. O Proprietário de Terra nº 7 expõe os impactos sociais que algumas famílias, amedrontadas pelos rumores da desapropriação da região, vem sofrendo desde que venderam as propriedades, com medo de serem desapropriadas sem nenhum tipo de indenização, ouvindo os boatos que circulavam na região na época.

> É... o social é. E nós já temos casos hoje aqui em Tavares de pessoas que moravam ali, vieram para cá. Tá? Os filhos se perderam na droga. E acabou se perdendo o vínculo de família, de... e acabou filhos preso, Drogadição, prostituição. Esses casos nós temos aqui hoje já para mostrar o que o governo federal impactou nisso aí. Eu entendo que já tem uma tendência disso, mas o governo federal forçou que isso acontecesse (Proprietário de Terra nº 7).

De maneira complementar, o Representante dos Proprietários de Terras comentou que não precisou que houvesse de fato a desapropriação para que os efeitos sociais fossem sentidos. Para ele, já existem consequências no âmbito social.

> Social que já aconteceu, já aconteceu, vai acontecer, vai a só vai, né? Muitas famílias já não moram mais lá (Representante dos Proprietários de Terras).

O Proprietário de Terra nº 7 explica que a conjuntura da criação da UC colaborou para que proprietários passassem a ocupar as vilas da cidade de Tavares. A baixa escolaridade somada à simplicidade de alguns proprietários de terra colaborou para a crença nos boatos que o governo iria desapropriar sem pagar indenização. Como consequência, os proprietários amedrontados venderam as propriedades por um preço irrisório.

> Então as pessoas com... sem conhecimento nenhum, zero, tem que tem pessoas que não saíram nunca daqui de Tavares, não vai a Mostardas que são 30 km daqui. São pessoas que recebem essa notícia. Não... chega um pessoal lá. Uma caminhonete do governo federal, adesivada, de arma, dizendo que não são donos. Essas pessoas, levando o recado do governo federal, entrando nas propriedades e quem é dono é o governo federal. Então imagina o estado dessas famílias, como é que ficou isso? Então muitos acabaram... Tiveram a oportunidade de vender para o vizinho, para o lindeiro, vender para as pessoas ali, e quase entregaram de graça para poder sair de lá e não perder tudo, pelo menos ter uma casa na cidade, que não é casa decente, na vila na vila (Proprietário de Terra nº 7).

Consoante com a situação de alguns proprietários de terras do PNLP ocuparem vilas no município de Tavares temendo a desapropriação, o estudo de Miranda, Santos e Santos (2017) relata um caso semelhante de desocupação que ocorreu no Parque Nacional Cabo Orange. Os autores explicam que as famílias que habitavam a Vila de Taperebá no Parque Nacional Cabo Orange saíram de forma voluntária e gradativa dos limites da UC para a cidade de Oiapoque, devido às restrições impostas à comunidade, como a remoção da unidade de saúde, da escola, proibição do comércio legal, caça e da principal atividade da comunidade: a pesca. Ainda, os autores justificaram que a comunidade possui baixa escolaridade e não tem

qualificação para inserção no mercado de trabalho, portanto, ocupam áreas periféricas da cidade, em moradias precárias submetidas às condições insalubres (MIRANDA; SANTOS; SANTOS, 2017). Em paralelo ao caso dos pescadores artesanais e proprietários de terras do PNLP, pode-se afirmar que as restrições que são impostas na área também contribuem para a desmotivação da permanência na área, tornando mais acessível o processo de desapropriação para o poder público.

No que tange ao processo de desapropriação, algumas tentativas já foram tomadas e alguns proprietários do PNLP indenizados. No entanto, a maior parte dos entrevistados demonstra não querer ser desapropriada e inclusive relatam casos de tentativas de desapropriação. O Proprietário de Terra nº 3 revela que recebeu uma ligação com proposta para ser desapropriado e que foi ameaçado que se não aceitasse a proposta, o valor seria depositado em juízo. O trecho abaixo relata a situação:

> Ele ligou para mim e me intimou: “estou com teus documentos aqui traz traz os teus documentos aqui para fazer a desapropriação”. Eu disse: eu não tenho interesse em desapropriar, não tenho interesse em vender a minha área. “A não tem problema, nós pegamos nos cartório o registro” foi a resposta que ele me deu. E aí eu disse que eu não tinha interesse em vender. Perguntei, quanto é que era? Ele disse que era 5 mil reais o hectare. Eu perguntei se estava brincando, se era uma brincadeira e disse que não, que era o preço na na terra e descontando a águas todas as águas e todas as dunas, tudo, tudo que fosse de área de marinha, que é considerado uma área de marinha, era descontado (Proprietário de Terra nº 3).

O Proprietário de Terra nº 3 comenta que se sentiu ofendido com a proposta que recebeu. Além disso, relata que gostaria que a propriedade pudesse ser herança para seus filhos também, mesmo que as terras ficassem estreitas, uma vez que existe um valor sentimental associado a elas.

> Me senti ofendidíssimo. Me senti assim, horrível. Foi uma situação bem bem. É... a gente até fica nervoso porque a gente recebeu uma herança que vem de desde o bisavô. E é tendência a gente deixando para os filhos embora, vai ficando uns retalho. E... e tu ouvir isso de uma pessoa que se diz graduada, chegar e te impor uma numa forma nada democrática, né? Bem autoritária por sinal, quase militar (Proprietário de Terra nº 3).

Além disso, a pesquisadora observou durante a entrevista que o entrevistado estava movimentando pernas e braços de uma forma inquieta, demonstrando ansiedade, nervosismo e emoção ao falar dos assuntos relacionados ao PNLP. Tal fato pode ser justificado pelo fato de as propriedades possuírem valor sentimental para os proprietários de terras, uma vez que o Proprietário de Terra nº 3 comentou que a sua propriedade já pertenceu há várias gerações suas que já habitaram nessa área, inclusive acredita ser descendente dos primeiros colonizadores da região.

O Proprietário de Terra nº 5 disse que já recebeu proposta para ser indenizado, mas não informaram a ele o valor do hectare. O entrevistado comenta que não gostaria de deixar a propriedade devido ao valor sentimental que possui. No entanto, caso seja obrigado a sair, precisa ser indenizado com um valor justo, que permita comprar a mesma quantidade de campo em outro lugar.

> [...] tiveram lá vendo pra pra me indenizar, eu disse para eles: Eu até saio. É... isso aí tem... tem um valor sentimental, isso aqui, porque isso aqui é do meu bisavô. Mas isso aí eu até esqueço. Mas a minha sobrevivência eu não posso esquecer, né? Como é que eu vou esquecer? Vou sair dali pra estrada? Não, né. O dinheiro que eles me pagar ali, eu tenho que comprar a mesma quantidade no outro lugar que produz. Eu não posso comprar uma Terra improdutiva, tem que ser produtiva igual a minha, que nem eu tenho ali [...] Eu não quero ser desapropriado. Eu queria que tivesse uma maneira da gente permanecer junto com o meio ambiente. Que nem a gente tá até hoje, né (Proprietário de Terra nº 5).

Através da territorialidade é possível verificar diferentes valores ecológicos, estéticos, mercadológicos e afetivos (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). As percepções de territorialidade para a sociedade moderna urbano-industrial são distintas das populações tradicionais, dado que para a primeira existe a separação do ser humano com a natureza, onde o território é visto com valor de mercado, enquanto para a segunda envolve uma perspectiva integrada da dimensão social, política, econômica e cultural, onde estão contidos valores simbólicos e afetivos (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016).

Sendo assim, é possível compreender que a desapropriação de populações tradicionais é mais complicada que quando comparado às populações não tradicionais, dado que não se trata somente da desocupação

da área, mas também da desterritorialização social, econômica, política e cultural, porquanto o território se configura como base para a existência multidimensional das pessoas (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016).

A legislação que institui o SNUC aborda no artigo 42 “As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes”. No entanto, os proprietários demonstram não ter interesse em ser desapropriados. Do mesmo modo, os moradores da Vila de Taperebá no Parque Nacional Cabo do Orange também manifestam que não pretendem ser desapropriados (MIRANDA; SANTOS; SANTOS, 2017).

O Proprietário de Terra nº 7 comenta que caso ocorra a desapropriação, será considerada uma “tragédia total anunciada”, uma vez que as pessoas que habitam as propriedades são pessoas simples e que não possuem instrução para desenvolverem outras atividades.

> É tragédia total, anunciada. Se isso chegar acontecer, porque, há pessoas que estão ali, em tese, tu não tem nenhum que seja investidor, são pessoas que têm uma vida muito humilde e viveram a vida toda ali tirando leite de vaca, ã... vendendo terneiro, plantando um aipim, cebola, batata para sobreviver (Proprietário de Terra nº 7).

Para o Proprietário de Terra nº 2 é difícil mensurar a dimensão dos impactos que a desapropriação do PNLP vai causar nas famílias que habitam a área. Ele comenta sobre a preocupação com a autonomia do município de Tavares, onde o PNLP abrange quase toda a sua extensão.

> Eu não consegui ainda mensurar o que vai gerar isso aí. Sei que o impacto vai ser bem forte, muito grande. Na realidade o município de Tavares vai quase que perder 1/3 da sua autonomia, principalmente em pecuária, né. A maior parte da pecuária do município de Tavares é na área do Parque, né. Então o município vai ser extremamente afetado. E não to falando da área de entorno, só dentro da área do parque. Então o município com certeza. E os proprietários também é redução de mais de 1/3 da produção (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 4 relatou que não depende exclusivamente da fonte de renda das propriedades e diz que não visualiza problemas caso seja desapropriado com valor justo.

> Se o preço for justo, qual é o problema? Compra aqui fora que aqui também tem terra. Troque de lugá (Proprietário de Terra nº 4).

O Proprietário de Terra nº 6, que afirmou não depender economicamente da produção proveniente da propriedade, demonstra preocupação com os demais proprietários, especialmente aqueles que produzem para subsistência.

> Eu me preocupo muito, né. Porque um cara que tem uma propriedade, ele tem uma maneira de subsistência, né? Ele planta sua cebolinha, ele planta, cria o seu... sua vaquinha. Ele tem um, ele tem um ganho, né? (Proprietário de Terra nº 6).

Ainda, o Proprietário de Terra nº 6 comenta que também não consegue mensurar os impactos que poderão decorrer da desapropriação e teme o destino dessas pessoas em outras cidades.

> Mas eu acho. Que se desapropriar, vai ter uma consequência. Eu nem sei te avaliar, entendeu? Por que esse povo vai morar aonde? Vai para onde? Para as cidades ali da grande Porto Alegre. Pessoas que não, não tem muita, muitas opções de de de trabalho, né? Eu acho que vão inchar mais. São pessoas que aqui são boas, mas os tirando daqui, não se sabe como vão ser (Proprietário de Terra nº 6).

Por fim, o Proprietário de Terra nº 6 comenta que as propriedades também geram fonte de renda para trabalhadores terceirizados, que trabalham na lida do campo, que ficariam desempregados caso houvesse a desapropriação. Ainda, questiona a capacidade de fiscalização da UC, uma vez que os proprietários ajudam a cuidar da UC.

> Quantos quantos cara trabalham para os os proprietários lá dentro do parque. Eu, meus funcionários são todos esporádicos, né. Contrato por 1 dia, 2 dias de serviço. Mas eu acho que vai ter um impacto negativo, a... a indenização, vou dizer assim que não sabe, a expulsão do homem lá desse habitante. E outra coisa que me preocupa é o seguinte, saindo homem de lá. São 33.000 hectares pouquinho mais, né? Quem vai fiscalizar isso. Tem funcionário suficiente? Para fazer isso, né? (Proprietário de Terra nº 6).

O Proprietário de Terra nº 7 considera que o verdadeiro invasor é o governo federal, devido ao fato de a área ser propriedade privada dos proprietários de terras antes da criação do PNLP. Além disso, comenta que a desapropriação dessas famílias é o pior caminho no que se refere ao âmbito social, econômico e ambiental. No que tange ao âmbito ambiental, ele cita que a ocorrência de incêndios como um possível impacto da desapropriação:

> O invasor aqui não é o proprietário, é a união, o governo federal, o governo federal é o invasor. Então eu acho que se essa desapropriação é o pior caminho econômico, social e ambiental. Tu imagina, já tem um trabalho, já, não sei te precisar, mas a questão da da... Da das matas, das, das paisagens. Ali, se tu tira todo o gado ali de dentro do parque, aquilo vai se tornar um pasto. Enfim, altura imensa, vai vira um matagal, ali. Aquilo tu nunca mais apaga quando pegar fogo. Esse período de seca que nós tivemos aqui, agora 2 anos consecutivos na Lagoa. Isso, nossa senhora, pega com fogo numa ponta, não tem como chegar, não tem como apagar, vira um caos total (Proprietário de Terra nº 7).

A maioria dos proprietários de terras entrevistados manifestaram-se contrários à desapropriação. No entanto, foi possível observar que os proprietários de terras que não dependem financeiramente dessa área aceitariam ser desapropriados por um valor justo. Enquanto os proprietários que dependem financeiramente da área ou que atribuem à essas propriedades valor simbólico e sentimental, não desejam ser desapropriados.

4.2.4. Quarto fator – A Fiscalização

Muitos entrevistados relataram que antigamente a fiscalização no PNLP atuava de uma forma bastante autoritária e com falta de diálogo, uma vez que em diversos relatos os entrevistados comentaram que não compreendiam a abordagem e as penalizações e que sentiam falta de uma explicação que promovesse a compreensão das abordagens. Além disso, apesar de reconhecerem a importância da fiscalização no PNLP em diversos aspectos, a forma como ela ocorreu se manifestou negativamente.

O Pescador Artesanal nº 1 comenta que há alguns anos a fiscalização atuava de helicóptero e armamento pesado. É possível perceber que os pescadores artesanais achavam excessiva a forma que a fiscalização realizava a abordagem, conforme mostra o extrato abaixo.

> Eu mesmo tava pescando dentro do oceano com uma rede, despescando com o meu guri, sem camisa, quando eu vi tava uma arma na cabeça, então é uma coisa assim dentro da área de parque, então é uns troço sem fundamento (Pescador Artesanal nº 1).

Quando questionado se estava praticando alguma pesca ilegal para ser abordado, o Pescador Artesanal nº 1 disse que estava dentro das normas e justificou que a fiscalização ambiental era repressiva na tentativa de os pescadores artesanais desistirem de realizar a atividade de pesca artesanal na área, que na percepção da pesquisadora, tal situação iria colaborar para que de fato o PNLP atingisse os objetivos previstos na legislação que envolve Parques Nacionais. Além disso, o entrevistado comenta que acabava ficando submisso a essa situação, uma vez que não tem amparo de advogado e ficava à mercê da fiscalização.

> E aí tu chega lá para responder num órgão federal, o que que tu tem para dizer? Se o Órgão Federal é o próprio órgão do próprio IBAMA tá fazendo um processo para cima da gente, né? Então não tinha escapatória. Então muitas pessoas levaram processo grande, né, então a gente teve dificuldade, o parque teve um clima muito tenso uma certa época aí (Pescador Artesanal nº 1).

Ainda, o Pescador Artesanal nº 1 relatou sobre uma experiência que ele teve com a fiscalização no dia da liberação da pesca. O entrevistado comentou que chegou na Lagoa do Peixe às 12 horas. No entanto, a liberação da pesca estava prevista para as 13 horas. Apesar de ele não ter colocado as redes na água antes das 13 horas, que não era o horário da pesca liberada, foi multado por estar lá.

> Só que era umas coisas assim, sem cabimento, sabe? As vezes tu... uma liberação de pesca é uma hora da tarde, que ela fez para nós ali, eu cheguei lá, por exemplo, meio-dia, só porque eu encostei minha camionete na beira da água ela já bateu foto, me multou por eu estar ali com a caminhonete estacionada na beira da lagoa com as minhas redes tudo em cima da minha caminhonete (Pescador Artesanal nº 1).

O Pescador Artesanal nº 9 comenta que passou por uma situação semelhante, no entanto, não foi multado, mas advertido. O entrevistado relata que a pesca estava liberada a partir das 13 horas, mas aproximadamente às 12 horas ele já estava retirando o material de pesca na Lagoa do Peixe e por isso recebeu uma advertência.

> Já, já fui com... multado não, só perdi a tarrafa pra eles é um negócio de pesca, só uma coisa, só perdi a tarrafa e e uma vez, como é que foi chamado... É assim, tipo chamado atenção, é não foi uma multa, mas... como é que se chama... aquela vez. É, advertido. Que de primeiro andou uma época antes, não era ICMBio ainda, tempo do IBAMA tive uma advertência porque estava liberada a pesca para 1 hora da tarde, nós era o que, é meio-dia, eu acho 11:30 mais tarde descarregamo os caíco já lá na Lagoa. Daí a fiscalização chegou e é mandaram uma advertência depois para nós (Pescador Artesanal nº 9).

Nesse contexto, a pesquisadora não compreendeu a razão dos pescadores artesanais irem antes do horário permitido para a pesca e questionou por que eles iam antes do horário de liberação. O Pescador Artesanal nº 9 comentou que ele vai até a Lagoa do Peixe de carona com outros pescadores, uma vez que não possui veículo de transporte próprio, então não é ele quem escolhe o horário e depende da carona para chegar até a Lagoa do Peixe. Além da questão de depender da carona de outros pescadores, o Pescador Artesanal nº 9 comentou sobre a disputa por pontos de pesca na Lagoa do Peixe entre os pescadores artesanais, que é um outro motivo para irem antes do horário da liberação da pesca. Os pontos na Lagoa do Peixe são pegos por ordem de chegada e por isso chegam antes do horário liberado. Eles buscam as maiores “poças” de água, tendo em vista a ocorrência de estiagem somada ao fato de a lagoa ser rasa. Portanto, as maiores poças irão permitir a pesca por mais tempo.

> [...] Porque a nossa, como a nossa Lagoa é rasa né, ela tem as poças, né? E aí cada qual que chegar primeiro naquelas poça, ainda mais um ano desse, um ano de seca (Pescador Artesanal nº 9).

Outro tipo de abordagens mais severa da fiscalização foi mencionada durante as entrevistas da pesquisa. O Pescador Artesanal nº 2 comenta sobre o caso de um menino, filho de um pescador artesanal do parque, que levou um

tiro da fiscalização na perna. O Pescador Artesanal nº 2 informou que não tem certeza o que motivou essa atuação da fiscalização e acha que na época a pesca não estava liberada na Lagoa do Peixe.

> [...]E o pessoal tava na Lagoa e o IBAMA entrou, vários carro né, vários carro, várias caminhonete entraro na Lagoa e o pessoal tava lá, né, lá o pessoal de fora, filho de.... Esse guri é filho de Pescador, e...[...] É e o pessoal correram e os cara meteram tiro, meteram tiro e quebraram a perna de um rapaz (Pescador Artesanal nº 2).

O Pescador Artesanal nº 2 comenta que não sabe se o rapaz estava pescando, mas estava dentro da lagoa, então provavelmente estaria pescando. Quando a pesquisadora indagou sobre a repercussão da notícia na cidade, o entrevistado declarou que, conforme seu conhecimento, não houve registro de casos judiciais relacionados ao incidente, sugerindo que a questão possa ter sido encerrada naquele momento.

> Olha, até que ficou meio que não não teve muita assim... Caso de justiça, essas coisa, acho que morreu por ali. Até onde eu sei né, não tenho muito, não sei se ainda se ainda tá rolando ou não, não sei (Pescador Artesanal nº 2).

Além disso, foram relatadas situações em que a pesca estava aparentemente liberada na Lagoa do Peixe, mas alguns pescadores artesanais foram multados pela pesca do camarão em tamanho pequeno, apesar da permissão oficial. O Pescador Artesanal nº 2 comenta que a atividade de pesca já havia sido liberada pelo órgão gestor do PNLP e ressalta que o próprio órgão já havia sido alertado pelos pescadores o tamanho inadequado do camarão, em virtude de ser considerado pequeno para a captura. No entanto, mesmo com essa informação a pesca foi autorizada. O entrevistado relata que foi pescar com os seus filhos e percebeu que o camarão ainda estava miúdo e então coletou apenas 4 kg para uso doméstico, pois não era economicamente viável para o comércio. O entrevistado conta que foi abordado pela fiscalização e multado por ter pescado camarão miúdo, no entanto, ele afirma que a pesca estava liberada e que não compreendeu a justificativa da multa. No extrato de fala abaixo, ele comenta sobre como procedeu à ação de fiscalização:

> [...] e aí quando eu to saindo da água chega 3 camionete, os cara tudo, só que aí eles não apresentaram arma nada, eu sabia que eles tavam armado, mas não né.... Perguntaram do camarão, aí eu disse “não, o camarão é miúdo” por que se eu digo que é graúdo daí o cara vai dizer ”então eu quero ver”. Não, eu já disse pra ele na hora, é miúdo e eu só tô levando o 4 kilo pra pra pra come né. “Ah não, mas então eu vou ter que te multar”. Eu até achei que o cara tava brincando, pois eles que liberaram a pesca, não foi a gente que tava ali por né... fora de época ou coisa e tal. Tava liberado. E aí eles me multaro com 4 quilo de camarão, 5000 reais aí, mais o processo. Aí fiquei que nem bandido no fórum, indo todo mês lá assinar lá, e levei um processo pelo Ibama e mais um pelo Ministério Público (Pescador Artesanal nº 2).

O Pescador Artesanal nº 2 comentou que outros pescadores também foram multados nesse dia pelo mesmo motivo. O entrevistado informou que tentou conversar com a fiscalização ambiental, questionou se poderia receber uma advertência ao invés da multa, mas não houve retrocesso. Além disso, comentou que pagou as multas para o IBAMA e para o Ministério Público e relata que a situação causou um transtorno, uma vez que reside na praia e precisou ir mensalmente até o município de Mostardas para assinar documentos no fórum, referente ao ocorrido.

> Quem sabe dá uma advertência né, uma advertência que até o camarão ficar bom se tu me pegar amanhã ou depois tu pode até me prender, que aí eu to descumprindo o... E tirando isso eu não tô nada ilegal, por que foi, tava liberado, mas não teve choro (Pescador Artesanal nº 2).
>
> Então, e aí eu acho que o que que eles que é ao invés de de de de reprimir eles tinham que tentar conversar mais com as pessoas (Pescador Artesanal nº 2).

A pesquisadora questionou ao Pescador Artesanal nº 2 como ele se sentiu com esse episódio e ele relatou se sentir humilhado e chateado com a situação, que foi presenciada pelos seus filhos.

> [...] eu acho que nem uma faca cravada no cara doía tanto, né. Porque o cara vendo os 2 filhos do cara do lado da gente e a gente sendo humilhado, né, então eu acho que das pior das pior coisa que pode acontecer né (Pescador Artesanal nº 2).

Para o Pescador Artesanal nº 2 esse tipo de abordagem objetivava a desistência da atividade de pesca artesanal, o que demonstra a luta e

resistência dos pescadores artesanais do PNLP no desenvolvimento das suas atividades.

> A isso não foi só comigo, i... Isso aí teve vários Pescadores, quase todos aí que entraram nessas aí. E eles estavam fazendo isso aí de uma maneira que... Para pressionar né, para as pessoas desistir, uns Pescador, poucos, mas algum já já já desistiram né. Alguns Pescador até não desistiram da pesca, mas ficaram uns tempo fora e depois aí quando aliviou mais aí acho que o pessoal que voltaro, alguns aí. Mas foi, teve uma repressão bem grande nuns anos atrás aí (Pescador Artesanal nº 2).

O Pescador Artesanal nº 4 comentou sobre o episódio em que o Pescador Artesanal nº 2 foi multado por ter pescado 4 kg de camarão miúdo e alega que até 10 kg é considerado para consumo, portanto, não poderia ter sido multado.

> A ve... e na verdade, não não poderia ser multado porque 10 kg, 10 kg é consumo, vamos supor né até 10kg. Se me pega um 10 kg eles não pode multar, porque aí é consumo, eu não vou comercializar aquilo ali e ele e ele, multaram ele com 4 kg (Pescador Artesanal nº 4).

O Pescador Artesanal nº 5 também comenta sobre pescadores que foram multados pescando camarão miúdo com a pesca liberada.

> [...] mas já teve os colegas estavam pescando ali, já foram pegos, com o camarão liberado, antes desse termo de compromisso, foram apreendidos, estão pagando multa por uma coisa que o chefe do parque tinha liberado a pescar. A pesca estava liberada e eles alegaram que iam prender, porque o camarão era miúdo, mas eles já sabiam que era miúdo e liberaram igual do mesmo jeito. Aí a cada 2, 3 dias, eles tavam lá, correndo atrás do Pescador e dando multa e aprendendo (Pescador Artesanal nº5).

Os relatos dos Pescadores Artesanais nº 2, 4 e 5 reforçam que todos possuem a mesma compreensão do episódio, uma vez que não compreendem a razão da multa e acreditam que esse tipo de abordagem visava dificultar e desmotivar a pesca na Lagoa do Peixe.

No atual momento da gestão do PNLP, existe uma maior compreensão sobre como a pesca deve ser realizada dentro da área. Nesse sentido, o Funcionário do ICMBio relata o sucesso do Termo de Compromisso para a

redução das multas dentro do PNLP. Ele relata que não lembra de alguma multa após a elaboração do documento em conjunto com os pescadores, em virtude do termo de compromisso contemplar as regras para a realização da atividade.

> [...]Tudo especificado, que sobre o trabalho, de como trabalhar dentro da unidade de conservação, tanto de ambas parte, né? Então, é o termo de compromisso que tá tudo é regido de de certa forma, bem claramente, né, e os pescadores têm conhecimento disso né. E e depois do termo de compromisso, é se eu não me engano, não tenho certeza agora 100%, é muito demanda, né? A gente não teve mais nenhuma multa com os pescadores autorizado do parque. Não teve mais nenhuma multa. É se eu não me engano, não tenho certeza, mas tenho quase certeza que não teve, né? Isso, de certa forma, mostra o trabalho positivo que que o termo compromisso levou, apesar de que a gente sabe, né, que sempre tem alguma contrariedade de fazer alguma infração ambiental (Funcionário do ICMBio).

No Parque Nacional de Port-Cros foram identificadas quatro formas principais de lidar com as infrações: i) advertências orais, ii) advertências escritas, iii) multas fixadas e iv) relatórios oficiais (CADORET, 2021). A autora também identificou a apreensão de equipamentos de pesca ilegal nas zonas proibidas.

As abordagens da fiscalização ambiental nos acampamentos dos pescadores também eram incompreendidas pelos pescadores artesanais. Muitos pescadores relataram a falta de diálogo nas ações, uma vez que não compreendem o sentido de os fiscais estarem alegando procurar armas nas barracas.

> Tava dormindo no acampamento, quando eu acordei tava com uma arma na cabeça. O cara mandou eu levantar e procurar se se eu tinha arma, se eu tinha isso, se eu tinha aquilo, se eu não tinha nada, né, pescando (Pescador Artesanal nº 6).
>
> Tive várias vezes com fuzil apontado na cara. Assim, na minha cara, assim. Chega a botar o funil na minha cara.... O fuzil na minha cara e o mais 2 entra dentro da barraca e vira tudo, panela, roupa, cama e virar tudo tanto pra cima. [...] Eles procuravam arma. Eu disse pra eles, eu não tenho arma, eu sou pescador [...] aí eles chutavam tudo, deixavam tudo a reviria ali e iam embora. Eles dizia “nós vamo voltar aqui, se te pegar com arma aí tu vai ser preso”. Não vão pegar nunca, porque não usa né (Pescador Artesanal nº 7).
>
> Eles chegavam, botavam arma na cara da gente, cortava as lona da barraca. Faziam tu saí, davo 15, 20 minutos para sair, se não eles iam queimar tudo (Pescador Artesanal nº 7).

> Às vezes pescava até mais tarde e tava ali sei lá 5 horas da manhã ainda tava dormindo e eles acordavam a pau, dando paulada, invadindo barracas chamando de... sentavo a madeira no cara, eu nunca aconteceu comigo, mas eu vi acontecer com um amigo meu (Pescador Artesanal nº 2).

De acordo com os extratos de entrevistas acima, é possível observar que as ações de fiscalização ambiental não possuíam um cunho educativo ou informativo, mas sim uma ação de repressão e abuso. Dessa forma, os pescadores artesanais relataram que acreditam que esse tipo de abordagem visava a desistência da atividade de pesca artesanal.

O Proprietário de Terra nº 1 comenta sobre as ações de fiscalização que ocorriam de helicóptero nas propriedades.

> [...] o avião aterrizou aqui, ó, na frente aqui na entrada do mato aqui. A... não podia andar aí A... O meu irmão, plantava cebola lá no, na, ali na terra ali no banhado ali aí, aí eles estavam por cima, assim a... chegava a voar o... cebolin que eles tavam plantando. Não! Então isso aí tem cabimento no caso, né? É quantas e quantas pessoa eles corriam de avião, qualquer coisinha era o avião não é e... bah, nem é bom falar (Proprietário de Terra nº 1).

O Proprietário de Terra nº 6 comenta que se sentiu ameaçado por um biólogo do ICMBio.

> Já tive a oportunidade de conversar com um biólogo dos ICMBio, né. E de fazer ponderações com ela. Até uma moça, sabe, e ela quis me ameaçar. E aí eu disse para ela, “querida, me indeniza e tchau”, né. Tu não, não precisa dizer que vai fazer, que não vai fazer, tu faz o que tu quiser. Não, não, só me indeniza, isso aqui é meu, eu pago imposto, registrado, sabe? Então eu acho que essa consideração do governo de querer transformar a área em parque, ele tem que indenizar os proprietários. Pelo menos aqueles que tem os seus impostos pagos e tal, né (Proprietário de Terra nº 6).

A investida do poder público para controlar e fiscalizar o uso da terra e dos recursos naturais nas UC levou à criminalização das práticas tradicionais, com um crescimento (BERNINI, 2019).

A situação que envolve o processo de criação do PNLP até os dias atuais, origem de tantos conflitos e situações desgastantes, somado ao fato deste entrevistado não depender financeiramente da propriedade, contribui

para que o Proprietário de Terra nº 6 tenha a percepção de que a situação seria resolvida mais facilmente através da indenização, dado que não depende financeiramente da propriedade, o que evitaria algumas situações desagradáveis. Ademais, uma percepção semelhante a essa com relação à desapropriação não foi observada nas falas dos proprietários que dependem economicamente da área.

O Proprietário de Terra nº 5 comenta que foi multado pela fiscalização ambiental por estar circulando na área do parque com uma tarrafa, material utilizado para pescar tainha, atividade permitida apenas para pescadores artesanais licenciados pelo parque. Ele alega não saber que não poderia pescar, uma vez que a tarrafa é um instrumento de pesca permitido pelo ICMBio. No entanto, é importante salientar que a pesca é autorizada somente para pescadores artesanais licenciados, o que não é o caso do Proprietário de Terra nº 5. Ainda, o entrevistado considera que deveria pescar, pois possui propriedade na área e não se sente criminoso por ter tentado pescar.

> Se eu sou morador daqui, nasci, me criei aqui [...] Poderia ser ser... não precisava ser autuado. Só uma advertência então, né. “Não, isso o senhor não pode fazer”, né. De me advertir que não, eu não ia fazer, ou se fosse fazer eu procurar uma maneira para poder fazer legalmente, né. Porque fiquei... a gente fica como que teja roubando. Roubando nas coisas nossa. Isso aqui é nosso, não tamo roubando nada, né. Eu acho que o meu ponto de vista. Então, eu acho que. Nesse ponto a criação do Parque foi muito ruim (Proprietário de Terra nº 5).

O Proprietário de Terra nº 5 comenta que a ação da fiscalização com a aplicação de multas é somente para fins lucrativos. Para a pesquisadora, essa percepção pode revelar uma falta de educação ambiental durante o processo de fiscalização, que visa somente a punição sem explicar para o infrator os motivos da ação ser lesiva ao meio ambiente. Abaixo está o extrato da fala do entrevistado:

> Eu acho que as coisas tão tudo errado, né. Mas é fim lucrativo, né? Que, na verdade, o meio ambiente se tu pagar a multa e... ou ir ali pagar uma taxa, já não agrediu mais um ambiente, pode arrancar o que quiser e pronto. Não é assim? (Proprietário de Terra nº 5).

Apesar de vários conflitos serem desencadeados a partir das ações de fiscalização, os pescadores artesanais reconhecem a importância das ações de fiscalização para a atividade deles.

> A fiscalização tem que existir, né? Porque se não existir também fiscalização, aí vira bagunça, vira, aí não adianta eu ter a licença, porque se não ter fiscalização, eu tenho a licença, eu posso pescar, mas aí tu não tem, se não tem fiscalização, se tu quer pescar tu pode pescar igual, né? Então a fiscalização pra nós é bom... (Pescador Artesanal nº 4),
>
> E o camarão miúdo também não é pra pescar, também não adianta, pra que mata um camarãozinho. Tem que ter, a fiscalização tem que ter, mas não como antigamente que chegavo dando coice nas barraca do cara aí, batendo panela aí, feito banzo aí, antigamente era (Pescador Artesanal nº 10).

O Pescador Artesanal nº 10 comentou sobre uma abordagem recente da fiscalização no PNLP, onde relatou que não estava com a carteirinha de identificação de pescador do parque e foi orientado pela PATRAM que deve estar sempre com a carteirinha de pescador do parque, em virtude de os fiscais ambientais não conhecerem os pescadores que são licenciados. No entanto, o pescador foi identificado por um funcionário do ICMBio, que garantiu que o Pescador Artesanal nº 10 era licenciado.

> Só pra nós podemos ter essa licença pra andar ali dentro. Como é que pode a lei né? Esse é um documento só pro parque. Se chega a fiscalização, nós um dia pegou nós lá no Costa eu e o [...] e um cara um cara da PATRAM, esse os guri tavam lá adiante, ele disse que não tinha levado a dele “é, mas tem que ter porque a gente não conhece ninguém aqui” ele disse “é bom que o auxiliar de vocês tá ali” e foi lá no [funcionário do ICMBio], não, “eu conheço”. Se não tá diz ele que tem que ligar lá pra eles tem que um monte de coisa, o cara disse. E essa aqui não vale nada para ele. [...] mas daí ele disse “guarda no veículo, bota ali porque nós vivemos aqui”, daí o cara tava dizendo pra nós educadamente “nós não conhecemos ninguém aqui, né? Temos que fiscalizar que nos chamaram”. Aí ele falou “como o pessoal de você ta ali, a gente espera ele, vo chama ele chama ele aqui (Pescador Artesanal nº 10).

Para o Funcionário do ICMBio o número de funcionários e a extensão da área do PNLP transforma a fiscalização ambiental em um desafio. O entrevistado explica que existe uma rotina de fiscalização com medidas preventivas. Além disso, também foi abordado os desafios de fiscalização para

a conscientização da comunidade local, que não é autorizada para a realização da pesca, para obedecerem às regras e realizarem a pesca em áreas externas ao PNLP.

> A gente tem um, é rotina né, isso tá dentro da instituição as prevenção isso é normal, né, sempre teve dentro da unidade, né. Aí a gente tem uma programação de fiscalização que, né, dependendo de qualquer situação, então é.. A isso hoje de pesca predatória o Pescador clandestino a gente, né, geralmente, se confronta se debate com com eles, né? Isso é, dá pra se dizer assim, né, é muito difícil ter o controle total, dentro de uma área de conservação, que tem 36000 há, né? Sabendo que tu não tem como ta a em todos os tempos ao mesmo local, devido equipes reduzidas, né, servidores, né. Tudo isso é é envolvido, né? E também as pessoas, né, tem um hábito né, de pescar dentro da unidade de conservação, é. A comunidade quem não é autorizado da comunidade local, isso já diminuiu muito, diminuiu muito, as pessoas tão respeitando, pescando fora da unidade de conservação, né? É claro que tem alguns, alguns exemplares que que ainda acontecem, né? Até porque moradores daqui, local e tudo mais, é uma área rica e em espécie de captura, né? Mas basicamente a gente enfrenta muito problema assim com pessoas de fora de outros estados, né? (Funcionário do ICMBio).

A fiscalização ambiental é uma atividade imprescindível para a manutenção da biodiversidade, especialmente em áreas de proteção ambiental. Nesse contexto, quando essa atividade inclui a educação ambiental na sua abordagem pode promover a conscientização dos atos que causam degradação ambiental pelos pescadores artesanais. Ainda, os pescadores artesanais do PNLP percebem a importância dessa atividade, desde que não seja realizada com repressão, uma vez que possuem consciência da promoção da conservação ambiental. No que envolve os proprietários de terras, as ações de fiscalização são mais esparsas e estão relacionadas com a limpeza de açudes das propriedades e plantação na área do PNLP.

4.2.5. Quinto fator - Liberação da Pesca

Durante as entrevistas, foi possível identificar divergências entre os próprios pescadores artesanais sobre os critérios para a liberação da pesca do camarão. De um lado, alguns consideram que a atividade deve ser liberada quando o camarão possui pelo menos de 9 centímetros. De outro lado, outros

pescadores artesanais destacam que 8 centímetros é um tamanho suficiente para liberar a atividade.

A liberação da atividade com 8 centímetros é justificada pelos eventos extremos que vem afetando a região, os quais provocam a seca da Lagoa do Peixe antes da espécie atingir os 9 centímetros, ou logo após a liberação da pesca, ocasionando a liberação da atividade por poucos dias e impactando em perdas financeiras. No entanto, outros pescadores artesanais consideram que o camarão deve atingir os 9 centímetros para que a pesca seja liberada, independentemente das condições climáticas. Nesse contexto, é alegado que a espécie com 8 centímetros não fornece margem de lucro suficiente que viabilize a atividade econômica.

No atual momento, a liberação da pesca é baseada no monitoramento do tamanho do camarão rosa nos lagamares, quando a espécie atinge os 8 centímetros a pesca é liberada. No entanto, caso seja registrada a redução do tamanho do camarão, a pesca é encerrada até que atinja novamente os 8 centímetros. Contudo, ainda assim essa é uma situação que os diferentes pontos de vista entre os pescadores artesanais causam desentendimentos entre o grupo.

Nesse contexto, a data de abertura da safra do camarão rosa na Lagoa do Peixe era escolhida pelos pescadores artesanais, representados na votação pelos representantes dos lagamares, juntamente com a mediação dos representantes do ICMBio. O Pescador Artesanal nº 8 recorda de um ano que alguns pescadores artesanais consideram que a pesca deveria ser liberada dia 20 de dezembro, enquanto outros consideravam que a melhor data seria dia 3 de janeiro. Sendo assim, metade dos representantes dos lagamares escolheu uma data e outra metade a outra data, de modo que o chefe da UC optou pela abertura da safra dia 27 de dezembro como um intermédio entre as datas. Nesse contexto, o Pescador Artesanal nº 8 comenta sobre os prejuízos decorrentes da seca na Lagoa do Peixe devido à demora para a liberação da pesca, somado ao fato da barra estar fechada e sem previsão de chuva na região, e relata sobre o arrependimento de ter concordado de assinar para liberar a pesca dia 27.

> [...] e se eles querem liberar, pode liberar, mas não com a minha assinatura. Que eu quero é dia 20 aqui, porque a lagoa vai secar, porque não foi a 3 de janeiro e a lagoa tava seca, entendesse? Não marcava chuva, a barra fechada e a lagoa assim, baixinha, o que que a gente espera é lagoa seca (Pescador Artesanal nº 8).

A seca na Lagoa do Peixe ocorre devido aos eventos de estiagem. Sendo assim, a abertura da safra no dia 20 de dezembro não resolveria o problema da seca, mas poderia garantir mais uma semana de atividade econômica para os pescadores artesanais, que tiveram a safra perdida nesse episódio devido à estiagem.

Atualmente, como medida de redução dos conflitos, a liberação da pesca é realizada a partir do monitoramento do tamanho do camarão nos lagamares, no entanto, não é suficiente para evitar a divergência de opiniões entre os pescadores. Ainda, alguns pescadores divergem sobre como é realizado o monitoramento e desconfiam das medições realizadas por outros pescadores.

O Pescador Artesanal nº 4 comenta que as antigas gestões do PNLP realizavam o monitoramento do tamanho do camarão para autorização da liberação da temporada de pesca. O entrevistado comenta sobre a preocupação da demora da liberação da pesca, dado que a Lagoa do Peixe costuma secar no verão, cujo fato contribui para a redução do tempo de pesca dos pescadores artesanais. Ainda, comenta que os pescadores em geral não compreendiam como era realizado o monitoramento do camarão.

> Os chefes de parque não liberava porque o camarão não dava bom, porque não tá bom, tá bom, tá bom. Quando aí eles via que ia secar mesmo, eles liberavam, teve ano de nós pescar 3 dia, 3 noites. Botava a rede e aí o vento começava. Foi 3 noites, secou a Lagoa e aí o prejuízo ficou pro pescadô porque eles... (Pescador Artesanal nº 4).

No entanto, apesar de ser realizado o monitoramento do camarão pelos pescadores artesanais, ainda existem discordâncias entre os pescadores sobre o tamanho do camarão que deve ocorrer a pesca e a relação com a seca na Lagoa do Peixe. O Pescador Artesanal nº 9 comenta sobre a dificuldade de chegar a um consenso entre todos os pescadores artesanais.

> Um quer pescar o outro quer parar. Porque agora, hoje em dia, quando o camarão fica miúdo a maioria dos pescadores já querem parar, né? Por causa disso. Porque e aí outros querem tocar e vem a polêmica de seca a Lagoa e uns diz “ah se parar seca morre tudo” outros diz “não, mas se morrer pertencem à natureza, né”. Porque... Mas é difícil entender, o pescador entre si mesmo, e eles. Aí, um grupo quer uma coisa, outro grupo quer outra coisa. É difícil de chegar num ponto assim, principalmente quando se reúne muitos quando. Quando tá 3, 4, não (Pescador Artesanal nº 9).

Essas situações de divergências de opiniões foram registradas no estudo de Adomilli (2006), a qual relatou um evento de estiagem no ano de 2000 que ocasionou prejuízos financeiros aos pescadores artesanais, dado que houve a morte do camarão devido à seca da Lagoa do Peixe. Nesse contexto, foi identificada a pesca clandestina e predatória na Lagoa do Peixe, dado que a liberação não foi concedida antes do evento de estiagem, alegando o tamanho do camarão insuficiente para a liberação da pesca (ADOMILLI, 2006).

4.2.6. Sexto fator - Abertura da Barra

A abertura da barra, canal que comunica a Lagoa do Peixe com o Oceano Atlântico, também é pauta de muitas percepções distintas sobre o momento que deve ser aberta, uma vez que influencia sobre o ecossistema da Lagoa do Peixe e na quantidade de água acumulada nos banhados das propriedades. De acordo com as entrevistas, a abertura da barra quando a Lagoa do Peixe não está cheia não promove a vazão com o arraste das partículas sedimentadas no fundo da lagoa, contribuindo para o seu assoreamento. No entanto, do outro lado, a demora para abertura da barra quando está cheia pode configurar em prejuízos econômicos e sobre a fauna existente para a propriedade privada.

A barra é aberta através de uma escavadeira da prefeitura do município de Tavares uma vez ao ano, no entanto, também pode abrir ou fechar naturalmente, conforme a direção dos ventos e a maré (ADOMILLI, 2006).

O Proprietário de Terra nº 5 comenta que a cheia da Lagoa do Peixe impactou a sua propriedade quando foi realizado um estudo na área para avaliar a abertura da barra, que deixou a barra fechada no período chuvoso, o

que colaborou para o alagamento dos campos do banhado. Os campos ficaram cheios de água e os impactos sobre a fauna, criação de animais e a plantação que havia na área foram significativos. Além disso, comenta que os proprietários não foram avisados que iria ser realizado esse estudo, dificultando a organização da criação dos animais e o transporte desses para uma área que não estivesse alagada.

> Naquele ano [...] proibiu a abertura da Lagoa do Peixe, que tinha que fazer um estudo, que água veio quase no mato, naquele ano não teve produção. A Lagoa do Peixe levou os ninhos tudo. As preá morrero tudo (Proprietário de Terra nº 5).

Ainda, o mesmo proprietário comenta do transtorno que teve com a situação, uma vez que precisou buscar as ovelhas da sua criação de caíco pelo campo e ressalta o prejuízo incalculável que essa pesquisa deu para os proprietários e fauna do PNLP.

> Eu tinha um lote de ovelha lá na ilha. Eu tive que carregar de caíco (Proprietário de Terra nº 5).
>
> Não passava nada, não passava a cavalo, não passava só de... só de caíco. [...] deu um prejuízo aí incalculável, né, na natureza, que preá não ficou nenhuma. Morreu tudo. Tu sabe o que é juncão, né? Onde ela se esconde no meio ali, ela vive ali, aquilo ficou tudo submerso. Morrero tudo (Proprietário de Terra nº 5).
>
> Esse ano eu perdi cebolinho que eu tinha no banhado (Proprietário de Terra nº 5).

Para o Proprietário de Terra nº 5 não deveria existir uma época de abertura da barra e explica que deveria acontecer sempre que a água chegar a determinado nível no campo.

> Quando a água chegou no nível, que tá em cima do campo, tá prejudicando os proprietários, tem que abrir. Aí entra o pescado e todo mundo. Os patos vão ter os ninho, as preás, os bicho. De tudo em torno da Lagoa. Vai continuar a vida deles. Mas se deixar eles embaixo da água. Não vê nenhum (Proprietário de Terra nº 5).

Nesse mesmo contexto, o Proprietário de Terra nº 4 comenta que a abertura da barra deve ser precedida de estudos ambientais e que a decisão não deve ser tomada ouvindo apenas os pescadores artesanais, uma vez que

essa atividade influencia diretamente na qualidade do pasto do campo para a criação do gado e comenta sobre a dificuldade de ter pasto de qualidade nas áreas de cima do campo em épocas de estiagem.

> Não tem mais água, dão enchente lá e vai acabar com a pastagem toda da berada, aí com essa seca que tá tu não tá preparado pra buscar o gado para cima. [...] E aí? Que aquela água que entra do mar é só purinha, né? Onde ela passa aqui na na grama, deu. Mata todinho (Proprietário de Terra nº 4).

No estudo de Benedetti (2018) foi identificado como fator de ocorrência de conflitos o manejo da abertura do canal da barra entre os pescadores artesanais, proprietários de terras e agentes governamentais, cujo resultado corrobora com os encontrados na presente pesquisa.

No geral, as situações de conflitos contribuíram para a existência de eventos de tensão na região, através de protestos organizados pela população local em que houve a queima de um boneco que simbolizava a chefia do PNLP, o ateamento em fogo na viatura do órgão gestor e mobilização pleiteando a recategorização de Parque Nacional para Reserva Extrativista (BENEDETTI, 2018). No ano de 2003 ocorreu uma passeata em forma de protesto contra a administração do PNLP, cujo evento teve a participação de mais da metade de cidade de Tavares, cerca de 3 mil pessoas participaram, indicando a alta taxa de rejeição do sistema de gestão realizado na época (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009).

Quando questionado ao Funcionário do ICMBio como as situações de conflito podem impactar sobre os proprietários de terras, o entrevistado comenta sobre a venda das propriedades. Ele relata que a venda das propriedades implica na perda da classificação como população tradicional. No entanto, os proprietários de terras não são reconhecidos como população tradicional. Ainda, manifesta preocupação sobre a compra das áreas por pessoas com maior poder aquisitivo, temendo os impactos que podem atingir o PNLP.

> Dá pra se dizer que impacto, né, de certa forma é quando se tem problemáticas, né, em questão, isso impacta na, todas as pessoas que são atingidas ali naquele local quanto para sobre a unidade de conservação.[...] E mas também a gente tem, sabe, né, isso é importante dizer que tem muitas pessoas que que vendem suas

> propriedade. A gente já tem uma preocupação também essa demanda é é com muita gente de, né, sendo gente, da pra se dizer gente de outras regiões, gente de fora né com poder aquisitivo maior comprando essas propriedades pequenas, né, dá pra se dizer que são menores, principalmente Tavares, são pequenas propriedades, né, são 1 ou 2, não chega a... talvez umas 10 propriedades sejam maiores, mas também que as pessoas estão vendendo essa propriedade para que outras pessoas que não sejam da região, que estão adentrando hoje, né, no nosso, na nossa região aqui, então é isso também é preocupante, de certa forma assim, né? Né que as pessoas, né? estão saindo, então cedendo esse espaço de de população tradicional, no momento que tu vende a propriedade pra uma pessoa, né, desconhecida de outra região já é, automaticamente, já pede que o valor tradicionalmente (Funcionário do ICMBio).

O Funcionário do ICMBio explica que a gestão do PNLP tem a perspectiva de reduzir os conflitos entre a população local e o órgão ambiental. Para isso, a equipe vem adotando uma série de medidas que visam reduzir esses conflitos.

> A perspectiva é que a gente consiga de já, de certa forma, né, daqui a alguns anos pra frente, né, resolver principalmente os problemas que que existem, que existiram ali né, que algum problema já foi de certa forma amenizado, outros que vão que irão surgir, né? Que que se consiga resolver minimamente, né, Para que que se consiga, até amenizar essas essas, essas situações de conflito, né, né? (Funcionário do ICMBio).

Ainda, para o Funcionário do ICMBio, as situações de conflitos impactam diretamente sobre a proteção do PNLP, ocasionando danos ambientais. Ele aborda sobre o desafio de tornar a população parceira do parque, uma vez que a forma como foi implementado o PNLP não contribuiu para isso. Sendo assim, a atual gestão possui inúmeros desafios.

> A de certa forma impacta, porque no momento que tu tem um tem um parque nacional que onde a comunidade é contra o parque, os municípios são contra o parque, né? De certa forma isso impacta na na unidade, né, automaticamente, né. Então é.... tem momentos... Tem relatos, né, os pescadores aqui que antes do termo de compromisso, né, que que que é que tinha aqueles momentos de conflito, né. Eles é... é... tipo assim, faziam mais né, degradação ambiental, né, eles mesmos citam em reuniões para nós que quando tinha um enfrentamento direto no combate direto, de prestadores e ICMBIO, né? A parte de degradação ambiental era muito mais. Isso é entusiasmava eles, né, a a atos de fúria e faziam degradação (Funcionário do ICMBio).

Os danos ambientais provocados pela atividade de pesca artesanal eram resultantes da pesca fora de época e os critérios estabelecidos para a realização da atividade.

> O exemplo que a gente poderia ter, ter alguns assim, várias, principalmente, né? É que não respeitavam as normas, né. Eles não respeitavam as normas internas que existiam na época, né, né? Como é pescar fora de época, sem controle, né. Então essas coisas são um exemplo assim, né, que tipo assim não respeitavam, né, os critérios técnicos, limites, né, né? Então não... A gestão da unidade de conservação, para ele, não servia de parâmetro (Funcionário do ICMBio).

Os conflitos existentes no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Palhoça, Santa Catarina também apresentam diversas ordens. A pesquisa de Machado et al. (2019) identificou que os conflitos podem ser entre a comunidade e a administração do parque, a capacidade da área protegida e o crescimento populacional, conflitos de interesse, organização e a regularização fundiária, êxodo da população rural e especulação imobiliária, dentre outros.

No cenário internacional também existem conflitos em parques nacionais. Os conflitos presentes no Parque Nacional de Port-Cros, na França, se apresentam em vários domínios: i) a política de conservação ambiental do parque, ii) planejamento e desenvolvimento urbano, iii) divisão do espaço entre os utilizadores e iv) economia e disputa entre operadores turísticos (CADORET, 2021).

O estudo de Bernini (2019) identificou que o contexto como foram criados os parques nacionais brasileiros provocou a intensificação dos conflitos entre população tradicional e UCs. De maneira gradativa, as populações tradicionais estão sendo impedidas de praticar o uso tradicional das áreas ocupadas historicamente.

4.3. Atividades Desenvolvidas por Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras

A terceira categoria abrange as atividades econômicas, sociais e culturais desenvolvidas pelos pescadores artesanais e proprietários de terras

entrevistados. A terceira categoria é composta por quatro subcategorias: Atividade Econômica dos Pescadores Artesanais, Atividade Econômica dos Proprietários de Terras, Práticas Sociais e Culturais dos Pescadores Artesanais e Práticas Sociais e Culturais dos Proprietários de Terras. A Figura 11 ilustra a terceira categoria e suas respectivas subcategorias.

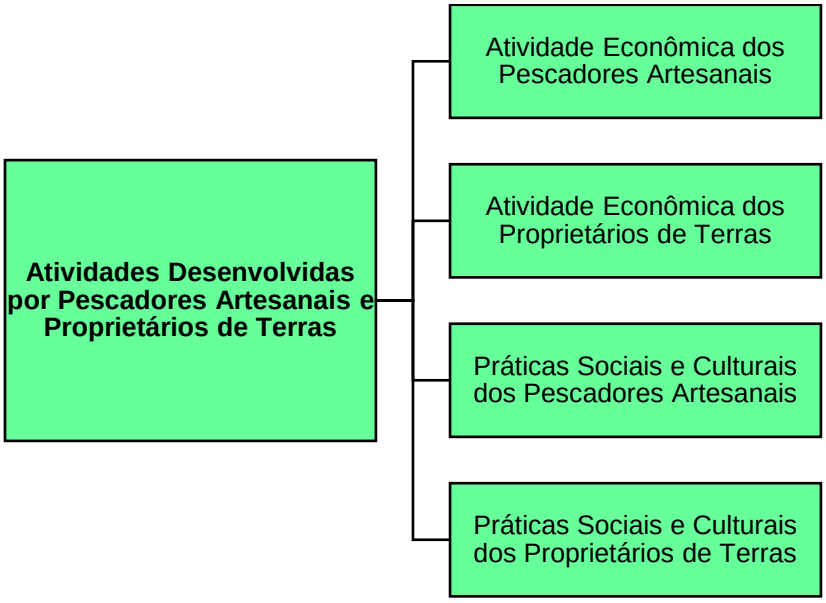

Figura 11 - Fluxograma da Categoria nº 3 com Quatro Subcategorias.

Fonte: A autora, 2023.

A unidade de contexto da terceira categoria se refere à forma como as atividades econômicas estão sendo desenvolvidas dentro do PNLP pelos pescadores artesanais e proprietários de terras. Além disso, também engloba as práticas culturais e sociais que esses grupos tinham o hábito de praticar, bem como as que eles ainda realizam. Adicionalmente, a categoria compreende relatos de como essas atividades foram modificadas com a criação do PNLP.

4.3.1. Atividade Econômica dos Pescadores Artesanais.

A Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca informa que a pesca pode ter natureza comercial ou não comercial. No que envolve a

pesca comercial, está inserida a atividade de pesca artesanal, definida como a atividade desenvolvida diretamente pelo pescador profissional, de forma autônoma ou familiar, com meios de produção próprios ou contrato de parceria, desembarcado e pode ser utilizada embarcações de pequeno porte. Ainda, a mesma legislação aborda que são consideradas atividades pesqueiras artesanais a confecção e reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte, bem como o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

Atualmente, os pescadores artesanais do PNLP foram reconhecidos como população tradicional, portanto, podem desfrutar dos direitos estabelecidos no SNUC voltado para esse grupo, apesar de não ser permitido a presença desse grupo em parques nacionais. O SNUC possui como um dos seus objetivos a proteção dos recursos naturais que são necessários para a subsistência das populações tradicionais, além de respeitar e valorizar o conhecimento, a cultura, e promover socialmente e economicamente as populações tradicionais (BRASIL, 2010).

A maioria dos pescadores artesanais entrevistados pesca na Lagoa do Peixe e no Oceano Atlântico de maneira artesanal desde antes da criação do PNLP. Antes da criação do PNLP muitos proprietários de terras, que eram agricultores, também pescavam, geralmente para o consumo domiciliar, dado que a Lagoa do Peixe está no final das propriedades. Sendo assim, com a criação do PNLP muitos proprietários de terras ficaram impedidos de pescar dentro dos limites do PNLP. No entanto, outros conseguiram a licença provisória para realizar a pesca e se tornaram pescadores artesanais habilitados para tal atividade, da mesma forma que outros pescadores que não eram proprietários tiveram a licença da atividade concedida.

Para Silva Pimentel e Ribeiro (2016) as populações locais podem ser donos de hotéis ou proprietários de terras que estejam em áreas protegidas e não precisam necessariamente ser populações tradicionais. Para esses autores, as populações locais são aquelas que existem em determinado território, que possibilitou o desenvolvimento da sua territorialidade, expressa na relação com o lugar.

As populações tradicionais são populações locais que detém saber tradicional, como o conhecimento da dinâmica dos elementos que compõe a natureza, utilizado como recurso de sobrevivência dessas populações (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). São considerados populações tradicionais os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais e outras comunidades que possua territorialidade no contexto da sociedade urbana contemporânea (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016).

A atividade de pesca artesanal é desenvolvida em dois ciclos: o de “verão” e o de “inverno”. O ciclo de verão corresponde ao período de novembro a maio, onde os esforços se concentram para a pesca do camarão-rosa, assim que a espécie atinge o tamanho para a captura a pesca é liberada. E o ciclo de inverno corresponde ao período de maio a outubro, quando os pescadores artesanais desenvolvem a pesca em ambiente marítimo ou pesca de peixes na Lagoa do Peixe.

A Tabela 8 informa a idade dos pescadores artesanais que participaram das entrevistas e o período em que iniciaram a atividade de pesca.

Tabela 13 - Idade dos Pescadores Artesanais Entrevistados e Tempo de Pesca.

Pescador	Idade	Período de Início
Representante	61	Desde criança
Nº1	50	Desde 17 anos
Nº2	48	Desde criança
Nº4	56	Desde 21 anos
Nº5	38	Desde sempre
Nº6	64	Desde criança
Nº7	65	Desde criança
Nº8	63	Desde criança
Nº9	59	Desde criança
Nº10	62	Desde criança

Fonte: Entrevistas, 2023.

A maioria dos entrevistados comentou que realizam a atividade de pesca artesanal desde criança, dado que aprenderam com os seus ascendentes o

desenvolvimento dessa profissão, portanto, a maioria deles já eram pescadores artesanais antes da criação do PNLP. Nessa conjuntura, o Pescador Artesanal nº 1 explica que antigamente era característico da região o “agricultor-pescador”, que era o proprietário de terra que desenvolvia atividades de subsistência dentro da propriedade, dentre elas a atividade de pesca para o consumo domiciliar. Ele relata que o pai dele gostava de pescar tainha e camarão na Lagoa do Peixe.

> Naquela época os velhos eram, né. Eles viviam, tinham a sua tarrafinha, eles eram agricultor e pescador ao mesmo tempo. Como hoje tem aí, né, tem agricultor e pescador também. Mas o velho sempre gostava de pescar, ele vinha e pegava a tainha na lagoa, ele sempre pescou camarão, essas coisas (Pescador Artesanal nº 1).

O início da atividade de pesca é relembrado pelo Pescador Artesanal nº1, que iniciou a profissão através do incentivo dos pescadores mais velhos, que o convidaram para trabalhar com a pesca, cuja atividade ainda é desenvolvida atualmente por ele, conforme o trecho abaixo.

> Aí então a gente veio para aí novo, a gente veio novo para praia, eles convidaram para trabalhar com eles, faltava gente para serviço, né. E aí eu vim para aí, gostei, comecei a aprender já e peguei o embalo das coisas e fiquei até hoje. [...] Eu tinha uns 17, 18 anos. E gostei e fiquei e não penso em sair, só se eles querer tirar mesmo (Pescador Artesanal nº 1).

O Pescador Artesanal nº 2 conta que a sua família trabalha com a atividade de pesca há gerações. Ainda, ele menciona que o avô era um itinerante, cujo entrevistado chama de “andarilho”, em virtude do seu avô possuir o hábito de percorrer localidades para realizar a atividade de pesca, portanto, não era habitual fixar moradia. Por fim, ele comenta que dentre os familiares, ele foi o que permaneceu por mais tempo em um lugar, nos arredores da Lagoa do Peixe, dado que alguns familiares ainda possuem o hábito de mudar de região de pesca.

> [...] Sempre pescador, nasci na minha... sou de de várias gerações, né, minha avó, depois minha, mãe tudo foram pescadores também, meu pai, todos eles.[..] moravam aqui na região né, Tavares e Mostardas. O meu avô mesmo, veio tipo assim, veio tipo andarilho né, ele fazia uma casa num lugar ficava um tempo ali aí depois ele mudava de lugar, mas sempre relacionado a pesca sempre sempre.... Sempre no litoral, toda a vida. E a gente, eu dos meus parentes foi o

> que mais fixou moradia, foi eu, por que o resto meio que se mudo em seguida assim... Mas tudo trabalho na pesca, todo mundo trabalha na pesca, o meu irmão também trabalha na pesca, outros que foram embora pra Santa Catarina nós, eles veve de pesca lá também lá em Santa Catarina, então família toda pescador (Pescador Artesanal nº 2).

Ainda, o Pescador Artesanal nº 2 explica que participa das atividades de pesca desde criança, pois tinha o costume de acompanhar a sua mãe e o padrasto na atividade. Sendo assim, é possível afirmar que a partir do modo de vida desse pescador, a atividade de pesca artesanal faz parte do seu cotidiano e colabora para a construção da sua identidade territorial, devido a tamanha familiaridade com a atividade, desenvolvida desde que era criança e que faz parte da família há gerações.

> Desde criança eu participava junto com a minha mãe né, meu pai, meu pai não, meu padrasto, que eu não fui criado com meu pai. Eles iam pra pesca e a gente ia junto, né, daí foi... E sempre tem, tu sempre tem o que aprender né, sempre, não adianta (Pescador Artesanal nº 2).

Os pescadores artesanais herdaram a profissão dos seus antepassados, onde alguns eram proprietários de terras, portanto, agricultor-pescador. No entanto, alguns proprietários abandonaram a atividade agrícola, apesar da família ser composta por agricultores que realizavam o plantio de cebola, e concentraram os esforços somente na pesca artesanal.

> Eu aprendi o tudo que eu que eu sei, que eu sei o pouco que eu sei, né? É a maioria que eu aprendi foi com o meu pai, a a pescar. [...] É ele era proprietário, e aí pescava. E e aí E aí educava, né? Como é que era pra a sobre o lixo que não joga lixo e fui aprendendo (Pescador Artesanal nº 4).
>
> Meu pai tinha outra função, foi, ele era agricultor, depois virou Pescador. [...] Agricultor e Proprietário da área do parque (Pescador Artesanal nº 5).
>
> Olha... a família, eles eram agricultor, só que a gente vivia dentro da da área lá, né? [...] mas eu, desde pequeno, o negócio era pesca. Plantei, cheguei a plantar cebola e tudo, mas abandonei tudo continuei na pesca (Pescador Artesanal nº 6).
>
> Eu fui criado na pesca, desde pequeno, desde que nascemo.[...] O pai era, era agricultor e pescador, né. Tudo a mesma coisa (Pescador Artesanal nº 10).

Para Adomilli (2006), alguns pescadores artesanais são filhos de pescadores e/ou de pescadores-agricultores que optaram a se dedicar exclusivamente à pesca e/ou continuaram com a agricultura em conjunto com a atividade de pesca. Para o autor, a desvalorização da cebolicultura influenciou na migração da atividade econômica, considerando o cenário de produção de cebola, custo dos agrotóxicos e perda de safra (ADOMILLI, 2006).

O Pescador Artesanal nº 7 informa que começou a atividade de pesca artesanal juntamente com os seus tios, quando ele tinha 12 anos. Ele aborda que a pesca naquela época era exclusivamente para o consumo domiciliar e explica que o pescado era preparado para o consumo no inverno, dado que não existia geladeira ou freezer, portanto, era necessário salgar e secar o pescado. Depois que a Colônia dos Pescadores foi fundada, em 1982, ele se associou e começou a se dedicar exclusivamente para a pesca. O Pescador Artesanal nº 8 também aprendeu a pescar com os tios, desde os 12 anos de idade, e relata que na época não existia o comércio de peixe atual.

> [...] é na verdade desde criança, porque eu acompanhava meus tios, né? Mas, assim de de por conta minha própria mesmo assim que o comecei com carteira foi 82 [...] Mas a gente desde criança que se conhecemo por gente foi dentro dessa Lagoa pescando, né? Os tio, todo mundo pescava naquela época, pra até pro sustento da casa mesmo, naquela época não era para comércio, sustenta. Eles pescavam, cozinhavam com o sal, colocavam a secar pra passar o inverno. [...] É quando eu comecei acompanhar eles que eu tinha 12 ano por aí, 13 ano. É eu começava, eu ia com ele. E depois, eu comecei eu a... eu comecei ir sozinho, comecei a... Saiu a colônia em Tavares, eu me associei e aí abandonei todos outros tipos de serviço e fui pra pesca (Pescador Artesanal nº 7).
>
> Ah com com meus tio. [...] Ah quando comecei a aprender a pesca não, não tinha o comércio de peixe que tem hoje, né? Pescava mais pra pra casa assim, com a família em casa, para os pais (Pescador Artesanal nº 8).

O Pescador Artesanal nº 9 relata que aprendeu a pescar desde criança com o seu pai, que era agricultor-pescador, na época em que residiam nas Caporocas, localidade do município de Tavares. No entanto, ele precisou ajudar no sustento de casa com mais responsabilidade quando o seu pai faleceu, ele tinha apenas 11 anos de idade. A partir de então, começou a se dedicar mais à atividade de pesca e para isso foi necessário residir na praia do Talha-Mar.

> Ah deus que me entendi por gente. Que eu pesco deus da idade é que com 6. [...] É 6, 7 anos eu já pescava meu pai, aí quando eu tinha 11 anos meu pai faleceu, aí eu já tive meio que assumi a o serviço, né. Ajudava no sustento da casa, mas foi com 7, 8 anos, aí a trabalhar com meu pai, né? Pescava com ele, eu aprendi com ele, nessa época eu morava aqui [...] nas Capororoca, no caso. Aí depois meu pai faleceu, aí eu tive que assumir. Aí já parava mais lá que aqui na Capororoca, né? [...] no Talha-Mar (Pescador Artesanal nº 9).

A identificação da pesca artesanal como uma atividade repassada ao longo das gerações corrobora com o estudo de Almudi e Kalikoski (2009) que aborda a dependência das famílias exclusivamente da atividade de pesca, bem como a forma de desenvolvimento da atividade repassada na esfera familiar. Para Adomilli (2006), as relações ecológicas entre pescadores artesanais e o PNLP define a forma como o grupo organiza a vida social, considerando a dependência da natureza e as condições para realizar a atividade de pesca, bem como o deslocamento entre a pesca marítima e a pesca lagunar, que divide os ciclos de pesca em inverno e verão.

Atualmente, a pesca dentro dos limites do PNLP é desenvolvida apenas por pescadores artesanais que possuem a licença para realizar a atividade. A pesca artesanal pode ser realizada por esses pescadores tanto no Oceano, quanto na Lagoa do Peixe. No entanto, existem regras estabelecidas no Termo de Compromisso entre o órgão gestor ICMBio e a Colônia de Pescadores Z11, que orientam a atividade de pesca tanto em ambiente marítimo quanto lagunar, sob pena da aplicação da legislação cabível.

4.3.1.1. A Pesca Artesanal na Lagoa do Peixe

A Lagoa do Peixe é composta por 8 lagamares, que estão dispostos no sentido Norte ao Sul da seguinte forma: Velha Terra, Costa, Lagamarzinho, Paiva, Barra, Formiga, Capitão Rosa e Chica. A atividade de pesca não é permitida em algumas partes da Lagoa do Peixe, destacada em rosa na Figura 12, que ilustra a disposição dos lagamares que compõe a Lagoa do Peixe.

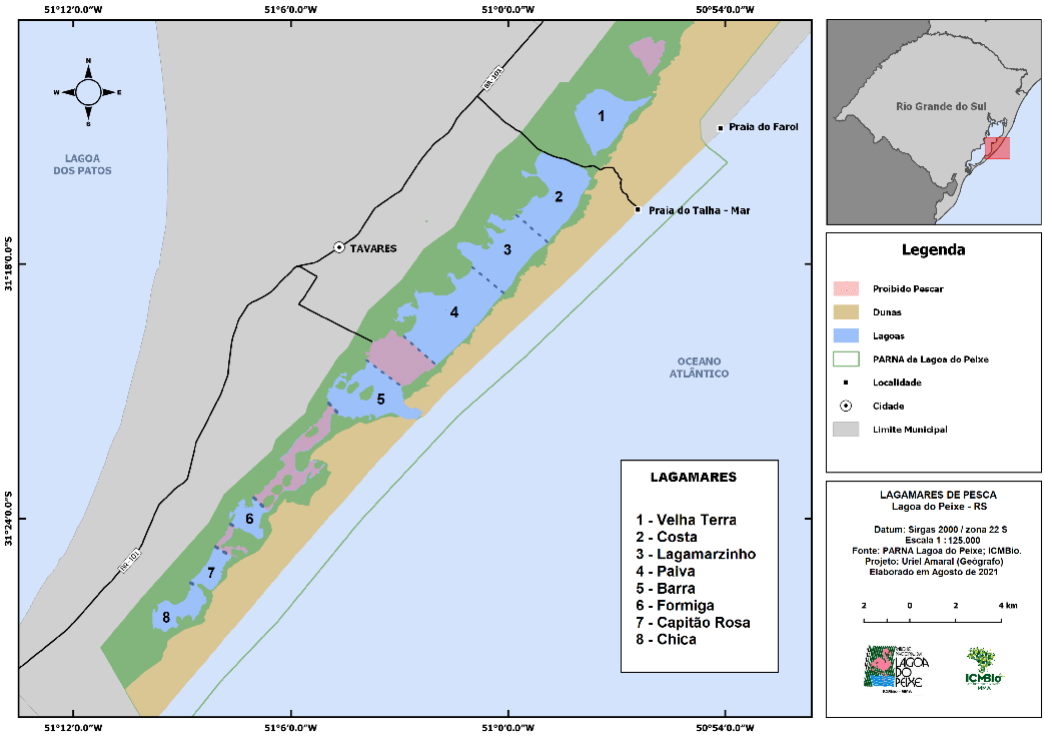

Figura 12 - Mapa dos Lagamares que Compõe a Lagoa do Peixe.

Fonte: Disponibilizado pelo ICMBio.

O Proprietário de Terra nº 6 explica que o nome lagamar se deve ao fato da Lagoa do Peixe ter comunicação com o mar. O nome dos lagamares é em homenagem às famílias que moravam nos campos da região e que pescavam na Lagoa do Peixe para subsistência.

> Mas tu sabe por que que tem o nome de lagamar? Porque é um lago que tem comunicação com o mar, né. Através da barra da Lagoa do Peixe. Então, tem um contato, a... há uns anos atrás, era permanente, né?[...]É tudo isso tem uma história. Cada lagamar tem uma história. O nome dos lagamares é em homenagem a alguém. Uma família ou a moradores, né? E ... era um... um local onde que as pessoas que eram moradores, principalmente de Tavares, né, faziam a pesca do camarão, né, de maneira artesanal, não era que nem hoje de maneira profissional, né (Proprietário de Terra nº 6).

Nesse mesmo contexto, o Representante dos proprietários de terras comunica que os nomes dos lagamares são em homenagem a famílias. Ainda, o representante cita o Lagamar dos Brum. O Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais também mencionou outros nomes de Lagamares, como: Lagamar do Manduca e Lagamar do Ruivo. Esses lagamares recebem o

nome pela população local e não estão inseridos no mapa do ICMBio com estes nomes.

> Ela tem 35 km de extensão e aí os lagamares, que nós chamamos aqui tem o nome das famílias, no Costa, Paiva, do Lagamar da Velha Terra, dos Brum....[...] Lagamar é a lagoa, é o rosário das Lagoa que em frente as propriedades, que eram daquela família, pegava o nome (Representante dos Proprietários de Terras).
>
> [...] É um nome antigo, entendeu? As famílias já na época que morava ali, certo, olha, o Capitão Rosa, nome do Capitão Rosa, morava onde ele no Capão Comprido. [...] Lá tem o ruivo, o Lagamar lá [...] ali, aquela lagoa a gente chama de Manduca (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Os nomes oficiais dos lagamares foram disponibilizados pelo ICMBio, envolvendo o total de 8 lagamares (Figura 12).

Na Lagoa do Peixe existem muitas espécies que podem ser pescadas, como: Tainha, Linguado, Peixe-Rei, Camarão Rosa e Siri. Para a pesca de cada uma dessas espécies, consta no Termo de Compromisso as orientações, tipos de redes e dimensão da malha adequada para que as espécies sejam capturadas no tamanho adequado, sem prejudicar a reprodução das espécies nesse ecossistema.

O Pescador Artesanal nº 7 comenta que dentre os lagamares que a pesca é permitida, os pescadores artesanais podem escolher os “pontos”, que é o local escolhido pelos pescadores para realizar a atividade de pesca. O Pescador Artesanal nº 7 informa que os pescadores podem mudar de ponto de pesca, ou seja, se o pescador considerar que o outro ponto está melhor, pode mudar suas redes de lugar.

> Muda, muda várias vezes, pode mudar até de lagamar. Às vezes, pode sair pescando no Costa e passar lá para a Velha Terra ou vim pro Paiva ou sair do Paiva e ir pra lá. E mudar de ponto também, tu pode sair pescando lá perto do banhado daqui a pouco tu pode puxar tuas rede e levar lá pro lado da Costa da Lagoa do lado. [...] É onde a gente achar que tá melhor vai indo, né? [...] Sempre sempre tem gente com rede nos Caícos, passou... arranco daqui e bota lá aí acho que lá deu pouco, passa lá pra outro lugar, e aí eles vão passar um passada tudo isso (Pescador Artesanal nº 7).

A pesca do camarão rosa deve ser realizada com a rede tipo aviãozinho, estabelecido no termo de compromisso, juntamente com a quantidade de 30

unidades e a dimensão da malha adequada, para cada pescador artesanal com os respectivos lacres de identificação.

> E a gente trabalha nas nossas redes dentro do padrão da legislação, as malhas tudo certinho dentro do que é, hoje nós pescando na lagoa do peixe é 30 aviãozinhos de camarão. E lacre, no caso temos lacres, nós não podemos violar isso, é 30 avião para cada pescador [...] 30 redes. Aí no caso é lacrado, a gente respeita as normas tudo dentro do parque, a malha da rede tem que tá a malha certa. Aquele que tá fazendo a coisa errada é apreendido, né? Como deve de ser, na realidade o que ta errado tem que ser apreendido, quando é uma pesca irregular, ilegal (Pescador Artesanal nº 1).

A pesca do camarão é liberada de acordo com o tamanho do camarão e não mais por uma data específica, como era realizado antigamente. Atualmente, para que a pesca seja liberada é necessário que a média do tamanho do camarão nos lagamares seja de 9 cm. Geralmente, a liberação da pesca ocorre nos meses de novembro ou dezembro, quando os pescadores artesanais começam a se dedicar para esse tipo de atividade.

> É... Chega por exemplo, tem o mês de novembro, que nem nesse ano foi aberta a nossa pesca de Lagoa quando é época da temporada de camarão eu vou para Lagoa pescar o camarão (Pescador Artesanal nº 1).

Para o Pescador Artesanal nº 7 a atividade econômica mais atrativa da Lagoa do Peixe é a pesca da tainha, linguado, peixe rei e camarão rosa. Enquanto para o Pescador Artesanal nº 9 a atividade econômica mais atrativa é o camarão rosa.

> É o peixe, é o camarão, peixe rei, o linguado, tainha. Esses pescado (Pescador Artesanal nº 7).
>
> De dinheiro ah, é que nem o camarão não existe (Pescador Artesanal nº 9).

A atividade de pesca precisa das condições climáticas ideais para que a atividade seja realizada, como o vento, que pode dificultar a atividade de pesca. O conhecimento dos fenômenos meteorológicos foi adquirido pelos pescadores artesanais através da atividade de pesca artesanal diária, conforme explicado pelo Pescador Artesanal nº 2 no trecho abaixo.

> E a Lagoa a mesma coisa, às vezes tem dia que que depende do vento não adianta nem tu pra lá colocar as redes de camarão também que, né que tem a possibilidade de tu pegar uma quantia assim razoável que vale a pena, às vezes não compensa tu ir então nós vamos todo quando tem essa.... tem que ter esse conhecimento, né. [...] Olha, a verdade é que eu sofri na prática né, a verdade é essa. Porque a gente não tem estudos sobre isso, né. A gente criou na prática né. [...] Eu tenho que lá fazer pra dar certo né... É, tem toda essa... Nós não temo um livro escrito, nós temo que pratica pra... Então eu acho que... que tudo tem que sofrer a prática [...] E é sofrido né. É bom é bom é gratificante mais a vida do Pescador não é fácil (Pescador Artesanal nº 2).

Quando o vento é Sul, a água do oceano é empurrada para a Lagoa do Peixe, se o canal da barra estiver aberto, dessa forma, contribui para a mistura da água salgada do oceano com a água doce da chuva, formando o ambiente propício para o desenvolvimento do camarão rosa. O vento Nordeste proporciona as condições ideais para a pesca do camarão sete-barbas e peixes no oceano (ADOMILLI, 2006). Nesse contexto, foi observado por Adomilli (2006) que as casas dos pescadores possuem duas portas de entrada, uma na direção nordeste e a outra sul, que indica a importância do vento na vida dos pescadores artesanais, que permite ponderar o vento de casa para identificar se está propício para a pesca.

A abertura da barra também influencia na qualidade da safra. O estudo de Adomilli (2006) explica que a abertura da barra favorece que as larvas de camarão-rosa entrem do Oceano para a Lagoa do Peixe, onde possuem fonte de alimento, crescem e fornecem sustento para os pescadores artesanais.

O Pescador Artesanal nº 6 explicou como realiza a pesca do camarão rosa na Lagoa do Peixe. O termo “abaixar a rede” diz respeito ao momento em que as redes são colocadas na lagoa para iniciar a pesca do camarão, dado que geralmente elas ficam apoiadas em taquaras dentro da lagoa. Portanto, são abaixadas para iniciar a pesca. O termo “despescar” se refere à retirada do camarão da rede, cujo pescador prefere iniciar as 3 horas da manhã, que pode ser realizado com o pescador em cima do caíco, dependendo do nível de água da lagoa. Para o Pescador Artesanal nº 8, a atividade de pesca se inicia no final da tarde e a coleta do pescado entre as 3:30 horas e 5 horas da madrugada, dependendo se a estação é inverno ou verão. Quando ele pesca

camarão, relata que prefere ir mais cedo, entre 3 horas e meia e 4 horas da manhã e quando pesca peixe vai às 5 horas ou 5 e meia. Ele utiliza o caíco para realizar a coleta do pescado.

> Ah, de tardezinha, nessa hora aqui tu já tá lá baixando tuas rede [...] Eu começo a despescar as 3 da manhã. Sempre, sempre [...] despesca no caíco, quando a lagoa tá baixa é bom, mas quando ela vem mesmo, só de cima do caíco, né? (Pescador Artesanal nº 6).

> Ah, eu vou de tardezinha assim essa hora assim mais tarde, eu vou lá e largo as rede lá e depois as 4:00 da manhã e 4, 5 horas dependendo, dependendo, no no inverno eu vou mais tarde no inverno o sol sai mais.. mas no verão, tempo do camarão, é 4 horas, 3:30, 4 horas tem que ir pra lagoa. [...] É e o peixe rei e a tainha eu sempre vou mais tarde, assim, 5 e meia, 5 horas. [...] Eu vou de caíco (Pescador Artesanal nº 8).

O Pescador Artesanal nº 4 comentou que o horário ideal para começar a pesca do camarão é às 17 horas. Ele explica que na rede aviãozinho existe uma lanterna que acende automaticamente e atrai o camarão para a rede. Ainda, esclarece que em alguns casos existe uma lanterna para uma rede e se a lanterna for grande, uma lanterna é suficiente para duas redes. O Pescador Artesanal nº 4 explica que o termo “armar as redes” se refere ao momento em que ele as coloca dentro da Lagoa do Peixe para realizar a pesca do camarão.

> 5 horas vai, vai lá baixa a rede. A lanterna é solar, né? [...] lanterna acende sozinha, a lanterna tá lá. [...] aí acende pra pra chamar o camarão né, aí tu bota. A cada rede, uma lanterna, o certo, né? Aí como agora tem umas lanterna maior, é 2 rede e 1 lanterna. E aí então eu vou lá embaixo, eu armo vamo supor, começou a pesca, eu vou lá e armo minhas redes, tudo armado. Eu coloco a lanterna e fica lá no aí vamos supor bato as rede de manhã. Lanterna, quando clarear o dia, ela se apaga, não precisa desligar elas vão se apaga.[...] Armada é quando ela tá embaixo da água, quando ela está colocada pescando, né. E aí, quando tá ali que diz que nem na cerca, diz que tá levantado. “ah hoje eu levantei às redes” então ela tá levantado (Pescador Artesanal nº 4).

O Pescador Artesanal nº 5 comenta que durante a pesca de camarão, pode ocorrer a captura de outras espécies de peixe ou siri junto.

> O siri, que vem, a gente pesca também de de espinhel ou ele vem junto na própria rede de camarão, botar num aviãozinho, que a gente chama de aviãozinho, que é uma rede de pesca para pegar o camarão, pega o siri junto, pega algum peixinho também (Pescador Artesanal nº 5).

Durante o período de safra do camarão, alguns pescadores artesanais possuem o hábito de permanecer nos acampamentos. O Pescador Artesanal nº 7 relata que geralmente a esposa o acompanha nesse período, apesar de não ser pescadora artesanal, ajuda no preparo das refeições e outros afazeres no acampamento. O casal vai para a cidade para pegar gelo e descascar o camarão que foi pescado, e logo retornam para o acampamento, ficando até o mês de maio. Tal informação corrobora com o estudo de Almudi e Kalikoski (2009) que menciona a participação de mulheres diretamente na atividade de pesca na Lagoa do Peixe ou indiretamente através da evisceração de peixes, descasque do camarão, coleta dos mariscos ou limpeza de caícos e redes.

> Direto, a gente vem em casa, descasca o camarão, arruma, pega gelo e vai de novo [...] É, a gente fica lá até fim de maio quando tem safra (Pescador Artesanal nº 7)

Ainda, o Pescador Artesanal nº 7 comenta que a pesca na Lagoa do Peixe é liberada durante todo o ano para a captura de peixes, desde que estejam no tamanho apropriado e utilizando as malhas de redes permitidas. Ou seja, não existe um período específico para outras espécies além do camarão rosa, sendo permitida a pesca durante todo o ano.

> É o peixe, a tainha, linguado, siri, o peixe rei, isso aí pode continuar. [...] Todo ano, né. Até a entrada do verão (Pescador Artesanal nº 7).

O Pescador Artesanal nº 8 explica que cada peixe possui uma malha específica para a captura, de acordo com o tamanho do peixe. Ele comenta que possui 8 redes para Peixe Rei, 12 redes de Tainha e 6 redes de Linguado, todas de 50 metros.

> O peixe rei é malha 4, a tainha é malha 10 e o linguado é malha 16. Cada um tem um tipo que o peixe rei é pequeninho e a tainha é grande, cada um tem uma malha certa. [...] No caso, eu tenho 8 de peixe rei, eu tenho 12 de tainha 12 peça de 50 metros, né? E de linguado eu tenho 6 peças de de 50 metros (Pescador Artesanal nº 8).

O sabor inigualável do camarão da Lagoa do Peixe é salientado pelos entrevistados. O Pescador Artesanal nº 9 compara o sabor com o camarão da Lagoa dos Patos, do oceano, de Tramandaí, de Laguna e de cativeiro, e destaca o camarão-rosa da Lagoa do Peixe o mais saboroso. Para ele, o ecossistema da Lagoa do Peixe influencia no sabor inigualável do camarão rosa, apreciado pelos moradores da região.

> Porque camarão que nem o da Lagoa do Peixe, não, não existe [...] Ah, isso aí é. Não sei se... [...] Coisas da natureza, porque não sei que tem aquela lama, a Lagoa do Peixe tem aquela lama, né? Eu acho que é daquilo ali, eu acho. Não existe camarão. Pode ver, pode pegar camarão em todo lugar, ferve ele, ele é mais, ele é mais vermelho, e mais gostoso. [...] o da Lagoa do peixe é diferente da Lagoa dos Patos, do mar, dessas de Tramandaí, de Laguna. Desse cativeiro, então, nem se fala né (Pescador Artesanal nº 9).

Nesse mesmo contexto, o Representante dos Proprietários de Terras também comenta sobre o sabor do Camarão da Lagoa do Peixe e acredita que se deve ao fato da espécie ser produzida em uma área sustentável, no entanto, reclama que não possui selo de sustentabilidade.

> [...] o nosso camarão da Lagoa do peixe é único, é o é o camarão rosa, diferente de todo o camarão que existe pela... Primeiro pela, porque dentro de um de uma área sustentável, não tem agressão nenhuma de de de nada, né, ali, veneno de de de da cultu... de agricultura, nada, nada tem ali. Cadê o selo desse camarão? Também não tem, entendeu (Representante dos Proprietários de Terras).

O estudo de Paiva et al. (2018) aborda que o camarão é um alimento que possui elevada demanda, devido ao hábito de consumo dos moradores do município de Tavares. Ainda, esses autores identificam a preferência dos moradores desse município no consumo do camarão-rosa quando comparado ao camarão de cativeiro.

É possível observar o sentimento de satisfação na fala do Pescador Artesanal nº 5, que relata amar a atividade de pesca artesanal que desenvolve.

> Aí eu pra mim, é o que eu sei fazer hoje, é o que eu faço, né? Pra mim é uma, é uma terapia disso aí, levantar de manhã todo dia cedo da tardezinha, tem sempre aquele mesmo ritmo de vida. Tem como, como ali com a natureza, a gente fica lá dentro da água, vai lá pesca, fica no acampamento, volta de manhã e tira o camarão, tira o peixe. Para mim, é muito bom (Pescador Artesanal nº 5).

Qualquer tipo de pesca que não esteja dentro das orientações estabelecidas no Termo de Compromisso, é considerada irregular, dado que o documento estabelece todas as diretrizes para a realização da pesca na Lagoa do Peixe. Sendo assim, durante as entrevistas, alguns pescadores mencionaram situações de pesca irregular na Lagoa do Peixe, praticada por outros pescadores artesanais, que possuem conhecimento do documento, e, portanto, praticam atos de infração conscientes de que estão descumprindo a legislação ambiental vigente.

O Pescador Artesanal nº 6 comenta que existe pesca irregular realizada na Lagoa do Peixe por parte de alguns pescadores artesanais, que utilizam um tipo de malha não autorizada para a realização da pesca, chamada de "malhão". Ele comenta que esse tipo de rede acarreta impactos para o ecossistema da Lagoa do Peixe, uma vez que não seleciona o tamanho das espécies, ou seja, captura de maneira precoce as espécies, dado que não se encontram no tamanho apropriado, podendo afetar a reprodução dessas espécies.

> Uma coisa que eu acho errada tem tem muita gente que bota a rede de malhão e a rede malhão não é não, não pode ser dentro da Lagoa do Parque não podia ter. [...] tem gente que bota. Ela é autorizada a malha ali é lisa, não na de malhão. [...] Ah ela, pega o que vem pela frente, ela pega, né? Pega até um peixe mais miúdo, que numa rede de de malha lisa de malha, por exemplo, 10, um peixe miudinho já não pega (Pescador Artesanal nº 6).

O Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais relata que alguns pescadores artesanais ainda utilizam a rede de pesca chamada "Coca", que é uma rede de "arrasto" como instrumento de pesca do Camarão Rosa. No entanto, ele justifica que essa pesca proibida inicia com os pescadores clandestinos e alguns pescadores artesanais se sentem ameaçados e acabam utilizando.

> [...] mas pescador também arrasta, não há dúvida. Quando ele se arrasta, como é que eu te explicar... Ele arrasta porque ficam sem alternativa, entendeu? Fico... eles sabe o que que é deles tá ali. Pô, os outros tão tirando tudo e aí, como é que eu fico? Mas quem começa com a bagunça é os cara de fora. É, é que não tem carteira. E começa... (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Ainda, o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais informa que reconhece os perigos que a pesca de Coca pode ocasionar ao meio ambiente. Ele explica que a pesca de Coca é individual, onde o pescador amarra o instrumento na cintura e o arrasta dentro da lagoa, de forma que ocorra a captura das espécies sem nenhum tipo de seleção do tamanho. Além disso, impacta na morte das larvas de camarão que estão se formando dentro da lagoa, devido à presença de chumbo nas bordas da rede que arrastam na lagoa, o que torna a pesca de Coca mais problemática ainda.

> Coca é uma uma rede daqui ali assim de boca e a pessoa arrasta, um agarra, bota uma puxadeira na cintura, amarra uma corda no calão e arrasta. [...] eles pegam camarãozinho, pego tudo que aquilo ali, o camarão ele é mole, né? Igual a cobra, ele próprio. Ele fica na areia assim ó, aí, aquilo ali tem uma tipo, como é que vou explicar... é uma uma coca, é uma rede com chumbo na beirada embaixo, vai matando tudo, a larva vai acabando, onde passa aquilo ali mata a larvinha. A larvinha tá mole comendo no chão, aí passa aquilo por cima, rola, rola e mata (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Além da utilização de instrumentos de pesca não permitidos, a pesca irregular pode acontecer em lagamares proibidos, onde a área existe atualmente como proteção integral. Nesse contexto, o Funcionário do ICMBio explica o motivo pelo qual não pode ser realizada a pesca nesses lagamares.

O Lagamar do Ruivo e o Lagamar Cambota não permite a realização da pesca artesanal. A justificativa para o impedimento da pesca na Cambota se refere à importância da área para o desenvolvimento das larvas de camarão, considerado o berçário da espécie.

> A gente tem o setor ali que tá hoje tá que é proibido, né? Que é o setor do do Ruivo, né, que é ao sul da Lagoa do Peixe, nesse setor é proibida a pesca, né? Qualquer tipo de pesca dentro desse setor, e também a gente, tem o o setor da Cambota, que é próximo a barra da lagoa do peixe, que é um setor, né, que é que é proibido a pesca do camarão, camarão né. Porque foi considerado, dentro do estudo na época, que ali a esfera de de local que é propício para desenvolvimento das larvas do camarão. Então, a parte juvenil dessa espécie, né, basicamente, fica naquela área, naquele núcleo daquela região, e é um setor que que realmente a média ali tá muito baixa, tá muito baixa, geralmente ali se vê indivíduo com 5, 6 cm, então até o momento, né. Isso se comprova através do estudo que foi feito na época que ali é o local de desenvolvimento da larva, e é proibida a pesca (Funcionário do ICMBio).

No que se refere à proibição da pesca artesanal no Lagamar do Ruivo, foram realizados estudos que constataram a importância da área para as espécies de aves, uma vez que existe a concentração de aves nesse lugar. Portanto, a atividade de pesca artesanal poderia causar algum prejuízo ou estresse para as espécies nesse lagamar.

> Na parte sul, na parte sul, não é. Na Parte sul é porque envolve muita, na época envolv... foi... É um... Estavam dentro de uma de um conjunto de de análise que foi feito que ali é propício pras aves, pras aves ficarem, então tem muitas espécie naquele local, então é. Foi considerado esse esse, essa, dessa parte aí de de de local do de muito envolvimento de espécie ali naquele local, né e e também outros fatores aí que ficou envolvido, então aquele local ali não, não é permitida a pesca. [...] E também a parte de de espécies em tanto marinho como a parte das das aves também, que ali é um local que muito concentrações de aves, concentrações de aves (Funcionário do ICMBio).

A ocorrência da atividade de pesca fora dos padrões estabelecidos pelo Termo de Compromisso coloca em risco a presença das espécies na Lagoa do Peixe, bem como sua biodiversidade. A situação é mais agravante ainda em virtude de os relatos apontarem a prática de pesca irregular por alguns pescadores artesanais, que possuem a licença do órgão gestor ambiental para a pesca e são conhecedores das regras para a atividade. Sendo assim, os indivíduos que deveriam se preocupar com a manutenção da biodiversidade, com a proteção das espécies de interesse comercial e a manutenção do ecossistema equilibrado acabam contribuindo para a pesca predatória e redução da disponibilidade da própria fonte de sustento.

4.3.1.2. A Pesca Artesanal Oceânica

A pesca no Oceano é realizada com redes, que são puxadas pelos cabos através de veículos com motor. A pesca também pode ser realizada de Espinhel e Tarrafa. As espécies que costumam ser pescadas pelos pescadores artesanais, dentro dos limites do PNLP, são: Tainha, Pescadinha, Papa-Terra, Peixe-Rei, Camarão Sete Barbas e Siri. Para a pesca de cada uma dessas

espécies, consta no Termo de Compromisso as orientações, tipos de redes e dimensão da malha adequada para que as espécies sejam capturadas no tamanho adequado.

O estudo de Almudi e Kalikoski (2009) também identificou a pesca dessas espécies em ambiente marítimo, como a Papa-Terra (*Menticirrhus littoralis, Menticirrhus americanus*), Tainha (*Mugil spp*), Peixe-Rei (*Austroatherina incisa, Odontesthes argentinensis, Xenimelaniris brasiliensis*) e Pescadinha (*Macrodon ancylodon*). Ainda, os autores relataram o uso de redes de saco para a captura do camarão localmente denominado sete-barbas, conhecido em outras partes do país como camarão barba-ruça.

O Pescador Artesanal nº 2 comenta que a pesca no Oceano é liberada o ano todo, no entanto, não é sempre possível o desenvolvimento da atividade devido às condições climáticas.

> A minha atividade é que a pesca é assim ó... Às vezes eu até faço um comentário né, que não é porque o mar tá ali que tu pesca todo dia, não é por que a lagoa tá la que tu pesca todo dia. A gente depende do do do meio ambiente né, depende do vento, tu depende. Que nem a gente ali, vai botar a rede ã... na nossa pesca de rede se a água tiver clara a gente não pesca porque com a água clara tu não pega peixe de rede. Então só assim para turista, de molinete, essas coisa assim, né então pra nossa pesca de rede (Pescador Artesanal nº 2).

Nessa esfera, o Pescador Artesanal nº 1 comenta que com o vento sentido Nordeste é possível realizar a pesca no oceano. No entanto, quando muda a direção do vento, pode ser que não seja mais favorável a pesca, uma vez que depende da direção do vento e das correntes marítimas apropriadas. Ele comenta que no período do inverno a principal safra é do peixe chamado de Papa-Terra, pescado no oceano.

> É uma pesca, que assim, depende do vento, não é todo dia, né. Ela não é contínua. Hoje é Nordeste, hoje a gente pesca aí 2 ou 3 dias, daqui a pouco tu fica aí 10, 15 dias, um mês parado assim e aí tu depende das correntes do mar, né. Corrente marítima, de vento. Agora a questão, agora, é para mim, entrando o inverno para nós já começa a dá papa-terra, é corrida de sul. Aí começa já a pintar papa-terra que é a nossa safrinha de inverno também na pesca artesanal aqui, que é a pesca da Costa (Pescador Artesanal nº 1).

De modo complementar, quando o vento é direção Sul ocasiona o chamado “mar grosso”, que é o mar alto, que chega próximo à vegetação de restinga da praia. Quando ocorre vento Sul, a pesca no Oceano não deve ser realizada, devido à força das correntes marítimas e prejuízos que podem ser ocasionados pela perda do material de pesca.

> Tô com a rede no mar, marcou mar grosso para amanhã eu já tenho que ir hoje lá e tirar minha redinha, deixo só o cabo lá, e se não dá que um vento pegar o mar pegar, por nada eu já perco tudo também, já vai tudo embora. E a corrente leva tudo embora. [...] Mar alto, mar de sul. Esse ventinho aqui não. Mas o vento sul é o que lava o combro, né. Não, não assim que nem verão não acontece isso. Acontece uma vez que outra. Mas no inverno, as correntes dele de sul de inverno é forte. [...] daí quando é corrente muito forte a gente tira as redes, a gente não pesca (Pescador Artesanal nº 1).

O Pescador Artesanal nº 9 detalha como ocorre a pesca da Pescadinha, que é o peixe mais abundante no oceano. Ele explica que utiliza rede para a espécie Pescadinha, juntamente com o cabo, e a rede é puxada manualmente com a ajuda da força da água.

> E papa-terra e a pescadinha é os peixe que mais pesca. [...] É de rede, de rede com cabo. [...] A gente bota uma poita lá e bota um cabo, e a gente amarra a rede no cabo e puxa com a força da água vai e aí o cara puxa (Pescador Artesanal nº 9).

A pesca no oceano é realizada com rede parada, com o auxílio de um cabo para segurar a rede e de um veículo chamado “fubica” para puxar a rede. Os cabos de pesca são registrados e os pescadores artesanais possuem pontos fixos para realizar a pesca no oceano.

> É rede parada, é rede... a gente tem uma boita lá dentro do mar, né... um cabinho de 220 metros aí. A gente pesca como a nossa “fubiquinha” aí na praia, com uma rede que fica lá parada [...] É um carro, é uma caminhonete traçada, um caminhãozinho trator [...] Temos os nossos cabos também são... Dentro da área do parque aqui tem os cabinhos nossos que é registrado também. Cada um tem os seus pontos, né (Pescador Artesanal nº 1).

Esse resultado é validado pelo encontrado na pesquisa de Almudi e Kalikoski (2009) que pesquisaram a pesca em ambiente marítimo nos limites do PNLP e identificou o uso de camionetes antigas para recolher as redes. O

Pescador Artesanal nº 1 explica que a “fubica” é um caminhão que precisou ser reformado, sendo construído de maneira artesanal pelos próprios pescadores com madeiras.

> O caminhãozinho é... tem as fubicas. Fubica é caminhão [...] os que é feito de madeira é os pescadores mesmo que faz [...] é artesanal, vai medindo daqui e dali e vai fazendo, né. Faz um desenho aí que nem ela era uma caminhonete vai de pau [...] vai fazendo de madeira, mas é uma camionete de lata, de... e aí a gente faz de madeira (Pescador Artesanal nº 1).

É comum encontrar na beira da praia as famosas “Fubicas”, conforme é ilustrado na Figura 13, uma fotografia de uma Fubica na Praia do Farol.

Figura 13 - Fubica na Praia do Farol.

Fonte: A Autora, 2023.

O Pescador Artesanal nº 1 e nº 2 falam que os pescadores costumam buscar as redes entre as 15 horas e 16 horas e realizam a limpeza do peixe nas suas residências.

> Nós vamos ali 3, 4 horas da tarde, já puxamos vivinho na rede, já chegamos em casa e já limpamos o peixe na hora, é um produto saudável, tudo na hora (Pescador Artesanal nº 1).

> A gente é, 3:30 4 horas, daí fica meio que oscilando assim mas é quase que isso (Pescador Artesanal nº 2).

De outra maneira, a pesca oceânica é praticada pelo Pescador Artesanal nº 5 sem ponto de amarração na praia. Dessa forma, ele realiza a pesca artesanal com alguns instrumentos de pesca, como a Tarrafa e o Espinhel.

> Pesco no oceano de tarrafa, não tem aquele ponto que diz que tem na praia, ponto de amarração no mar, eu não tenho. [...] como profissional, mas não com ponto de amarração na praia. Eu pesco de tarrafa, de espinhel, de todos os tipos de peixes, que nem na Lagoa do peixe ali, pesco com todos os tipos, só que eu no mar eu não tenho ponto (Pescador Artesanal nº 5).

O Pescador Artesanal nº 9 relata que a espécie de peixe chamada de Pescadinha não ocorre com maior abundância na costa, portanto, é necessário que as redes estejam mais dentro do Oceano. Ele menciona que devido a este fato, a atividade de pesca da Pescadinha é dificultada, uma vez que ele não possui veículo para puxar a rede. Sendo assim, atualmente, no Oceano ele realiza a pesca do Camarão Sete Barbas.

> Pescadinha é no é no oceano também. Pescadinha dá também, mas a pescaria tem que ser muito aperfeiçoada, né? [...] Porque tem que ter um carro para ti puxar, uma rede boa, é tem que ter mais aparelhamento. É a pescadinha ela não dá muito na costa, ela dá mais fora, aí tu tem que ter carro bom. [...] Dentro do oceano, já pesquei muita pescadinha, mas agora, ultimamente, eu nem tenho pescado porque eu tô meio desarmado pra... [...] É no oceano, é camarão 7 barba (Pescador Artesanal nº 9).

O Pescador Artesanal nº 2 comenta que a pesca é realizada de maneira individual ou familiar. No entanto, caso algum pescador necessite de ajuda é sempre amparado por outros pescadores. Ele relata que costuma pescar acompanhado da esposa, que também é pescadora artesanal.

> Mas é mais uma pesca individual ou familiar né. Então assim, vamos supor se a pessoa é sozinha ela vai pescar lá sozinha, não tem aquele grupo né. [...] Eu, às vezes o cara... se eu precisar, vamos supor, ó o carro estragou, daí a gente ali... o vizinho mais próximo da gente vai se ajudando. [...] Então... Nós é assim... É é pescaria individual ou familiar né. Aí vamos eu e bom ela, ela tem carteira também, daí a gente vai... (Pescador Artesanal nº 2).

Na pesca oceânica também é realizada a captura de camarão, no entanto, trata-se de uma outra espécie, chamada de Camarão Sete Barbas. O Pescador Artesanal nº 9 explica que apesar de ter retorno financeiro, menor que do camarão rosa, existe muita despesa para realizar a pesca em ambiente marítimo, devido à força das correntes marítimas que comprometem o material utilizado para a pesca.

> O sete barba até que dá um dinheirinho, mas não é... é mais despesa, né, pesca de mar, é... mar é um ser vivo, o cara tá lutando contra um monstro. [...] Ah, é da força, perde muito né, ganha, mas perde, sai mais caro. E o outro vale menos né? (Pescador Artesanal nº 9).

No que se refere à captura de espécies indesejadas, o Pescador Artesanal nº 9 comenta que às vezes as redes pegam outras espécies, no entanto, não é possível devolver todas para o Oceano, dado que a força da água acaba matando algumas espécies antes do pescador puxar a rede. No entanto, o Pescador Artesanal comenta que os chamados “peixes de couro”, que são espécies proibidas de pescar no oceano, são mais resistentes e os pecadores devolvem para o mar.

> Tá viva, sendo do mar a maioria, porque com o mar é com força da água, é poucas que, muitas que tu puxa já já tá, já tá morto, né? Morre, porque tem muita força da água, então a força da água termina matando, mas mas muitos se escapa. Que nem o peixe de couro mesmo, que é proibido aqui para nós e tem e aquele ali é difícil de morrer, é um peixe mais forte, então se escapo, o cara tira (Pescador Artesanal nº 9).

A seca da Lagoa do Peixe durante o verão de 2023 ocasionou a perda da safra de camarão para os pescadores artesanais, portanto, tal atividade foi impedida devido às condições climáticas. No entanto, a pesca oceânica se configurou numa alternativa para o Pescador Artesanal nº1, que desenvolveu a atividade de pesca no verão em ambiente marítimo.

> Não deu, que nem a Lagoa do Peixe secou, a gente tá na pesca oceânica, agora, eu começo aqui agora vou verão a dentro pescando no mar (Pescador Artesanal nº 1).

A pesca de tainha no oceano é realizada geralmente após a safra do camarão, de janeiro a maio, no entanto, em períodos de seca na Lagoa do Peixe, essa atividade se torna mais importante (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009).

De maneira similar à pesca na Lagoa do Peixe, qualquer tipo de pesca, que ocorra de forma distinta às diretrizes estabelecidas no Termo de Compromisso, é considerada pesca irregular, no que tange o território marítimo do PNLP. Os entrevistados não relataram a ocorrência de pesca irregular no oceano no que se refere à atividade dos pescadores artesanais.

O Pescador Artesanal nº 9 explica que é proibida a pesca de “Peixe de Couro” no oceano, tais como: Raia, Viola, Tubarão, Cação e Bagre. Nesse mesmo contexto, o Pescador Artesanal nº 1 também comenta que no oceano existem espécies que são proibidas de serem pescadas, como a Viola e a Raia.

> [...] no oceano de peixe, não pode peixe de couro, né, que está proibido [...] É Raia, Viola, Cação que pra tudo para eles é Tubarão, mas tem um lote de espécie de Cação, né? Raia, a Viola, Tubarão, Bagre [...] (Pescador Artesanal nº 9).
>
> Que tem as pescas irregular, que é claro, como eu falei que se pega viola ou raia Raia, isso aí não existe, isso aí é pesca proibida (Pescador Artesanal nº 1)

Complementarmente, o Pescador Artesanal nº 5 comenta que a pesca de arrasto é proibida em todo o território do PNLP.

> Pescador dentro do parque ele só não pode pescar de arrasto. É proibido [...] (Pescador Artesanal nº 5).

No que se refere ao comércio do peixe, o pescado pode ser armazenado em freezer e vendido conforme a procura, o Pescador Artesanal nº 6 relata que vendeu um freezer de Peixe Rei que tinha pescado durante o inverno e deixou armazenado no freezer para realizar a venda durante os próximos meses.

> Agora há pouco, que faz pouco tempo, eu vendi meu Peixe Rei. Eu tinha um freezer de Peixe Rei. Eu pesquei, peguei esse esse inverno aqui (Pescador Artesanal nº 3).

O Pescador Artesanal nº 6 relata que vende o peixe para fora do município também, mas os compradores que buscam o peixe na sua residência.

> [...] consegue vender para fora, vendo pra fora também. [...] vendo para fora assim, né pro estado. Mas os compradores que vêm aqui, né. Eu não vou para fora, assim sair para fora para vender (Pescador Artesanal nº 6).

No que se refere ao comércio do camarão, o Pescador Artesanal nº 6 comenta que vende diretamente para o comprador na beira da Lagoa do Peixe e não precisa realizar o beneficiamento do pescado para vender.

> [...] Agora o camarão, não o camarão. Eu já pego ali já passo pro comprador. Entendeu? Aí o comprador que foi faz [...] Eu vendo com casca na beira da água (Pescador Artesanal nº 6),

O comércio do camarão pode ocorrer sem beneficiamento, e o preço do quilograma do camarão rosa pode variar de acordo com o tamanho do camarão, quanto maior, mais caro é. O preço varia de R$ 10,00 a R$ 12,00 o quilograma e é o pescado que possui maior atrativo econômico na Lagoa do Peixe.

> De dinheiro ah, é que nem o camarão não existe. [...] A o esse ano nós vendemos a 12 e a 10. [...] Com casca. [...] Porque tem uns que são mais graúdo, né? (Pescador Artesanal nº 9).

> Ah o camarão né. O camarão que é mais é mais caro e da bastante, né (Pescador Artesanal nº 8).

O Pescador Artesanal nº 9 explica que quando realiza a venda do peixe na beira da Lagoa do Peixe o pescado possui menor valor do que quando ele realiza o transporte até a cidade, ainda que ambos não estejam beneficiados. Na beira da Lagoa do Peixe o pescado pode ser vendido em torno de 7 a 8 reais o quilograma, enquanto na cidade o valor pode chegar a 10 reais.

> Só o peixe, é, só o peixe, 10 reais aqui, né? Lá pra pescar, entregar lá, em torno de 7, 8 reais. [...] Na beira da Lagoa, é (Pescador Artesanal nº 9).

No entanto, alguns pescadores preferem realizar o beneficiamento do pescado antes de vender, que é a operação de descasque do camarão e corte do peixe em filé. Com o beneficiamento do camarão, o pescado possui maior valor de mercado e fornecer maior retorno econômico para o pescador, podendo chegar até 50 reais o quilograma. O Pescador Artesanal nº 4 explica as diferenças de preço do pescado beneficiado e não beneficiado.

> A gente faz o benefício, benefício benefício o pescado, descasca o camarão, faz filé. [...] porque aí a gente tem um lucro maior, né? Porque se eu vender meu camarão lá na beira da Lagoa, é 12 reais, mas se eu descascar ele, eu vou vender a 50 ou mais um pouco mais, um pouco. [...] O peixe, se eu vender ele é 8 reais, 10 talvez. Pescadinha, Papa-Terra, e aí a a se fazer o filé dele aí, a Papa-Terra 30 reais, a Pescada é 25. E assim por diante (Pescador Artesanal nº 4).

O preço do camarão rosa é diferente do preço do camarão sete-barbas, que é de aproximadamente 2 reais o quilograma. A caixa com aproximadamente 23 kg é vendida por R$ 50, enquanto o quilograma do camarão rosa beneficiado é o mesmo valor.

> O sete barba tava saindo em torno desse ano ali os guri venderam a 50 reais a caixa. Uma caixa vai 22, 23 até 24 kg, aí vende pro caixa, né? (Pescador Artesanal nº9)

O resultado da pesquisa corrobora com o encontrado por Adomilli (2006) que identificou a diferença do preço entre o camarão sete barbas e o camarão rosa, que no ano de 2000 o camarão rosa beneficiado custava R$ 10,00 o kg, enquanto o camarão sete-barbas R$ 5,00 uma caixa de 20 kg ou R$ 5,00 o kg beneficiado.

O camarão-rosa é um alimento tradicionalmente consumido pelos moradores do município de Tavares. O estudo de Paiva et al. (2018) aborda que 60,65% dos entrevistados do município de Tavares consideram que o preço do camarão é um valor justo, enquanto 40,34% não consideram justo. Os autores justificam que o valor do quilograma do camarão reflete o trabalho tradicional oneroso realizado pelos pescadores artesanais.

Além disso, outros pescadores artesanais também compram o pescado dos seus colegas para realizar o beneficiamento e assim, aumentar a margem de lucro. O Pescador Artesanal nº 10 comenta que às vezes realiza a venda para alguns colegas, que podem realizar o beneficiamento ou apenas revender o pescado.

> Na beira da lagoa, as vez descasquemo um pouco, vendemo na beira da lagoa. O [...] os comprador, o [...], essa turma aí. Esse ano até vendi pro [...]. E às vezes eles vende com casca também, né? Depende (Pescador Artesanal nº 10).

O Pescador Artesanal nº 1 comenta que é muito difícil possuir quantidade de pescado suficiente para vender um caminhão frigorífico. Esse tipo de comércio de peixe só acontece quando se reúnem mais pescadores para pescar e comercializar.

> Não... a produção para caminhão é muito... Nós pescadores artesanal é muito difícil [...] Tem as pessoas que vai lá. Não, aqui tem a temporada, sabe? Que nem novembro a dezembro, vem um caminhão frigorífico aí, aí nos pescamos 200 ou 300 kilo de pescadinha [...] tem vezes deles levarem 5, 10 toneladas num caminhão. Aí nós se reunimos nós pescadores aqui, 15, 20 pescadores nós carregamos um caminhão baú, aí vai com... quando tem a temporada (Pescador Artesanal nº 1).

O comércio do pescado passou por modificações devido a utilização de equipamentos refrigeradores. Nesse contexto, os pescadores artesanais podem armazenar o pescado e comercializar quando for mais viável economicamente, sem a preocupação de vender todo o pescado para o comprador imediatamente.

4.3.2. Atividade Econômica dos Proprietários de Terras

A atividade de pesca artesanal antes da criação do PNLP era realizada pelos proprietários de terras como subsistência, no entanto, com a criação da UC apenas alguns pescadores obtiveram a licença para realizar a atividade. Dessa forma, o agricultor-pescador foi dividido em proprietários de terras e pescadores artesanais.

De acordo com as informações obtidas com pescadores artesanais mais velhos no trabalho de Adomilli (2006), existem relatos de grupos habitantes da costa oceânica dessa região entre as décadas de 1940 e 1950. A grande maioria da população que habitava a região era composta por agricultores, cuja característica permanece até os dias atuais, que pertence ao município de Tavares atualmente. Nessa conjuntura, os agricultores também realizavam a atividade de pesca artesanal, tanto na área marítima quanto lagunar, onde utilizavam como principal meio de transporte as carroças entre as propriedades e o destino para complementar os ganhos da atividade de agricultura (ADOMILLI, 2006).

Tabela 14 - Idade dos Proprietários de Terras e Forma de Aquisição da Propriedade.

Proprietário	**Idade**	**Forma de Aquisição**
Representante	61	Herdeiro
Nº1	60	Herdeiro
Nº2	61	Herdeiro
Nº3	59	Herdeiro
Nº4	38	Compra
Nº5	64	Herdeiro
Nº6	65	Herdeiro
Nº7	63	Herdeiro
Nº8	62	Herdeiro e Compra

Fonte: Entrevistas, 2023.

Acredita-se que as propriedades da região são herdadas pelas famílias desde os primeiros colonizadores da região, dado que os entrevistados não sabem mencionar desde quando a propriedade pertence à família. Nesse contexto, o proprietário de Terra nº 2 relata que possui conhecimento de que a propriedade está na família há gerações, entre 200 e 300 anos, em razão de reconhecer que a propriedade pertencia ao bisavô do seu pai, ou seja, desde o seu tataravô. O Proprietário de Terra nº 2 cita um conhecedor da cultura local, chamado de “Fulano” nesse trabalho, para explicar que a região foi um dos primeiros assentamentos de colônias sem terras.

> Ah, difícil, posso dizer que eu sei que meu tataravô, bisavô do meu pai, 4, 5 6 gerações, 200, 300, 250 anos, não sei. São muitos anos, de geração em geração [...] É, aqui, o “Fulano” ainda fala que as escritas mostram que foi os primeiros assentamentos aqui na região né, assentamentos de colônias sem terras, né. Então são 270, 280 anos. [...] O primeiro ponto de assentamento foi aqui. Então é mais de 200 anos. É complicado de dar um prazo assim. Mas que eu me lembre bem, o pai ta vivo, ta com 89 anos, eu converso com ele e ele fala no bisavô dele, a mãe também, vô e bisavô. Coisa de 150, 200, 180 anos. Então é bastante tempo (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 1 e nº 3 comentam que possuem conhecimento que as propriedades pertenciam aos seus bisavôs, no entanto, não possuem informação de gerações anteriores.

> [...]Essa chácara aqui já era do do do do... É do meu bisavô, acho que...já faz. É.. É.... Que já faz, assim dizer a quantia certa, não sei, não sei, mesmo (Proprietário de Terra nº 1).
>
> [...] da da época, dos bisavós, dos avós, que a terra passou de de geração em geração (Proprietário de Terra nº 3).

O Proprietário de Terra nº 5 também comenta que a propriedade está desde os seus bisavôs na família. Ainda, ele revela uma prática comum na região, a compra das propriedades entre os herdeiros. Sendo assim, os herdeiros, que decidem seguir desenvolvendo atividades nas áreas, compram a herança dos irmãos que desejam vender, de forma que a propriedade continua permanecendo com os descendentes dos primeiros ocupantes da área. O Proprietário de Terra nº 5 relata que o seu pai comprou parte da propriedade dos outros herdeiros, dos irmãos, primos e cunhado.

> Há... tá na quarta geração, acho né. É o meu bisavô, depois meu avô, meu pai e eu, e agora meus filhos e os neto. Tá tudo lá. [...] Que tem uma parte que é... que ele herdou, né. Mas ele comprou dos outros dos outros herdeiros que herdaram com ele. Os irmãos dele, dos cunhado, era de uns primo, que era o seu [...] ele foi lá e comprou também (Proprietário de Terra nº 5).

O Proprietário de Terra nº 8 é herdeiro da propriedade que também pertence à família há gerações. No entanto, ele informa que comprou outra chácara que possui o limite próximo à linha de demarcação dos limites do PNLP, ou seja, não abrange a área da UC.

> Sou herdeiro, é. Sou herdeiro, sim, [...] É... Ela, fica, não, não tem aí ela é do entorno. Ficar muito próximo do da onde passaria a linha, vamos dizer assim, do parque mesmo, mas é. [...] assim fica no entorno, mas ali não é a área do parque, ali não (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 6 menciona que herdou a propriedade dos avós dele e não relatou há quantas gerações pertence à mesma família. Para ele, o estado não tem uma atitude de comprar as terras dos proprietários, pois tem a intenção de provocar a desvalorização das terras, dado que o estado possui a gestão de parte do território. Sendo assim, essa situação acarreta o desinteresse de herdeiros na compra das terras dos demais.

> Porque o objetivo do do estado, do governo, do governo não, do estado é assim, ó. Isso é o meu ponto de vista, né. Eles não compram as terras, né. Então eles querem fazer assim, ó: As famílias vão se multiplicando, ninguém compra de ninguém, né? Porque não tem valor comercial, porque é um parque, né? O governo não indeniza os proprietários. [...] Então, por exemplo, eles eram 2. Nós somos 6, os nossos filhos, já nem sei quanto mais somos, vamos botar uns 18, né? Então essa Terra vai... esta herança assim, ninguém compra de ninguém porque ela não tem não... não tem valor, né? Porque o estado tem gerenciamento sobre aquilo, embora a gente paga imposto, a gente, né, tem a responsabilidade pelo local, mas não... não tem uma recompensa (Proprietário de Terra nº 6).

Nessa conjuntura, as ameaças de desapropriação das terras geraram uma desvalorização imobiliária na região, dado o cenário existente de baixos preços das terras na área do PNLP, a dificuldade de venda devido à desvalorização e problemas relacionados à regularização fundiária. Torna-se desinteressante para os compradores adquirirem terras que não são autorizadas para o desenvolvimento de algumas atividades econômicas, sendo assim, os interessados selecionam áreas que não abrangem o PNLP para compra.

As atividades econômicas desenvolvidas na maioria das propriedades foram a criação de gado de corte, resinagem e plantação de cebola. As demais culturas cultivadas e criação de outros animais se destinam para o consumo domiciliar. Além disso, não foi relatada nenhuma forma de supressão da vegetação nativa para o desenvolvimento das atividades econômicas. Sendo assim, é possível afirmar que as atividades desenvolvidas nas propriedades

dos entrevistados se configuram como subsistência. No entanto, a modificação da paisagem local ocorre através da dispersão das florestas de pinus, que não são controladas satisfatoriamente em algumas propriedades, apesar de não terem sido plantadas pela comunidade local, mas sim introduzidas por empresas de silvicultura na região antes da criação do PNLP. As atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários de terras entrevistados estão na Tabela 10.

Tabela 15 - Atividades Econômicas Desenvolvidas nas Propriedades.

Proprietário	**Atividades Econômicas**
Representante	Não informou
Nº1	Resina e Gado
Nº2	Resina e Gado
Nº3	Resina, Gado, Turismo
Nº4	Resina e Gado
Nº5	Resina e Gado
Nº6	Gado
Nº7	Gado
Nº8	Resina e Gado

Fonte: Entrevistas, 2023.

Segundo o Proprietário de Terra nº 8 as raízes da característica da população não produzir de forma intensificada com a utilização de tecnologias, se devem à colonização da região. Para ele, os habitantes da região não desenvolvem a agricultura de precisão e nunca almejaram isso.

> Porque se tu for ver a nossa colonização, tudo isso aqui é é toda essa nossa região aqui é subsistência. Nunca a gente nunca pensou de forma empreendedora aqui, sabe? Meu pai, meu vô sempre... embora tivesse quantidade de Terra [...] assim que é representativa, sei lá, mais de 100 hectares ali ó, tem listado isso, mas não sei quantos tem. E nunca se pensou de forma empreendedora assim, ah de de uma agricultura de precisão, de alto rendimento, de plantar. Não! É sempre na subsistência. Nunca teve isso, então a... tanto que não tem destruição não tem nenhuma destruição assim que possa se dizer que que prejudicou o parque por parte dos proprietários. Isso não não tem (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 8 relata que realiza o cultivo de algumas culturas para o consumo domiciliar, como: milho, cebola e aipim, cujo excedente da produção pode ser vendido. Ainda, o entrevistado complementa que o percentual de área utilizada do campo para o cultivo dessas culturas é uma pequena área e destaca que a maior parte da propriedade não possui nenhum tipo de atividade desenvolvida no solo.

> [...] o solo em si, o que é trabalhado no solo, ali, é uma parte ínfima ali, porque que nem falei são são são... não é nada extensivo. É tudo muito pequeno, vai fazer 3, 4, 5 hectares de milho, 1 hectare de cebola e sei lá, aí vai ter uma horta de aipim, algo do tipo e o resto está intocado. Entendeu? Aquele solo ali não, não é trabalho [...] É subsistência. É praticamente subsistência e alguma coisa assim de de de extra para para venda, mas nada em larga escala, nada, nada. Isso isso é assim, ó, e tu não vai achar, em olha se tu pegar de São José do Norte até dentro da área do parque, no caso, né até Mostardas ali, tu não vai achar (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 1 também desenvolve a plantação para a subsistência, ele informa que costuma plantar aipim e batata e possui criação de galinhas apenas para o consumo domiciliar. Como fonte de renda da propriedade, o entrevistado também comercializa a resina, inclusive relata que não deixou o pinus avançar na parte de cima do campo uma vez que teme a desapropriação, com receio de não ter espaço para criar uma vaca de leite. Além disso, as atividades econômicas desenvolvida na área do parque são a pecuária e a pesca artesanal, dado que o proprietário é também pescador licenciado.

> [...] só pro gasto assim no caso, aipim, batata. É eu crio uns bichos, no caso né, galinhas, essas coisas assim.[...] cria o gado, tudo. [...] Econômica é, é... da criação que a gente tem no caso né. Aí, aí, aí da da pesca, é o do camarão, no caso. Ah não, pinus eu tenho... tem uma meia dúzia de pé só ali que eu cortava tudo, né cara. Eu cortava porque, aí o IBAMA ia desapropriar, e aí da da, da, daqui, da de onde passou o parque ali [...] aí eu disse ah vou fica sem botar nenhuma vaca de leite, né. Aí eu cortava tudo a esse trecho que criou, que vocês entraram ali, que está mais... pinho novinho ali, ali é meu. [...] Aí, aí eu cortava o pinho... (Proprietário de Terra nº 1).

O Proprietário de Terra nº 2 explica que desenvolve as atividades econômicas de pecuária e venda da resina, no entanto, destaca que a atividade de silvicultura não é desenvolvida dentro dos limites do PNLP. Ele

complementa que possui uma horta na sua propriedade, onde cultiva uma variedade de culturas exclusivamente para a alimentação familiar, o que reduz a compra de alimentos em mercados e garante mais saúde para a família.

> A gente basicamente trabalha com pecuária, né, pecuária e alguma resina. Então a produção é pinus e resina. Mas dentro da área do parque, não tem resina, não tem pinus, é só pecuária. Eu trabalho exclusivamente com pecuária extensiva, né. [...] Tem tudo, alimentação basicamente. Só se compra alguma coisa fora, se produz tudo para comer. Isso aí claro que já é um alimento mais saudável, né. [...] Só vende animais em pé, animais gordos, carne né, e a resina (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 2 informa que utiliza a tecnologia de melhoramento de campo nativo como a fertilização do solo para desenvolver a atividade de pecuária na propriedade. Ele explica como realiza o procedimento através da fertilização do solo e informa que o uso dessa tecnologia possibilita uma boa produtividade juntamente com a proteção do meio ambiente.

> Então é a maneira da agropecuária de sobreviver: melhoramento de campo nativo, isso daí é uma das coisas que...[...] A fertilização do solo, sem matar o campo nativo, não mata. Simplesmente tu fertiliza, corrige com calcário em fóssil e usa da lotação adequada, fazendo o manejo adequado, né. Tu vai ter uma alta produtividade, sem desproteger o meio ambiente e sem substituir uma planta nativa por outra que não seja (Proprietário de Terra nº 2).

No que se refere à outra atividade econômica, a silvicultura, o Proprietário de Terra nº 2 explica que realiza o controle da espécie devido ao seu potencial de dispersão. As medidas adotadas se referem no controle da dispersão através da utilização de roçadeira. Além disso, ele comenta que pretende realizar um consórcio na área com a presença de pinus e gado.

> O controle do pinus é necessário, e até não é só controlar o pinus. Eu to com um projeto de usar o pinus e a resina e o pastoreio junto. Roça e faz o controle dele, né. Mantém as árvores ralas e usa a pecuária junto. Então tu vai ter dois sistemas de produção. Vai ter produção de carne e produção de resina junto. [...] Pela roçadeira tu controla o pinus e o pasto nativo prolifera. Então é a mais barata e viável economicamente, né (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 2 explica a parte do campo mais próxima à Lagoa do Peixe possui maior fertilidade que a parte de cima da propriedade.

Portanto, ele considera que a capacidade de lotação do gado nessas áreas é diferente no que se refere à disponibilidade de pasto.

> [...] é uma das áreas melhores que tem de qualidade do pasto é dentro do parque. Isso é indiscutível. [...] Pela fertilidade do solo, né. A fertilidade do solo é extremamente superior. Então a capacidade de lotação dentro da área do parque e fora da área do parque é infinitamente diferente né. Então prejudica bastante, são áreas bastante férteis dentro do parque né (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 3 desenvolve a atividade de pecuária na sua propriedade, na área do PNLP e salienta que a maioria dos moradores dessa área são enquadrados na lista do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como pequena propriedade ou minifúndio.

> A criação de gado de corte.[...] eu sou um micro produtor, né? É só para salientar, as pessoas que moram na área do parque não são fazendeiros, são pequenos, é pequenos proprietárias, ou seja, minifúndios e latifúndios, e pequenos latifúndio ou média propriedade é na verdade, né? Se pegar a lista do INCRA e olhar, vai ver que o município de Tavares é maioria, é minifúndio e pequena propriedade. Então não existe orizicultor dentro da Lagoa do Peixe, não existe fazendeiros dentro da área da Lagoa do Peixe. Provavelmente possa até existir 1 ou 2 fazendas, de no máximo 600 hectares por aí (Proprietário de Terra nº 3)

Além da pecuária, o Proprietário de Terra nº 3 relata que também investe na atividade turística na propriedade. Ele informa que aluga a casa da propriedade para fotógrafos de natureza e estudantes de mestrado e doutorado, que buscam o local para realizar pesquisa no PNLP. No entanto, ele expõe que deveria ser mais significativa essa fonte de renda, dado que não possui demanda diária, ou seja, os contratos de hospedagem ocorrem eventualmente. Ainda, complementa que é uma atividade que gosta de desenvolver devido à educação do público que busca a Lagoa do Peixe para fotografia de natureza e/ou pesquisa.

> Eu como eu tenha a sede lá, com uma sede simples, a da chácara. Eu costumo locar para fotógrafos, a fotógrafos de natureza, pessoal que... estudantes que fazem mestrado, doutorado e que vão para a área para explorar, para fazer pesquisa. É assim, não tem muita coisa, não, mas é. É pouco por enquanto [...] é para ser bem mais rentável. Só que ela é assim muito... como fotógrafo de natureza, é um, é um, uma maioria são por *hobby*, né? E então não é uma coisa assim, não é um turismo diário, são eventualmente aparece alguém

> que fica hospedado lá por tá dentro do contato com a natureza. E... e gostaria até que fosse bem mais, né? Fosse bem mais gente, bem mais gente dessa área técnica, dessa área de fotografia, de turismo, de meio ambiente. Geralmente é um pessoal que sabe cuidar o local, que não polui, que recolhe o lixo. Levam consigo. Essas coisas assim, são pessoas que têm cultura e educação. A princípio, eu gostaria que fosse rentável, né. Fosse como uma uma outra profissão, alguma coisa assim (Proprietário de Terra nº 3).

Os proprietários de terras não conseguem depender financeiramente das atividades provenientes do setor turístico e de hospedagem desenvolvidos na região. Tal fato pode ser justificado pelo turismo no PNLP ocorrer de forma embrionária quando comparado a outros parques nacionais brasileiros. Existem poucas iniciativas de estímulo para a atividade turística que forneça fonte de renda para os proprietários de terras.

Outro fator que dificulta a implementação do turismo nessa área é a discrepância entre a fonte de renda dos turistas quando comparado com as condições financeiras dos proprietários de terras da região, uma vez que não possuem recursos financeiros para oferecer o conforto que essas pessoas estão habituadas nos centros urbanos. Essa constatação está incluída na pesquisa de Kaiser, Gonçalves e Perelló (2022) investigou o perfil dos turistas observadores de aves, onde 69% dos entrevistados tem renda mensal acima de 6 mil reais. Esses autores identificaram que os turistas possuem renda mensal de aproximadamente três vezes maior que os moradores da região, cuja diferença implica na falta de estrutura local para atender este público. O investimento em infraestrutura por parte dos moradores dos municípios para atender a expectativa dos turistas se torna difícil, uma vez que a comunidade dos municípios de Mostardas e Tavares recebe entre 1,8 e 2 salários-mínimos, o que dificulta o investimento no setor turístico (IBGE, 2022).

Existe um potencial econômico para o desenvolvimento de serviços turísticos pelos proprietários de terras para obtenção de fonte de renda complementar. No entanto, a baixa procura mencionada pelo Proprietário de Terra nº 3 não permite que a subsistência se concentre somente nessa atividade econômica. Apesar do Brasil ser o país com a maior biodiversidade e com grande potencial para desenvolver a atividade de *“birdwatching”* (observação de aves), existe grande potencial de expansão da atividade

(KAISER; GONÇALVES; PERELLÓ, 2022). Nesse contexto, o PNLP possui grande potencial, uma vez que abriga diversas espécies de aves residentes e migratórias, Girardi e Carrano (2015) mencionam que essa área é frequentemente visitada por ornitólogos e *birdwatchers* (observadores de aves) brasileiros e estrangeiros.

Ainda, o Proprietário de Terra nº 3 descreve que a atividade turística na propriedade possibilita a troca de conhecimento entre os nativos da região com os turistas que frequentam a propriedade. Para a pesquisadora, está contido nesse relato o sentimento de ilegalidade que muitos proprietários carregam dentro de si, dado que são vistos por muitos turistas como invasores e pessoas que trazem algum prejuízo para o PNLP, como o desempenho de atividades que causam degradação ambiental.

> Mas, ao mesmo tempo, é... é interessante ter uma área dessa e mostrar para eles como é que funciona, né. E... e eles fazerem o trabalho deles e eles ouvirem a gente como nativo da região, como era antes como é que está (Proprietário de Terra nº 3).

Nesse contexto, relações como essas entre proprietários de terras e turistas permitem que a comunidade externa conheça a forma com que os proprietários de terras se relacionam com o meio ambiente. Além disso, o trecho da fala exprime a expectativa do proprietário de terra de ser ouvido e considerado sobre a forma que as atividades são desenvolvidas na propriedade. Para Araújo et al. (2017), o turismo sustentável tem como objetivo promover o equilíbrio ambiental com a sustentabilidade local, permitindo que o turista identifique a identidade do local visitado e respeite os costumes, valores e crenças das populações.

O desenvolvimento de atividades de turismo sustentável pode gerar oportunidades para as populações locais, colaborando para a sua inclusão no processo de desenvolvimento local, com a valorização da participação dos habitantes na preservação do meio ambiente, bem como no âmbito social e cultural desses indivíduos (ARAÚJO et al., 2017). Para esses autores, esse tipo de atividade contribui para o fortalecimento da identidade local dessas comunidades.

O Proprietário de Terra nº 3 relata que também desenvolve a silvicultura, no entanto, informa que as árvores não foram plantadas por ele e são oriundas de outras propriedades próximas que se instalaram na propriedade através da dispersão do vento. Ademais, ele ressalta a importância do gado na propriedade para evitar a dispersão da espécie quando a planta ainda está bem pequena.

> Tenho, tenho pinus, não foram plantadas por mim, foram pinus que nasceram aleatoriamente veio de outras propriedades a semente, como é uma planta invasora, inclusive hoje essa planta me dá rendas dentro da minha propriedade. É o que me ajuda bastante [...] Eu evito que ele passe para a parte do banhado. Eu deixo sempre na parte de cima, na parte de banhado, como eu tenho gado, gado, ele próprio, digamos assim, que ele come o pinus, a mudinha do pinus quando é bem pequenininho. Se ficar grande ele não vai comer mais. Mas então o gado, na verdade, já é um controlador (Proprietário de Terra nº 3).

A presença de espécies exóticas invasoras também foi identificada na ZA da Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim). O estudo de Ilha (2018) explica que a atividade é realizada por uma empresa especializada, que realiza o cultivo das espécies de *Pinnus sp* e *Eucalyptus sp*. Ainda, o mesmo autor aborda a importância do controle de espalhamento de espécies com grande poder de dispersão, como o pinus. O controle ocorre através da utilização da espécie nativa Aroeira Precoce (*Shinus terebentifolis*), que atua como uma barreira física para evitar a dispersão, além de ser considerada atrativa para a avifauna, devido a criação de corredores ecológicos (ILHA, 2018).

O órgão gestor da UC também manifesta preocupação com a dispersão dessa espécie. O Funcionário do ICMBio salienta que o órgão gestor já foi cobrado para resolver esse problema que afeta diretamente a biodiversidade local e aborda a dificuldade de retirada da espécie, que está inserida dentro do PNLP e na sua ZA.

> Então a gente, dentro da unidade de conservação a gente tem, já tem até ações civis públicas nos cobrando, cobrando a a a retirada dessas dessa espécie invasora dentro dentro do parque, né? A gente vê também tem que resolver esse problema dentro das unidades de conservação. A gente tem, né, pinus, hoje, a dentro da unidade, né principalmente na área norte da UC, né. Isso é um problema que a gente vem enfrentando, o que não é fácil também, muito complicado por ser uma espécie extremamente agressiva, invasora, de controle que não que não é fácil de combater, né? (Funcionário do ICMBio).

O Funcionário do ICMBio acredita que em breve essa atividade será regrada, em virtude da velocidade de dispersão e modificações na paisagem local, onde as áreas de campo estão sendo transformadas em monocultura de pinus. No entanto, o entrevistado aborda que essa é uma importante fonte de renda da comunidade e que deve ser pensada uma solução que contemple a questão financeira também.

> Mas também entendo que, no meu conhecimento, né, é de certa forma, mesmo fora da unidade de conservação, vai ter que chegar um momento que seja trabalhado, que seja regrado, né? Porque se não, né, a espécie vai invadir também e, e isso é muito preocupante, porque a gente tá perdendo áreas de de campo, né, de espécies nativas que estão sendo excluídos por essa, por, por essa, por essa espécie invasora, né. E também é, e a gente sabe que é que que hoje, certamente o pinus é um dos recursos é fator muito, certamente um dos maiores, né, de renda pro município, né. É um fator de recurso financeiro, mas a gente sabe que a gente tem que ter também um controle para não perder, para não ficar uma monocultura dentro do nosso município, né (Funcionário do ICMBio).

Nessa conjuntura, as medidas adotadas na ESEC Taim na contenção do pinus podem ser aplicadas em outras UCs que sofrem com os mesmos danos dessa atividade. Nesse contexto, faz-se necessário a realização de estudos para identificação de espécies nativas que possam ser utilizadas pelos proprietários de terras para o controle da dispersão dessa espécie invasiva. Além disso, ações de educação ambiental podem ser propostas para estimular o cultivo de espécies nativas como fonte de renda e gradualmente substituir a monocultura de pinus por outras espécies nativas.

O Proprietário de Terra nº 4 utiliza a área do PNLP somente para o desenvolvimento da pecuária, dado que a silvicultura ocorre na parte de cima do campo. Ele explica que as árvores possuem espaçamento de 10 metros da propriedade do vizinho para evitar maiores problemas decorrentes de incêndios e contrata mão-de-obra especializada para realizar a resinagem e poda das árvores.

> Que a área é apropriada para gado mesmo, né. A parte de cima eu uso pra pinus, pra pinus. A parte do do parque mesmo do parque, dá divisa para baixo, é só gado. Que a outra parte fica a parte de cima, né, aí não tá dentro do parque. [...] limpo eles, limpo, sempre limpinho. [...] a gente cuida na hora de resinar. Tem que ter um

> pessoal apropriado para aquilo ali, né. [...] do lado da minha área, todos têm. Então nós só dividimos com 10 metros de distância de cada morador. [...] É dividido, um caso lá dum incêndio pode acontecer, né? Aí tu tem... Tu tem que entrar com aqui por dentro para chegar lá no fogo, para tentar apagar. Tem entrada e saída (Proprietário de Terra nº 4).

O Proprietário de Terra nº 5 relata que plantava cebola, milho, arroz seco na área do PNLP, portanto, hoje ele não realiza mais nenhum tipo de atividade agrícola na propriedade. No entanto, ele possui criação de animais, como: gado, ovelha e porco e desenvolve atividade de silvicultura fora da área do PNLP.

> Gado, ovelha, porco. Crio eles na chácara. [...] eu plantava, mas eu fui proibido de plantar também. [...] Plantava cebola, milho, arroz, eles plantavam arroz do seco, numa época. Não podemos plantar mais. Pinus fora da área do Parque (Proprietário de Terra nº 5).

O Proprietário de Terra nº 6 relata atualmente na área do PNLP desenvolve a atividade de pecuária. Devido ao fato de o entrevistado ter outro tipo de vínculo empregatício, ele comenta que dificulta o desenvolvimento das atividades na propriedade.

> Por exemplo, quem cuida lá sou eu. Eu saio daqui e vou lá, de 7 em 7 dias de 15 em 15 dias. Né? Dá uma uma trabalhada lá no né, fazer tapumes, né, pra.... Então as atividades do plantio agrícola não existe mais nada. Não mudou muito, né? Na nossa atividade lá, nem... só criação de bovinos (Proprietário de Terra nº 6)

O proprietário de Terra nº 6 relembra como era desenvolvida a atividade agrícola antigamente na região, basicamente sem o auxílio de equipamentos tecnológicos e instrumentos simples para a atividade agrícola.

> Porque a agricultura hoje em dia, ela é muito mecanizada, mas naquele tempo, ela só na na força humana, né. Então as pessoas, por exemplo, a cultura da cebola, né, que hoje em Tavares ainda se cultiva, bastante, bem menos, mas bastante, né. As pessoas a... tinham que lidar com com a Terra no braço, não tinha uma máquina, não tinha um trator, não tinha. Tudo era na na força animal e e no teu trabalho. E isto, as pessoas foram saindo fora, né. Aí depois, com a mecanização, começaram a retornar de novo, alguns... Eu, por exemplo. Nunca abandonei 100% a propriedade rural. Mas sempre tive outra atividade correlata (Proprietário de Terra nº 6).

O Proprietário de Terra nº 7 comenta que dentro da propriedade tem plantação de cebola, aipim e batata e criação de gado e galinha. Ele considera que o nível de produção é considerado como agricultura familiar. No entanto, ele relata que desenvolve apenas a pecuária na propriedade, enquanto os familiares que também utilizam a propriedade são os responsáveis pelas plantações e criação de galinha.

> Atividade econômica que hoje eles têm são.. é Pecuária. É pecuária, e em algumas plantações. E dentro do parque, dentro do parque é só pecuária. Somente pecuária. [...] Na propriedade geral tem alguns... a.... plantações. Tem alguns que os que vivem lá fazem plantações, fora do parque, na divisa, ali. Porque as terras elas pegam dentro do parque, fora do parque, né. Tem as divisas, né? Então, é plantações, é cebola, tem alguma coisa muito pouco, mas já tem, batata, aipim, galinha, enfim. Tem essas atividades que as pessoas já sobrevivi que nem um... atividade normal, qualquer uma agricultura familiar faria. É isso que as pessoas fazem aqui dentro do parque [...] Eu não planto nada (Proprietário de Terra nº 7).

As atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários de terras são consideradas de subsistência e não possuem potencial de causar impactos ambientais significativos. No entanto, a atividade de silvicultura é motivo de maior preocupação com relação à manutenção da biodiversidade local. Nesse contexto, a educação ambiental é uma importante ferramenta para promover conscientização das formas que essa atividade causa degradação ambiental na área, além de ter o poder de informar aos proprietários outras fontes de renda sustentáveis. Ações dessa natureza poderiam ser desenvolvidas pelo órgão gestor da UC.

4.3.3. Práticas Sociais e Culturais dos Pescadores Artesanais

Durante as entrevistas foram relatadas pelos pescadores artesanais as práticas sociais que eles desenvolvem no cotidiano. É possível compreender que a própria atividade de pesca artesanal se configura como uma atividade que possibilita a reprodução social e cultural dos pescadores artesanais. Nesse contexto, o estudo de Adomilli (2006) aborda que a dificuldade de inclusão de novos pescadores no PNLP influenciou diretamente a reprodução social da comunidade, haja vista a redução da população de pescadores uma vez que

não possuem autorização para realizar a atividade (ADOMILLI, 2006). No entanto, juntamente com o estabelecimento do termo de compromisso em 2019, foi identificada a inserção de novos pescadores artesanais, garantindo o direito da comunidade tradicional para repassar suas práticas sociais e culturais para os seus descendentes.

A maior parte dos entrevistados não soube ou apresentou dificuldade de identificar essas práticas na rotina. Nesse contexto, uma metodologia de pesquisa que realizasse o acompanhamento das suas atividades in loco seria o ideal para identificar mais atividades sociais e culturais do grupo, dada a dificuldade de compreensão do que são práticas sociais e culturais por eles. Algumas práticas foram identificadas e estão ilustradas na Figura 14.

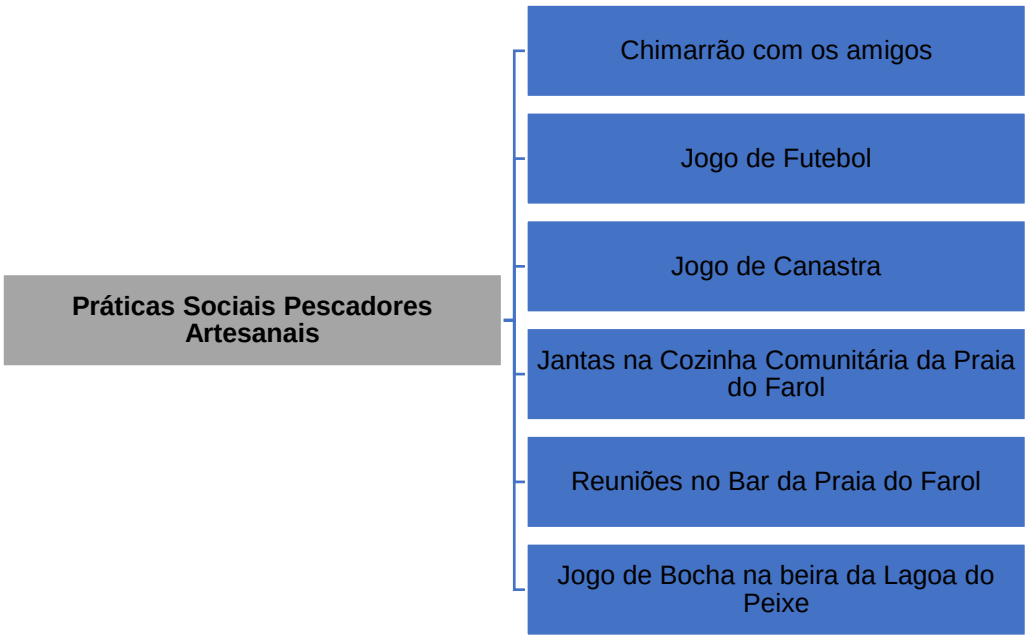

Figura 14 - Práticas Sociais dos Pescadores Artesanais.

Fonte: Entrevistas, 2023.

O Pescador Artesanal nº 1 comenta que não realiza muitas atividades sociais, basicamente toma chimarrão com os amigos, e tinha o hábito de jogar canastra e jogar futebol. No entanto, ele relata que a falta de alguns amigos mudou um pouco os hábitos dele.

> Não, nós aqui hoje é cada um nas suas casas, tomando seu chimarrãozinho e conversa um amigo com outro e... A antigamente a gente joga muita canastra aqui, tinha um Campinho de futebol ali também a gente se divertia. Mas hoje a maioria, teve muitos foram embora, e outros que morreram então a vida é essa aí, dia a dia (Pescador Artesanal nº 1).

O Pescador Artesanal nº 4 menciona que foi construída na Praia do Farol uma cozinha comunitária, que inicialmente seria uma peça para o pescador proprietário limpar o pecado. No entanto, decidiram colocar um fogão a lenha e transformar em um lugar de reunião dos pescadores para conversarem e fazerem janta. Além das reuniões que ocorrem na cozinha comunitária, às vezes essas reuniões podem ocorrer no Bar da Praia do Farol, onde os pescadores artesanais costumam se reunir para confraternizações e conversar. O entrevistado relata que os pescadores que residem na cidade de Tavares se deslocam até a praia para participarem das reuniões.

> [...] a cozinha comunitária, a e aí aí, isso ele, ele fez pra fazer uma lugar para ele limpar o peixe. Aí comprou um fogão à lenha e aí ia botar dentro de casa. Aí tá, aí veio os amigos lá de fora lá e "não, cara, quem sabe vamo botar esse fogão ali que aqui fica já na rua, pra nós fazer uma boia". E é aberto, né? [...] E aí, ali é o antes do do agora no verão, é, não sai muito, mas antes de chegar a temporada de mês de outubro em diante tem, tem boia, bem dizer toda noite. Porque vem a galera, vem um pessoal lá de Tavares, se junto e... [...] E aí já encomenda "Ah tu trás, aí tem tem galinha caseira pra vender, traz" [...] O bar é, o bar é lá no mercadinho, lá, lá na avenida, lá naquele mercadinho, lá (Pescador Artesanal nº 4)

Por fim, no que se refere às práticas sociais, o Pescador Artesanal nº 9 comenta que no período de pesca na Lagoa do Peixe os pescadores artesanais levam o jogo de bocha para jogar. Os jogos de carta são mencionados pelo Pescador Artesanal nº 9 e nº 6.

> [...] já tão daqui a pouco tão jogando carta junto, jogando bocha, que a gente leva jogos de bocha lá pra se entreter, né? [...] É, pra jogar na beira da Lagoa [...] Aham, é jogando assim, na areia, né? Joguemo. [...] Ah não, onde tem 3 ou 4 já tem alguma coisa, algum entertimento (Pescador Artesanal nº 9).

> Não, a gente conversa a gente, né, troca ideia, uns jogo carta tudo, né? (Pescador Artesanal nº 6).

Adomilli (2006) destaca que os pescadores artesanais buscam entretenimento através do jogo de cartas durante a pesca noturna para o grupo se manter acordado. Além de jogarem durante a noite, os pescadores utilizam esse momento para descontração, contam piadas, conversam e gargalham sobre as histórias contadas (ADOMILLI, 2006).

Além disso, outras práticas sociais foram identificadas no trabalho de Adomilli (2006), mas que atualmente não são mais praticadas, como o jogo de *snooker,* chamado de “taco”, na praia do Talha-Mar e os encontros no bar Metralha, na cidade de Tavares. Atualmente, os jogos de taco não foram mencionados pelos entrevistados dessa pesquisa, portanto, considera-se que todas as restrições impostas aos grupos, somado ao impedimento da reforma de benfeitorias nessa praia implicaram na modificação das práticas sociais do grupo. E os encontros no Bar Metralha não ocorrem mais, pois o bar fechou há alguns anos.

As práticas culturais dos pescadores artesanais estão relacionadas com a atividade econômica e a forma de construção das suas residências. A Figura 15 aborda as práticas culturais.

Figura 15 - Práticas Culturais dos Pescadores Artesanais.

Fonte: Entrevistas, 2023.

Para o Representante da Colônia de Pescadores Artesanais a própria atividade de pesca artesanal, juntamente com a arte de pesca é considerada uma atividade cultural dos pescadores, herdada ao longo das gerações. Ele explica que os pescadores artesanais realizam a confecção das redes de pesca, bem como a utilização de caícos e remos como instrumentos de peca. Ainda, relata que os pescadores possuem conhecimento associado ao remo em dias ventosos.

> Olha, como é que eu vou te explica assim... A gente faz rede no caso, a gente faz as rede da gente mesmo, entendeu, a gente reproduz. A gente, a gente, a gente produz as redes e a pesca e a pesca que é pra gente se sustentar na família, mesmo e coisa. A gente pesca, com o intuito de vender de de pra sustentar a família. Pra poder, no caso, né? Isso, caíco, e isso a remo, [...] desde sempre, no caíco a remo. Aí é a turma aqui é formado, que a gente se criou assim. Ó foi barbada, uma pessoa que nunca remou não sabe né, remar ali, essa gurizada aí.... Pode dar vento, pode dar qualquer coisa que o pescador toca o barco e vai embora, as vezes contra o vento, mas vai embora (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

O estudo de Adomilli (2006) ressalta que a própria atividade de pesca artesanal contém características tradicionais, haja vista o acúmulo de conhecimento sobre a natureza pelos pescadores artesanais, sintetizando um *ethos* e compondo a visão de mundo desses atores sociais. Ainda, para esse autor, a prática da pesca artesanal é singular, dado que é tradicionalmente construída e abrange o convívio da comunidade de pescadores artesanais que estão vinculados ao mesmo território e ecologia específicos (ADAMOLLI, 2006).

Ainda, o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais relembra o tempo em que utilizavam o chamado “liquinho”, instrumento que auxiliava na iluminação, no entanto, não é mais utilizado com tanta frequência.

> É, a gente usava aquelas lâmpada antes, né, o liquinho, aquele aí agora a gente foi modernizando, foi mudando, né, para melhor, é (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

Os Pescadores Artesanais nº 1, nº 2, nº 6, nº 7 e nº 9 mencionam que as atividades culturais dos pescadores estão relacionadas ao reparo dos materiais utilizados para a pesca, como rede e barco.

> E daqui a pouco é arrumando o rede também. A gente não para. A gente ta parado daqui a pouco já tem uma redezinha para arrumar, já tem que esticar lá (Pescador Artesanal nº 1).
>
> [...] é arrumar um barco arrumar o barco, providenciar as coisas de um ano pro outro (Pescador Artesanal nº 2).
>
> E a todos os meus aviãozinho, rede de pesca, é tudo feito por mim. Só compro o pano e aí eu faço. É um hábito cultural, isso aí eu trago desde pequeno, né? Desde pequeno ensinavam, olha assim assim, fazer remendar é é tudo, tudo, tudo. Eu peguei desde pequeno e fui, fui (Pescador Artesanal nº 6).
>
> Hoje as minhas rede que eu pesco são feita por mim, né? Aprendi com os antigo, com os mais velhos, né. Cheguei a primeiro ano que eu fui pesca se arrebentasse uma malha da rede, eu não sabia fazer, tinha que pediu pra fazer pra mim. E eles foram me ensinando e foi explicando, e hoje eu faço até rede, as minha rede é tudo feito por mim. Nunca compro nada (Pescador Artesanal nº 7).
>
> É é. É tarrafia, botar rede, fazer rede. É eu faço as minhas rede (Pescador Artesanal nº 9).

O resultado encontrado corrobora com o estudo de Adomilli (2006) que considera conhecimento tradicional a confecção e conserto de redes, técnicas de pesca, conhecimento das condições do oceano e dos ventos.

O Pescador Artesanal nº 4 relembra de uma prática cultural que se refere à conservação do pescado na época que não existia geladeira e freezer. Ele conta que a primeira fonte de renda dele foi com o marisco salgado. No trecho abaixo ele explica como realizava o preparo do marisco. Nesse mesmo contexto, o Pescador Artesanal nº 6 também relembra que salgava o pescado, enquanto os Pescadores Artesanais nº 7 e nº 8 relatam que a prática não é mais utilizada, pois utilizam o freezer.

> Eai o primeiro, minha primeira renda com pescado foi o marisco salgado. Meu primeiro dinheiro que eu fiz [...] cavava marisco e fervia ele e e salgava salgava ele numa caixa. E aí depois, no outro dia, tu retoca de novo o sal, né? [...] Não tinha geladeira e outra, só vendia assim. Ele não rendia, ele ele se tu quebrasse ele para vender para alguém, tu não vendia, tinha que ser salgado (Pescador Artesanal nº 4).
>
> Aprendi como salgava um peixe, como fazia, isso aí eu sei, eu aprendi tudo. E para mim, é a melhor coisa. Eu não sei fazer outra coisa, a não ser a pesca (Pescador Artesanal nº 6).
>
> É mas é que não salga por causa da... hoje em dia existe o freezer, a geladeira, aquela época, é o único jeito de guardar era no sal, o peixe também, era tudo salgado. Tinha que pescar lá e salgar tudo (Pescador Artesanal nº 7).

> É, e é minha maioria naquele tempo era salgado, né? Porque não tinha freezer essas coisa, não tinha nada, é peixe, a maioria salga, né (Pescador Artesanal nº 8).

Adomilli (2006) também identificou a prática de salgar e secar ao sol o peixe e o camarão como uma forma de conservação do pescado praticado pelos pescadores artesanais quando não existia energia elétrica para armazená-los no gelo.

Além disso, o Pescador Artesanal nº 4 comenta sobre os acampamentos, formados pelos "barracos" que são feitos na margem da Lagos do Peixe, que facilita a atividade de pesca no local devido à proximidade. Ele ainda relata que antigamente os pescadores costumavam ir de carroça com cavalos até os acampamentos, mas atualmente utilizam veículos automotores. O Pescador Artesanal nº 6 comenta como é construído o barraco e relata que permanece nos acampamentos até o final da safra do camarão.

> É porque a porque que nem eu te falei, né? Hoje, hoje, a maioria dos pescadô tem um carrinho, é hoje mas antigamente não tinha. Antigamente não tinha. Aí tu tinha uma carroça, um cavalo. Aí tu ia vamo supor, que nem a às vezes eu ia pescar lá no Capitão. Como é que eu ia, eu ia vir lá do Capitão em casa? Eu tinha que fazer acampamento lá, aí fazia lá naquela ilha, lá. Fazia, fazia o barraco de lona e ficava lá (Pescador Artesanal nº 4).

> Ah barraco é assim, ó, tu faz um barraco de lona, entendeu? E esse ano eu fiz um lá no Costa lá, bem feitinho, fiz com porta com tudo. Ai, eu adoro, adoro, adoro a pesca. Só que infelizmente é lagoa ta seca [...] Olha, esse ano foi liberado em dezembro e eu só volto quando terminar a pesca [...] Só venho em casa assim no fim de semana, e depois mais mais lá direito (Pescador Artesanal nº 6).

Durante o ciclo de pesca de verão são identificados acampamentos no entorno da Lagoa do Peixe, constituído por pequenos agrupamentos entre pescadores que pertencem ao mesmo grupo, sem ocorrer a mistura entre estes (ADOMILLI, 2006). Para Adomilli (2006), essa separação entre os grupos de pescadores artesanais é chamada de "distância estrutural", que consiste na divisão da comunidade geralmente em níveis de parentesco ou de grupos políticos.

Os acampamentos da Lagoa do Peixe são realizados pelos pescadores caracterizados como um espaço comum do grupo, enquanto os pontos de

pesca marítima são espaços individuais, dado que cada pescador possui seu ponto (ADOMILLI, 2006). Portanto, na pesca lagunar contém a pesca individual e o espaço coletivo, enquanto na pesca marítima existem espaços individuais com trabalho coletivo (ADOMILLI, 2006).

O Pescador Artesanal nº 4 explica que o comércio do pescado antigamente dependia do comprador do pescado. O comprador é a pessoa que realizava a compra do pescado dos pescadores artesanais da Lagoa do Peixe e possuía um caminhão para transportar o pescado. Sendo assim, os pescadores enviavam o material para a construção dos barracos de caminhão, iam até a lagoa de carona no caminhão, montavam os barracos na beira da lagoa e realizavam a pesca. Após isso, o comprador realizava a compra do pescado em todos os lagamares, chamado de setor no trecho abaixo.

> [...]aí aí tinha o o dito comprador, que eu te falo, que se não tivesse comprador pra pegar o camarão na beira da Lagoa, não, não tu não podia pescar. Então o o comprador me levava no caminhão dele, ia lá levava eu não, né? Levava quantos coubesse. Levava meu caíco, minhas taquara, minhas rede, coisa de barraco tudo, eu chegava lá, montava o barraco, colocava as rede e ia lá outro dia despescava as rede, entregava o camarão pra eles e ele recolhia toda a lagoa, recolhia lá, recolhia no Paiva e assim por diante ele vinha toda, todo os setor aí, ele recolhia todos o setor da Lagoa (Pescador Artesanal nº 4).

O Pescador Artesanal nº 5 detalha que no acampamento os pescadores artesanais ficam em grupos, no entanto, cada pescador tem o seu espaço. Ele relembra que antigamente as famílias costumavam acompanhar os pescadores na atividade de pesca, mas hoje em dia muitos precisam ficar em casa para realizar o beneficiamento do pescado.

> A gente fica no acampamento ali com 10, 15 pescadores, cada um no seu barraco, no caso, né? Cada um fica num barraquinho, a gente fica em bastante pessoas ali. Antes, quando eu era uma criança, assim que eu me tornei... que eu pescava com meu pai ainda, que eu tenho carteira desdos 13. Eu pescava com meu pai, era muito mais gente acampada do que hoje. Era família fechada com criança, pai, mãe, filho, todos num barraco, hoje é mais é só o setor pesqueiro mesmo. Hoje, só os pescadores mesmo que estão acampando. Porque mudou o ritmo de pesca, a gente se... pouca gente beneficiava o camarão. Hoje, muita gente beneficia, então eu não tem como ir todos na lagoa e vim todo dia, então fico arrumando o camarão, fico descascando, fico armazenando, fico guardando, fico vendendo e uns vão pescando (Pescador Artesanal nº 5).

O Pescador Artesanal nº 9 relatou que o período escolar também dificulta a permanência da família nos acampamentos.

> Mas quando começa as aula, tem que vir, né? Esse ano mesmo fevereiro tiveram que vim. Tiveram muito pouco lá, né (Pescador Artesanal nº 9).

O Pescador Artesanal nº 9 comenta que quando era criança ele e o seu pai construíram uma casa de junco na praia do Talha-Mar. Ele relata que para a construção da casa fazia a estrutura de taquara e utilizava os juncos das dunas para construir as paredes e telhados da casa. Ainda, relata que essas casas possuíam conforto térmico, em virtude de não ser quente no verão e nem frias no inverno. No entanto, essa estrutura não resistia por muitos anos, dessa forma, era necessário refazer a casa após alguns anos de uso.

> Aquela já terminou já, mas quando eu comecei a a a pescar lá com meu pai e depois pesquei muito tempo sozinho já, novinho, criança ainda, mas é até era barraca de junco, nem nem era de de madeira. [...] É, é junco. Aquele junco que tem no combro lá. [...] A a fincava uns pau, botava umas taquara, amarrava ali, cortava o junco, né, deixa o junco secar e botava no e amarrava, botava umas taquara assim, fazia umas taquara assim, botava o junco aqui, botava taquara por aqui e já amarrava. Fazia até o telhado. [...] Quando eu era criança, fiz muita parede de junco. É, só não não era muito bom fazer o telhado. Daí eu tinha que pedir recurso, o telhado. [...] se fosse bem feitinha quando era nova, não, não chovia. Quando era nova não chovia, bem feitinha. Mesma coisa que essa telha ai.[...] É, e assim ela é ela é boa no no tanto no verão é mais fresquinho, no inverno é mais, é mais quente que essas outras (Pescador Artesanal nº 9).

As práticas culturais dos pescadores artesanais estão relacionadas com a atividade de pesca artesanal. Algumas práticas foram modificadas devido ao avanço tecnológico, que permitiu melhor conforto aos pescadores e melhores formas de armazenamento do pescado, influenciando na melhoria do comércio. A melhoria no poder aquisitivo também influenciou na construção das moradias, feitas através da compra de materiais de construção, o modificou as construções de junco para habitações de madeira nas praias.

4.3.4. Práticas Sociais e Culturais dos Proprietários de Terras

Da mesma maneira, os proprietários de terras relataram as práticas sociais que eles desenvolvem no cotidiano. Semelhantemente aos pescadores artesanais, a maioria dos proprietários de terras teve dificuldade de identificar essas práticas na rotina. As práticas sociais identificadas estão ilustradas na Figura 16.

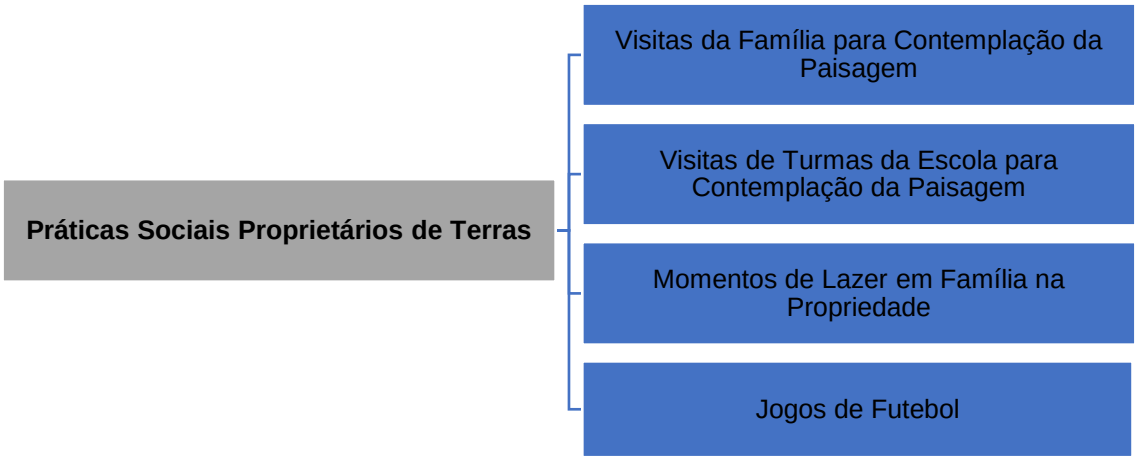

Figura 16- Práticas Sociais dos Proprietários de Terras.

Fonte: Entrevistas, 2023.

Para o Proprietário de Terra nº 4 as práticas sociais desenvolvidas na sua propriedade estão atreladas à beleza da propriedade. O entrevistado menciona que recebe visitas na propriedade para a contemplação da paisagem do lugar. Além disso, relata que receberá neste ano visita de turmas da escola do município.

> As vez visitas, né. Que eles vão lá olhar, essas coisas assim, né? [...] Família. Que a área é muito bonita mesmo, né. [...] As crianças do colégio já foram convidadas pra ir lá, ainda não foram mas vão ir esse ano. Que o lugar é bonito, é muito bonito lá. [...] Ai tem árvore, tem, vem, tem.... [...] Isso, bonito, bonito, sabe? (Proprietário de Terra nº 4).

No que se refere aos momentos de lazer em família, o Proprietário de Terra nº 7 relatou que a sua propriedade é cenário desses momentos de confraternização. Ele recebe visitas na propriedade de familiares que não

moram mais no município de Tavares, mas ainda assim frequentam a propriedade para desenvolverem atividades em família.

> No final de semana, os netos vão para lá. Não é todos, mas quase todos vão semana, os outros moram em Osório, moram em Rio Grande, se reúnem lá. Almoço lá e tal, tem essas atividades da família lá (Proprietário de Terra nº 7).

Nesse mesmo contexto, o Proprietário de Terra nº 5 comenta que a família tinha o hábito social de reunir-se na época do aniversário do seu pai na propriedade para comemorar o aniversário dele.

> Ah não isso aí sempre se fez, sim. Todos... Na na época do do pai a gente fazia aniversário dele, reunia todo mundo. Aí ele se foi... não fizemos mais, mas a gente sempre faz [...] não com muita gente, 10, 20 pessoas (Proprietário de Terra nº 5).

O Proprietário de Terra nº 1 relata que os jogos de futebol eram uma atividade de lazer realizada pelos proprietários.

> Ah jogo futebol (Proprietário de Terra nº 1).

No que envolve as práticas culturais realizadas pelos proprietários de terras foi possível identificar que estão relacionadas com as atividades econômicas, hábitos alimentares, manejo dos recursos naturais, religiosidade e atividades de lazer. As práticas culturais estão na Figura 17.

Figura 17- Práticas Culturais dos Proprietários de Terras.

Fonte: Entrevistas, 2023.

Para o Proprietário de Terra nº 1 as práticas culturais estão relacionadas com as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades, como a pesca na Lagoa do Peixe e o cultivo de cebola. Ele relata que antes da criação do PNLP acompanhava o seu pai na atividade de pesca na Lagoa do Peixe. Ainda, explica que a pesca era realizada com rede de arrasto e descreve o material da rede e o peso. Nesse mesmo contexto, o Proprietário de Terra nº 5 também relata que as atividades culturais estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na propriedade.

> Tá tudo que eu aprendi foi com ele no caso, né. Pra plantar cebola, pescar no caso, né. Que eu é desde pequeno, ele ia pescar, eu ia, eu ia junto, né. Essas coisas de raiz mesmo no caso, né. [...] Pescador, pescador, mas mas mas é no caso é, pescava o sustento da casa, né. É, para o sustento da casa. Quem é que não ia lá pra lagoa pra pegar uma tainha, né, cara, ou pegar camarão naquela época, aquela época não tinha nada, aí claro, aí arrastava coca pegava pra comer, né? Naquela época nem era a coca era rede mesmo aqui, gente. Aí eu cheguei alcançar ainda aquilo era um peso, assim, de nailon nailon seda cara. Ta louco aquilo ali... (Proprietário de Terra nº 1).

> Sim, a criar, a plantar. Aprendi com eles, não foi na escola que eu aprendi. A escola foi lá... Eles que me ensinaram tudo que eu sei. Cuidar de cerca, cuidar dos bichos. Tudo que eu aprendi foi com eles (Proprietário de Terra nº 5).

Ainda, o Proprietário de Terra nº 1 comenta que o seu pai gostava de realizar aposta em cavalo de carreira. Ele relata que o cavalo recebia um tratamento especial para ter bom desempenho durante a corrida, que era uma competição respeitada na região com tamanha intensidade que comparou as torcidas dos cavalos de carreira com as torcidas dos dois times do Rio Grande do Sul, Grêmio e Internacional.

> Cavalo na cocheira sempre tratava o cavalo, entende. Cavalo tratado pra correr, carreira naquela época mesmo que ele tinha só [...] bah que nem um time de futebol que nem Grêmio e Inter, né, a que tinha mesmo aqui as tinha os adversários no caso, né? Bah, eles levavam aquilo ali a sério, né? (Proprietário de Terra nº 1).

O Proprietário de Terra nº 2 expõe que as práticas culturais desenvolvidas por ele se referem aos hábitos alimentares, dado que consome alimentos tradicionais como o aipim e batata doce. Além disso, destaca a produção de doces caseiros.

> Tem, tem sim... tem hábitos e tem tradições, a gente mantém [...] A alimentação, alguns alimentos e doces, a gente mantém isso aí [...] usamos produtos daqui que produzimos aqui, batata doce, aipim, tudo isso são coisas culturais, alimentos culturais e tradicionais, né. Aipim, frutas, tudo caseiro (Proprietário de Terra nº 2).

O Representante dos Proprietários de Terras lista uma série de práticas culturais realizada por alguns proprietários de terras, como: Ternos Juninos, Religiosidade, Festas Religiosas, Rodeios Crioulos, Corridas de Cavalhada e Pagamento de Promessa.

> Práticas culturais, o que que nós temos? Nós temos nos ternos juninos dessa da da da das, da das que herdamos dos Açores, né. A...a... religiosidade rural, né. Os ternos juninos, os rodeios crioulos, né. Depois, agora né tá também se disseminando, a... as festas religiosas dos Santos padroeiros, né, no caso do Divino Espírito Santo, do do dos santos padroeiros aqui de Tavares o Santo Antônio, em Mostardas o São Luís, né. É Essas... E o que que tá se fazendo mais também? É, é as corridas de cavalhada, né? Nossas aqui que só nós temos hoje no Brasil, em Pirinópolis em Goiás e nós aqui, né. Tem uma coisa que a gente recuperou também, que essa herança do povo português, que que veio pra cá também, né. É.... é mais essas, essas atividades aí da...da... das... religiosas, das festinhas de igrejas, né, dos Santos aí. A...o... as os negros com ensaios de pagamento de promessa, né, a Nossa Senhora do Rosário (Representante dos Proprietários de Terras).

No que tange à prática cultural Pagamento de Promessa, o Proprietário de Terra nº 8 explica como ocorre a prática. Trata-se de um ritual de dança de origem africana, com jantar e bebida promovido pela pessoa que alcançou uma graça.

> É, eles passam a noite toda dançando em devoção a uma Santa, eu não sei se a Nossa Senhora, acho que é a Nossa Senhora. Acho que é Nossa Senhora Aparecida. Sabe, tipo assim, tu tu, conquistou, sei lá, pediu alguma coisa, sabe lá, pra ti pra, pra tua família, para um terceiro e deu certo. E aí tu faz esse pagamento de promessa que aí é, é meio que, vem a ser meio africana eu acho que essa dança tem origem africana. Porque são geralmente é negros, que dança, entendeu? Eu acho que branco não, não, não participa da do ritual em si, né? Da dança ali. E e fico tocando os instrumentos ali que é um pandeiro, um reco-reco, e tipo e aí, tu que tá oferecendo esse pagamento de promessa, por ter alcançado a tua graça lá, tu oferece ali janta e bebida e coisa e tal e aquilo se estende pela madrugada toda, né (Proprietário de Terra nº 8).

A autora Marisa Oliveira Guedes é uma historiadora que pesquisa a história dos municípios de Tavares e Mostardas desde 1987 (HISTÓRIA DE

MOSTARDAS). Essa historiadora relata que o ensaio de promessa ocorre em devoção à Nossa Senhora do Rosário, cultura herdada pelos portugueses e seus escravos vindos para o Brasil no ano de 1500. O ensaio de promessa consiste na elaboração de um altar com imagens de santos de devoção do dono do altar, uma imagem de Nossa Senhora em destaque. Durante o ensaio são realizadas danças, que através destas e dos cânticos a promessa é paga. As orações realizadas são as mesmas praticadas no tempo dos escravos, passadas ao longo das gerações. O ensaio ocorre do pôr do sol ao amanhecer, normalmente das 18h às 6h, dado que antigamente os negros não tinham autorização para dançar durante o dia, os dançantes se reúnem e vão entoando orações até a casa do dono da promessa ou até o lugar escolhido por ele (GUEDES, 2015).

O proprietário de Terra nº 3 menciona algumas práticas ambientais que realizava na propriedade, consideradas pelo entrevistado como práticas culturais, como a compostagem e a conservação da mata nativa. No trecho abaixo, ele detalha como a compostagem do esterco do gado era realizada dentro do curral da propriedade, cujo húmus resultante era utilizado como adubo na plantação de cebola.

> Era, ele era recolhido do campo, era trazido de carreta de boi para o curral. O curral no verão, as vacas, os animais dormiam no curral, defecavam e urinavam em cima daquelas bosta seca. É o esterco. Depois, ele era curtido e o próprio gado pisoteava e quebrava o esterco. Com as fezes e urina, eles faziam, ele ia, digamos assim, fermentando. Aí depois, lá para maio, era era todo ele tirado de pá e enxada era feito os montinhos do esterco curtido, aí era um esterco curtido, ficava como húmus. [...] É, dentro do curral. É. Ele era recolhido do campo juntado de balaio um a um. E era recolhido para o curral. E o próprio gado defecava em cima, dormia em cima, né, da da, daquela, daquele esterco seco, eles defecavam urinavam e faziam a...a fermentação [...] Depois eram usados de adubo nas terras de cebola (Proprietário de Terra nº 3).

A outra prática ambiental se refere à conservação da mata nativa, mencionada com apreço durante a entrevista. O Proprietário de Terra nº 3 explica que aprendeu com o seu pai formas de selecionar as árvores para serem utilizadas nas cercas da propriedade. Ainda, relata que as árvores eram selecionadas de forma que permanecessem vivas, ou seja, eram retiradas apenas algumas partes da árvore. Para ele, a preocupação com a conservação

da mata nativa já era identificada nas gerações passadas. A imagem da mata nativa do entorno do PNLP está na Figura 18.

> É o meu pai, sempre é tipo assim, quando ele ia cortar um moirão do do da mata nativa, que na época todos cortavam, né. Ele sempre procurava aquela árvore que tivesse defeito. Ou se a árvore tivesse um galho duplo, digamos assim, fosse uma forquilha. Ele cortava um lado e deixava a árvore viva. Só eliminava num caso extremo que precisasse mesmo, se não ele faria de tudo para que cortava galhos e coisas assim, mas mantinha a árvore em pé. Então, é, é acho que é uma das coisas assim, que a gente que é pra gente aprendeu, mesmo na ignorância deles, mas eu acho que eles já tinham noção disso, né. Se começasse a se eliminar árvores ia terminar com a mata. Então eles iam fazendo dessa forma (Proprietário de Terra nº3).

Os habitantes e turistas que frequentam essa região contemplam a paisagem da mata nativa da região do entorno do PNLP. A Figura 18 mostra o dossel formado pelas árvores que compõe a área.

Figura 18 - Imagem da Mata Nativa na Área de Entorno do PNLP.

Fonte: A autora, 2023.

A proteção de algumas espécies pode estar relacionada com motivos socioculturais, que são herdados pelas futuras gerações a contemplação da mata nativa nas propriedades, alvo de visitas em finais de semana em muitas localidades inseridas no PNLP. Nesse contexto, o estudo de Santoso et al.

(2023) aborda a preservação da espécie animal langur tricolor na Indonésia. Os autores identificaram que no Parque Nacional do Lago Sentarum existe um mito que essa espécie não pode ser perturbada. Acredita-se que as gerações antigas estabeleceram esse mito para que as gerações mais jovens sigam protegendo esse animal na natureza.

4.4. Relações dos Atores Sociais com o PNLP

A categoria nº 4 aborda a forma com que os pescadores artesanais e os proprietários de terras se relacionam com os recursos naturais das áreas que habitam e que desenvolvem as suas atividades. A categoria Relação dos Atores sociais com o PNLP está dividida em duas subcategorias: a relação dos atores sociais com os recursos naturais do PNLP e os benefícios e prejuízos da permanência dos atores sociais no PNLP, conforme a Figura 19.

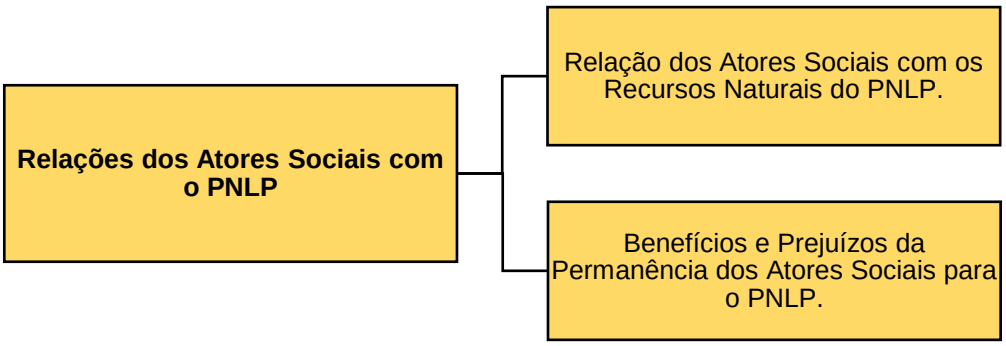

Figura 19 - Fluxograma da Categoria nº 4 com Duas Subcategorias.

Fonte: A autora, 2023.

A unidade de contexto consiste na forma com que essas populações vêm se relacionando com essas áreas e como percebem os benefícios e prejuízos que suas práticas diárias oferecem ao ecossistema. Nesse contexto, é possível identificar os benefícios, adotar medidas para ampliá-los e desenvolvê-los, bem como identificar os prejuízos e adotar medidas para reduzi-los e eliminá-los.

4.4.1. Relação dos Atores Sociais com os Recursos Naturais do PNLP

Os Recursos Naturais podem ser divididos em recursos biológicos (vegetais, animais e florestas), recursos hídricos (lagos, rios, mares, oceanos), recursos minerais (minérios, rochas, areia, argila e carvão) e recursos energéticos (luz solar, vento e água).

No que tange a relação dos pescadores artesanais e proprietários de terras com os recursos biológicos, foi possível identificar algumas práticas de acordo com as entrevistas (Figura 20).

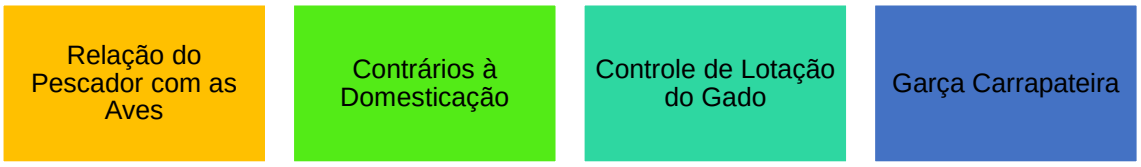

Figura 20 - Relações com os Recursos Naturais Biológicos Animais.

Fonte: Entrevistas, 2023.

Os Pescadores Artesanais nº 1, nº 2 e nº 6 relataram que possuem contato com os recursos biológicos, no que tange os recursos animais, como as aves que frequentam o PNLP. Eles comentam que fornecem para as aves algumas partes do pescado que não utilizam, como a cabeça e bucho. Ainda, relatam que as aves reconhecem os pescadores e são seguidos por elas, na expectativa de receber o alimento.

> Até muito bem! E as aves com nós também. Porque, os resíduos, às vezes a gente faz um peixinho aqui, limpa um peixinho, a gente pega bota na caixa, os resíduos do peixe, né, o bucho, a cabeça do peixe, a gente leva às vezes ali, bota na ondinha ali e quando vê tem milhões de gaivotas pousando. E ali limpam tudo, aquele resíduo ali. Nós fica com sobre as aves, sobre os bichos marinhos ai graças a Deus, o pescador nunca se ouviu de fazer essas coisas, de judiar ou coisa, nunca passou por nós. Nós vamos com os nossos carrinhos ali e eles tão tudo na praia, a gente 2, 3 metros deles e eles ficam ali tranquilos, sem... A gente se dá bem sobre isso (Pescador Artesanal nº 1).
>
> Até, portanto, que os animais na maioria, pássaro e tudo que tem hoje dentro do parque eles conhece nós. Por que a gente sai, se tu passar com o teu carro ali na praia o passarinho voa, mas se eu passar com a minha caminhonete ele me segue porque ele sabe que

> eu posso levar um peixe ou uma coisa pra ele comer, né (Pescador Artesanal nº 2).
>
> Melhor coisa que tem. Até até eu vou te falar, até nós é alimentar eles nós alimentamos porque às vezes a gente tá pegando, tá, ta escolhendo o camarão, eles tão na volta ali, né? Aí tu pega um peixinho, uma coisa, já atira pra eles, vão lá. Não isso aí. Relacionamento é os melhor possíveis (Pescador Artesanal nº 6).

No entanto, o Pescador Artesanal nº 2 comenta que se relaciona com os animais da área do PNLP e compreende que eles possuem uma forma de vida selvagem e que não deve haver interferência humana no que tange à domesticação.

> Não, bem, que nem eu tava falando a gente se relaciona, claro né, com os animais, a gente procura também não não não fazer, que nem se diz tirar para para doméstico, até porque não é bom né assim, ficar mais.... Mas que nem o pássaro, a gente leva comida e larga, e larga... Comida a gente diz é de peixe, essas coisa assim né, porque a gente sabe que eles come, então a gente larga nem enterra por que eles comem. Aí tem graxarim, tenho vários, bom... Na noite aí, se tu saí tu vê vários vários animais né, então, e e eles conhecem a gente um pouco assim. Não são tão arisco, essas coisa, né, mas eles lá no habitat deles e a gente no da gente né, não. A gente não interfere né (Pescador Artesanal nº 2).

Os proprietários de terras também se referiram aos recursos biológicos presentes no PNLP. Os recursos biológicos foram abordados pelo Proprietário de Terra nº 3 no âmbito dos recursos animais. O entrevistado explanou sobre a preocupação no que envolve o controle do carrapato na propriedade, pois, após a aplicação do remédio, o gado é impedido de frequentar o banhado nos primeiros dias. Ele explica que tal atitude é tomada levando em consideração a prevenção de intoxicação das aves, que estão presentes na área de banhado, a Garça Carrapateira é citada como uma espécie que se alimenta dos carrapatos.

> E o controle do gado do carrapato é feito através de medicamento, mas esse período de de... que é aplicado, ele vai para a parte de cima e depois ele retorna no banhado. Então, não existe uma contaminação. Existe uma consciência bem... bem tranquilo quanto a isso [...] ele passa uma semana na área de cima, depois ele é liberado de novo para o banhado [...] Eu faço porque como tem as Garça Carrapateira e alguma coisa assim, eu tenho medo de dar alguma intoxicação com essas aves e então eu eu preservo deles irem até o banhado, a área de lagoa. E assim passa o tempo, carrapato cai e o gado circula normal novamente (Proprietário de Terra nº 3).

Os recursos biológicos também foram salientados no âmbito dos recursos florestais, como o uso de eucalipto para confecção de cercas, a facilidade do uso do eucalipto, o uso da mata nativa para subsistência e a conservação da mata nativa. A Figura 21 ilustra os principais usos dos recursos biológicos vegetais pelos proprietários de terras.

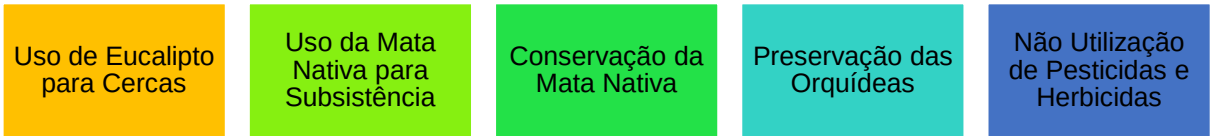

Figura 21 - Relações com os Recursos Naturais Biológicos Vegetais.

Fonte: Entrevistas, 2023.

Sob outra perspectiva, dentre os recursos biológicos, os Proprietário de Terra nº 1, nº 4 e nº 5 abordam a relação com os recursos florestais da propriedade. Eles comentam que utiliza as árvores de eucalipto para utilizar na construção e reparos nas cercas da propriedade, sem usar árvores da mata nativa.

> É a gente cuida da chácara, né, também a gente nunca foi de de nunca fez dano a natureza no caso, né. Porque até os próprio moreão que a gente nem corta da mata nativa, tem o calipto lá no caso. Não, não... aqui ninguém tá, tá faz, faz, faz mal, no caso, né (Proprietário de Terra nº 1).
>
> Não deixa eu cortar, não corto nada que antes muita gente cortava né. É o me no meu tempo que eu era guri a gente que buscava lenha, morião, tudo dessa dess... dessa mata, né? Hoje não se tira mais nada, né? Não. Nada mais. Hoje a gente planta eucalipto cá fora e não precisa mais daquele mato, né? Antigamente não tinha, né [...] Hoje a gente planta pra morião, pra lenha, para tudo, né (Proprietário de Terra nº 4).
>
> Muito raro se usar algum moerão do mato, às vezes, uma árvore seca que nem, tem rebenqueira, as árvore boa que seca bastante serve, até se usa. Fora disso, não. A gente tem eucalipto para fazer a cerca. Se compra também, pique próprio, essas coisa assim (Proprietário de Terra nº 5).

O Proprietário de Terra nº 6 comenta que o uso do eucalipto para a construção das cercas é devido à facilidade da retirada da madeira em áreas com plantação de eucalipto quando comparado às áreas de mata nativa.

> Faz de eucalipto. Mas isso eu acho que não é pelo parque, né. Eu acho que não é pela preservação. Eu acho que é pela mão de obra. Pouco dá menos trabalho. Vou fazer de eucalipto, do que tu do que tu retira da mata nativa (Proprietário de Terra nº 6).

O Proprietário de Terra nº 3 mencionou que não utiliza nenhum tipo de herbicida ou pesticida no lugar.

> E a gente não usa herbicida, né. Na área, não usamos pesticidas (Proprietário de Terra nº 3).

O Proprietário de Terra nº 6 explica que realiza a preservação das orquídeas na propriedade. Ele ressalta a importância de explicar para os visitantes que não podem levar uma muda da espécie, em virtude de ela pertencer àquele local e para que possa ser contemplada futuramente.

> Então, a gente preserva as orquídeas, a gente preserva a propriedade, nós, lá na minha propriedade, é extremamente a... preservado. Preservado, e é uma propriedade super bonita, né? Eu não não estou fazendo propaganda, sabe, porque eu nem trabalho com isso, sabe? Mas eu já levei muitas pessoas lá. E a gente tem que ter o maior cuidado, por exemplo, se eu te levar lá para tu não destruir, né? Porque essa pessoa que visita, ela sempre gosta de levar uma recordação, e a recordação é sempre uma coisa que tá na natureza, né. Ou é uma orquídea, ou é uma arvorezinha lá para fazer muda, né? Então... é muito. Os proprietários, eu acho que preserva. Eu só não deixo a pessoa levar. Se tu for lá, diz assim, vou levar sua orquídea. Eu digo não, né. E te justifico da seguinte maneira, porque se tu voltar aqui outra vez tu vai ter a possibilidade de vê-la de novo. E se tu levar se tu levar uma, isso é um, sabe? É que nem a formiguinha, né? Um leva uma, outro leva outra, daqui a pouco não tem mais. Inclusive, como eu gerencio essa propriedade, nem os meus irmãos eu deixo fazer. Ah, não, não. Vamos deixar aí, porque. Mas lá na nossa região é bem preservado na nossa propriedade (Proprietário de Terra nº 6).

Os recursos hídricos também foram destacados pelos Proprietários de Terra nº 2, nº 4, nº 5 e nº 7 (Figura 22).

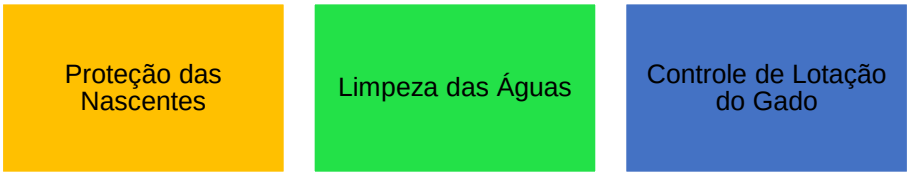

Figura 22 - Relações com os Recursos Naturais Biológicos Animais.

Fonte: Entrevistas, 2023.

O Proprietário de Terra nº 2 explica que para o desenvolvimento da atividade de pecuária é indispensável a proteção das APPs, como os olhos d'água, também chamado de nascente.

> O proprietário pecuarista, claro que o agricultor é um pouco mais intensificado, mas o pecuarista já tem pela natureza uma certa percepção que para a pecuária tem que ter um ambiente extremamente preservado. Um dos principais pontos é a água, e a água para a pecuária ela necessita de uma água não poluída, uma água de primeira qualidade. Então, ele já tem no seu berço, no seu sangue ele já carrega uma percepção de preservação das áreas de produção de água, no caso as APPs, que produzem água, as vertentes também. No caso, para o pecuarista em si ele já tem essa noção. Essa relação é de muitos anos, né. Ele não vê com bom gosto a destruição de um ambiente da água (Proprietário de Terra nº 2).

Ainda, o Proprietário de Terra nº 2 destaca a importância dessas áreas para o consumo de água dos animais que habitam na propriedade, tanto o gado quanto as aves migratórias e residentes.

> É onde o gado bebe a água. E é onde a lagoa por ser um ambiente saudável, nas áreas onde a gente faz a captação de água para os animais, os animais silvestres, os pássaros também usam a água, porque eles vivem de água doce, né? Não toma água salgada, né? Da água salgada eles só se alimentam, né. Então eles precisam de água doce para sobreviver. Então esse ambiente de água doce que é usado para os nossos animais, é usado também para as aves silvestres, para animais silvestres, tanto os nativos quanto os migratórios (Proprietário de Terra nº 2).

Os Proprietários de Terras nº 5 e nº 7 informaram que às vezes torna-se necessário realizar algum tipo de limpeza nas vertentes da propriedade, devido à proliferação de algas que atrapalham o consumo dos animais.

> Uso as vertentes, né [...] Limpo, porque se não limpa não, não sai água, né. Daí eu limpo [...] Às vezes de máquina ou de pá. Dependendo, às vezes quando tá muito sujo, eu limpo com a máquina, rasga ela para baixo, a água vai lá perto da Lagoa do Peixe.

> Tem anos, esse ano secou demais, mas tem horas que a Lagoa fica com pouquinha água, fica muito salgada e os patos não tem onde beber água, vem beber água na vertente, nessa vertente que eu falo. Vem um bando, desce, aliás, tudo que é bicho, né. Porque eles têm que beber água doce. Muitas vezes já. Eu não tenho documentado isso, mas não é difícil de filmar e fa...fa... mostrar que que eles vêm beber água ali. Que eu estou conservando água para eles, pro gado e pra eles. Todo mundo, lá não tem restrição, quem chega lá bebe (Proprietário de Terra nº 5).

> [...] Sim, o pisoteio não, ele é cercado.[...] Preservando, cuidando, mantendo ela limpa, organizando ela, cuidando, cuidando para o gado não aterrar ela. Então a permanência é permanecer ela sempre, fica no meio da mata, ela permanece no meio da mata (Proprietário de Terra nº 7).

O proprietário de Terra nº 2 explica como realiza a conservação dessas áreas, onde destaca que em algumas nascentes estão em áreas fechadas, portanto, sem o contato direto com os animais. Além disso, destaca a importância da lotação adequada de gado na propriedade para o equilíbrio ambiental.

> Normalmente algumas áreas são fechadas e normalmente o animal não entra ali, naquele local de APP ele não vai entrar. Para tu preservar isso aí, um dos pontos de controle disso aí é manter uma lotação adequada. Quando tu manter uma lotação adequada, o animal ele não estraga, ele não destrói, ele apenas se alimenta o suficiente para manter o ambiente equilibrado. Um dos pontos que eu vejo como melhor equilíbrio ambiental e econômico é o controle de lotação, aí tu mantém sustentável a área. Mantém as águas em condições, mantém os pastos em condições. Vai produzir sem degradar (Proprietário de Terra nº 2).

O estudo de Bernini (2019) considera que a etnociência, relacionada aos estudos de saberes, práticas e tecnologias alertou para as diversas formas de relação com os recursos ambientais que existem na natureza. Sendo assim, a valorização das práticas tradicionais pode estar aliada com conservação da natureza, principal objetivo do movimento ambientalista (BERNINI, 2019).

O Proprietário de Terra nº2 relaciona os recursos animais e hídricos da propriedade. Ele expõe que a lotação adequada em campo nativo não deve exceder 0,7 unidade de gado por hectare, dado que a extrapolação do limite pode afetar a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos.

> Claro que depende da fertilidade do solo, né, do pasto que tem, varia muito. Mas a média que eu imagino aqui é 0,7 ou 0,8 unidade por hectare, em média, que é o que se exige nos meios, não pode

> exceder isso aí em campo nativo porque é demais, mas é nessa faixa, 0,7 e 0,8 unidade de animal (Proprietário de Terra nº2).

A importância da conservação das vertentes no que envolve a estiagem no estado foi mencionada pelo Proprietário de Terra nº7. Ele explicou que devido à área do PNLP ser abundante em vertentes, a propriedade não enfrentou maiores problemas nessa estiagem severa. Ainda, para ele, as vertentes devem ser exploradas no sentido de promover o suprimento das necessidades da propriedade em períodos de estiagem.

> Todos fazem isso. Todos per... valorizam muito aquilo porque é uma riqueza. Isso que teve ali toda essa estiagem que teve no Rio Grande do Sul as pessoas que tinham vertente tiveram problema de pastagem, sim. Mas não diária. A vertente estão dentro do parque [...] tem 2. Mas se tu for a explorar as Vertentes, deve ter umas 10, 12, ali. Todo mundo deve ter muita vertente, toda essa Costa aqui tem muita vertente. Precisa ser explorada, precisa... tem vertente, que não é nem explorada. [...] Cuidando das vertentes. Tendo aquela vertente com um patrimônio maior da propriedade. Nesse período de seca, todas as vertentes da do parque funcionaram perfeitamente. Não teve problema para água para animais. Na Na volta das Vertentes sempre tinha pastagem boa (Proprietário de Terra nº 7).

O manejo dos recursos naturais que promovem a manutenção da fertilidade e a reprodução da biodiversidade é chamado de prática conservacionista. Nesse contexto, a preservação e conservação ambiental são práticas desenvolvidas com vistas à redução dos impactos ambientais provenientes da degradação acelerada dos recursos naturais (BERNINI, 2019).

4.4.2. Benefícios e Prejuízos da Permanência dos Atores Sociais para o PNLP

Nessa subcategoria, está contida a percepção dos atores sociais envolvidos no que engloba os benefícios e prejuízos da permanência para o PNLP. Os benefícios estão contidos na Figura 23.

Figura 23 - Benefícios da Permanência de Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras no PNLP.

Fonte: Entrevistas, 2023.

O Pescador Artesanal nº 1, nº 8 e nº 9 consideram que os pescadores artesanais fazem parte do PNLP, dado que permaneceu por tantos anos nesse ambiente, cujos entrevistados descrevem uma relação entre pescador e aves. Para o Pescador Artesanal nº 8, o momento de colher o pescado se configura em um momento benéfico para as aves, dado que elas podem se alimentar dos peixes não selecionados pelo pescador.

> Eu acredito que o parque, o pescador ajuda a construir o Parque, eu acredito que se não é pescador aí a maioria dessas dessas aves, essas coisas aí também, não podia não não tá aí também. Quem vai quem vai duvidar disso? E hoje a gente tá ali, é como eu te falei, a gente leva um alimento a gente faz o resíduo do peixe leva ali, os bichos sempre tão participando junto com Pescador e a gente tá aí dentro do parque sem desmatar sem fazer crime. Porque a gente ta ali só trabalhando. A gente não tá aí... E preservando! Preservando que tem que ser preservado. A gente não tá aí para fazer desmatamento ou coisa contra a lei (Pescador Artesanal nº 1).
>
> A no inverno, na nas de manhã cedo assim, no clarear do dia assim, na despesca sempre sai uns peixinhos assim, a gente joga na água assim, né. Ah, aparece assim, 300% de gaivota. Só vê aquele griteiro assim. É um benefício acho que os passarinhos tão se alimentando daquele descarte (Pescador Artesanal nº 8).
>
> Ó, eu eu acho que tem, porque o seguinte, o o Pescador mesmo ele preserva, né? Ajuda a preservar. Eu acho que a natureza é perfeita. Por exemplo, nós dependemos, por exemplo, das aves, mas as aves também depende de nós, né? Porque na maioria... as vez tu bota uma rede, principalmente na na Lagoa, a ave aproveita, muita coisa que pega na rede e sobra. Tem aves que tiram o peixe até da rede. Tem dias que se tu tarda lá, que ir mais tarde bater rede as ave já comeram, né? Elas comem, então eu acho que que é... Eu acho que

> como... eu acho que a natureza é perfeita, nós dependemos uns dos outros (Pescador Artesanal nº 9).

A fala dos entrevistados reflete a importância que foi dada ao PNLP devido à presença das aves migratórias e a desconsideração da população. Sendo assim, o entrevistado busca justificar que a sua atividade favorece a permanência das aves no ecossistema, como uma tentativa de continuar nesse ambiente. Ainda, a pesquisadora considera que a partir dos relatos nas entrevistas, existe uma relação de simbiose entre pescadores artesanais e as aves, dado que as aves vão ao encontro dos pescadores, que lhes fornecem o alimento, bem como todo ecossistema da Lagoa do Peixe fornece benefícios ecossistêmicos para os pescadores artesanais.

O estudo de Santoso et al. (2023) também identificou que os hábitos alimentares da espécie langur tricolor, presente no Parque Nacional Lago Sentarum, sofre modificações conforme a disponibilidade dos alimentos, cuja espécie busca alimento próximo de áreas com presença humana. Os autores relatam que inicialmente a espécie procura por alimentos no seu ambiente natural, nas florestas em colinas com abundância de folhas, depois migra para as florestas pantanosas e eventualmente realiza o forrageamento perto de paisagens antropogênicas (SANTOSO et al., 2023).

No que se refere à percepção do Funcionário do ICMBio sobre os impactos decorrentes da atividade de pesca, o entrevistado informou que são desenvolvidas pesquisas no PNLP pelos centros de pesquisa do CEPSul (Centro Especializado do ICMBio) e do CNPT (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade) e identificaram que a pesca artesanal não exerce interferência significativa sobre as espécies de aves que frequentam a área.

> A em relação a estudos que o ICMBio tem, a gente tem é é relacionado a área da pesca, né? Isso já teve, a gente vem fazendo estudo basicamente, muito trabalho, a gente vem fazendo aqui com o Pescador, isso a gente, vem fazendo um trabalho, né, desde lá do início do termo de compromisso em 2019, né, né. Então teve tiveram vários, né, centros de pesquisa aqui como SEMAF, né, CEPSul. É CNPT, né, esse pessoal todo está hoje com a gente aqui, isso a gente, é trabalhou muito e relatou muita coisa séria com os pescadores, né? Então é isso já demonstra, né, tem vários aspectos positivos que os pescadores, né, é não, não teriam muita, não muita

> não, desculpa a palavra, não teriam interferência, né, na em relação à aves, em relação a a a ao ao ao a essa parte da biodiversidade da Lagoa do Peixe ali, né, então. Isso relacionada à pesquisa em relação ao pescador a gente tem, tem vários, tem vários trabalhos, já desenvolvidos, né? (Funcionário do ICMBio).

O Pescador Artesanal nº 2 considera os pescadores artesanais como parte do ecossistema. Além disso, o entrevistado comenta que os pescadores artesanais ajudam no monitoramento de animais doentes e no controle de incêndios, alertando a gestão do PNLP sobre os incidentes que ocorrem na área.

> Olha, um benefício, eu eu acho que o que é que que nós fizemos até hoje. Que, eu acredito que talvez a.. não 100% mas nós temos cuidando daquilo ali, né, então nós temo participando também do parque, né, que vários acontecimento que já aconteceram de um animal, não é, que a gente não é preparado para isso, que um animal lá tá tá doente ou acosta na praia ainda que tá com vida, uma tartaruga, uma coisa, a gente comunica o pessoal ali ou um fogo às vezes, pode acontecer da gente... Né fala pra eles. Então eu acho que bom eu tô participando né e eu acho que eu estou trazendo um bem para o parque essa é minha opinião né, eu acredito que, né, que tô contribuindo né (Pescador Artesanal nº 2).

De natureza igual, o Pescador Artesanal nº 5 alude a mesma percepção e acrescenta que o pescador artesanal é um fiscal do ICMBio, dado que contribui para a conservação do lugar a partir do monitoramento das espécies que aparecem doentes no PNLP.

> Eu acho que o Pescador é um fiscal do ICMBio. É fiscal, porque ele ele mais preserva do que dá danos ao meio ambiente, porque se ele destruir, ele não vai ter o dia seguinte. Se ele hoje terminar com que ele tem ali, ele não vai ter pra amanhã pra pescar e a gente como é uma comunidade tradicional, a gente tem que ter o cotidiano, tem que ter toda a vida. A gente pesca o camarão, o peixe, o siri, e é um conjunto com o ICMBio [...] Só a fiscalização, porque o pescador é um fiscalizador, né? Um pescador, se ele vê uma ave doente, alguma coisa, ele avisa o ICMBio, ele faz todo o processo de um de um fiscal (Pescador Artesanal nº 5).

O Pescador Artesanal nº 4 demonstra preocupação com a Lagoa do Peixe caso os pescadores artesanais sejam impedidos de desenvolverem suas atividades. Devido à extensão da área, a ação da fiscalização contra a pesca irregular pode se tornar ineficiente sem o auxílio dos pescadores artesanais, cujo entrevistado alega informar o ICMBio sobre a pesca fora dos padrões

estabelecidos pelo ICMBio. Ainda, o entrevistado explica que a presença do material de pesca utilizado na Lagoa do Peixe, como as redes e taquaras dificulta a ocorrência da pesca de arrasto.

> Eu acho que no momento que te se tirar o pescador, o parque vai ser pior ainda, porque aí vai ficar uma, sei lá, uma Terra de ninguém, que nem diz aquele ditado [...] E eu acho que se no momento de tirar o pescadô que ficar aquilo tudo abandonado, eu acho que será bem pior, eu acho [...] Por causa do como é que nem tu diz, tem a cerca lá né, a rede, como é que tu, que o cara vai puxa coca no meio da da... tem as taquara, né, dificulta. Se a Lagoa tiver limpinha aí ficava fácil, porque aí a rede é uma rede, né? Tu vai puxando a coca, né? (Pescador Artesanal nº 4).

Nesse enredo, o Pescador Artesanal nº 7 também relata a ocorrência de pesca irregular na Lagoa do Peixe. O entrevistado afirma que realiza denúncias ao ICMBio informando o local de ocorrência, malha da rede e comprimento da rede.

> [...] tem muita coisa, acontece quando a gente não tá lá acontece muito mais coisa as vez, né? Tinha gente que vai pra lá e invade e pesca com rede de fora de de malha e e e que não tem autorização. Vão pra lá e pesco... o limite é 500 m de rede eles vão lá bota 2 mil metro de rede, malha fora da malha que aí pega aquele peixinho miúdo, eles carrego tudo, né? E a gente tando lá eles não faz isso aí, a gente vai cuidando, a gente cuida. Denuncio. Nós chamemo o ICMBio na hora. Oh, tem rede assim, assim fora da malha ali, não sei de quem é, mas vocês vão lá, e olha. Eles vão, eles entram e tiro. E a gente tando lá eu acho que é um dos benefícios mais pro parque, a gente ajuda a cuidar (Pescador Artesanal nº 7).

A contribuição na fiscalização da pesca irregular também é realizada por proprietários de terra. O Proprietário de Terra nº 3 fala da importância da permanência dos proprietários de terras nas propriedades para auxiliar o ICMBio na fiscalização da pesca. Ele explica que a parte da Lagoa do Peixe que abrange sua propriedade é uma área proibida de pesca, inclusive para pescadores artesanais, dado que é um canal de passagem do camarão. Ainda, o entrevistado afirma que o ICMBio possui a chave da sua propriedade para entrar e realizar a fiscalização a qualquer momento e se necessário, o proprietário entra em contato para informar sobre a ocorrência de pesca irregular.

> Existe muito pescador... é clandestino, digamos assim, aquele que que vai lá e pesca com rede de arrasto, que por... que não é permitido [...] Já, já vi pessoas lá dentro nessa situação [...] Como eles têm a chave da porteira é, é sempre é de uma certa forma, é avisado, né? A gente da uma ligada e informa que está tendo alguém pescando, então eles vão lá é e recolhe o material, entra da propriedade, já as vezes com a PATRAM, as vezes só eles e eles recolhem todo o material desses pescadores clandestinos que não estão com redes com lacres. Inclusive na minha propriedade, não pode. Porque ela se trata de um canal, uma parte dela é um canal que passa, e aí, como não pode ter rede no canal. É é inviável, não é permitido pescar ali [...] Nem o artesanal. É... como ele é um canal de passagem, né, que eles chamam de córrego, aí eu não tem como botar a rede, que vai trancar a passagem do camarão (Proprietário de Terra nº 3).

O Pescador Artesanal nº 6 considera que a atividade de pesca artesanal na Lagoa do Peixe atrai turistas, que compram o pescado direto do pescador na beira da lagoa.

> Olha, eu. Eu Acredito que benefício deve ter porquê... O, por exemplo, o turista vem “Ah vamos lá conhecer o parque, vamos lá conhecer os pescadores, vamos lá conversar com isso para dar um saber como é que é”, né? E eu acho que se não tiver pescador não podia ser nem nada, ver o quê? Aqui mesmo onde eu estava, eu cansei de de de ta lá, quando eu via chegava os carros lá ah fulano não tem camarão, até camarão a gente vendia pro turista. Na beira lá, né? Passavo lá (Pescador Artesanal nº 6).

Para o proprietário de Terra nº 1 o benefício de permanecer na propriedade consiste na preservação da área, que foi ensinado pelo seu pai e agora repassado para os seus filhos. Através de um argumento semelhante, o Proprietário de Terra nº 7 especifica a proteção da mata nativa, praticada pelas gerações anteriores, como um benefício para a conservação na área.

> É benefício, é eu to dizendo benefício, né? Porque porque é que eu que eu, que eu tenho, que eu tenho que eu tenho, tá aqui, no caso, né. Eu tenho que eu tenho que a coisa que vai deixando de de de pai para para filho, né, tem que ter cuidado, tem que ter... tem que preservar no caso, né? Pro pro, pros, meus filhos assim, no caso, né, foi o que já aconteceu com com o meu pai, que eu cuidei toda vida. Aí passava pra pra nós no caso agora eu tenho que. Ir, né. Isso aí é tudo que nós temo, no caso, né . A gente tem orgulho no caso de de de morar e viver aqui, no caso, né (Proprietário de Terra nº 1).

> As pessoas preservando, cuidando, não, não a mata nativa. A mata nativa não começou a se preservar depois de 86 que foi criado o parque, mata nativa foi preservada desde 200 anos atrás. Pelos proprietários que ali estavam, pelos a tataravô, bisavô, avô, os pais, pessoas que estão ali hoje, preservaram [...] Eu vejo que só..

> somente tem benefícios, assim as pessoas vão cuidar voluntariamente, estão preservando (Proprietário de Terra nº 7).

O Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais fala sobre o benefício da permanência do gado nas propriedades, tendo em vista que controlam o crescimento do pasto. O entrevistado explana sobre a importância do pasto rasteiro para a presença das aves na área. Ainda, assegura que a retirada de pescadores artesanais e proprietários de terra, que habitam a região há anos, pode causar a destruição do PNLP.

> Se tirar o gado, comparação, tira o gado da beira da lagoa, o que que vai acontecer, aquilo ali vai ficar um mato, vai criar um matagal, passarinho não vai pousar ali, aqueles passarinho que tão acostumado a comer na beira da lagoa, já não vão mais ali, para criar um capinhal, essas coisa, vai ficar um... Como é que se diz se eles dizem, se todo mundo, se eles dizem que se querem preservar ser um parque nacional e quer preservar. Tem que deixar como tá. Eles querem mudar toda, no caso, quer mudar o meio ambiente, se eles tirar o gado dali, se eles tirar o pescador dali, tirar o proprietário de terras dali aquilo vai ficar um sertão. Vai mudar tudo, mudar tudo. Quando o né, ali o que vem a 200 anos atrás, vem sendo o parque tá aí até hoje se mudar vai destruir o parque (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

O Proprietário de Terra nº 2 informa sobre uma pesquisa feita na região que revela a existência da espécie de pássaro chamado Maçarico Acanelado que é beneficiado pelo pastoreio do gado. Ele explica que a ave se beneficia do pasto raso, ou seja, em áreas que a pecuária é desenvolvida. O Proprietário de Terra nº5 também menciona a importância do pastejo do gado para a espécie.

> A gente já sabe que tem estudos, pesquisas, né, de pesquisadores que estiveram na área aí, em que algumas espécies migratórias são beneficiadas pelo pastoreio do bovino. Então, esse pastoreio não deixaria essa pastagem crescer muito e essas aves migratórias sobrevivem se alimentando em áreas de curto pastejo. Então isso aí é um benefício para o meio ambiente [...] Um parece que é maçarico acanelado, os outros não me recordo, são duas ou três espécies que .... não sei da pesquisa que tem (Proprietário de Terra nº 2).

> Primeiro lugar, tem um maçarico aí. Teve uma bióloga lá comigo, que me disse. Eu não sei o nome dele um maçariquinho que ele só come aonde a vegetação tá baixinha, e quem controla isso é o gado, a ovelha e o cavalo. Para ele permanecer ali, né? Se não nenhum... se deixar fora tirar o gado, tirar os os cavalos e os bichos do propriedade, ele não vai ir mais ali. Porque ele não vai chegar no chão, ele é do chão. Isso é uma coisa que que ela mesmo disse, tem estudos que que diz que o proprietário deve permanecer na área. Para isso, para a manutenção do parque manter conforme tá, né (Proprietário de Terra nº 5).

O benefício do pastoreio do gado para a preservação dessa espécie também foi reconhecido pelo Funcionário do ICMBio. O entrevistado relatou que existem pesquisas que comprovam a relação simbiótica entre o maçarico acanelado e o pastoreio do gado.

> É o que a gente já tem, inclusive já tem já deve ter alguns estudos, né? Alguns estudos, se eu não me engano deve ter algum estudo é que isso que comprove, né, que ali que o gado, ele faz parte desse ambiente ali, né, que faz parte do ambiente propício, né, pra pra colaboração dessa espécie aqui dentro do parque, então é, de certo modo, assim tem uma compatibilidade assim da da do gado em relação a essa, essa espécie (Funcionário do ICMBio).

Apesar da categoria escolhida para o PNLP, que não permite a presença da população, o Funcionário do ICMBio informa que deveria existir mais estudos que respaldem a relação das comunidades com o parque.

> O parque nacional todos todos sabem, então todos são sabedores que é uma unidade de proteção integral. É por justo isso, não não seria compatível, né, com a com a com a situação da unidade de conservação, por ser uma unidade de proteção integrada, né? Mas a a no meu certo modo, hoje é, já dá pra se entender, né, que que isso tem que ser pensado, tem que ser repensado, né? Tem que ser repensado, né hoje, hoje o gado está ali dentro da unidade de conservação, o gado. Já estava na época da criação do plano de manejo. Então, é benefícios, né, a gente ainda teria que ter que ter é algum estudo, mas acredito que que tem que teria alguma coisa relacionada já essa questão de benefício do gado ali, né? Em questão dos proprietários, né, isso é muito relacionado a a populações tradicionais, né? (Funcionário do ICMBio).

Diegues (2000, p.33) aborda que a etnoconservação pode abordar interações positivas entre as populações tradicionais e a natureza domesticada por ela. Sendo assim, a presença do pasto rasteiro é um resultado da domesticação do gado na área do PNLP, que pode beneficiar diretamente espécies de aves que se relacionam no local há muitos anos.

Para Sarkar (2000, p.49), a expulsão das populações humanas de parques nacionais trouxe prejuízos à biodiversidade na Planície de Serengeti na Tanzânia e no Quênia. O gado e a vida selvagem na área coexistem por mais de dois mil anos, onde o pastoreio e as técnicas de queimada praticadas pela população local foram os responsáveis pela construção da paisagem

valorizada por conservacionistas. No entanto, em 1951 a maior parte dessa área foi transformada em parque nacional, cuja ausência do pastoreio ocasionou a conversão em áreas florestais, que não pode ser utilizada pelos herbívoros da região.

O Proprietário de Terra nº 3 demonstra preocupação com a ocorrência de incêndios florestais, cujo entrevistado aborda que essa circunstância já atingiu outros parques nacionais brasileiros. Ele explana como sucederá o crescimento do pasto da propriedade caso transcorra a retirada do gado. Para o entrevistado, a pecuária é uma atividade importante para controle de incêndios, em virtude de a região enfrentar períodos de estiagem e presença de ventos. Esse mesmo cenário é destacado pelos Proprietários de Terra nº 5 e nº 7.

> Bom... benefício na presença de de proprietários na área do parque são muitos, inclusive a... a própria função de cuidar da área e zelar. Que no momento em que houver uma desapropriação, vão retirar todas as pessoas, todos os animais. É... ninguém mais vai ter interesse em cuidar. É... esse Capim vai crescer desordenadamente. Com isso, vai atingir uma altura de 1 m, 1 m e pouco com a seca que nós temo no Rio Grande do Sul, mais o que... é uma área do Rio Grande do Sul que é muito ventoso a nossa região. Aí qualquer ponta de cigarro, qualquer raio, qualquer, uma situação, pode pegar fogo em tudo, né. Aí seria mais um exemplo dos parques nacionais do Brasil que a gente viu no Jornal Nacional queimadas e mais queimadas. Não seria diferente aqui (Proprietário de Terra nº 3).
>
> Mas se se tirar tudo vai virar um barril de pólvora a hora que seca, que nem deu essa seca, aí... pega fogo, não apaga mais, né. A... e macega... Acho que é isso. [...] Com certeza, com certeza, se tirar o gados. E o pastoreio... Claro que vai dentro dum ano ali, o pasto ta mais de um metro de altura. Que é um terreno forte, né. Então cria rápido (Proprietário de Terra nº 5).
>
> Se chama o bombeiro, os bombeiros voluntários, que é o... que é o gado (Proprietário de Terra nº 7).

O Proprietário de Terra nº 7 elenca alguns benefícios da permanência dos proprietários para o parque no que tange o impedimento de ações na área, como: pesca, caça, desmatamento, além disso, destaca que esses indivíduos ajudam a identificar a ocorrência de focos de incêndio.

> [...] não deixam caçar. Não deixam pescar. Não deixa as pessoas não desmatam, pelo contrário, cuidam, foco de incêndio, as pessoas estão ali. O governo federal vai ter, na verdade, é todos esses proprietários como... Como serviço voluntário, cuidando de cuidando

> parque ali, que as pessoas cuidaram a vida inteira, então eu só vejo... Positivo em as pessoas estarem ali, social e econômica, entendeu e ambiental (Proprietário de Terra nº 7).

O Proprietário de Terra nº 3 considera importante a permanência dos proprietários nas propriedades no que circunda a contribuição na fiscalização. Ele exemplifica com uma situação já vivenciada, na época em que não existia o parque, quando pescadores de outros municípios pescavam na Lagoa do Peixe e deixavam lixo nas propriedades.

> O benefício seria a gente permanecer na área e continuar cuidando. Se ele existe até hoje, é porque nós estamos lá. Sem falar também que a gente também tem a situação é antigamente, vinha muito pescador de fora. O pessoal acampava. Eu tive exemplo lá na minha propriedade, que eles acampavam e iam embora deixavam bancos de automóvel na espalhado pelo campo. Deixavam muito enlatado que eles consumiam enlatado. Deixava o garrafão quebrado, manga de lampião, na época, era usado lampião na Lagoa do peixe. Hoje são luzes é carregada pela energia solar, né? Mas antes era iluminação a gás. Com liquinho. E aí ficava... eles ia embora e ficava toda aquela sujeira, ficava buracos abertos de cacimba que eles faziam, ficava restos de latas de vidro que às vezes causava ferimentos na nas pessoas e até mesmo nos animais. Sem falar na falta de higiene, né? Que era feita as defecações no caminho, dizer assim. E com a criação do parque, isso aí evitou, que aí isso aí o pessoal controla, né. Se tem alguém invadindo a área, entra na área é denunciado ao ICMBio, com a fiscalização que consegue controlar isso aí, em partes, né (Proprietário de Terra nº 3).

No que abrange o descarte de lixo no solo provenientes da pesca, o Proprietário de Terra nº 4 informou que está ainda é uma desafiadora realidade. O entrevistado expõe que é comum encontrar esse tipo de material na sua propriedade, próximo a Lagoa do Peixe. Ele comenta que solicita aos pescadores artesanais que recolham o lixo gerado, no entanto, o proprietário que precisa fazer tal serviço, uma vez que relata a morte de gado por conta de ingestão de lixo. Ainda, afirma que o órgão gestor possui consciência da atual situação.

> A gente limita aonde eles vão com as barracas deles lá, porque também não pode deixar porque se não, tomo conta de tudo: é aqui, é aqui, entendi? Então, tudo isso aí. É fechado na volta, né, eles pesco dentro da propriedade mesmo, né. Então tem isso tudo aí, né, que a gente tá toda semana lá conversando com eles. Outra coisa lixo, né? Muito lixo, ai... que que eu faço? É eu que junto, né. O porque o papel o gado comer? O gado pega e tranca no bucho e, só que as vezes morre, né? Vai emagrecendo... emagrecendo. O que que é que é que não é? Não foi papel plástico que ele comeu [...]

> Não, os nossos mesmo que tem gente para pescar lá dentro. Isso é uma coisa, assim que a gente fala pra eles todo dia um, olha, não largue papel, não largue papel, mas. E aí? Garrafas pedaços de pau, tudo isso né. A gente não veio que tinha que... entende. Manter a tua área como a tua, a tua casa aqui, ela seria a mesma coisa assim, né? Mas será que a minha pouca do Ibama já já tudo isso aí a tudo e ele é sabedor já há tempão, mas não toma providência ela... (Proprietário de Terra nº 4).

No que envolve às intervenções humanas no PNLP pelos proprietários de terras, foi questionado ao Funcionário do ICMBio como as atividades estão interferindo no meio ambiente ou se o ambiente já está adaptado à essa intervenção. O Funcionário do ICMBio informa sobre a escassez de pesquisas relacionadas aos proprietários de terras na área. Para ele, é importante que as pesquisas acadêmicas contribuam com informações nesse sentido, de modo que decisões sejam tomadas pautadas em pesquisa científica.

> [...]Mas na parte do fundiário, né, ainda ainda caminha a passos lentos, a gente não tem muita coisa assim, sobre o ICMbio, né? Daí eu não sei também da da parte acadêmica, eu acho que também não. É uma parte que a gente tem muito estudo da parte acadêmica justamente isso em em relação a [...] né, e outras outros aspectos assim. E também seria importante né que a parte acadêmica viesse trazer alguns estudos, né, sobre essa parte aí, né, da população tradicional em relação a a a parte a parte fundiária, né? Pra ver o que que se consegue, né? Então essa parte ainda do fundiário a gente não tem, né? Não tem muito muitos aspectos, assim, técnicos desenvolvidos sobre essa questão aí (Funcionário do ICMBio).

O Proprietário de Terra nº 6 e nº 8 não percebem nenhum benefício da permanência dos proprietários na área para o PNLP. No entanto, para o Proprietário de Terra nº 8 o PNLP não é prejudicado pelas atividades que ocorrem na área e fundamenta a afirmação com base no número baixo de multas aplicadas.

> Ó eu eu até não vejo como beneficiem em si não, não vejo benefício, mas eu não vejo é prejuízo assim. Prejuízo eu não vejo, tanto que eu falei assim que não ninguém desmata ninguém, lavra a terra ou faz alguma plantação, alguma coisa dentro da área do parque, sabe ninguém, ninguém. Isso aí, assim, se tiver um cara que nem eu falei, pode pegar e listar as multas que foi dada aí durante os últimos 10 anos, pelo IBAMA aí, eu não sei esse dado, mas assim eu tenho certeza que é é ínfimo assim. É pelo, pelo rigor da legislação, deve ser um número muito pequeno, muito pequeno (Proprietário de Terra nº 8).
>
> Não, eu acho que não (Proprietário de Terra nº 6).

O Proprietário de Terra nº 6 foi o único entrevistado que considera que a sua atividade desenvolvida na propriedade pode causar prejuízo para o PNLP. Ele explica que o trilho do gado pode causar impactos na formação geológica na área.

> Assim, tudo o que é impacto, né, que tu causa nessas áreas preservadas tem prejuízo, né? Por exemplo, eu trabalho só com criação de bovinos, só com um... né. Mas eu sei que as trilhas dos gados, né? E isso tem um impacto na na formação geológica lá da da das estruturas, do lado da da área (Proprietário de Terra nº 6).

Apesar dos demais entrevistados não terem identificado prejuízos ao PNLP decorrentes das suas atividades, a pesquisa de Damasceno, Mylonas e Cardoso-Leite (2019) identificou prejuízos decorrentes da presença humana nos parques nacionais brasileiros. Nesse estudo, foram realizadas entrevistas com gestores de parques nacionais, na qual 77,3% dos entrevistados consideram a presença humana nessas áreas prejudicial para a conservação da biodiversidade, enquanto 9,1% consideram benéfica, em virtude das comunidades auxiliarem no monitoramento da UC e 13,6% considera benéfica e prejudicial, dado que ao mesmo tempo que contribuem para monitoramentos na área, também desenvolvem atividades incompatíveis com os objetivos das UCs. Além disso, foram identificados os principais motivos que são prejudiciais para a conservação da biodiversidade: o uso direto dos recursos naturais, caça e/ou captura de animais silvestres, criação de animais, incêndio, habitação, agricultura extensiva com uso de agroquímicos e rocas, desmatamento e alterações culturais (DAMASCENO; MYLONAS; CARDOSO-LEITE, 2019).

No Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-Palhoça, no estado de Santa Catarina, também existe presença humana na área. O estudo de Machado et al. (2019) aborda que a ocupação inadequada dessa área, somada a falta de regularização fundiária evidencia a incapacidade do poder público de fornecer soluções para as áreas protegidas, contribuindo para o aumento do risco de danos ambientais para a área.

4.5. Possibilidades Viáveis para Soluções dos Conflitos Socioambientais no PNLP

A quinta categoria aborda algumas alternativas viáveis para a solução dos conflitos socioambientais no PNLP e envolve dez subcategorias: A construção do diálogo entre os atores sociais envolvidos, As Carteiras de Pescador Artesanal, O Termo de Compromisso Construído em Conjunto com Órgão Gestor e Pescadores Artesanais, Câmara Temática como Instrumento de Organização da Colônia dos Pescadores Artesanais Z-11, O Representante da Colônia de Pescadores Artesanais e o Representante dos Proprietário de Terra no Conselho Consultivo do PNLP, O Monitoramento Participativo do Camarão na Lagoa do Peixe como Instrumento de Gestão Integrada do PNLP, Ações de Educação Ambiental para Pescadores Artesanais e Proprietários de terras, A Criação de um mosaico como proposta de recategorização parcial do PNLP e A desapropriação da Lagoa do Peixe ao Oceano Atlântico. A quinta categoria e as respectivas subcategorias estão contidas na Figura 24.

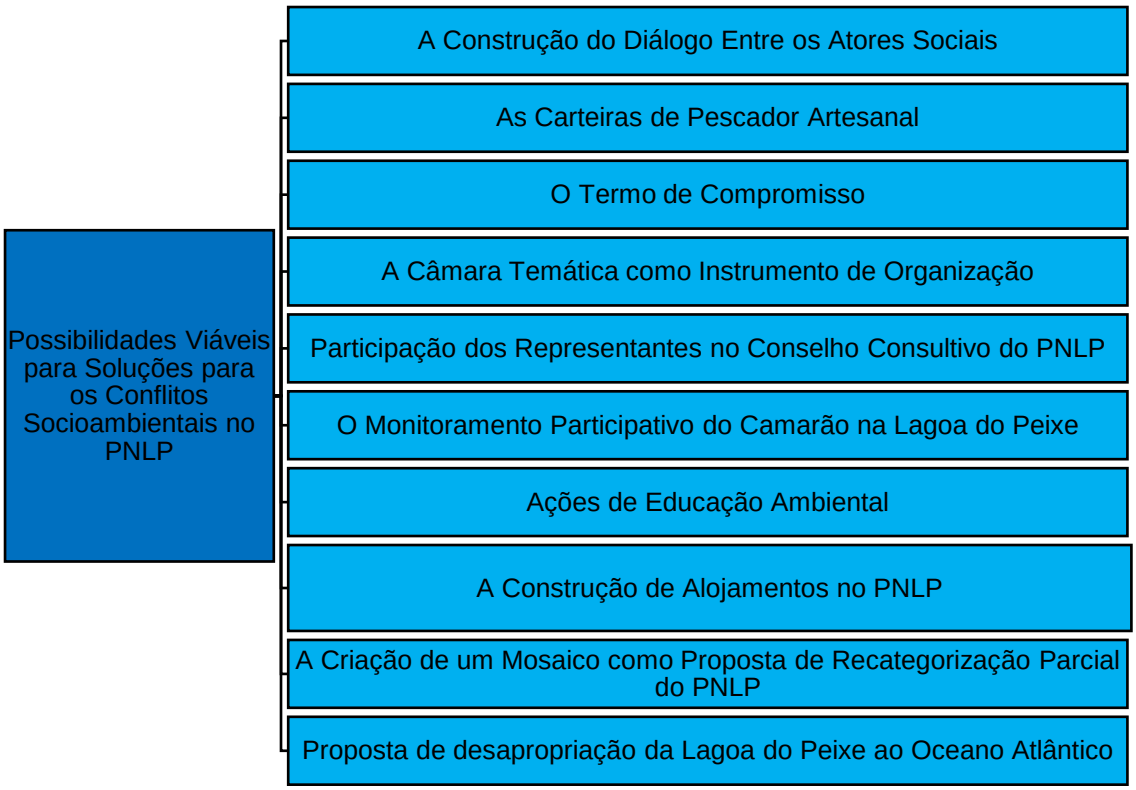

Figura 24 - Fluxograma da Categoria nº5 com Nove Subcategorias.

Fonte: A autora, 2023.

A unidade de contexto da quinta categoria se refere às soluções que já foram adotadas na área, bem como outras que podem ser exploradas como alternativas potenciais para atingir esse objetivo. A importância da identificação de alternativas viáveis para que ocorram análises e implementação de ações estratégicas podem ampliar resultados positivos para a gestão, resultando em impactos positivos para o PNLP. No entanto, a maioria das ações que visam reduzir conflitos socioambientais é desenvolvida somente com os pescadores artesanais, dado esse grupo foi reconhecido como população tradicional, portanto, ações dessa natureza ainda são escassas ou inexistentes com os proprietários de terras.

4.5.1. A construção do Diálogo entre os Atores Sociais

A construção do diálogo entre os atores sociais envolvidos funciona como a base para a as demais temáticas que visam a minimização dos conflitos socioambientais. O aumento do diálogo entre pescadores artesanais e proprietários de terras com os funcionários do ICMBio foi mencionado na maioria das entrevistas como uma medida que está sendo implementada e tem resultado em sucesso no que tange a redução dos conflitos socioambientais, redução de aplicação de multas e compreensão das atividades que podem ser desenvolvidas na área. O aumento do diálogo entre os atores sociais também favorece a construção da gestão integrada, dado que os pescadores artesanais e proprietários de terras relataram informar ao órgão gestor sobre possíveis ameaças dentro dos limites do PNLP.

O Pescador Artesanal nº1 relembra que o diálogo com a gestão do PNLP é uma conquista recente dos pescadores artesanais, dado que nas gestões anteriores foram adotados sistemas repressivos que não promoviam a educação ambiental e diálogo. O entrevistado afirma que atualmente os pescadores artesanais trabalham em cooperação com o ICMBio e cita os nomes dos chefes do parque, chamados nesse trabalho de Chefe do Parque1 e Chefe do Parque2, que são moradores da região com apreço.

> Mas hoje a gente pode dizer que pode contar as coisas mais diferentes, sabe? Até mesmo o parque, eu não sou contra o parque

> em si, mas a gente era contra as atitudes, porque preservar e a gente é que era para ter uma educação, chegar e conversar com os pescadores incentivar: oh, tu pode trabalhar mas tem que ter um manejo certo, né. Mas isso nunca foi ouvido [...] mas hoje graças a Deus hoje a gente tá trabalhando em parceria com o ICMBio, os pescadores aqui a maioria passemos pelo processo com o Chefe do Parque nº1, passemo com o Chefe do Parque nº2 agora. A gente tá trabalhando em parceria (Pescador Artesanal nº 1).

A construção do diálogo entre pescadores artesanais e órgão gestor também permitiu a construção do Termo de Compromisso entre a Colônia dos Pescadores Artesanais e ICMBio. Para o Pescador Artesanal nº 1 os pescadores artesanais têm maior liberdade para opinar e construir a atividade de pesca juntamente com o órgão gestor devido ao aumento do diálogo. Ainda, comenta que o aumento do diálogo na gestão do PNLP confere mais tranquilidade para o pescador.

> Bem mais diálogo, as pessoas hoje que estão no poder, também na chefia lá, eles vinham aqui fazer reuniões com nós aqui no ICMBio, tanto com o Chefe do Parque nº1, com Chefe do Parque nº2 e até hoje... Nós temos um termo de compromisso com eles, nós assinamos esse termo de compromisso. Então deram mais liberdade da gente dialogar, a Pesca hoje ela tá sendo aberta [...] mas sobre liberação de pesca agora tá bem melhor a liberação da pesca para nós. O trabalho tá sendo bem construtivos entre pescador e ICMBio [...] hoje eu tenho mais tranquilidade para estar aqui, né (Pescador Artesanal nº 1)

A presença de chefes locais no PNLP também foi mencionada pelo Pescador Artesanal nº 2 como uma medida que favoreceu o aumento do diálogo, bem como a construção de um ambiente mais participativo e inclusivo.

> [...] Aí hoje, agora de uns, sei lá, de uns 4 anos pra cá, que os diretores são locais né, então tá muito bom de trabalhar, né, o pessoal converso muito com a gente, tem bastante diálogo [...] Mas hoje, agora de uns anos para cá, uns 4, 5 anos aí deu uma trégua boa. A gente tá conseguindo a ter diálogo com o pessoal, com o outro diretor que saiu, esse outro que tá aí, param com a gente, conversam, perguntam como é que tá, tranquilo tá né, não sei até quando que vai ficar (Pescador artesanal nº 2).

Um benefício do aumento do diálogo entre pescadores artesanais e funcionários do ICMBio se refere ao êxito das ações de fiscalização, no que tange a pesca irregular. O Pescador Artesanal nº4 relata que informa ao

ICMBio sobre ações de pesca irregular quando ocorrem na Lagoa do Peixe. Esse cenário é o resultado da relação entre pescadores e funcionários do ICMBio, construída com base no diálogo. O entrevistado explica que os últimos chefes do PNLP, bem como outros funcionários do ICMBio pertencem à comunidade de Mostardas e Tavares, portanto, ele se sente respeitado quando a ação de fiscalização. No trecho abaixo, ele cita uma ação de fiscalização realizada pelo chefe local, que ocorreu no acampamento na margem da Lagoa do Peixe, sem a destruição dos barracos ou intimidações, que ocorreriam antigamente em outras gestões.

> Tem. Tem um diálogo. E aí hoje, né? A maior é, na verdade, é tudo daqui, né? pessoal que trabalha aqui. É bem dizer todos, todos ou é de Tavares ou é de Mostarda é toda todo o pessoal daqui, então a gente já conhece, então vamos supor se eles não tiverem em trabalho, me encontrar lá em Mostarda, eles vêm a passo gritando "Oh Pescador Artesanal nº4, e aí não vai pescar" né, então é gente daqui, então fica mais fácil de né.... [...] então ele era um cara bom de bom de lidar com ele, né, o cara entendia, ele perguntava, ele chegava nos acampamentos e perguntava, perguntava, "como é que tá, como é que tá aí, tem, tá, tem gente, tem clandestino aí?". "Na Na não tem ninguém". "A, não porque disseram que tem gente puxando coca e tal". "Não aqui não apareceu ninguém". Então ele chegava e perguntava (Pescador Artesanal nº 4).

No mesmo contexto, o Pescador Artesanal nº 6 demonstra na sua fala receio da volta das gestões anteriores do PNLP, baseadas na falta de diálogo e ações de repressão. O entrevistado salienta que a principal diferença das gestões anteriores com a atual gestão local centra-se na construção do diálogo.

> E esse, que hoje é o Chefe do Parque nº2, como era o Chefe do Parque nº1. Eles para nós, foi a melhor coisa, porque porque a gente se entende, entendeu, né? A gente conversa e tudo e eles eles têm diálogo com nós e antes não, antes eles entraram em conflito aí era uma tristeza [...] Outra coisa que melhorou foi isso aí, foi o o gestor ser daqui. Para nós foi bom, né? Agora, se mudar, e vim essa gente fora aí aí fica ruim para nós. Eu acho que não vem, não sei (Pescador Artesanal nº 6).

O Proprietário de Terra nº 1 explica que através do aumento do diálogo entre ele e funcionários do ICMBio ele percebe que o seu conhecimento de nativo da região começou a ser reconhecido e valorizado nas reuniões e nos contatos que possui com o órgão. No trecho, ele destaca que às vezes o

conhecimento técnico não é o suficiente para a resolução dos problemas e que o conhecimento dos nativos também é importante.

> [...] Não tem nada como o diálogo, né. Se não tiver diálogo, que que... é dar espaço para a pessoa, né porque eles têm que respeitar a gente no caso, né. Porque não temos... nós nascemos e se crio aqui não temos fazendo nada errado no caso, né. [...] ah qualquer coisinha é um técnico, um técnico, não é. Mas ele sabe menos que a gente, né que, não, não, aqui é pra quem melhor que que tu tem estudo tu deve saber, né, tem nada como como como na prática, as vezes a teoria não vai, né. A vezes a história tá só em cima do livro ali, mas não tem, não tem a prática, né. Então... não tem nada como o como o a própria pessoa que nasceu e se criou ali no caso, né que que... É agora não, agora eles ouvem a gente tudo, abertura de barra, essas coisa tudo assim, né... (Proprietário de Terra nº 1).

Corroborando com essa percepção, o estudo de Diegues p.41 e p.42 (2000) relata a importância da união do conhecimento científico com o saber local das comunidades tradicionais. Para o autor, a valorização das práticas de manejo das populações tradicionais deve compor um dos pilares para a construção de um novo conservacionismo para os países do sul, formando a união dos saberes locais e científicos.

O diálogo como base para a construção de soluções que visam reduzir os conflitos socioambientais é destacado pelo Proprietário de Terra nº 2. Para o entrevistado, é importante que ambos os lados cedam e encontrem um denominador comum, com vistas para a permanência dos proprietários de terras e pescadores artesanais que habitam a região por gerações.

> Sentar na mesa e conversar, né. E ceder um pouquinho, cada lado tem que ceder um pouco. Se não, acho que é difícil, porque, na realidade, os proprietários aqui, os pescadores e proprietários estão literalmente acuados, né. Eles não têm pra onde ir. O que vão fazer com nós, tirando daqui e colocando aonde? Mesmo que nos indenize, nos indenizando vamos comprar terra aonde? A gente sai de uma área que a gente conhece, que vive com os nossos antepassados, hereditariamente, de gerações em gerações, né, E vamos para uma outra terra que se desconhece? Valores de terras totalmente diferentes. Então é complicado, não vejo uma solução (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 3 considera que o aumento do diálogo se deve à presença da comunidade local no órgão gestor na atual gestão. O entrevistado, no trecho abaixo, faz menção às outras gestões, composta por

membros de indicação política e que promoviam um cenário de hierarquia sobre os habitantes da região.

> Acho que é o entendimento com o ICMBio, que o funcionário, a pessoa que trabalha no ICMBio, ela tem consciência, ela conhece ela sabe, fundo no fundo todos eles, sabe, desde que eles a...a, com exceção daqueles que ganham cargo, sobe pra cabeça e chegam mandando e desmandando, porque a lei protege o que na verdade é os políticos é que criaram isso. Falei, na verdade, eles é que deveriam de mudar (Proprietário de Terra nº 3).

O diálogo abrange as outras esferas que contribuem para a minimização e/ou resolução dos conflitos socioambientais, destacados pelo Pescador Artesanal nº 7, como a construção do Termo de Compromisso, a Câmara Temática e a decisão sobre abertura da barra. Para o entrevistado, as antigas gestões do PNLP eram consideradas inimigas da comunidade, no entanto, ele percebe que hoje o cenário é diferente. Ainda, ressalta que os sete representantes da Câmara Temática opinam na abertura da barra, com base na opinião dos grupos de pescadores artesanais que compõe cada lagamar, chamado de comunidade pelo entrevistado no trecho abaixo.

> E agora, não, agora é diferente. Eles te chamam, eles te pede opinião, eles agora ficam amigo, entendesse? No começo eles começaram inimigo, hoje eles são amigos, eles te converso. Eles te pede, é mudou muito, eles te pede opinião e outra criou esse, essa, essa Câmara temática aqui. Fizeram um termo de compromisso de 6 anos. Para nós, fazer um pouco de cada coisa aí, o que foi bom vai ficar, o que não for eles vão trocar, né [...] É, é tipo a abertura da barra. Aí eles vão lá “o que tu acha fulano, dá para.. tu acha que tá na hora de abrir a barra que tem água pra abrir a barra” e aquela comunidade “Ah pra mim eu acho que ainda é cedo, não dá, tem pouca água”. Aí ele a... ele ouve a comunidade dele vai lá e diz, “ó, a minha turma lá do meu... da minha localidade acha que não tem água o suficiente pra abrir a barra ainda, eles tão achando meio cedo, eles querem que espere mais” e o outro lá, “não, os de lá querem que abra”. Aí vamos pra votação, entendeu? E são 7 que já é pra não dar empate, entendeu? Aí é assim, aí cada é 7 localidades. Aí, se der quatro a favor e 3 contra e vai ser aberto porque foi a maioria, entendeu? E se der 4 a contra e 3 a favor não abre porque a maioria venceu e assim que funciona e aí fica todo mundo concordado, né? (Pescador Artesanal nº 7).

O aumento do diálogo ocorreu para além da esfera dos representantes locais do ICMBio, bem como transcorreu sobre membros representantes do

órgão de Brasília. O Proprietário de Terra nº 7 relata a vinda desse representante do ICMBio de Brasília para averiguar a possibilidade da manutenção de uma estrada para o transporte do pescado, com vistas à permissão da utilização de transporte motorizado, dado que a partir da data de criação do parque o percurso dessa área é autorizado somente a pé. Para o entrevistado, muitas vezes quem possui o poder de decisão sobre o PNLP não possui o conhecimento básico sobre a região. Ele justifica esse ponto de vista ao relatar uma história que ocorreu na região, cujo representante do ICMBio de Brasília autorizou realizar manutenção na estrada, que ainda destacou a falta de coerência de o pescador artesanal realizar esse percurso a pé, conforme mostra o trecho abaixo.

> Porque na verdade, quem decide a tua vida é quem não conhece a tua vida [...] E essa estrada, a partir de 86, essa estrada, quando o ICMBio, foi decretado parque essa estrada, nunca mais deixaram dar manutenção nela. O que que o Pescador fazia? Tinha que pescar na Lagoa do Peixe e quando ele viria para cá, ele tinha que vir com o pescado dele nas costas, uns 2 km e meio, 3, 3 km. Porque não tinha como acessar nada. Então, olha o olha a... O espírito do governo e faze ainda judiar das pessoas, fazendo as pessoas fazer isso e aí nós trouxemos um presidente aqui do ICMBIO, na época. E ele visualizou: “mas isso não tem cabimento pode mandar arrumar”. Nos arrumamos aquilo lá. Então, hoje funciona tudo certo lá. Então teve esses esses... É essa parte que nós avançamos muito aí, entendeu? (Proprietário de Terra nº 7).

O aumento do diálogo também refletiu sobre a forma que os pescadores artesanais se relacionam com os recursos biológicos animais, dado que o Pescador Artesanal nº 9 expõe que através do diálogo foi orientado a retirar os peixes que a rede aviãozinho captura juntamente com o camarão antes que morram. Sendo assim, o entrevistado relatou que o diálogo colaborou para a conscientização do pescador sobre a sua prática, de modo que reduza os impactos da sua atividade. Portanto, ele considera importante o acesso ao conhecimento técnico para o desenvolvimento da sua atividade, apesar de ter 40 anos de prática.

> [...] o pescador tá mais conscientizado, vem um peixinho no meio do camarão, a primeira coisa é salvar ele, né? Porque sempre vem a escolha, né, depois a gente vai fazer as outras escolhas. Mas primeiro, a gente tenta salvar aquele peixinho, porque tem um futuro, né. [...] Ficam vivo, é. E de primeiro não, a gente... no caso, o Pescador despescava e a ia 4 horas da manhã, por exemplo, pra até

> às 8, então são 4 horas, aquele dentro do caíco ia morrer, né? Agora não. Agora a gente primeira coisa salva eles, tira da rede, já devolve pra água [...] porque daí eles começaram a falar, né? A dá em cima, ô. [...] Orientação, aí a gente começou a prever, começou a a pensar que tem muitas coisa que o estudo ajuda, né, que nós temos uma prática, a experiência de de de 40 anos ali dentro, mas o estudo, porque nem tudo vai só na prática. Tem coisas que eu estudo hoje em dia, se não tiver o estudo, tem coisas que não não anda mais, né? Eu acho que então nesse lado aí ajuda muito. Ajuda muito (Pescador Artesanal nº 9).

O Funcionário do ICMBio aborda como o estabelecimento do diálogo com os atores sociais é importante para a conservação da natureza. Apesar da área ser de proteção integral e não existir a regularização fundiária a comunicação é uma medida que visa a redução dos conflitos.

> [...] mas justamente isso também, né a conservação, no meu entendimento, conservação se faz com as pessoas, né? Se faz com as pessoas que estão envolvidas, né? Hoje, fazer conservação sem as pessoas, acho que até é muito difícil, no meu no meu entender assim então, né? Então é, é realmente é um problema muito complexo, né? Tanto pra pra pro ICMBio, né, que tenta resolver essa demanda aí, mas também eu acho que com o tempo vai se encaminhando e as coisas vão vão se alinhando, né? Alinhando e todos tem como a a parte ambiental no Parque é vai ser protegida, ela está protegida, né? E que que as pessoas que estão inseridas ali, é, consigam a também a tá envolvidas na na gestão da da unidade de conservação, com cada um com os seus, né, com suas demandas, tanto com os pescadores que ali estão e também, talvez, os proprietários de terra (Funcionário do ICMBio).

As ações que promovem o aumento do diálogo entre a população local com o órgão gestor impactam positivamente sobre a conservação do PNLP. A comunicação sobre as ações que são praticadas e que podem ser lesivas ao meio ambiente tem caráter imprescindível para a promoção da preservação da área. No entanto, existem poucas ações que promovam o estabelecimento do diálogo entre os proprietários de terras e ICMBio.

4.5.2. As Carteiras de Pescador Artesanal

Os pescadores artesanais possuem duas carteiras de pesca, uma que permite a pesca em todo o território nacional, emitida pelo Ministério da Pesca

e a carteira de pesca provisória do PNLP que autoriza a pesca dentro dos limites da UC. A criação das carteiras provisórias de pesca foi uma solução para os conflitos existentes antigamente, onde todos os pescadores podiam exercer a atividade. Dessa forma, atualmente a atividade de pesca artesanal é controlada pelo ICMBio e garante fonte de renda para as famílias tradicionais da região, bem como promove a conservação da área da Lagoa do Peixe a partir das regras estabelecidas no Termo de Compromisso.

4.5.3. O Termo de Compromisso

O Termo de Compromisso foi construído em conjunto com o ICMBio e com os pescadores artesanais. Nesse documento estão contidas as regras para a atividade de pesca em ambiente marítimo e lagunar no PNLP. Dessa forma, esse documento é um marco para a gestão do PNLP devido à transparência, participação pública na elaboração do documento e promoção da gestão integrada. Consequentemente, as entrevistas revelaram que esse documento contribuiu para o sucesso na gestão do PNLP, dado que após sua elaboração houve a redução da aplicação de multas para os pescadores artesanais, bem como a satisfação dos pescadores com as regras contidas no documento no âmbito da proteção ambiental.

Os Pescadores Artesanais nº 5 e nº 8 relataram que a elaboração do documento foi feita em conjunto com os pescadores artesanais, funcionários do meio ambiente de Brasília e o ICMBio. O documento também foi assinado pelos pescadores artesanais que participaram.

> [...] criação do termo de compromisso com todos que a gente assinou ali, com o pescador a gente ficou umas 3, 4 dias fazendo esse termo de compromisso em conjunto com ICMbio e os órgãos do do do de meio ambiente, que vieram de Brasília fazer conosco de Tavares, esse de Tavares e Mostardas esse termo de compromisso (Pescador Artesanal nº 5).

> [...]O Pescador por enquanto pelo termo de compromisso que nós fizemos com o pessoal de fora que veio ai, 6 anos de 2 anos já passou né, agora 4 anos tá garantido. O Termo de Compromisso, né, que o pescador assinou né, foi feito as reunião, reunião (Pescador Artesanal nº 8).

No entanto, apesar de ser um marco para a história da gestão do PNLP como uma medida que contribuiu para a gestão integrada entre população tradicional e órgão gestor, alguns pescadores artesanais entrevistados mencionaram se sentir inseguros devido ao prazo de validade do documento. O Pescador Artesanal nº 7 e nº 5 relataram que não existem mais conflitos na área do PNLP devido à criação do termo de compromisso, no entanto, existe receio com o final do prazo do documento e a volta dos conflitos.

> É no momento não tá em conflito. Vamos ver, vamos esperar para ver o... nesses 6 anos, no momento que passar esses 6 anos, dependendo a atitude lá do ICMBio, né? Porque no momento que eles querer tira, acho que é a maior briga, vai ser quando eles querer tirar os pescadô (Pescador Artesanal nº 4).

> Hoje já foi resolvido, né? Eu falei hoje com essa criação do termo de compromisso, foram os conflitos pescadores e ICMBio foram todos resolvidos. Hoje a gente trabalha em comum acordo (Pescador Artesanal nº 5).

O Pescador Artesanal nº 8 acredita que os conflitos na área reduziram devido à criação desse documento. No entanto, ele relata que na época em que o documento foi criado alguns pescadores artesanais acreditavam que poderiam se prejudicar ao assinarem o documento, com apreensão das consequências. Para o entrevistado o documento ajuda na proteção do ecossistema do PNLP.

> Na época aqui o pescador tinha pescador que dizio “Bah, isso aí é um tiro no pé, não sei o que, isso é pra...” Eu sempre achava que não. Isso é um controle, tem que haver um controle, tu não acha? Aí tem que ter regras e controles que é pra que para funcionar, se não, deixar a minha vontade nada funciona, né. pescador que tem pescador que só quer destruir né, nem todos pensam a mesma coisa. Quer pegar o peixinho miúdo, né, não quer pescar com malha graúda pra pescar só peixe grande (Pescador Artesanal nº 8).

Para o Pescador Artesanal nº 8 o termo de compromisso será renovado e construído conjuntamente com os pescadores artesanais novamente.

> [...] E a partir desse 6, é quando fecha, não sei, falta mais 4 anos. Aí eles vão fazer uma análise, vão analisar o que deu de bom, tá, tá certo, vamos renovar mais 6 anos (Pescador Artesanal nº 8).

Para o Funcionário do ICMBio o Termo de Compromisso foi um importante instrumento adotado na gestão do PNLP. Ainda, ele justifica que no momento os conflitos na área foram reduzidos devido a elaboração do documento.

> A gente hoje a gente tinha muito conflito aqui na na unidade conservação há um tempo atrás com os pescadores, né? Então é um benefício, foi o termo de compromisso construído com eles, né? É isso foi um benefício em conjunto, pescadores e ICMBio, né? Isso que essa que essa causa de de conflito aí dessa área, né, até o momento está estabilizado, então isso, de certo modo, é é, é um benefício, né? (Funcionário do ICMBio).

As tentativas de tentar amenizar os conflitos socioambientais decorrentes da presença humana dentro dos parques nacionais, como a manutenção temporária das populações tradicionais, podem ser adotadas pelo órgão ambiental que realiza a gestão. Metade dos gestores de parques nacionais entrevistados informaram que existem acordos informais ou estão em fase de elaboração de acordos formais, enquanto a outra metade dos entrevistados relataram que não possuem e que não há interesse na elaboração de tais acordos, dado que é uma ferramenta de normatização, enquanto o ideal é o realocamento imediato das comunidades (DAMASCENO; MYLANOS; CARDOSO-LEITE, 2019).

4.5.4. A Câmara Temática como Instrumento de Organização

A Câmara Temática consiste em um instrumento de organização da Colônia dos Pescadores Artesanais, que divide os pescadores artesanais em sete grupos, um para cada lagamar, com os representantes e suplentes. Os representantes são líderes que representam os demais pescadores pertencentes ao mesmo lagamar. Sendo assim, os representantes do lagamar possuem como missão ouvir os pescadores artesanais que pertencem ao seu grupo e levar suas demandas para o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais, que participa no Conselho Consultivo.

O Pescador Artesanal nº 7 explica como funciona a Câmara Temática.

> A câmara temática é um... Como é que eu vou te dizer... eles junto um representante de cada lugar assim é 7, né? De cada Lagamar e [...] um representa aquela localidade ali, entendesse? Das Capororoca, do Farol, Tavares, Barra, Capão Comprido. Aí eles reúnem, aí eles representam um de cada lugar deles representa aquela turma daquela localidade. E ali é decidido o pra... abrição da barra, a abertura da pesca, né, pra esses tipo de coisa assim né (Pescador Artesanal nº 7).

O Pescador Artesanal nº 8 comenta que a existência da Câmara Temática é recente, há apenas 2 anos. No primeiro ano de criação da Câmara Temática a data de liberação da pesca era decidida por votação, no entanto, atualmente a liberação da pesca do camarão é feita através do monitoramento do tamanho do camarão e não mais pelo período do ano. O entrevistado comenta que a liberação da pesca do camarão ser realizada pelo monitoramento do tamanho foi uma atitude adequada, devido ao fato que em anos anteriores a pesca demorou para ser liberada pela Câmara Temática e a lagoa secou, ocasionando perda econômica.

> Uns 2 anos [...] Só que agora melhorou ainda porque a Câmara Temática, agora não faz parte do do da liberação da pesca. O ano retrasado fazia parte e onde deu essa baita zebra aqui tive, fui a votação para liberar e a lagoa secou e não liberaram na data certa [...] o que vai mandar é o monitoramento, que nem eu falei antes ali, deu os 8 não interessa a data [...] Aí não precisa tá reunindo aquele temática [...] (Pescador Artesanal nº 8).

As reuniões da Câmara Temática ocorrem com os sete representantes de cada lagamar, com o Presidente da colônia dos pescadores artesanais e com o ICMBio para decidir questões referentes à pesca. Sendo assim, o órgão gestor não precisa se reunir com todos os pescadores, dado que suas opiniões estão presentes através dos representantes dos lagamares, evitando tumulto e problemas de comunicação.

> Tudo lá dentro da sede do ICMBio [...] É, mas faz tempo que nem tem tido essas reunião [...] Agora tem a Câmara temática, que é pra discutir muita coisa também, sobre o parque, sobre a pesca [...] é um pescador de cada também, não é todos né [...] Que se reunir todos os pescadores não dá certo. Já faz tempo. Já uns 2 anos pra cá que a gente não faz mais reunião com todos Pescador que vira bagunça (Pescador Artesanal nº 8).

O Pescador Artesanal nº 4 explica que antes da criação da Câmara Temática as reuniões eram realizadas na Câmara de Vereadores, com a organização do IBAMA, órgão gestor da época, e com a presença de todos os pescadores artesanais. O entrevistado comenta que a única reunião que gerava resultados era quando o assunto envolvia a abertura da pesca, uma vez que a data era determinada pelo chefe do parque. Nos demais assuntos que envolviam conflitos socioambientais existia a dificuldade de encontrar um consenso entre os participantes.

> [...] já antigamente era assim. E o Ibama chama lá no, na até na Câmara de Vereador lá, chegava lá, era assim, não era duzentos na época, mas cento e tanto, né. Entraram aí na Câmara de Vereador ali, e o aí um falava lá e o outro falava e era muié falando e era, nunca chegou a... [...] é, nunca chegou a lugar nenhum nunca. Reunião nunca tu já ia sabendo que tu ia lá e voltava e nada. Fazio uma brigaçada, brigaçada. A única reunião que chegava a lugar algum lugar era na a quando era para abrir a pesca. Que aí o chefe já vinha, já vinha com a data (Pescador Artesanal nº 4).

O Pescador Artesanal nº 4 comenta sobre a falta de transparência no âmbito da divulgação do tamanho do camarão pelo órgão gestor para a liberação da pesca. Ele explica que não compreendia como era realizada o monitoramento do camarão e a data de liberação da pesca era informada nas reuniões da Câmara de Vereadores.

> Eles chegavam lá e eles cantavam uma, vamo supor uma data. Oh, a pesca vai fazia reunião normal, né? Ai que Pescador chega lá, vai fala né, que o camarão tá miudo, não sei o que e aí, e aí, vão abrir pesca, vai, vai acabar com com o camarão e a com a safra, porque tem água na Lagoa, né? E ele só ouviam, né, cara? Só ouvia, deixava... Aí ele, e aí, só que elas, as dita pesquisa eram feita, eram feita no vamo supor não tinha grupo, então era feita, vamos supor eles, fazia e ficava com eles. Vamos supor, não ia público, ficava com o ICMBio lá a pesquisa do camarão, a medição não não vinha, não vinha com o Pescador, ficava com eles, então só quem sabia do tamanho do camarão era eles (Pescador Artesanal nº 4).

As decisões tomadas na Câmara Temática são encaminhadas ao Conselho Consultivo através do Representante da Colônia de Pescadores Artesanais.

4.5.5. Participação dos Representante no Conselho Consultivo do PNLP

O conselho consultivo do PNLP é um espaço onde os líderes de alguns setores da sociedade participam de maneira democrática e assegurada por lei. Nesse contexto, entre esses líderes, estão inseridos o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais e o Representante dos Proprietários de Terras. Conforme estabelecido no SNUC, os conselhos consultivos dos parques nacionais devem ter representantes dos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil (BRASIL, 2000).

Para Bernini (2019) as restrições e a fiscalização da utilização dos recursos naturais nas UCs criminalizaram as práticas tradicionais, devido ao fato do aumento de ocorrências policiais. No entanto, a autora aborda que esse cenário também promoveu para o desenvolvimento da organização local e regional das comunidades tradicionais, através da criação de associações de moradores e de sindicatos, com vistas à garantia do direito à posse de terra.

No PNLP a Colônia de Pescadores Artesanais já existia antes mesmo da criação da UC, em virtude da presença de pescadores de outras regiões, que competiam com a população local pelos recursos naturais disponíveis na Lagoa do Peixe e arredores. Após a criação do PNLP, a Colônia dos Pescadores Artesanais teve outras demandas, como o estabelecimento de diálogo com o órgão ambiental gestor do PNLP e tentativas de dar continuidade à pesca artesanal praticada pela população tradicional.

O Representante da Colônia de Pescadores Artesanais explica que foi escolhido pelos pescadores artesanais, mediante votação, para se tornar o representante do grupo. O entrevistado relata que o seu pai foi um dos pescadores que ajudou a fundar a Colônia dos Pescadores Artesanais e isso o motivou a se candidatar para representante.

> [...] meu pai que ajudou a fundar isso [...] aí concorri e as pessoas votaram em mim, a maioria votou [...] é, teve que fazer uma eleição certinho [...] é uma coisa normal, se a maioria, né, achar que eu devo tá ali, tudo bem. Se achar que eu não devo, tô fora, pois é uma coisa honesta (Representante da Colônia de Pescadores Artesanais).

Os Pescadores Artesanais nº 1 e nº 2 consideram importante a existência de um pescador artesanal representante. Para eles, é importante que o representante seja conhecedor das demandas da comunidade para que consiga representá-los.

> Nós sempre temos que ter uma pessoa para sempre, tem que ter o diálogo, né, e reivindicar aquilo que a gente... Ele é da área também, é pescador e conhece a nossa, bem a nossa área, foi criado, isso... Então a gente tem que ter também o nosso representante para nos representar (Pescador Artesanal nº 1).

> Na verdade, tem que ter, né? Vamos supor já, para começar, na Colônia na colônia, tem que tem que ter o presidente é obrigado a ter né, seja lá quem for se é o [...], seja lá quem for, né? Tem que ter um presidente. E aí ela foi importante porque eu eu representante, na verdade, dos pescador, né. Que é se se vamo supor, se acontece uma coisa com os pescadores, ele vai correr aonde? (Pescador Artesanal nº 4).

O Pescador Artesanal nº 7 expõe a importância do representante para além do que envolve o Conselho Consultivo da UC. O entrevistado relata que sempre pagou a mensalidade da Colônia e obteve auxílio do Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais para encaminhar os documentos da aposentadoria.

> [...] Se eu precisar de um um documento lá, uma coisa, como é no caso, eu me aposentei, eles fizeram uns a colônia que encaminhou meus papel tudo [...] E o presidente na época era outro, né? Mas é, foi comigo até o INSS lá. Me levou vou os papel tudo que era necessário fez tudo por mim lá eu falei muito pouquinho. E a colônia eu acho que é pra isso, né? [...] Eu acho que o presidente da colônia tem que ser uma pessoa assim, né. Tem que lutar pelo pescador, né? Ele ta ali pra isso. A gente vota neles, vota ali que é pra eles fazer pela gente (Pescador Artesanal nº 7).

Apesar da importância do porta-voz dos pescadores artesanais, o próprio Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais expõe que considera que a sua opinião não tem muito impacto nas decisões tomadas pelo ICMBio.

> A gente ta inserido, só que.. como é que eu vou explicar, a nossa opinião não vale muito nesse conselho consultivo deles. Não tem muita opinião, tem, vai a EMATER, vai, vai, a prefeitura, vai essas coisas, entendeu? Mas como é que eu vou te explicar, sempre a última palavra é dele, então não... A última palavra é sempre deles, não é muito justo. Tem a opinião de cada um, entendeu, de quando

> eles a EMATER, das prefeitura, dos pescadores, dos representantes, só que não sei se...[...] Isso é onde a gente não concorda que teria a gente, às vezes pede uma coisa naquele agora e não e não e aquilo não é, nunca ela vem à tona, ela vem, entendeu, ela vai ser construída, né. Isso não é bom. Aí o Ibama ele faz uma coisa, a dele vale, a do do cara do conhecedor que está ali, que nasceu na região, que vive, não parece (Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais).

O Pescador Artesanal considera importante o espaço no Conselho Consultivo para o debate dos regimentos que envolvem a pesca. Ele considera que esse é um espaço onde é inserida a opinião da maioria dos pescadores artesanais.

> [...] A gente é uma coisa que que a gente faz a união ali e leva as forças que temos e vai para o debate, né. Colocar o que tem que ser colocado e o que se que que seguem praxe é a gente sempre defendeu o lado que que a gente tá é profissão da pesca, né, porque a gente quer trabalhar quer pescar. E aí o parque, às vezes tem que eles fazer, por exemplo, mudar um Regimento lá a gente tem que participar junto e debater e ir junto para para passar as informações que a maioria dos Pescadores defende, né (Pescador Artesanal nº 1).

O SNUC considera as populações, que estão inseridas nas UCs ou no entorno dessas áreas, devem contribuir para a sua gestão através da participação no conselho e na elaboração do Plano de Manejo (BRASIL, 2000). Para Bernini (2019) esses direitos garantidos por lei são considerados um avanço na legislação brasileira, uma vez que confere o caráter participativo e inclusivo das populações locais.

No que tange o cenário dos proprietários de terras, a associação desse grupo foi concebida após a criação da UC, com o principal objetivo de assegurar o uso das terras pelo grupo, que temia a desapropriação. Nesse grupo estão inseridos todos os proprietários de terras que fazem parte da área do PNLP. No entanto, durante as entrevistas não foi identificado uma forma de organização do grupo de maneira tão organizada quanto os pescadores artesanais, que possuem representantes dos seus lagamares para a identificação das demandas do grupo.

Os proprietários de terras reconhecem a importância do representante para a garantia dos direitos do grupo. No entanto, durante as entrevistas foi

possível identificar que alguns proprietários não têm certeza sobre quem é o representante deles. Isso se deve ao fato da falta de organização de todos os proprietários de terras, dificultada pelo número de propriedades e número de familiares habitantes nas áreas. Não foi identificado nenhum modelo de organização desse grupo de forma mais minuciosa, como por exemplo, a Câmara Temática dos Pescadores Artesanais. Tal fato pode ser justificado pelo maior contato do ICMBio com os pescadores artesanais do que quando comparado aos proprietários de terras.

O Proprietário de Terra nº 1 e nº 2 reconhecem a importância do Representante dos Proprietários de Terras como veículo de comunicação das necessidades dos proprietários com o ICMBio.

> A não isso é importante, né. A é tem tem que ter, né. As pessoas que que entenda, que saiba no caso, né. Tenha, tenha a... nem sei quem é agora eu acho que é o [...], eu acho, né?" (Proprietário de Terra nº 1).

> "Muito, muito boa, muito importante. O representante dos proprietários e também dos pescadores, né. Na realidade a gente tá dentro de um onde alguns são proprietários e pescadores, isso é cultural da região, né, proprietários e pescadores. Na realidade se inter-relacionam muito os proprietários com os pescadores. Uma relação muito profunda (Proprietário de Terra nº 2).

O Proprietário de Terra nº 8 considera importante a atividade desenvolvida pelo representante dos proprietários. No entanto, expõe que a organização dos proprietários de terras é antiquada. A associação dos proprietários de terras é composta em sua maioria por pessoas que não tiveram acesso à educação, tal fato justifica a dificuldade da existência de um debate equalitário entre o representante dos proprietários e os representantes superiores dos órgãos ambientais.

> [...] eu vejo o Representante assim com bastante sensibilidade para entender o que que o que que é a demanda da população [...] Os proprietários e eles são organizados de forma assim, muito arcaica, muito rudimentar, sabe? Primeiro, porque são são pessoas ou mesmo assim sabe que não, nem entende direito que tão que tá acontecendo assim. Não, não tem estrutura, conhecimento para debate. E aí tu tu senta numa mesa, um cara que que presidiu ali o parque que vem do Ibama, vem de de Brasília, extremamente preparado com a legislação de cor, sabe, ficam, fica uma guerra desigual, uma guerra desigual, sabe, fica uma guerra desigual (Proprietário de Terra nº 8).

Ainda, o Proprietário de Terra nº 8 explica que falta uma estrutura mais robusta para compor a associação de proprietários, em virtude da carência de conhecimento técnico para apoiar as decisões do grupo. Para o entrevistado, essa lacuna ocasiona no surgimento de políticos oportunistas que possuem interesse de votos na região.

> Então eu acho que os proprietários falta assim, um corpo técnico mais mais preparado assim, eu não sei quem eles têm, se... Porque no final da história, daí o que acontece, acaba dando brecha para muito oportunista, assim, aí tu vai lá, pega um escritório de advocacia do caixa prego lá que é amigo de um político, que que tem interesse político de votos na região e aí acaba se tornando conversa fiada e não não se chega a lugar nenhum, sabe. Não chega a lugar nenhum. Eu acho que falta falta isso assim, por isso que eu acho que deveria essa parte, não vim tanto só dos produtor, mas vim do órgão público também. Para para ter uma igualdade no debate, porque se não... igualdade querer assim, não, não de confronto, mas de querer convergir para um para um mesmo ponto, porque se não ficamos batendo de frente pro outro e e aí tu vai pegar, porque isso aí isso aí é visto assim, é nítido, né (Proprietário de Terra nº 8).

Apesar do Proprietário de Terra nº 2 considerar importante o ofício do representante dos proprietários, o entrevistado enfatiza que a opinião dos proprietários de terras não é levada em conta pelo conselho consultivo da UC.

> A voz dos proprietários é representada, é realmente o que o proprietário quer. Não é levado muito em consideração pela UC, né, por quem comanda. Mas ela é levada, o interesse do proprietário sim (Proprietário de Terra nº 2).

No entanto, um cenário de descontentamento com a organização dos proprietários é destacado pelo Proprietário de Terra nº 4. Ele alega não ter sido informado ou convidado para as reuniões e ainda relata que decisões que envolvem a abertura da barra são tomadas somente pelos pescadores artesanais e ICMBio, sem levar em consideração os proprietários de terras. De maneira semelhante, o Proprietário de Terra nº 5 manifesta insatisfação no que tange às opiniões divergentes entre os proprietários e o representante.

> [...] é porque tá aí o poblema que eu to reclamando da da barra, né. É ouvido só o lado do pescador e não é ouvido o lado do produtor. [...] Se eu que sou proprietário não, não, não fui convocado para nada (Proprietário de Terra nº 4).

> É ajuda, mas nem sempre a ideia dele combina com a dos outros (Proprietário de Terra nº 5).

Os proprietários de terras são representados no conselho consultivo através do Representante da Associação dos Proprietários, que possui uma vaga no conselho consultivo do PNLP. No entanto, os Proprietários de Terras nº 2 e nº 7 relatam que existem poucos resultados dessas reuniões.

> As lideranças do município têm uma cadeira, uma vaga no conselho consultivo, apesar dele ser um conselho praticamente sem poder nenhum, é um conselho consultivo não é deliberativo, não tem poder de decisão. Mas se troca ideia, se conversa, então pelo menos tem um pouco de diálogo (Proprietário de Terra nº 2).

> [...] são discussões, ã... pequenas que não avançam, são discussões sobre... É... Não o que que muda, o que que deixe de de mudar, o que vai mudar na vida deles, essa discussão não tem. São praticamente assim coisas de se pode passar, se não pode passar, se pode isso, se não pode isso. São coisas singelas, assim. Não altera nada na vida do proprietário (Proprietário de Terra nº 7).

Os Proprietários de Terra nº 3 e nº 5 relataram que não possuem conhecimento de como a participação dos proprietários de terra acontece no conselho consultivo.

> Eu não tenho muito conhecimento do respeito disso. Mas é, eu sei tem tido reuniões, haviam reuniões. Na época, mas muitas vezes eu também não fui. Por outros motivos (Proprietário de Terra nº 3).

> Desse eu não sei (Proprietário de Terra nº 5).

O Proprietário de Terra nº 8 demonstra confusão entre o conselho consultivo e as reuniões do representante dos proprietários com os proprietários. Ele comenta que não sabe como os proprietários participam do conselho consultivo.

> Eu realmente não sei, tanto que eu nem.... faz muito tempo, isso deve fazer uns 13 anos atrás aí que eu participei, até mais, mais... e que esse segue segue sendo até o [...] ainda o representante, né? Eu nem sei quem é que faz parte desse conselho não, isso eu não sei (Proprietário de Terra nº 8).

O grupo de proprietários de terras, apesar de ter um representante, necessita de uma maior organização para realizar a comunicação com o ICMBio de maneira mais efetiva. Essa organização pode ocorrer com a criação

de representantes de cada localidade dos municípios de Tavares e de Mostardas inseridas nos limites do PNLP. A possibilidade de criação de uma estrutura semelhante aos representantes dos lagamares, onde os proprietários de terras de cada localidade poderiam eleger os seus representantes. Sendo assim, os representantes das localidades, juntamente com o representante da associação dos proprietários de terras podem estabelecer uma comunicação mais efetiva com o ICMBio.

O exemplo da recategorização do Parque Nacional Pontões Capixabas para a categoria de Monumento Natural foi resultado da criação de uma instituição que representou a comunidade junto ao Governo Federal, conquistando uma vaga na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), a Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca, renomeada por Associação Pomerana de Pancas em 2009 (SPAMER; SILVA, 2019).

O conselho consultivo do PNLP é um espaço democrático que realiza reuniões com grupos da sociedade, como poder público, sindicatos, representantes das populações locais, grupos de estudo, dentre outros. O funcionário do ICMBio informou que ocorrem de duas a três reuniões por ano no conselho consultivo.

> A o conselho do parque, né, ele, é bem ativo, né? É bem ativo, a gente tem no mínimo 2 reuniões 2 ou 3 reuniões por ano, né e todos os setores e entidades, né, estão envolvidos, então relativamente, a comunidade é em relação ao conselho, que é discutido no conselho, estão bem envolvidos e conhecedores da da das demandas, né, que são que são debatidos (Funcionário do ICMBio).

No contexto do PNLP, o estudo de Bernadetti (2018) identificou que o conselho consultivo é uma arena, onde a estrutura das relações de poder se reproduz, indicando o limite dos mecanismos de participação social. A autora relata críticas dos atores sociais locais no que tange o caráter consultivo do conselho, para os quais ele acaba referendando ao invés de se constituir em um espaço de discussão e tomada de decisão.

4.5.6. O Monitoramento Participativo do Camarão na Lagoa do Peixe.

O Monitoramento participativo do camarão é um instrumento que promove a gestão integrada da UC, utilizado para definir a data de liberação da pesca artesanal na Lagoa do Peixe. É realizado pelos pescadores-monitores, escolhidos pelo ICMBio, que podem estar acompanhados de funcionários do órgão ou podem realizar o monitoramento sozinhos. Nesse contexto, são inseridas três redes do tipo aviãozinho na Lagoa do Peixe e coletado o camarão. É feita a mistura do camarão destas redes, e, posteriormente a coleta em um recipiente fornecido pelo ICMBio, onde os camarões que serão medidos até o preenchimento completo da planilha. Caso a média final dos indivíduos seja maior que 8 centímetros em todos os lagamares da Lagoa do Peixe, a pesca estará liberada.

O Pescador Artesanal nº 6 é pescador-monitor, ou seja, ele é o responsável pelo monitoramento do camarão em um lagamar pesqueiro. O Pescador Artesanal nº 6 e nº 8 detalham como é realizado o monitoramento do camarão nos trechos abaixo. São colocadas três redes de pesca no final da tarde e no outro dia de manhã recolhido o camarão em uma caixa. Esse camarão é misturado e pesado através de uma balança digital, após selecionado em um recipiente, onde ele mede cada camarão que estava dentro do recipiente. A medição é realizada até completar a planilha, onde cada espaço corresponde ao comprimento do camarão. Além disso, a pesquisa também busca acompanhar a salinidade da lagoa e a captura da fauna na rede. Ainda, o entrevistado explica que cada lagamar possui um pescador-monitor responsável, sendo assim, o tamanho do camarão resultante do monitoramento consiste na média aritmética dos lagamares.

> Essa pesquisa é assim, ó. Eu hoje vou lá e boto 3 rede, entendeu? E amanhã eu vou lá de manhã, eu tenho aqui, até te mostro, ó isso aqui é o caderno da pesquisa. E a pesquisa é assim, ó, aí eu pego o camarão, trago para medir, entendeu? Eu peso. E aqui eu meço ele ó, deu 7cm, deu 8 cm, e eu anoto tudo aqui ó, ó, aqui eu vou anotando, entendeu? E assim vai indo. E essa última pesquisa que eu fiz, o camarão tava bem miúdo ó 7,8,7,8 foi foi a base, entendeu? [...] a quantidade deu 3 kg e 800 g. E Siri aqui, da salanidade, só que ainda não temos. Elas vão mandar um negócio para nós, um aparelho para medir, assim, tá. O nível da Lagoa 20 cm. A fauna que acompanha, é Siri e as outras coisas, entendeu? E a gente marca

> tudinho, aí passa para eles e eles mandam pra nós.[...] cada camarão, cada um, nesse aqui, né, deu 8 eu vou de 8 deu 10, eu vou lá, boto 10. Um por um, até completar. E tem vez que não completa e tem outra vez que só pega... no momento que tu completou, deu. [...] [...]Só que ele tem que eles fazem a soma toda... [...] A média, a média tem que dar acima de 8 (Pescador Artesanal nº 6).

> A pesquisa é feita com 3 redes [...] Acho que assim no caso, se der 10 kg nas 3 rede, mas não é medido todo o camarão. É pegada, tem uma canequinha assim, uma medida assim, tu vai ali e enche na caixa aquela medida ali. É umas... é, eu acho que eu acho, eu acho que é umas 100 g. Bota na mesa aqui, aí vou medir aquela quantia ali. Se é 300 camarão ou se é 50 camarão, é quantia que deu ali naquele naquele. [...] Tá todo o camarão da rede botou na caixa ali, né? Mistura ali, não pode separar. [...] é uma caixa. Se deu 10 kg, deu 20, deu 30, deu 5. Aí pega uma canequinha de uma sim, uma canequinha assim, pequeninha assim enche ali (Pescador Artesanal nº 8).

Apesar de ser considerada uma solução para muitos pescadores artesanais, o monitoramento do camarão pelos pescadores-monitores é questionado por outros pescadores, que não concordam. Sendo assim, o Pescador Artesanal nº 6 explica que esse é o motivo pelo qual ele prefere que o chefe do parque acompanhe o monitoramento do camarão.

> A guria que faz a pesquisa com nós aqui. E eles até mede aqui, o diretor do parque, vem aqui de manhã eu boto de tarde lá e aviso para ele: ó botei. Aí de manhã cedo, nós vamos lá e...[...] eu sou monitor, vou lá e trago, só que é o seguinte. Eu vou te dizer por que que eu quero que ele que ele meça porque os próprios pescador são muitos desunidos. Então, o que que eles disseram, né? O que que eles disseram que a nossa pesquisa, porque nós temos envolto que nós temos que temos puxando para para liberar o camarão, que é isso que é aquilo. E ahhh deu um conflito assim de só... entendesse? E aí eu peguei, não foi só eu, todos eles, não e agora nós vamos lá e eu boto as rede, boto tudo. Agora quem vai medir é o diretor, porque aí eles não tem o que falar (Pescador Artesanal nº 6).

Nesse mesmo contexto, o Pescador Artesanal nº 8 relata que o monitoramento do camarão é realizado pelos pescadores artesanais pode ser acompanhado pelos fiscais e gestores do ICMBio. O entrevistado relata que o monitoramento é feito a cada dez dias e no inverno pode fazer a cada vinte dias.

> [...]A medição do camarão é feita... monitoramento, de 10 em 10 dias, 15, 15 dias no inverno até 20 dias as vezes. O tamanho do camarão a gente acompanha desde o inverno, né, até a hora de liberar a pesca. Acompanhando que tamanho tem. Em cada setor da lagoa tem um

> tem um pescador que acompanha acompanhado pelos gestor do ICMBio, fiscais, junto às vezes, pra acompanhar o tamanho do camarão (Pescador Artesanal nº 8).

O Pescador Artesanal nº 6 se refere aos benefícios do monitoramento do camarão, que permite a pesca sem estipular uma data específica, sendo baseada apenas no tamanho do camarão. Para ele, a adoção dessa medida evita que situações de impedimento da pesca devido à seca, uma vez que a pesca tende a ser liberada antes pelo tamanho do camarão do que quando era liberado por data específica. O Pescador Artesanal nº 8 explica que a pesca pode ser liberada nos meses de setembro ou outubro, caso esteja no tamanho, quando antigamente ocorria em dezembro ou janeiro.

> É a melhor coisa que teve. É a melhor coisa ,tu sabe porquê? Porque o camarão era desse tamanho aqui, e eles não queriam que liberasse a pesca. Teve uma uma mulher aí, uma diretora, e o camarão morreu grande, tudo, e ela não me deu a pesca (Pescador Artesanal nº 6).

> Chegou o camarão, chegou nos 8 centímetros, não interessa se é o mês que for, se for setembro, outubro. [...] A melhor coisa aconteceu [...] que cansou de acontecer com a com gestora antes, nos anos 2000, mais ou menos, aí que o camarão era graúdo e não liberava a pesca (Pescador Artesanal nº 8).

Para o Funcionário do ICMBio a participação dos pescadores artesanais no monitoramento do camarão contribui para a aproximação da equipe gestora com a população tradicional. Além disso, o entrevistado reconhece a importância do trabalho dos pescadores no monitoramento do camarão para as informações técnicas do ecossistema da Lagoa do Peixe.

> [...] É também é na parte de pesquisa. A gente hoje trabalha com os pescadores aqui, a gente, tem monitoramento que a gente faz da da Pesca do camarão, né? E, de certo modo, é, a gente tem pescadores monitores, né? Hoje temos que trabalham junto com a gestão dentro da da Lagoa do peixe e esse e essas pessoas vem trazendo os dados importantes pra nós, né? Em parte, em relação a biodiversidade. Então, é, é dados técnicos, dados técnicos que vem desenvolvido junto com a equipe? Né? Então é, hoje dá pra se ... na, na, na no meu crescimento como gestor, né, o o Pescador hoje veio trazendo o a em certa parte o benefício, juntamente com o com a Gestão para trabalhar dentro do parque, são beneficiadores de de trabalhar junto com a gestão do parque (Funcionário do ICMBio).

A participação da população tradicional no monitoramento da fauna e da vegetação em conjunto com o ICMBio também é realizada no Parque Nacional do Cabo Orange pela Comunidade Quilombola de Cunami, moradora da área, que auxilia no monitoramento da biodiversidade local, como espécies de plantas lenhosas, borboletas, aves e animais de grande porte (MIRANDA; SANTOS; SANTOS, 2017). Complementarmente, além da comunidade habitante, as atividades de monitoramento também são realizadas com a comunidade que habita as vilas no entorno dessa UC, participantes do Projeto Quelônios do Amapá, que consiste na coleta dos ovos, incubação e soltura dos ovos. Além disso, a educação ambiental e conceitos de preservação de espécies são atividades trabalhadas com essa comunidade durante as atividades de monitoramento, da qual resultou na presença mais frequente de quelônios nos arredores da comunidade MIRANDA; SANTOS; SANTOS, 2017).

Para Miranda, Santos e Santos (2017) as populações tradicionais colaboram para a fiscalização, preservação e conservação da fauna e flora amazônica, dado que são conhecedores da dinâmica ambiental da região, bem como são os responsáveis pelo equilíbrio desse ecossistema. Da mesma maneira, os pescadores artesanais da Lagoa do Peixe também podem ser considerados colaboradores no processo de fiscalização e conservação da fauna e flora do PNLP, no entanto, faltam ações de monitoramento que envolvam os proprietários de terras nesse contexto participativo.

O monitoramento do camarão pode fornecer subsídios para que a população tradicional de pescadores artesanais participe das pesquisas científicas realizadas na área. Para Diegues (2000, p. 42) a integração dos conhecimentos científicos com os conhecimentos das populações locais pode colaborar para planejar e executar ações conservacionistas. Nesse contexto, o autor destaca a importância do envolvimento das populações tradicionais em pesquisas para a conservação como co-pesquisadores. Dessa forma, a população tradicional pode desenvolver estudos com os seus povos originários e destaca que alguns pesquisadores têm incluído os co-pesquisadores como co-autores de trabalhos científicos com direito a patentes das descobertas resultantes.

4.5.7. Ações de Educação Ambiental

A educação ambiental é uma temática considerada importante à maioria dos entrevistados. Entretanto, durante as entrevistas, foi possível constatar que ainda é um assunto pouco explorado pelo órgão gestor, dado que os entrevistados mencionaram não terem participado de ações de educação ambiental promovidas pelo ICMBio. No entanto, é possível que exista uma dificuldade de compreensão do que é a educação ambiental por parte dos pescadores artesanais e proprietários de terras. Essa hipótese é justificada pelo fato de a educação ambiental estar inserida em ações não formais, ou seja, uma simples abordagem de fiscalização pode se configurar em uma ação de educação ambiental se houver a explicação do motivo do impedimento das ações, bem como a orientação sobre o uso dos recursos naturais disponíveis na propriedade.

Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 7 explicou que existem ações voltadas para a valorização dos recursos naturais contidos nas propriedades. No entanto, para ele isso não significa que ações de educação ambiental estão contidas nessas ações, bem como nas reuniões promovidas pelo conselho consultivo.

> [...] De um tempo para cá, ela teve algumas ações positivas assim, mas as ações de de de fazer as pessoas têm um conhecimento de valorização da propriedade, tentar buscar alguma coisa que as pessoas pudessem usar, menos ainda. Então a propriedade sim, sobreviver nunca teve nada assim, questão ambiental, assim. Teve alguns encontros, tem os encontros que tem com os proprietários e tal. Tem um conselho que se reúne e tal, mas são coisas assim, administrativa, nada de educação ambiental voltada para isso (Proprietário de Terra nº 7).

Os Pescadores Artesanais nº 1 e nº 2 relataram que não participaram de ações de educação ambiental. O Pescador Artesanal nº 1 aborda o meio ambiente e o social como duas áreas distintas. O Pescador Artesanal nº 2 explica que não compreende algumas proibições da fiscalização e gostaria de compreendê-las através da educação ambiental.

> Não. Nunca fizeram. E eu acho que é uma forma boa é uma forma que dá um debate bom lá do lado ambiental do lado do pescador, e os dois lados só tem a ganhar (Pescador Artesanal nº 1).

> Não não. Com a gente eles nunca fizeram [...] olha, porque a pessoa vai... tu vai criar mais conhecimento de várias coisas, isso pode, aquilo não pode até ali tu pode, vamos supor fazer uma cerca até lá tu não pode (Pescador Artesanal nº 2).

O Pescador Artesanal nº 4 percebe a educação ambiental com uma visão mais ampla, na sua modalidade informal, dado que ele compreende o regramento da pesca como uma ação de educação ambiental. Além disso, ele menciona a geração de resíduos de pescado como uma temática abordada pelo ICMBio. No entanto, não identificou ações de educação ambiental que promovam a redução dos conflitos socioambientais na área.

> Sim, sim, sim [...] É para conscientizar, sobre tudo, sobre pesca, né, a pesca, pesca o pescado do tamanho certo, ah, sobre o lixo, descarte de lixo. A do lixo de pescado, né? [...] Ah, isso não é isso aí, não (Pescador Artesanal nº 4).

No que tange a educação ambiental informal, o Proprietário de Terra nº 1 também revela que aprendeu a preservar, não utilizar fogo e recolher os resíduos sólidos gerados na propriedade através de ações do ICMBio. Ainda, ele relata que já assistiu *lives* e participou de reuniões que explicaram as atividades que podem e que não podem ser desenvolvidas dentro da UC.

> O que eles falo que eles sabem que a gente tem que preservar mesmo, claro, não vai, tá tá é destruindo a natureza, é fogo e...e essas coisas de lixo do caso, né que que eles pedem pra gente [...] e não botar fogo, não pode. É proibido, né. Botar fogo na na nas coisas, no caso, né? Tá queimando coisas. Isso aí a gente sabe que que ia... isso aí é uma coisa que é global, no caso, não pode ta ta fazendo o que que a gente [...] nem veneno, nem nada isso aí não é dentro da da da da um parque no caso, né? Não pode aí. Aí multado mesmo, né? Fogo e veneno no caso, não pode colocar, mas isso aí é... eu acho importante, no caso, que veneno mesmo é complicado, né [...] eles falam, passam assim, nessas, nessas, as vez quando tinha reunião lá, eles passaram aquelas *live*, aquelas coisas sim, né? O que que pode? O que que não pode, né? Não é, mas. Não, assim a maioria é que o pessoal sabe mesmo que é que é proibido no caso, né. Porque eles multam no caso (Proprietário de Terra nº 1).

O Pescador Artesanal nº 5 relata que o ICMBio confecciona cartilhas de educação ambiental do que é permitido e o que é proibido dentro dos limites do PNLP e destaca que na cartilha tem orientações quanto aos resíduos sólidos.

Ele aborda que são informados que a responsabilidade dos resíduos sólidos gerados dentro do parque é do gerador, ou seja, o conteúdo da PNRS.

> Sim, sim, o ICMBio faz todo ano. A gente tem até uma tipo uma cartilha do que pode do que não pode, de de meios dentro do parque, do que pode ser feito, do que não pode, de questão de de meio ambiente, de cuidados que tem que ter dentro do parque a gente tem uma... tipo uma cartilha que vem pra a gente ali. Uma coisa a gente tem que seguir, não pode ter lixo dentro do parque, isso tudo é uma cartilha feita pelo ICMBio [...] a gente é orientado todo ano do que pode, o que não pode [...]a gente reúne no parque, na sede, que é pra quando a gente vai pegar autorização para a pesca do ano seguinte, que vem para a gente ali, pra gente assinar o termo, porque que a gente é responsável pelo lixo que leva pro parque, pra gente retirar por todos os os os danos que a gente pode causar o parque o responsabilizado é a gente, o próprio pescador (Pescador Artesanal nº 5).

O Proprietário de Terra nº 2 também relata que participou de ações ambientais envolvendo a temática de resíduo sólido, contaminação, poluição e aves migratórias. Os eventos foram promovidos pela prefeitura e pelo ICMBio.

> Houveram palestras promovidas pela prefeitura, houveram palestras pelo ICMBio [...] Mostrando as aves migratórias, a relação com outras partes do mundo com a nossa região aqui, né. O controle de sujeira, de contaminação, de poluição. Uma série de coisinhas, detalhes importantes, né. Mas isso é muito pouco explorado, deveria ser mais explorado essa área ai (Proprietário de Terra nº 2)

O Proprietário de Terra nº 3 relata que considera a educação ambiental é importante devido à baixa escolaridade dos habitantes da região. Ele acrescenta que a educação ambiental também é importante para os turistas e para quem trabalha com pesca industrial, devido à quantidade de resíduos sólidos que adentram na Lagoa do Peixe que não são gerados pelos pescadores e proprietários.

> [...] sempre ajuda educação ambiental é uma coisa. A até pela falta das pessoas, que moram não tem estudo, não tem conhecimento de é interessante ter educação ambiental, mas eu acho que a educação ambiental também está relacionada ao pessoal que vem de fora. Turista que deixa lixo, espalha, navios no mar, que largam lixo e vem parar na beira do mar. Tartarugas que morrem tem a tem toda essa questão ambiental que ele não é causada por proprietário, né? Às vezes vem lixo do oceano que adentra a Lagoa do peixe. Plásticos, garrafas pet, essas coisas assim (Proprietário de Terra nº 3).

No que se refere às ações ambientais voltadas para a redução dos conflitos ambientais, o Proprietário de Terra nº 4 relata que recebeu orientações sobre proteção da propriedade no que tange a pesca irregular. Dessa forma, os proprietários dessas áreas não podem permitir que amigos pesquem na área.

> [...] palestra sim, palestra já [...] É sobre a abertura de de andar pela mata, né. Olhar, não deixar ninguém estranho na tua propriedade pra pescar. Entendi? Que foi uma coisa que mais o IBAMA pediu, né. Por que se não vai dar o quê? Conflito né. Só que pode pescar quem tem carteirinha (Proprietário de Terra nº 4).

No que tange as ações de educação ambiental para redução dos conflitos, o Pescador Artesanal nº 5 destaca a elaboração do Termo de Compromisso.

> Sim, sim, já teve, já foi, faz uns 2 anos que a gente teve uma reunião lá em Mostardas onde foi criado um monte de.. até quando foi criado esse termo de compromisso, a gente teve várias reunião. Para até ser criado o termo, discutindo o que seria posto ali para não ter conflitos, após o termo pronto. Foi discutido pelo próprio pescador, mesmo em conjunto com os órgãos federal, que vinha ali pra pra passar a orientação pra gente (Pescador Artesanal nº 5).

O Proprietário de Terra nº 5 acredita que as ações de educação ambiental podem contribuir para a redução de aplicação de multas na região. Ele menciona que se tivesse acesso à educação ambiental ele não teria sido multado por pescar na Lagoa do Peixe.

> Há muita coisa, não não acontecia. Se tivesse palestra ou reunião, “ah tal dia tem reunião com os proprietário”. Para explicar, se isso tem, isso não pode fazer, aqui não pode. Mas até hoje não se sabe na verdade, porque um diz uma coisa, outro diz outra. Eu mesmo fui lá porque me disseram: “não tem problema nenhum” (Proprietário de Terra nº 5)

O Pescador Artesanal nº 7 relata que nunca participou de ações de educação ambiental, mas que já teve a oportunidade, dado que foi convidado pelo ICMBio. Ele revela que se arrependeu de não ter participado.

> Não, eu não participei. É teve gente que participou. Agora o [...] mesmo foi lá e participou. Eu fiquei, depois que eu não fui me arrependeu, porque eu era pra ter ido, né? [...] É me convidaram (Pescador Artesanal nº 7).

O Pescador Artesanal nº 8 relata que participou de ações de educação ambiental na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, durante uma semana, convidado pelo ICMBio. O entrevistado explicou que através das ações promovidas nessa semana ele pode visualizar as situações de conflito que os pescadores artesanais de Santa Catarina têm experienciado, dado que eles não possuem o termo de compromisso e que a data de liberação da pesca da tainha é determinada pelo órgão gestor da APA.

> [...] tivemos lá em Tubarão 5 dias na... um dia de tudo quanto é coisa, praça que nem você assim... estudos assim, né? Discussão sobre sobre, sobre pesca, sobre mares, Lagoas e rios. Tivemo lá de segunda a sexta [...] Mas há muito conflito, né? Umas coisas que aqui até que nem... que até que tá tá bem, tá bem legal à vista dos dos Catarina lá [...] tem APA, tem uma porção de coisa aí, mais eles não tem o termo de compromisso, né? É uma coisa que lá os autoridades chego e assino e dão o canetaço “ó a pesca abre tal dia”. Por causa da pesca da tainha, né? (Pescador Artesanal nº 8).

Além dessa ação em Tubarão, o Pescador Artesanal nº 8 também participou de ação ambiental no município de Tavares, cujo assunto envolvia o cuidado com a gripe aviária, que na data da entrevista ainda não tinha nenhum caso registrado no Brasil.

> Acho que até há 3 dias atrás teve uma palestra aqui sobre sobre essa... esse vírus da aviária, né, mas eles tão só... no Brasil não tem ainda, mas lá no estrangeiro já tem [...] Então, para não mexer nas águas que chega a ser um bicho meio doente na praia, né? Não botar mão, nem chega perto né? Vai que... não tem ainda caso nenhum no Brasil ainda, mais vai que venha, né... (Pescador Artesanal nº 8).

O Proprietário de Terra nº 6 relata que já participou de várias ações de educação ambiental nos municípios de Tavares e Mostardas, especialmente nas exposições, feiras e festivais que são tradicionais na região, como na Expocace, na Ovearte e no Festival das Aves. Além do entrevistado ter participado de algumas ações, em outras ele ajudou na elaboração, trabalhando como guia-turístico voluntário.

> Muitas, muitas, assim, nas, na... Expocace, na... Ovearte, na...[...] Festival das Aves, né! E eu participei muito, assim, de de guia turístico, de levar as pessoas, né, diga-se de passagem,

> gratuitamente. Eu fazia isso por amor, né? Gostava muito, porque as pessoas também, a... para cumprir aquelas horas, atividades na faculdade, sabe? Vinham para aí, a gente se dispunha a dar essa contribuição, né. E.... mostrava para as pessoas como funcionava, como é que era assim, sabe? Sempre puxando um pouquinho para o lado dos proprietários, né, mas nunca nessas minhas andanças por aí levando os participantes desses festivais de turismo, nunca fui contrariado, sabe? Inclusive sobre a formação geológica, né, da nossa, porque estudei que isso aqui tudo era mar. E aí se formou esta península que, por causa de uma acomodação jovem no Globo terrestre, tá, mas é uma coisa muito longa. Mas eu já fiz muitas palestras, né, já fui contratado ganhando dinheiro para expor assim... o que de bom e o que de ruim tem o parque, né? Na minha opinião (Proprietário de Terra nº 6).

Para a pesquisadora, ações dessa natureza promovem o conhecimento dos turistas sobre a forma que os proprietários de terras se relacionam com os recursos naturais da região e passem a ser vistos como guardiões e não mais como invasores.

O Festival das Aves é considerado pelo Proprietário de Terra nº 8 como uma oportunidade de a população em geral perceber a importância da região que habitam para o ciclo vital das aves. No entanto, o entrevistado destaca que o evento não é destinado aos habitantes da região, mas sim a um grupo restrito de estudiosos e fotógrafos, e ainda enfatiza que a atividade do parque sobre a vida dos moradores é constante, no entanto, ações de educação ambiental para os habitantes da região ainda são escassas.

> [...] A única coisa assim que eu participei foi, né, eu falei que criaram, que foi importante, foi o festival das aves, que aí a população em si conseguiu assim... foi divulgado para popula... embora não seja para a população local. Porque quem participa de verdade é as pessoas da área, mesmo os fotógrafos que vem de fora e tudo mais, mas a população local conseguiu ver alguma coisa assim que: “olha realmente o troço é importante e tudo mais”. Então alguns participo dos minicursos, na época da escola, acho que eu cheguei a participar de um minicurso ou outro que tinha no festival das aves mesmo. Mas fora isso, assim não. Até porque não, não, não é constante isso. Embora o parque seja constante, a atividade do parque em si, não é constante. É que é uma vez por ano, agora nem sei, é 2 vezes por ano, eu acho. Isso é do de 2 a cada 2 anos. Eu acho que é o festival das aves, eu acho. Então, então, acho que esse tipo, esse ano não tem, vai vir a ter de novo só no próximo, né. Então, tu imagina uma coisa assim... O parque tá aí todo dia, né? Mas isso é trabalhado, é visto uma vez a cada 2 anos (Proprietário de Terra nº 8).

As ações de educação ambiental estão progredindo na gestão do PNLP. Nesse sentido, o Funcionário do ICMBio relata que existem atividades

desenvolvidas nas escolas dos municípios de Tavares e Mostardas. Além disso, as ações também ocorrem com os pescadores artesanais, cujo grupo recebe orientações do órgão gestor sobre a destinação dos resíduos sólidos gerados nos acampamentos de pesca.

> A educação ambiental, né, a gente vem trabalhando forte com essa questão aí, né? Do ano passado, né, do ano passado para cá, esse ano também a gente vai tá trabalhando muito nessa questão, né? A gente já tem várias atividades de educação ambiental, claro, com alguns setores. A gente vem trabalhando muito com as escolas. Fazendo muita educação ambiental na escola a gente tem bolsista aqui na unidade, né, que são biólogos, são pessoas formadas, né, que gostam de trabalhar nessa área. Então a gente veio dando uma importância grande pra essa pra essa demanda aí. E a gente, vai trabalhando muito, né? Tanto nas escolas municipais como estaduais do município de de Tavares e Mostardas, né? Então, isso a gente avançou muito nessa parte de Educação Ambiental nas escolas. A com os pescadores a gente também trabalha bastante a parte educação ambiental com eles, né? É justamente isso, né, a gente tem muito encontros, né, aqui no Paiva, né com os Setores envolvido do termo de compromisso, a gente vem trabalhando muito essa parte de educação ambiental (Funcionário do ICMBio).

Apesar do progresso da adoção de ações, o Funcionário do ICMBio reconhece a falta de ações de educação ambiental com a comunidade local em geral. O entrevistado cita ações de educação ambiental voltadas para a coleta de resíduos sólidos nas praias, que é realizada com os alunos das escolas.

> A gente tem atividade relacionada ao lixo, a gente tem recolhimento de lixo dentro da unidade, é no mínimo 3, 4 vezes por ano ou mais. Era pra ter mais, já já é um ganho pra unidade e se a gente trabalha com essa questão com as escola, trabalhando com os pescadores, né, então, e com alguma parte de do ecoturismo e algumas pessoas voltadas a essa área também já trabalhamo nessa parte de recolhimento de lixo dentro da UC, né. Mas em relação a basicamente a comunidade, né, ainda precisamos avançar em alguns aspectos, sim (Funcionário do ICMBio).

Nesse cenário, as ações de educação ambiental não foram mencionadas para o grupo de proprietários de terras, o que evidência, mais uma vez, a falta de inserção desse grupo em atividades da gestão do PNLP.

> Com os proprietários a gente não tem não, não temos alguns não tem uma atividade assim, né, por enquanto, nessa parte, né. A gente trabalha alguma coisa, discutindo, né, em relação aos proprietários, mas isso também um pouco meio lento (Funcionário do ICMBio).

A educação ambiental é uma importante aliada para o órgão gestor na promoção da conservação ambiental. Nesse contexto, os resultados do trabalho indicam a carência da adoção dessas medidas juntamente com a população que foi efetivamente afetada pela criação do PNLP, como os proprietários de terras. Nesse contexto, ações de inclusão desse grupo podem ser adotadas para promover a participação na gestão da UC.

4.5.8. A construção dos Alojamentos no PNLP

Dentro dos limites do PNLP está impedida a construção e reparos de benfeitorias. Além disso, os pescadores artesanais que possuem casa nessas áreas foram multados e orientados a removerem as moradias da área. No entanto, soluções que visam promover a permanência de alguns pescadores na área estão sendo adotadas pelo governo federal, como a construção de alojamentos. Apesar de ser considerada uma solução para os conflitos pelo governo federal, para os pescadores artesanais a construção dos alojamentos implica na perda do direito de terem suas casas nas praias e da sua territorialidade.

Nesse contexto, o Proprietário de Terra nº 7 considera a construção desses alojamentos como uma solução para a permanência dos pescadores na área. Os alojamentos serão compostos por peças individuais para cada pescador artesanal, construídos na Praia da Barra, na Praia do Lagamarzinho e no Lagamar Costa. O Pescador Artesanal nº 9 relata que são 12 pescadores artesanais que tem casa na Praia da Barra e 12 no Talha-Mar.

> O governo federal entendeu. Porque no período de pesca, muitas pessoas fazem. As pessoas tem que ter alguma coisa, lugar para se abrigar, para poder pescar depois, cada desse desse material. Então eles entenderam que vai poder ter alojamento dentro do Parque. Esse é um processo que está caminhando agora, de alojamentos, o ao município faz o projeto, já fez um projeto e o governo federal, vai aportar recursos para construir os alojamentos. [...] Eles são vão ser distribuídos. Um aqui na barra, outro no Lagamar, outro no Costa (Proprietário de Terra nº 7).

> 12 pescadores da barra e 12 lá no Talha Mar, que tem as casinha, né? (Pescador Artesanal nº 9).

No entanto, o Pescador Artesanal nº 9 percebe a construção dos alojamentos como um espaço cedido a ele. O entrevistado relatou que gostaria de permanecer na sua casa e não precisar do espaço cedido pelo governo federal e ter permissão para realizar reparos na casa que ele já tem na praia.

> Aí eu pra mim. Tem que haver mais dizer mais bom senso, né, se sentar, conversar e ter um bom senso, né? Cada um afrouxar um pouco, porque só um lado não dá, né? Né. Que nem a questã das casas mesmo que eu tô te falando que ele não deixa coisa, não então não pode construir, mas arrumar a que tem. Né, vocês pode arrumar.[...] gostaria porque nós temos agora um projeto nessa, nesse prédio que foi feito ali com eles. Até fizemos uma entrevista esses dia com A Juíza lá lá de Brasília, a... uma audiência, né? Ao... ao... online, ai fizemos uma audiência com ela, que eles querem dar uma casa Pra Ela, mas eu acho assim, porque eles dá uma casa assim, se nós tem as nossa, é só deixar reformar (Pescador Artesanal nº 9)

Ainda, o Pescador artesanal nº 9 manifesta insegurança no que tange à permanência dos pescadores nos alojamentos.

> Não, é pra eles é. E aí, ser deles, vai que daqui a.. a 1 ano ou 2 eles diz “ó, eu quero que libere a casa, né?”. Mesma coisa que morar de aluguel, né? Tem que ser um troço, um ou até o advogado já já conversemo, tivemos uma reunião esse dia com a advogada online também, mas não com ele, com o nosso advogado é lá de Brasília (Pescador Artesanal nº 9).

Para o pescador Artesanal nº 9 os alojamentos devem pertencer ao pescador por tempo suficiente em que ele ainda trabalhar. Ele comenta que não querem aceitar por cinco anos, como é o termo de compromisso, pois gera insegurança com o destino da profissão após o fim do prazo. No trecho ele fala plano de manejo e depois corrige a fala para termo de compromisso.

> Porque é uma coisa que tem que ser um troço bem feito pra, isso aí tem que ser assinado, tudo, tem que ser pra eternidade. Ou um troço assim sem limite, “ó, 50 anos é tua”. E daí eu não vou até mais 50, né? Mas para ter uma garantia, porque se não se vai por 5 anos, que nem fizeram o plano de Manejo eu não quero. Nós não podemos aceitar, como diz o advogado, não é que não queira, é que nós não podemos aceitar. Porque aí passou 5 anos, eles diz ó... [...] O termo de compromisso, é, foi feito por 5 anos, mas no negócio das casa não pudemos fazer. “Ah tem jeito de de de renovar”. Não mas e se eles não renova? (Pescador Artesanal nº 9).

Para o pescador Artesanal nº 10 a construção dos alojamentos é uma forma do governo ter mais controle sobre os pescadores artesanais que estão na área. Ele acredita que essas situações colaboram para o desinteresse das futuras gerações de permanecerem no parque

> É, fria. É só pra enrolar o povo. Sabe o que é isso aí? É só pra enrolar o é 201 pescadô só que tem aí, dentro da área do parque cadastrado. Uns vão ficando mais velho, vão abandonando e os novo não vão. Qual é a gurizada que tem dentro desse parque hoje? Muito pouco, o [...], o meu guri [...], e às vezes eu não tendo lá ele não vai, que vão abandonando também (Pescador Artesanal nº 10).

A construção dos alojamentos dentro dos limites do PNLP é uma proposta do governo federal para a situação dos pescadores artesanais. No entanto, durante as entrevistas foi possível observar que os dois pescadores artesanais que estão inclusos nesse projeto não demonstraram contentamento e alegaram que essa é uma forma de perderem mais um direito, uma vez que não existem garantias quanto à permanência do grupo nos alojamentos.

4.5.9. A Criação de um Mosaico como Proposta de Recategorização Parcial do PNLP

A criação de um mosaico que abranja áreas de Proteção Integral e áreas de Uso Sustentável foi uma sugestão feita durante as entrevistas como forma de resolução dos conflitos existentes na área e compatibilização teórica dos usos realizados no PNLP com o estabelecido na legislação do SNUC. Sendo assim, pescadores artesanais e proprietários de terra informaram se consideram uma solução viável ou não a alternativa apresentada.

O Pescador Artesanal nº 1 relata que a criação de mais uma unidade de conservação na área, ainda que se tratasse apenas de uma recategorização, pode causar mais preocupação na população local, devido à maneira como ocorreu a criação do PNLP.

> [...] Mais tu chegar e tu por uma lei dizer assim vamos fazer ou não eu não sei se vai se vai encaixar certo com a comunidade, aceitar né, por causa que até mesmo esse Parque Nacional já foi um choque para a maioria, hoje é um choque né, tu chegar hoje num proprietário de terra também tá inseguro, né, ele não sabe como que vai ser o dia

> de amanhã dentro do Parque Nacional, né. Então passa essa insegurança pra gente (Pescador Artesanal nº 1).

Para os Pescadores Artesanais nº 2, nº 4, nº 6, nº 9 a alternativa da recategorização parcial de parte do PNLP como unidade de conservação de uso sustentável foi considerada válida. Para o Pescador Artesanal nº4 a recategorização parcial do PNLP para APA é considerada uma solução que compatibiliza o uso da área por pescadores artesanais e pelos proprietários de terras. Ainda, esse entrevistado relata que a recategorização garante mais segurança do que o termo de compromisso, que possui validade de seis anos.

> É uma solução viável né. Pelo menos eu acho que aliviava o conflito, apesar de que já de uns 4 anos pra cá aliviou bem, né, não sei até quando, mas seria bem viável seria seria uma alternativa, né, seria uma alternativa. E e aí que mesmo assim que eles conscientizasse o povo a conservar né, que mesmo assim, né, faz parte do ambiente tem que cuidar, é (Pescador Artesanal nº 2).

> É, seria. Seria uma boa, boa pra todo mundo, né? Pra né? Pro pecuarista, pros pescadores. O que aqui que nem eu que eu te falei, né? Aqui a gente tá nessa insegurança, porque eu sei que o parque, na verdade, não pode não, não pode existir nada, não pode existir Pescador pessoas, né? É um troço... E não pode pescar nada, não pode ter gado em cima, né? Então, a assim sendo a APA, né? Se se puder, porque se se chegasse esses 6 anos e aí “Ah agora é parque mesmo, agora o pescador têm que sair todos” aí, aí vamos para onde? Aonde né. Porque não é... é 202, né aí algo, alguns tem aonde sobreviver, mas mas só que 99% não tem (Pescador Artesanal nº 4).

> Eu acho que.... Acho que não teria tanto conflito. Quer dizer, conflito não tem, mas não acho que não teria conflito (Pescador Artesanal nº 6).

> Eu acho que poderia ajudar, eu acho (Pescador Artesanal nº 9).

O Parque Nacional Pontões Capixabas, localizado no Espírito Santo, também foi cenário de uma série de conflitos socioambientais ocasionados pelo conhecimento da comunidade das consequências da criação da UC, como o impedimento da habitação humana, atividades de produção e desapropriação de terra (SPAMER; SILVA, 2019). Sendo assim, a comunidade alegou a falta de participação pública para a criação da UC, através de decreto no ano de 2002, data posterior à publicação do SNUC e iniciou um processo de organização social e luta pelo território, que culminou na recategorização de Parque Nacional para categoria Monumento Natural, também de proteção

integral, mas que permite a permanência da comunidade local, conquanto a existência de regras rígidas de projeção de impactos sobre o modo de vida local (SPAMER; SILVA, 2019). No entanto, na conjuntura do PNLP não é possível solicitar a recategorização alegando a falta de participação pública, dado que em 1986 esse não era um direito garantido por lei.

No entanto, a recategorização da UC não acarretou o fim dos conflitos, apesar de garantir a permanência de propriedades na área, influenciou na emersão de outras situações que causam conflitos, como a divergência para a criação do conselho consultivo, conforme estabelecido em lei, cuja população reivindicava a criação de conselho deliberativo (SPAMER; SILVA, 2019). Nesse contexto, a UC não possui conselho consultivo e plano de manejo (SPAMER; SILVA, 2019).

O Pescador Artesanal nº 5 considera que o termo de compromisso é o suficiente, a alternativa ideal para o desenvolvimento da pesca de maneira satisfatória. Para ele, esse documento torna desnecessária a recategorização parcial do parque. No entanto, ele também manifesta situação de incerteza quanto à permanência da atividade devido à validade do termo de compromisso. Porém, tal instrumento não se aplica ao grupo dos proprietários de terras.

> Sim, é se continuar hoje no ritmo que nem tá hoje, o parque com esse termo de compromisso não precisaria ser criado esse mosaico, hoje, situação de hoje, de 3 anos pra cá. A gente não sabe como é que vai ficar após o final desse termo de compromisso. Não sabe se ele vai ser feito novamente, o que que vai ser feito. Então a gente está esperando o fim dele para ver o que que vai acontecer (Pescador Artesanal nº 5).

Antes de questionar o Pescador Artesanal nº 7 sobre a criação do mosaico, ele comentou que é favorável à recategorização de Parque Nacional para APA, cujo ponto de vista é justificado pela permanência da atividade de pesca. No entanto, salientou que é contrário à chegada de pescadores de fora da região. Após questioná-lo a respeito da criação do mosaico, o entrevistado questionou os limites das categorias de uso sustentável e de proteção integral, dado que caso a categoria de uso sustentável ficasse situada no entorno da Lagoa do Peixe a atividade de pesca iria ficar dentro da categoria Parque

Nacional, gerando a permanência da insegurança da continuidade da atividade. Nesse mesmo contexto, essa insegurança foi comentada pelo Proprietário de Terra nº 3 que menciona a criação de uma APA como uma solução viável para resolução dos conflitos desde que atinja todos os proprietários de terras. O Proprietário de Terra nº 5 considera que a troca de categoria só é válida se a área da propriedade deixar de ser Parque Nacional, de modo que consiga desenvolver atividades nessa área e sugere que o Parque Nacional seja da Lagoa do Peixe para o lado do Oceano Atlântico.

> Eu, eu no meu ponto de vista, o APA seria melhor, né? É uma área de proteção, mas sem como tu sair de dentro, tu continuaria ali, os proprietários nas Terra e nós dentro do parque pescando. É uma área de proteção. Já um parque, um parque mesmo, se foi, foi fundado mesmo, não pode estar dentro, né? Não pode ter ninguém dentro.[...] Tem mais as atividades e a e a pesca não seria incluída, né? E a pesca ficaria dentro da área do parque (Pescador Artesanal nº 7).
>
> Seria uma APA [...] Se atingir todos os proprietários, sim. O problema é que se cria uma APA numa parte do parque e a outra continua parque, aí não, não existe um consenso em si, esse para existir, tem que ser para todos (Proprietário de Terra nº 3).
>
> Poderia dependendo da área, né. Se for na área que a gente está produzindo não vai adiantar em nada, vai continuar a mesma coisa. Mas se for... Tipo da Lagoa pro lado do mar, sei lá, ou as dunas e a beira do mar, Sem problema nenhum (Proprietário de Terra nº 5).

Para o Proprietário de Terra nº 1 a criação de um mosaico é uma solução viável e ele relata a tentativa de recategorização para APA do PNLP. Para ele, a APA deve ter fiscalização no que tange ao impedimento de pescadores de outras regiões. O Proprietário de Terra nº 6 também considera a criação do mosaico como uma solução para os conflitos e ressalta que a população local seria mais reconhecida com essa atitude.

> Sim, pois é. Porque, naquela naquela região, eles tentaram isso aí, né. É, foi foi.. depois chegou a última hora, não deu, né. A Área de Proteção Ambiental, né [...] Ah, claro. Que aí tu... Mas aí tinha uns que diziam que não, que aí que que ia vim os de fora tudo. E aí sempre tem aquelas cabeça, assim que penso diferente, né [...] Mas também tem aquele outro lado, não, não pode liberar também total, né. Porque aí aí é complicado [...] É, tem tem que ter fiscalização igual, porque se não tivesse fiscalização aí aí aí aí a coisa fica complicada. Tem que ter, não, não, não é aí tem tem que ter sempre a fiscalização (Proprietário de Terra nº 1).
>
> Acho que sim [...] Para outra categoria, né. aí a... sociedade vai se sentir mais mais reconhecida, pelo menos, né. E não vão correr tanto risco (Proprietário de Terra nº 6).

Para o Proprietário de Terra nº 2 a recategorização parcial do PNLP é uma solução viável para a solução dos conflitos socioambientais na área. Ele explica que já existe um projeto que visa à redução da área de Parque Nacional e no entorno a recategorização para APA, com vistas à compatibilização das atividades desenvolvidas pelos proprietários. Ainda, o entrevistado disse que para que a negociação seja efetiva e gere resultados é necessário que ambos os lados reconheçam que precisam ceder nos seus ideais. Ele reconhece que existiriam restrições, no entanto, iria garantir a permanência das famílias. O Proprietário de Terra nº 8 também considerou uma alternativa viável, no entanto, considera que não existe um recuo dos órgãos ambientais para a recategorização parcial do PNLP.

> Nós temos uma expectativa e algumas tentativas de uma mudança de sistema de unidade de conservação, né. Redução do parque é uma tentativa e a gente tem um projeto pra isso, de redução da área do parque e no todo dessa área a formação de uma APA. Uma área de proteção no seu entorno, no parque. Reduzir a área do tamanho do parque, tornar ele menor. Então até ai, se tem uma inciativa dos proprietários para isso, né, para tentar diminuir o parque [...] Não é transformar todo em APA. É aquela história, né. A gente para negociar tem que ceder um pouco, um dos lados tem que ceder um pouco. Um cede um pouco, o outro cede um pouco para tentar minimizar a situação, né [...] Claro que a gente sabe que vai se submeter a restrições, mas isso aí reduziria bastante o impacto de produção, né. A gente permaneceria produzindo. No caso, a maioria da produção é pecuária. A pecuária consegue se equilibrar dentro de uma produção sustentável (Proprietário de Terra nº 2).

> Seria só uma parte no caso, não, é uma alternativa, é uma é uma alternativa que, com certeza, pode ser visto. Isso tem que ser trabalhado, mas pelo que eu acho que não há um recuo da do órgão em si, acho que o órgão não vai recuar, de forma alguma. Porque, pelo que se entende ali de de realmente é muito importante aquilo ali (Proprietário de Terra nº 8).

O Proprietário de Terra nº 7 explica que existe um projeto na Câmara Federal sobre a transformação do PNLP para APA e alega que atualmente o PNLP funciona como APA. No entanto, quando questionado sobre a possibilidade da formação do mosaico, o entrevistado demonstra receio com as áreas que irão continuar Parque Nacional, mas compreende que é uma possibilidade de solução que dever ser bem analisada. Para ele, uma

alternativa assim deve ser avaliada por todos os pescadores artesanais e proprietários de terras.

> Tem um projeto tramitando na Câmara federal, e tá na comissão do meio ambiente [...] que é a transformação do parque para APA, área de preservação ambiental [...] Transformar todo o parque em APA, porque na verdade, ele, ele... na real hoje ele foi decretado o parque em 86 e hoje a realidade dele que que ele é? É uma APA [...] E o restante continuaria Parque? [...] Eu acho que tudo tem que estudar. Eu achei que nós caminharmos para essa linha aí, eu acho que é possível. Mas tem que abrir esse campo de discussão, ele tem que ser viável, ele tem que saber o governo federal, ele tem que entender quem é imprescindível, que é o... as pessoas junto. Principalmente as pessoas que são guardiões, que moram aqui, que vivem aqui, que são os reais proprietários das áreas. Essas pessoas têm que participar tanto pescador como proprietários, as pessoas tem que estar nas discussões (Proprietário de Terra nº 7).

No entanto, o Pescador Artesanal nº 8 considerou que a APA não é uma solução viável para a solução dos problemas. O entrevistado declara que é contrário à APA e alega que a troca de categoria iria implicar na liberação da pesca para pescadores de outras regiões. O entrevistado destaca que parte da população do município reivindica a troca de categoria, mas ele não concorda, dado que reconhece os problemas que o estado vizinho tem enfrentado com essa categoria.

> Ah, porque a APA vai Liberar vai liberar para todo mundo pescar. Eu sei pelos outros lugares, lá em Santa Catarina lá a brigaçada deles lá, por causa dessa APA lá e depois que liberaram a APA lá foi invadido. E aqui é um passados 2 anos, e tavam até, muita gente aí, ó pecuarista e a teve uns quantos reunião aí. A querendo APA, queremos APA, APA, mas não foi aprovado. Não sei. Não me lembro como é que aconteceu que não foi aprovado. Isso é o senador, deputado, alguma coisa seja. Mas é, mas é aquilo que eu vi, pelo que eu entendo, eu sou contra. O próprio ICMBio dizia pra... Eu tenho bastante contato, né, dentro do ICMBio e “se vocês aceitar, vocês tão ferrado”. Quer aí não podemo mais autuar o pessoal de fora (Pescador Artesanal nº 8).

O Funcionário do ICMBio reconhece que já houve tentativas de recategorização da UC. No entanto, ele justifica que essa tentativa ocorreu no mesmo período em que os conflitos na área se intensificaram. Para ele, a troca de categoria da UC em questão é um prejuízo ambiental.

> Então, a isso foi muito questionado a um tempo atrás aí, né? Acho que foi lá para meados de 2016, 17, né? É justamente sobre isso, sobre a questão na época de conflito muito forte de ambas as partes.

> Então, chegou o momento, que foi questionável em algum local, tanto politicamente, né? E alguns setores ali de mudar a categoria da unidade de conservação, né? Isso é, no meu, se eu não me engano é em questão que seria uma uma APA - Área de preservação ambiental, né? Que isso foi levantado na época, aí né? Então é. A já teve né questionamento de mudança da da categoria da unidade, sim.[...] E [...] eu entendo que que mudar a categoria do da unidade de Conservação seria uma perca muito grande, para o meu conhecimento (Funcionário do ICMBio).

Quando questionado sobre a possibilidade da criação de um mosaico para a resolução dos conflitos, o entrevistado informou que não possui conhecimento do que é o mosaico. No entanto, considera que a questão pode ser considerada e discutida pela equipe gestora sobre a viabilidade e sobre quais áreas seriam de proteção integral no mosaico.

> A isso, pra nós não, não, não tenho conhecimento, né? Eu [...] não tenho conhecimento desse esse mosaico, né? Acredito também, que não tenha chegado nada pro icmbio essa essa questão de um mosaico aí, né? Mas também é seria, teria que ser muito discutível. Seria uma uma questão muito discutível, né (Funcionário do ICMBio).

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é um exemplo de área protegida que foi parcialmente recategorizado. Os limites dessa área foram reduzidos e criada áreas com categoria de proteção menos restritiva, com vistas à compatibilização do uso da área (MACHADO et al., 2019). A autora aborda como foi feita a composição do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro: i) Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, ii) Área de Proteção Ambiental Vargem do Braço, iii) Área de Proteção Ambiental Vargem do Cedro e iv) Área de Proteção Ambiental da Serra do Tabuleiro Entorno Litoral. Ainda, a autora esclarece que a alteração dos limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi motivada devido à falta de regulamentação fundiária do governo estadual (MACHADO et al., 2019).

4.5.10. A Desapropriação da Lagoa do Peixe ao Oceano Atlântico

Foi realizado questionamento aos proprietários de terras para averiguar a possibilidade de serem desapropriados da Lagoa do Peixe até o Oceano

Atlântico, dado que os entrevistados possuem registro da propriedade da BR 101 até o Oceano Atlântico, pagando impostos por essas áreas ao longo das gerações. Foi observado que alguns entrevistados concordam, enquanto outros não.

O Proprietário de Terra nº 1 informa que não aceitaria ser desapropriado nessa área, dado que utiliza para criação de gado. O Proprietário de Terra nº 3 também relata que não concorda em ser desapropriado e justifica pelo fato de perder parte do território da margem da Lagoa do Peixe sentido mata, devido ser uma APP, beira de lagoa.

> Não, lógico que não. Não! [...] A criação vai até lá a beira do mar, é tudo tapado no caso (Proprietário de Terra nº 1).
>
> Eu acho que não, porque é, aí entra a margem da Lagoa do peixe, aí aí a lei vai dizer que há que tem que ter. Tem que ter tantos metros da margem, aí eu boto um 300, 500 m da margem. Daí dá na Costa, vai dar no mesmo lugar, né. Que aquele que cruza a linha hoje. Então essa situação não é viável (Proprietário de Terra nº 3).

O Proprietário de Terra nº 2 e nº 6 relatam que aceitariam ser desapropriados nessa área. O Proprietário de Terra nº 2 revela que utiliza essa área para criação de gado, no entanto, considera que precisa ceder para conseguir encontrar um consenso entre proprietários e órgão gestor. De forma diferente, o Proprietário de Terra nº 6 revela que não utiliza essa parte, pois é composta de lagamares profundos. O Proprietário de Terra nº 8 também não utiliza a área.

> Alguns concordam, outros não. Isso aí é o que a gente tem visto [...] Eu vejo, na minha concepção, no meu interior, é uma área minha, eu não tinha vontade de entregar ela pra ninguém, mesmo que eu tenho um... Eu acho que me considero alguém que protege o meio ambiente. Mas eu vejo também, é aquela história, se tu quiser negociar, tem que ceder alguma coisa. Então para ceder alguma coisa, para atingir um equilíbrio, um consenso, ambos os lados têm que ceder um pouco. Aí a gente tem aquela história, né, vão-se os anéis e ficam-se os dedos (Proprietário de Terra nº 2).
>
> Eu acho que seria assim até, legal, sabe. Porque ali é uma exploração ali sim, ali é uma exploração humana clandestino [...] Isso também, ela, como é que eu vou te dizer lá na minha propriedade, nós temos um córrego muito fundo, né. Aonde que pra tu passar para o outro lado, é muito difícil. Aí tem que passar por dentro do Lagamar, tá, por isso que eu não exploro. Mas tem, inclusive é tapado, né (Proprietário de Terra nº 6).

> Aham, ah eu acredito que sim, eu acredito que sim. Porque primeiro que é por um... não é usado, não é utilizado aquela área de... vem a ser a área de duna, no caso, depois da Lagoa vem a pegar área de duna ali, acho que com certeza, sabe, acho que com certeza (Proprietário de Terra nº 8).

Para o Proprietário de Terra nº 7 essa proposta deve ser avaliada com mais cautela, e deveria ter uma proposta que promova o benefício dos proprietários como retorno dessa proposta que beneficia somente ao meio ambiente.

> Não... depende... como eu acho que tudo isso precisa ser sentado, assim... Acho que tem que discutir e qual é a proposta. Que que é a proposta ali? Que eu não posso ter uma proposta, a proposta ela vai ser para beneficiar o meio ambiente e a sociedade? Ela vai ter um projeto de desenvolvimento social, econômico e ambiental ou simplesmente vai desapropriar para ter uma área fechada lá? E não sei qual é a proposta... (Proprietário de Terra nº 7).

A tentativa de desapropriação dessa área consiste na tentativa de torná-la efetivamente uma área de proteção integral, de forma que a área adjacente seja transformada em uma categoria que permita o uso dos proprietários de terra. Nesse contexto, os questionamentos sobre essa proposta apontam para tentativas de resolução dos conflitos.

5. Considerações Finais

Diante do exposto, a pesquisa permitiu conhecer e compreender questões referentes à uma temática que traz desconforto para a população local. Quanto a coleta de dados, foi possível observar em vários momentos o receio de participar das entrevistas, uma vez que a população local passou por inúmeras situações de restrições de uso da área, o que provocou a modificação da territorialidade e acarretou sofrimento para suas famílias. No entanto, aqueles que aceitaram participar prestigiaram a pesquisa realizada, considerando o fornecimento de uma riqueza de informações somado ao duradouro tempo dos relatos permitiu que a população local se sentisse ouvida, dado que não haviam sido em todo o processo que resultou na criação do PNLP e instrumentos de gestão. Nesse contexto, destacam-se os proprietários de terras, que até o presente momento não contam com algum instrumento de gestão que promova a gestão compartilhada entre ICMBio e o seu grupo, à exemplo do termo de compromisso entre Colônia de Pescadores Artesanais Z-11 e o ICMBio, atual órgão gestor ambiental. Somado a isso, as demais pesquisas consultadas para a realização desse trabalho apresentaram uma escassez de informações sobre o grupo dos proprietários de terras, quando comparado com os pescadores artesanais, ambos grupos igualmente afetados pela criação do PNLP, porém, não contemplados em pesquisas científicas.

O modelo de criação de Parques Nacionais adotados no Brasil na época da criação do PNLP desencadeou diversos conflitos na região que provocaram mudanças na forma da população local se relacionar com os recursos naturais, nos seus hábitos culturais e sociais, no âmbito econômico e ambiental. No entanto, apesar da população local identificar diversos prejuízos decorrentes da criação da UC, foi perceptível que a população local manifestou apreensão quanto à conservação dos recursos naturais do PNLP. Isso se deve à consideração de que as restrições impostas à pesca artesanal para pescadores não licenciados e a adoção do termo de compromisso são regulamentações importantes para a salvaguarda do PNLP.

Os conflitos socioambientais existentes no PNLP se referem às restrições e modificações do modo de uso da área pela população que já

habitava a região antes da implementação da UC. Nessa conjuntura, foram identificados diversos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes das situações de conflitos. Em síntese, constatou-se que as atividades de caráter econômico, social e cultural primordialmente praticadas por pescadores artesanais e proprietários de terras sofreram alterações em decorrência da implementação do PNLP, incluindo restrições em alguns casos. Essas atividades econômicas, muitas das quais estão voltadas à subsistência, têm igualmente um valor cultural, uma vez que passam de geração em geração enquanto é permitido pela legislação ambiental. As práticas culturais da população local também englobam a relação com os recursos naturais, uma vez que essas relações foram ensinadas pelas gerações mais antigas.

As contribuições acadêmicas desse trabalho promoveram a reflexão de como a implementação de áreas de proteção podem ocasionar mudanças significativas para as populações locais, sejam elas tradicionais ou não, mas que dependem diretamente do meio ambiente para subsistência. Sendo assim, os pescadores artesanais e proprietários de terras do PNLP estão sujeitos às restrições ambientais em detrimento da preservação de ambientes para a contemplação das sociedades urbanas, que geralmente desenvolvem atividades com impactos ambientais mais significativos quando comparado às populações rurais. Nessa conjuntura, a população local do PNLP, que utiliza a área por gerações e utiliza os benefícios ecossistêmicos da área, vive em constante situação de insegurança, o que interfere diretamente na forma que as futuras gerações irão se relacionar com a área, uma vez que alguns entrevistados relataram não incentivar a continuidade das práticas econômicas aos seus descendentes.

As entrevistas permitiram identificar possíveis instrumentos viáveis para a redução ou solução dos conflitos socioambientais no PNLP. O estabelecimento do diálogo foi considerado a base para a minimização dos demais conflitos, uma vez que permite a integração e conhecimento das percepções dos atores sociais. No entanto, apesar de identificar outros mecanismos para a redução dos conflitos, existem inúmeras divergências entre os atores sociais para o consenso de como essas medidas podem ser adotadas. Adicionalmente, foram notadas discrepâncias quanto à validade das

ações propostas. Diante desse cenário, a pesquisa conclui que a promoção do diálogo, aliada a ações de educação ambiental mais eficazes, pode representar um avanço na redução dos conflitos socioambientais.

Esse panorama é um desafio para o ICMBio, que deve desenvolver mais mecanismos para o estabelecimento de diálogo com a população local. Foram identificadas mais ações nesse âmbito com os pescadores artesanais do que com os proprietários de terras. Nesse contexto está inserido o monitoramento participativo do camarão na Lagoa do Peixe, que permite a integração dessa população tradicional nas pesquisas que são realizadas na área. Portanto, esse trabalho sugere que sejam também desenvolvidas ações de educação ambiental voltadas para os proprietários de terras. Nesse âmbito, é urgente a adoção de medidas que promovam o controle da dispersão do pinus nas propriedades. De forma complementar, pode-se realizar o desenvolvimento de projetos com espécies de plantas nativas da região que forneça renda para os moradores da propriedade, estimulando a proteção da biodiversidade e da cultura da população local.

Estudos futuros que abordem essa temática poderão identificar quais áreas do PNLP são compatíveis com a presença humana e indicar atividades sustentáveis que podem ser desenvolvidas, apoiadas em pesquisas científicas em conjunto com o estabelecimento de diálogo entre os atores sociais. Dessa forma, a população local poderá ser estimulada a desenvolver atividades econômicas que sejam compatíveis com a conservação da área e ser instruída pelo órgão gestor ambiental para auxiliar no processo de fiscalização da área, atuando como verdadeiros guardiões da área. Nesse modelo de gestão, os prejuízos da criação do PNLP sobre a reprodução econômica, social e cultural dos habitantes seriam reduzidos e amplificaria os benefícios da criação do PNLP para a comunidade local, assim como os benefícios para a UC. Desse modo, é importante salientar a importância de compatibilizar a categoria da UC com o uso da área, com vistas a finalizar um período de inseguranças impostas aos moradores pelo governo federal durante décadas.

6. Referências Bibliográficas

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Tempo e Espaço: considerações sobre o modo de vida dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS em um contexto de conflito ambiental. 2006.

AGUIAR, Marcela Nunes; SOUZA, Marcos Aguiar de; JÚNIOR, Hermes de Andrade; PIRES, Pedro P. Evidências de validade da escala de *locus* de controle da preservação e conservação ambiental. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2021.

ALMUDI, Tiago; KALIKOSKI, Daniela Coswig. Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.20, p. 47-57, 2009.

ANAYA, F. C.; SOUZA, M. C. F. Conflitos ambientais territoriais no Parque Nacional da Serra do Cipó. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 13, n. 1, p. 23-31, 2014.

ANDRADE, Cleonice Aparecida dos Santos et al. Conflitos Fundiários em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Parte Baixa do Parque Nacional do Itatiaia. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 1, 2023.

ARAÚJO, Wilson Alves de et al. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 05-18, 2017.

ARRUDA, Gerardo Clésio Maia; FEDEL, Ivone Rosana. Unidades de Conservação ambiental no estado do Ceará: Implantação e sustentabilidade. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 17, n. 37, p. 213-239, 2020.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente e Sociedade**, p. 79-92, 1999.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação** - Educere. Curitiba, 2011.

BANZHAF, H. Spencer. The environmental turn in natural resource economics: john krutilla and “conservation reconsidered”. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 41, n. 1, p. 27-46, 2019.

BARDIN, L. ANÁLISE de conteúdo. Tradução BARDIN, L. **ANÁLISE de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Ed.70. São Paulo, 2016. e Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Ed.70. São Paulo, 2016.

BARROS, Larissa Suassuna Carvalho; LEUZINGER, Márcia Dieguez. Planos de manejo: panorama, desafios e perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS**, v. 13, n. 2, 201. 2018.

BENEDETTI, Adriane Cristina. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) em perspectiva: turismo, pesca e conflito. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. v.7, n.2, p. 190-212, 2018.

BENNETT, N. J. Usando percepções como evidência para melhorar a conservação e gestão ambiental. **Conservation Biology**. 2016.

BERNINI, C. I. Políticas de conservação ambiental no Brasil e mercadificação da natureza. **Geousp – Espaço e Tempo (Online),** v. 23, n. 3, p. 662-681, dez. 2019.

BEZERRA, Giannina Settimi Cysneiros Landim et al. Política Pública, participação social e gestão de unidades de conservação: novos caminhos para antigos desafios. **HOLOS**, v. 6, p. 117-129, 2018.

BORGES, Ana Paula Dutra Borges. Processo administrativo e participação popular: consulta pública, audiência pública e conselhos de gestão de políticas públicas. **Revista Direito e Realidade**, v. 2, n.1, p. 1-15, 2013.

BOTELHO, Eloise Silveira. **Visitação e turismo em Parques Nacionais: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ).** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional da Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,inciso%20IV%2C%20e%20o%20art> Acesso em: 25 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

BRASIL. 1979. **Decreto Federal nº 84.017 de 21 de setembro de 1979.** Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasilia: Planalto, 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 93.546, de 06 de novembro de 1986.** Cria o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Brasilia: Planalto, 1986. Diponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93546.htm. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.959 de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasilia: Planalto, 2009. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília: Planalto, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasilia: Planalto, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. 2009. **Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm Acesso em: 24 de agosto de 2023.

BRITO, Bárbara Lis Rabelo; BRITO, Daguinete Maria Chaves; DE SOUZA, Ester Almeida. Pressupostos teóricos de proteção da natureza. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 7, p. 141-147, 2015.

Brumatti, Paula Normandia Moreira; et al. Parques Nacionais, turismo e governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 3, p. 2119–2119, 2021.

CADORET, Anne. Conflicts and acceptability of visitation management measures for a marine protected area: The case of Porquerolles, Port-Cros National Park. **Ocean & Coastal Management**, v. 204, p. 105547, 2021.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 2º ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, Antônio José

Teixeira Guerra; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 2º ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1990. **Resolução nº 13, 06 de dezembro de 1990**. Ministério do Meio Ambiente.

COSTA, Josinara Silva; OLIVEIRA, André Luis Nascimento de; SANTOS, Neuma Teixeira dos. Preservação e Conservação Ambiental: significando a proteção do meio ambiente. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.

DAMASCENO, Aline Francisco; MYLONAS, Gabriela Ferreira; CARDOSO-LEITE, Eliana. Panorama da presença de populações humanas dentro dos Parques Nacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 5, 2019.

DA SILVA, Guilherme Henrique Pereira; BRANCHI, Bruna Angela. A contribuição da política ambiental brasileira na proteção das áreas de conservação urbanas. **Revista Cerrados**, v. 19, n. 01, p. 181-202, 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. 3ºed. São Paulo: **Hucitec**, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. 6º ed. São Paulo:**Hucitec** Napaub-USP/CEC, 2008.

DIOS, Claudia Blanco de; MARÇAL, Mônica dos Santos. Legislação Ambiental e a Gestão de Unidades de Conservação: O caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Doebber, C. Análise do conflito entre pescadores artesanais e funcionários do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, uma unidade de conservação de proteção integral. **Dissertação de Mestrado**. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Biologia, Unisinos, 2017.

DUDLEY, Nigel (Ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. IUCN, 2008.

FORJE, Gadinga Walter; TCHAMBA, Martin N. Ecotourism governance and protected areas sustainability in Cameroon: The case of Campo Ma'an National Park. **Current Research in Environmental Sustainability**, v. 4, p. 100-172, 2022.

FURG. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe** – Fase 2. FNMA-FURG-IBAMA-NEMA-UFPEL, 1999.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais.In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2. Ed. **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2003. p. 64-90.

GOMES, Ligian Cristiano, PESSETI, Mateus. Análise ambiental no município de Mostardas/ Rio Grande do Sul/Brasil: proposta de um empreendimento de turismo fotográfico. **Revista Latinoamericana de Etudiantes de Geografia**, n. 7, p. 8-20, 2020.

GUEDES, Marisa Oliveira. **Ensaio de Promessa no Município de Mostardas**. Coleção Histórias de Mostardas. 2015.

História De Mostardas | **Marisa Guedes Historiadora**. Marisa Guedes . Disponível em: <https://www.marisaguedeshistoriadora.com/>. Acesso em: 15 set. 2023.

ILHA, H.H., 2018. **Gestão estratégica da Estação Ecológica do Taim na abordagem de Capra: nutrindo relações para a sustentabilidade costeira regional**. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro). Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 97p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** População de Mostardas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mostardas/panorama. Acesso em 14 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Cidades e Estados: Tavares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tavares/panorama. Acesso em: 14 set. 2023.

NSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Cidade de Mostardas. Trabalho e Rendimento. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mostardas/panorama. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Cidade de Tavares. Trabalho e Rendimento. Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tavares/panorama. Acesso em: 15 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico, 1991**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n24_caracteristicas_populacao_domicilios_rs.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Conselhos.** 2022**.** Dispinível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/conselhos Acesso em 03 de março de 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Termo de compromisso que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a colônia de pesca**

de Tavares/RS (Z11), visando disciplinar o uso dos recursos naturais no Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS). Brasília, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº 26, de 4 de julho de 2012**. Diário Oficial da União, 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº 9, de 05 de dezembro de 2014.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

FONTOURA, Leandro Martins; MEDEIROS, Rodrigo Jesus; ADAMS, Lowell William. Turismo, pressões e ameaças para a conservação da biodiversidade em Parques Nacionais do Brasil e Estados Unidos. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo,** v. 10, n. 1, p. 35–53, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIRARDI, F.; CARRANO, E. Registro documentado da pomba-antártica Chionis albus (*Charadriiformes Chionidae*) para o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Rio Grande do Sul, RS. **Atualidades Ornitológicas**, 2015.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. **Domesticando o mito da natureza selvagem.** IN: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, p. 127-147. 2000.

KAISER; S. M.; GONÇALVES, J. M. A.; PERELLÓ, L. F. C. Turismo de observação de aves no PN Lagoa do Peixe: oportunidades ou ameaças? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.15, n.1, pag. 09-24, abril 2022.

LEUZINGER, Marcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da. O princípio da participação e a criação e gestão das áreas protegidas na perspectiva do direito ambiental global. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 3, 2017

LEUZINGER, Márcia Dieguez; KLAYM, Ricardo (org). **Uso público em Parques Nacionais: série unidades de conservação**. Editora CRV. Curitiba, Brasil, 2012.

LIMA, Marcos Paulo Rodrigues. Análise espaço-temporal (1986-2016) do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS). **Dissertação de mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2017.

LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino Lira; SANTOS, Carlos Alberto Batista; NOGUEIRA, Eliane Maria de Souza. Ativismos ambientais no Brasil e nos Estados Unidos sob o olhar das correntes do ecologismo. **Revista Científica do UniRios**, p. 329, 2021.

MIRANDA, Cleuton; SANTOS, Odilene Soares dos; SANTOS, Elenilson Costa dos. Conflitos entre unidades de conservação e povos tradicionais: o caso da Vila de Tapereba no Parque Nacional do Cabo Orange. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária,** Curitiba, 2017.

MACHADO, Marina et al. Land use of the environmental protected area of the coastal environment of Serra do Tabuleiro State Park-Palhoça/SC, Brazil: zoning and environmental restrictions. **Environment, Development and Sustainability**, v. 21, p. 1225-1250, 2019.

MINAYO, M. C. DE S.; COSTA, A. P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 7 de 21 de dezembro de 2017**. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação de natureza federais. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/intrucao_normativa_07_2017.pdf. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 05, de 15 de maio de 2008**. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/criacao_2008.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1982. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação – II Etapa**. Brasília: IBDF. 1982. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/N0D00303.pdf> . Acesso em: 18 de agosto de 2023.

MOURA, Josilda Rodrigues da Silva; COSTA, Vivian Castilho da. **Parque Estadual da Pedra Branca: O desafio da Gestão de uma Unidade de Conservação em Área Urbana**. In: Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

NASCIMENTO, Maria Medrano. Conflitos socioambientais em áreas de preservação: o caso das comunidades tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 299-327, 2019.

PAIVA, Sigrid et al. Percepção dos consumidores do município de Tavares/RS em relação ao camarão produzido em cativeiro. IN: **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n.2. 2018.

PEREIRA, Clara da Rosa. A perspectiva histórica dos pescadores tradicionais sobre a Lagoa do Peixe: antes e depois da criação do Parque Nacional. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro. 2013.

PIMENTEL, Márcia Aparecida Silva; RIBEIRO, Wagner Costa. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online),** v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016.

RAVENA-CAÑETE, Uriens Maximiliano; RAVENA-CAÑETE, Voyner; MAGALHÃES, Sônia Maria Simões Barbosa. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, 2015.

ROSA, Clara da, CAPORLINGUA, Vanessa H. Educação ambiental emancipatória e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. **XVI Encontro de paranaense de educação ambiental,** 2017.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. 3ºed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

SANTOS, Joana da Silva Castro; DE CARVALHO, Maria Constança Madureira Homem. Turismo em Parques Nacionais Brasileiros: conhecer para conservar. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 3, n. 5, p. 104-112, 2015.

SANTOSO, Nyoto et al. Is the newly-found tricolour langur langur more tolerant to humans than we think? Inspecting human-langur interaction in Danau Sentarum National Park. **International Journal of Conservation Science**, v. 14, n. 2, p. 671-684, 2023.

SARKAR, Sahotra (2000). **Restaurando o Mundo Selvagem**. In: DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB, 2000.

SCALCO, Raquel Faria; GONTIJO, Bernardo Machado. Possibilidades de desafetação e recategorização em unidades de conservação de proteção integral: as UCs da porção central do Mosaico do Espinhaço (Minas Gerais/Brasil). **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, p.247-276, v.13, n. 22, 2017.

SILVA, et, al. Unidades de conservação e comunidades locais: gestão de conflitos e instrumentos de participação. **Estudo & Debate**, Lajeado, v.24, n.3, p. 208-218, 2017.

SILVA, Henrique Martins da; BRITO, Eliseu Pereira de. **O mito moderno da natureza intocada**. Revista Tocantinense de Geografia, v. 10, n. 20, p. 273-277, 2021.

SILVEIRA, F. L. Para além das fronteiras territoriais, o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) como uma questão transnacional. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 66-86, 2016.

SOUSA, Nadinni Oliveira de Matos et al. (2011). Dez anos de história: avanços e desafios do sistema nacional de unidades de conservação da natureza. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (org**.). Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasilia: MMA, 2011.

SOUZA, LRC de; MILANEZ, Bruno. Comunidades e unidades de conservação: conflitos socioambientais de segunda ordem no entorno do Parque Nacional do Caparaó. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 69, p. 403-420, 2019.

SPAMER, Helmar; SILVA, Ana Tereza Reis da. Povos e Comunidades Tradicionais em Unidades de Conservação: conflitos socioambientais e luta por identidade e território. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, v.22, n.1, p. 59-85, 2019.F

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temática**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WAGNER, Gustavo, SILVA, Lucas Antônio da. Saberes e pesqueiros: reflexões sobre conhecimento e território na pesca tradicional do sul do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 2, p.124-135, 2021.

WHITBECK, Matthew E. Nature's Use: Language and its Use in the Writings of John Muir and Gifford Pinchot. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WWF – BRASIL. **Consulta pública e unidade de conservação**. São Paulo/SP. 2010.

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa de mestrado em Ciências Ambientais. O estudo recebe o título "Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS". Sua participação, a partir do seu consentimento, será através de depoimento oral, o qual será gravado digitalmente para posterior análise. Esteja à vontade para responder às questões como quiser, deixar de responder algumas perguntas ou desistir durante, ou após a entrevista. Não haverá custos na participação.

Aos proprietários de terras e pescadores artesanais: este termo de consentimento garantirá sigilo quanto a sua identidade, por isso todas as informações que possam lhe identificar, como seu nome, local de residência, ocupação profissional ou quaisquer outras serão confidenciais e exclusivas à pesquisadora e/ou sua orientadora. Além disso, será destinado a você uma cópia deste documento e você poderá entrar em contato com a aut pesquisa para esclarecer quaisquer dúvidas.

Aos representantes das associações e entrevistados do ICMBIO: considerando que a posição do cargo poderá identificar o indivíduo, não será possível garantir o anonimato, contudo, todas as informações proferidas serão exclusivas à pesquisadora e/ou orientadora. Da mesma forma, uma cópia deste documento será destinada a você, que poderá entrar em contato pelo contato abaixo para esclarecer quaisquer dúvidas quanto a pesquisa ou sua participação.

Objetivo geral da pesquisa:

- Compreender os problemas e conflitos socioambientais enfrentados pelos atores sociais relacionados com a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos específicos:

- Identificar as principais atividades sociais, econômicas e culturais desenvolvidas pela população inserida na área do Parque;
- Identificar os principais problemas apontados pelos proprietários de terras e pescadores artesanais que seriam decorrentes da criação do parque;
- Identificar a percepção do órgão gestor quanto à criação da UC e atitudes viáveis para resolução e minimização de conflitos;
- Identificar as possíveis soluções em comum do ponto de vista dos atores sociais para os conflitos socioambientais na UC;
- Compreender a existência e como as práticas de educação ambiental contribuem para a resolução ou minimização de conflitos.

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos possui riscos associados, reconhece-se que o presente estudo pode implicar perda da confidencialidade através de exposição de dados pessoais, exposição de informações que possam identificar o indivíduo. Estabeleceu-se, então, como medidas de redução dos riscos mencionados a restrição de acesso aos dados somente à pesquisadora e sua orientadora; limitação de informações que identifiquem o participante e codificação dos registros de pesquisa para garantir o sigilo de identidade e dados dos sujeitos participantes. O download dos dados coletados na pesquisa será feito para um dispositivo eletrônico local (de responsabilidade da pesquisadora) apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Além disso, os entrevistados poderão deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Mesmo após ter iniciado a entrevista, até o momento de divulgação dos resultados, o entrevistado também é livre para solicitar a retirada dos seus

dados da pesquisa. Os entrevistados terão acesso aos tópicos que serão abordados antes de responder as perguntas, para que a tomada de decisão sobre participar da entrevista seja uma tomada de decisão informada. Em suma, tanto os entrevistados, quanto a autora da pesquisa assinarão Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual conterá autorização dos entrevistados para gravação dos seus relatos e posterior transcrição, com a garantia do anonimato, e garantia de retirada do termo, a qualquer momento, se o indivíduo, por ventura, desistir de participar.

Benefícios:

A presente pesquisa, de natureza coletiva, implicará benefícios científicos, culturais, sociais e valorização da educação ambiental nos espaços de unidades de conservação. Os efeitos científicos consistem na publicação de informações que podem promover uma visão mais ampla do conflito, facilitando a identificação de pontos em comum entre os atores sociais e colaborar para a redução de conflitos socioambientais na área, bem como promover a proteção do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. O impacto da valorização da educação ambiental nesses espaços colaborará na redução dos conflitos socioambientais e valorização dos serviços ecossistêmicos ofertados pela unidade de conservação. Os impactos sociais, abrangerão a ampliação no entendimento dos benefícios e prejuízos causados no âmbito social, cultural e econômico considerando a forma com que a população tradicional se relaciona com o meio ambiente que habitava antes da criação da unidade de conservação.

Pesquisadora: Maiara Moraes Costa

Endereço: Centro de Engenharias - Praça Domingos Rodrigues - Centro, Pelotas - RS, 96010-450. Laboratório de Drenagem e Águas Residuárias (LABDar). Universidade Federal de Pelotas. Email: maiaraengambientalesanitaria@gmail.com

Telefone: (xx)xxxxxxx

Contato CEP/FAMED: Av Duque de Caxias 250, prédio da Direção - Térreo, sala o3. Telefone: (53)3310-1801. E-mail: cepfamed@ufpel.edu.br. Pelotas.

Agradeço muito sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Maiara Moraes Costa
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Universidade Federal de Pelotas

Após ter sido informado (a) sobre a finalidade da pesquisa, bem como de ter sido garantido a mim uma cópia deste termo de consentimento e ter sido garantido o sigilo quanto a quaisquer informações que possam levar à minha identidade, autorizo o uso de meu depoimento para este estudo.

_____

Assinatura do participante da pesquisa.

_____

Assinatura de testemunha em caso de analfabeta.

_____

Assinatura da pesquisadora.

Em, _____ de _____ de _____.

Apêndice 2: Carta de Anuência

Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Carta de Anuência direcionada ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio

Eu_____, na qualidade de_____, na_____

_____ da cidade de_____ disponibilizo acesso as informações desta unidade para a realização da pesquisa intitulada “Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS” de responsabilidade da pesquisadora Maiara Moraes Costa, CPF n.º xxx-xxx-xxx-xx. Esta autorização somente será válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

_____

Assinatura.

Em, _____ de _____ de _____

Apêndice 3: Carta de Anuência

Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Carta de anuência direcionada à Associação de Pescadores Artesanais

Eu_____,
na qualidade de _____,
na_____ da cidade de_____
disponibilizo acesso as informações para a realização da pesquisa intitulada "Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS" de responsabilidade da pesquisadora Maiara Moraes Costa, CPF n.º xxx-xxx-xxx-xx. Esta autorização somente será válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

_____

Assinatura.

Em, _____ de _____ de _____

Apêndice 4: Carta de Anuência

Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Carta de anuência direcionada à Associação de Proprietários de Terras

Eu_____, na qualidade de _____, na _____ _____ da cidade de_____ disponibilizo acesso as informações para a realização da pesquisa intitulada “Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS” de responsabilidade da pesquisadora Maiara Moraes Costa, CPF n.º xxx-xxx-xxx-xx. Esta autorização somente será válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

_____

Assinatura.

Em, _____ de _____ de _____